

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Gílrene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Elio Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Poliske Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-426-9 DOI 10.22533/at.ed.269192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em dois volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

No Volume 1 as duas partes foram denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

A CRIATIVIDADE ESVAZIADA: A ECONOMIA CRIATIVA DE ACORDO OS MINISTROS DA CULTURA DEPOIS DO TÉRMINO DA SEC

Diego Santos Vieira de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.2691925061

CAPÍTULO 2 15

ABORDAGEM FITOQUÍMICA E FARMACOLÓGICA DAS FOLHAS *Terminalia catappa* Linn (Combretaceae)

Maria da Costa Belina

Mônica Regina Silva de Araújo

Beatriz Dias

Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno

Aluísio Marques da Fonseca

Ana Isabel Vitorino Maia

DOI 10.22533/at.ed.2691925062

CAPÍTULO 3 28

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ, BRASIL

Maria Dasdores Gonçalo Costa

Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto

Juan Carlos Alvarado Alcócer

José Wertson Gonçalo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.2691925063

CAPÍTULO 4 45

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA FALAM SOBRE ISSO?

Dayane Gomes da Silva Rodrigues

Ninótica Rosa Vieira Andrade

Marta da Silva Aguiar

Ismael Ferreira do Nascimento

João Viturino dos Santos Gonçalo

Isaiane Rozado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.26919250634

CAPÍTULO 5 58

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO LARGO E BECO DO BOTICÁRIO (RJ): UMA RUÍNA ESQUECIDA?

Patrícia Martins de Sá

Maria Amália S. A. Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.26919250635

CAPÍTULO 6 73

ESTUDO QUANTITATIVO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS EÓLICOS SANTA MÔNICA E ROSA DOS VENTOS

Guilherme Geremias Prata

Rejane Félix Pereira

DOI 10.22533/at.ed.26919250636

CAPÍTULO 7	86
FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL	
Rosenilda Marques da Silva Felipe	
Antonio Idêrlian Pereira de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.26919250637	
CAPÍTULO 8	94
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC	
Rodrigo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.26919250638	
CAPÍTULO 9	107
RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250639	
CAPÍTULO 10	120
SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	
Murilo de Sousa Almeida	
Francisco Nildo da Silva	
Maria Brenna Mendes Cunha	
José Abel Aguiar Silva Paz	
Henderson Castelo Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506310	
CAPÍTULO 11	126
SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA	
Robson Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506311	
CAPÍTULO 12	141
TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS	
Maria Sara de Lima Dias	
Álaba Cristina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.269192506312	
CAPÍTULO 13	151
TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA	
Nairon Gaia Coimbra	
Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506313	
CAPÍTULO 14	164
AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL	
Rossana Maria Marinho Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.269192506314	

CAPÍTULO 15	180
COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR	
Fátima Regina Cividini	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.269192506315	
CAPÍTULO 16	192
COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO	
Flavia Querino Da Silva	
Emily Alves Cruz Moy	
Ana Angélica Leal Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506316	
CAPÍTULO 17	206
CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL	
Letícia de Cássia Costa de Oliveira	
Ana Maria Dalla Zen	
DOI 10.22533/at.ed.269192506317	
CAPÍTULO 18	219
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL	
Antonio Henrique Seixas de Oliveira	
Diana de Souza Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506318	
CAPÍTULO 19	236
OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS	
Luciane Marques Raupp	
DOI 10.22533/at.ed.269192506319	
CAPÍTULO 20	251
QUEM TEM FOME TEM PRESSA!	
BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.269192506320	
CAPÍTULO 21	264
SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICais DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	
Viviane Vidal Pereira dos Santos	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.269192506321	

CAPÍTULO 22 **281**

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade

Dayane Gomes da Silva Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.269192506322

SOBRE O ORGANIZADOR..... **293**

A CRIATIVIDADE ESVAZIADA: A ECONOMIA CRIATIVA DE ACORDO OS MINISTROS DA CULTURA DEPOIS DO TÉRMINO DA SEC

Diego Santos Vieira de Jesus

Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa (MPGEC) e coordenador do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio). E-mail: dvieira@espm.br

Uma versão inicial do artigo foi apresentada na comunicação oral “Criatividade à deriva: a economia criativa segundo os ministros da Cultura após o fim da SEC”, no IX Seminário Internacional de Políticas Culturais. Mesa XIX: Cultura e Economia. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO: O objetivo é examinar como os ministros da Cultura posicionaram-se quanto às temáticas ligadas à economia criativa desde a extinção da SEC, em 2015, até 2018, a partir da análise de declarações oficiais, artigos, pronunciamentos e entrevistas a órgãos de imprensa. O argumento central aponta que, desde o fim da SEC, a relevância econômica da cultura – reconhecida na noção de economia criativa – foi concebida como fundamental ao desenvolvimento pelos ministros da Cultura, mas eles não enfatizaram a institucionalização de um novo órgão específico para economia

criativa, de forma que decisões estratégicas relacionadas a tal economia foram abandonadas, relegadas em segundo plano ou diluídas e esvaziadas em outros conceitos, como “economia da cultura”, colocada como prioritária por grande parte dos ministros e, por vezes, como sinônima à economia criativa.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Criativa, Economia da Cultura, Ministério da Cultura, Ministros da Cultura. Secretaria de Economia Criativa

1 | INTRODUÇÃO

A noção de economia criativa é ainda imprecisa no debate político no Brasil, e o seu tratamento em termos de formulação e implementação de políticas públicas sofre com as descontinuidades e as inconstâncias de governos ao lidarem com o tema. Em âmbito nacional, tal economia foi frequentemente ligada a negócios de múltiplos portes, caracterizados por inovação, sustentabilidade e / ou respeito às diversidades socioculturais. A colocação dos múltiplos setores que caracterizam essa economia – desde o artesanato até o design de softwares e games – como motores na geração de riqueza e na introdução de uma alternativa à vocação brasileira de exportação de *commodities* materializou-se com a instituição

da Secretaria de Economia Criativa (SEC), uma autarquia ligada ao Ministério da Cultura (MinC), em 2011. No início de 2015, a SEC foi extinta pelo então ministro da Cultura Juca Ferreira, que criou a Secretaria para Formação de Linguagens Artísticas. Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o ministro da Cultura Marcelo Calero assumiu a pasta e estabeleceu a Secretaria de Economia da Cultura, que tinha funções próximas, mas não totalmente congruentes às da SEC (LEITÃO, 2017).

O objetivo do artigo é examinar como os ministros da Cultura posicionaram-se em relação às temáticas ligadas à economia criativa desde a extinção da SEC, em 2015, até 2018 a partir da análise de suas declarações oficiais, artigos, pronunciamentos e entrevistas concedidas por eles a órgãos de imprensa. O argumento central aponta que, desde o fim da SEC, a relevância econômica da cultura – reconhecida na noção de economia criativa – continuou sendo concebida como fundamental ao desenvolvimento nacional pelos ministros da Cultura, mas eles não enfatizaram a institucionalização de um novo órgão especificamente voltado para a economia criativa, de forma que decisões estratégicas relacionadas a tal economia – apresentadas no Plano da SEC – foram abandonadas, relegadas em segundo plano ou diluídas e esvaziadas em outros conceitos, como a ideia de “economia da cultura”, colocada como prioritária por grande parte dos ministros e, por vezes, até como sinônima à economia criativa.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A expressão “economia criativa” pode assumir múltiplas definições no debate acadêmico e nas discussões políticas. No meio acadêmico, ela frequentemente se refere a um conjunto de atividades, bens e serviços que têm base na criatividade, no talento ou nas habilidades individual e coletiva e abarca setores como publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, *design*, *design* de moda, cinema, *software*, *softwares* interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus e galerias, bem como atividades relacionadas às tradições culturais (BENDASSOLLI et al., 2009, p.11). Segundo Miguez (2007, p.102), as “indústrias criativas” que compõem tal economia estariam baseadas em indivíduos com capacidades criativas e artísticas em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que concebem produtos e serviços vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais ou intelectuais. De acordo com Howkins (2001), ressaltam-se na economia criativa a originalidade e a criatividade, bem como as mudanças, as rupturas e a inovação, de forma que os indivíduos estão se afastando de comportamentos tradicionais, como o consumo de bens padronizados e a submissão à autoridade, e se identificando cada vez mais com o desejo de controle integral sobre as próprias vidas. Para autores como Florida (2002) e Landry (2011), a criatividade pode se aplicar a campos que transcendem os setores criativos ou a presença de trabalhadores de uma “classe criativa” e se aplicar ao desenvolvimento

socioeconômico de um dado território, trazendo inovações sociais com criatividade em áreas como saúde, mobilidade urbana, segurança pública e educação. Conceitualmente, a “economia criativa” por vezes é concebida como sinônimo de “economia da cultura”; porém, grande parte dos acadêmicos aponta que a economia da cultura geralmente se refere a atividades repletas de valor simbólico, enquanto a economia criativa engloba atividades de cultura – repletas de valor simbólico – e de entretenimento, bem como as atividades criativas funcionais (BENHAMOU, 2007; THROSBY, 2001).

Nas discussões políticas em torno do tema, o Reino Unido assumiu destaque ao conceber a economia criativa como uma forma de se recuperarem espaços degradados desde a decadência de atividades tradicionais da economia e se fazer frente à concorrência internacional de países asiáticos na economia mundial. No fim da década de 1990, o governo britânico definiu essa economia como um conjunto de atividades que tinha sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual (DCMS, 1998). Em particular após a queda drástica do comércio internacional motivada pela crise financeira internacional em 2008, Estados desenvolvidos e emergentes procuraram incentivar a economia criativa como meio de dinamizar tal comércio, enfrentando dificuldades como a limitação de recursos para o financiamento de negócios, o investimento insatisfatório em capacitação de profissionais criativos e as deficiências na infraestrutura de distribuição e difusão de bens e serviços (LEITÃO, 2015).

No Brasil, a economia criativa foi definida pelo Ministério da Cultura como “a economia resultante das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica” (SEC, 2012). Tal Ministério substituiu o termo “indústria criativa” por “setor criativo” – enfatizando o valor simbólico como consequência do ato criativo – e apontou que a economia criativa incluía dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais existentes relacionadas a setores que englobam patrimônio material e imaterial; expressões culturais; artes de espetáculo; audiovisual e livro; e criações funcionais (FIGUEIREDO, 2015, p.30). Nesse contexto, a diversidade cultural poderia ser tratada como um insumo estratégico para o desenvolvimento (FURTADO, 1984) e um elemento ampliador das liberdades humanas (SEN, 2000).

A colocação da economia criativa como eixo estratégico de desenvolvimento durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a criação da SEC no início da administração de Dilma Rousseff refletiam a ideia de que o conhecimento e a criatividade poderiam viabilizar transformações sociais por seu potencial empregador, produtivo e inovador. A economia criativa tinha como pilares, naquela perspectiva, a promoção da diversidade cultural, a garantia de inclusão social, o estímulo à sustentabilidade e o fomento à inovação (LEITÃO, 2015). A maior relevância das indústrias culturais na sociedade contemporânea atrelava-se à promoção de inserção social e à geração de

renda por atividades culturais, como produções artísticas e manifestações folclóricas. A maior centralidade econômica da cultura impunha aos poderes locais, regionais, nacionais e internacionais, preocupados com o desenvolvimento, uma nova agenda, que iria além de políticas tradicionais de conservação do patrimônio, formação de plateias ou incentivo a eventos (SILVA, 2012, p.112-115). O Plano 2011-2014 da SEC teve como objetivo reposicionar o MinC no âmbito do Governo Federal a fim de que o Ministério contribuísse efetivamente para a qualificação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Tal projeto interligava a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas que permitissem vencer as barreiras à transformação da criatividade brasileira em inovação e transformar a inovação em riqueza cultural e socioeconômica para a população brasileira (SEC, 2012).

A centralidade da economia criativa parecia assumir, assim, caráter estratégico diante da perda de importância gradativa da exportação de *commodities* em face da comercialização de bens e serviços de alto valor agregado, que conduziria a alterações no trabalho, no setor de serviços e na constituição de fundos específicos para o financiamento dos setores criativos (LEITÃO, 2015). Enquanto estratégia de desenvolvimento, a economia criativa reconhecia a importância do capital humano para o fomento da integração de objetivos socioculturais e econômicos e, diante da alteração dos elos entre cultura e economia com as mudanças econômicas e tecnológicas, abria um leque de oportunidades baseadas em empreendimentos criativos, permitia a formalização de pequenos negócios, promovia a geração de renda e emprego e incrementava o bem-estar da população ao estimular a expressão e a participação dos cidadãos na vida política. A intangibilidade da criatividade poderia gerar valor adicional ao incorporar características culturais, inimitáveis por excelência, e criar sinergias entre o estilo de vida e o ambiente no qual ele florescia (REIS, 2008, p.27-32).

A SEC assumiu um papel fundamental de liderança na formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas na área de economia criativa, mas lidava com problemas como a ausência de informações sistemáticas sobre setores criativos no Brasil, a inadequação e a precariedade de modelos de negócios, a baixa disponibilidade de linhas de crédito para financiamento de projetos, a baixa oferta de qualificação para trabalhadores criativos, a ausência / insuficiência de marcos legais para os setores criativos e a institucionalização reduzida da economia criativa nos âmbitos municipal e estadual (LEITÃO, 2015; RIBEIRO, 2016). Desde o seu estabelecimento, a Secretaria não tinha estrutura nem orçamento para lidar com as demandas de diferentes setores criativos, as quais excediam suas capacidades administrativas e financeiras. O orçamento destinado a ela em um Ministério que já tinha verbas reduzidas era insuficiente até mesmo para funções fundamentais, como a promoção de atividades culturais (MARCHI, 2014, p.206-213; JESUS; KAMLOT, 2017, p.150). Além dos constrangimentos financeiros, a SEC sofria com a falta de continuidade das próprias políticas culturais relacionadas aos setores criativos, a deficiência dos quadros

técnicos e a acentuação das relações clientelistas, que resultavam em dependência dos profissionais criativos em relação aos membros do governo (BARBALHO, 2015, p.50; JESUS; KAMLOT, 2016, p.51). A cooperação reduzida com outros órgãos governamentais – por conta dos constrangimentos orçamentários de ministérios, das rivalidades institucionais e da falta de vontade política em cooperar em inúmeros órgãos federais, estaduais e municipais – limitava as possibilidades de implementação de inúmeras decisões previstas no Plano 2011-2014.

Embora tenha durado pouco, a SEC conferiu força ao modelo de desenvolvimento baseado na economia criativa por conta da institucionalização que promovera com relação às temáticas relacionadas a essa economia. A Secretaria evidenciava o caráter profissional e o potencial econômico dos setores criativos, que se contrapunham a visões tradicionais do Brasil tendo como eixo de desenvolvimento a exportação de *commodities* e valorizavam o papel de pequenos e médios empresários na geração de renda (LEITÃO, 2017). Entretanto, a limitação crescente de recursos para projetos na área de cultura diante da crise econômica – que colocava outros setores como prioridade, tais como educação, saúde e segurança pública –, as trocas de liderança no Poder Executivo em face de denúncias de corrupção e uso indevido de verbas e a elevada rotatividade de ocupantes no cargo de Ministro de Cultura desde 2015 conduziram à descontinuidade de medidas mais robustas que tivessem em seu cerne a economia criativa como motor de desenvolvimento.

3 | CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa tem caráter exploratório e é desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa do conteúdo de declarações oficiais, artigos, pronunciamentos e entrevistas concedidas a órgãos de imprensa pelos ministros da Cultura após a extinção da SEC. Na coleta de dados, buscou-se identificar o posicionamento de tais ministros com relação à economia criativa e aos setores criativos, categorizando-se as informações por cada ministro na exposição dos resultados. Na análise das informações, buscou-se interpretar o material coletado à luz do suporte teórico-conceitual, que opera como apoio na captação das características subjetivas de declarações e textos dos ministros.

4 | RESULTADOS

Juca Ferreira (1 de janeiro de 2015 – 12 de maio de 2016)

Ferreira extinguiu a SEC, alegando que, em tese, a economia criativa deveria “estar em todos os ministérios” e não poderia ser baseada exclusivamente no MinC. Na visão de especialistas, a decisão de Ferreira de desmantelar a SEC trouxe um grande retrocesso, uma vez que o Ministério já havia iniciado conversações com

administrações dos estados da federação e das cidades a fim de ampliar a rede de empreendimentos criativos e o conhecimento sobre eles (LEITÃO, 2017). Apesar de ter abolido a SEC, Ferreira não abandonou completamente a pauta da economia criativa. Por exemplo, em setembro de 2015, ele incentivou empreendedores criativos a desenvolver parcerias e realizar contatos com países vizinhos. Diante do convite feito pelo Mercado de Indústrias Culturais da Argentina, Ferreira procurou aproximar tais empreendedores de compradores internacionais, na busca de criação de um ponto de referência institucional para fortalecer as indústrias culturais da América do Sul (MINC, 2015).

Entretanto, no âmbito das ações do MinC, Ferreira preferiu focar no conceito de “economia da cultura”, o qual, a seu ver, incorporava mais especificamente a dimensão econômica de manifestações culturais e mesmo produções simbólicas sem fins comerciais “ou que não apresentam estratégias de reproduzibilidade em massa ou escala de inserção no mercado”. Ainda que dissesse que isso não pressupunha a desvalorização de “outros ambientes de significação” como a economia criativa, o foco do MinC deveria estar na articulação de uma visão estratégica da “economia da cultura”, que promoveria a interiorização do desenvolvimento e a federalização da capacidade produtiva nacional, com foco nas especificidades das produções culturais locais e regionais (FERREIRA, 2015, p.1-9). As atividades criativas funcionais – que frequentemente são inclusas como partes da noção de “economia criativa” em definições acadêmicas e políticas – não pareciam estar plenamente contempladas em seu posicionamento acerca de “economia da cultura”.

Marcelo Calero (24 de maio de 2016 – 18 de novembro de 2016)

Calero, que havia sido secretário de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi primeiramente convidado a ocupar o cargo de Secretário de Cultura do governo interino de Michel Temer. Com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, a fusão dos Ministérios da Cultura e da Educação motivou críticas profundas da classe artística e cultural e de setores da sociedade civil, de forma que, em face da pressão popular, as pastas voltaram a se separar, e Calero assumiu como ministro da Cultura. A recriação do MinC demonstrou, a seu ver, uma sensibilidade de Temer ao “simbolismo do setor da cultura” no país. Ao dizer que ele e sua equipe não poderiam ficar “encastelados em Brasília”, Calero procurou conhecer de perto a complexidade e as particularidades da produção cultural nacional, além de buscar reformular a Lei Rouanet, aprimorar sua gestão de forma mais transparente e sanar um rombo de R\$ 1,34 bilhão no MinC, que, caso não eliminado, conduziria ao fechamento de museus e ao não-pagamento de editais. Ao buscar a valorização dos servidores públicos, demitiu pessoas em cargos comissionados no MinC (JC ONLINE, 2016).

A exemplo do que já vinha realizando no Rio de Janeiro, Calero indicou que pretendia dar prosseguimento às ações de territorialização da cultura a fim de ampliar o acesso da população à produção cultural, em parceria com governos estaduais

e municipais. Uma das prioridades colocadas pelo então ministro era o foco na economia criativa, “em todos os aspectos relacionados a essa cadeia produtiva”, e na internacionalização da cultura brasileira (BLOG DO PLANALTO, 2016). A agenda internacional abarcava a promoção da diversidade cultural, a dinamização das cadeias produtivas culturais, o amplo acesso à cultura e a garantia de pleno exercício dos direitos culturais e da liberdade de expressão. Destacando as potencialidades econômicas e comerciais da cultura e sua colocação como “eixo estratégico para o desenvolvimento de nossas nações”, ele afirmava ter tomado a decisão de recriar a Secretaria de Economia Criativa, quando, na verdade, ele havia criado a Secretaria de Economia da Cultura, a cargo de Cláudio Lins de Vasconcelos, advogado especialista na área de Direitos Autorais. Para Calero, a propriedade intelectual era um tema abandonado na administração Rousseff, que precisava ser melhor atendido. Segundo o então ministro, a criação de marcos regulatórios era uma das diretrizes para o reposicionamento das potencialidades econômicas e comerciais da cultura nas agendas nacionais, bem como a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários para profissionais da cultura, o aprofundamento da relação intersetorial, a produção de indicadores econômicos da cultura para planejamento de ações e a facilitação da circulação e comercialização de bens e serviços culturais (CALERO, 2016). Calero deixou o cargo devido à interferência do ex-ministro Geddel Vieira Lima para que liberasse uma obra na Bahia.

Roberto Freire (18 de novembro de 2016 – 22 de maio de 2017)

Focando predominantemente o conceito de “economia da cultura”, Freire sinalizava a importância da Coleção Atlas Econômico da Cultura Brasileira, que apontava a necessidade do MinC de trabalhar para construir uma ferramenta para a valorização do setor cultural e o entendimento da sua importância na composição do PIB brasileiro. A preocupação primordial de Freire residia no dimensionamento do impacto da cultura na economia brasileira por meio do estabelecimento de metodologias e critérios unificados de aferição. O então ministro constatava que a cultura exercia um papel importante e crescente na economia brasileira, como o Atlas permitia comprovar, de forma que o governo, ao se conscientizar acerca da riqueza produzida pela área cultural, investiria na cultura para fomentar a economia e não tiraria recursos do MinC num contexto de crise (FREIRE, 2017).

No contexto de elaboração do Atlas, Freire indicava ter planos acerca de cadernos setoriais, com informações específicas sobre a cadeia produtiva dos setores que faziam parte do que chamava “economia da cultura”. Dentre os que seriam estudados de forma prioritária, estavam o audiovisual, os games, o mercado editorial, a música e os museus e patrimônio (FREIRE, 2017). Embora tais setores sejam fundamentais à economia criativa, vê-se que uma série de outros setores que a compõem foi deixada de fora, de forma que o foco das ações do ministro parecia muito mais alocado em setores específicos do que na diversidade de setores que estruturam a economia criativa no

Brasil. Freire chega a mencionar a economia criativa ao sinalizar que os trabalhadores desse segmento utilizam a cultura como insumo, com o propósito de fabricar produtos funcionais, como a arquitetura e o *design* (FREIRE, 2017). Entretanto, tal definição de “economia criativa” reflete uma posição bem menos abrangente sobre o tema do que aquela adotada em grande parte do debate acadêmico ou mesmo em administrações anteriores, que incorporavam não apenas atividades funcionais, mas atividades de cultura e de entretenimento.

João Batista de Andrade (22 de maio de 2017 – 24 de julho de 2017)

Andrade assumiu interinamente o cargo de ministro da Cultura após o anúncio da saída de Freire e, posteriormente, renunciou, alegando que o MinC tinha se tornado “invável”, com o corte de 43% dos seus recursos e a sua configuração como um território fértil para as ingerências políticas. Andrade sinalizava sua falta de esperanças em fazer com que governantes se interessassem pela cultura, mas que aproveitaria brechas no sistema para “blindar o MinC”, mesmo com suas diferenças em relação ao governo Temer. Embora reconhecesse a necessidade de medidas de solução de questões em temas relacionados à economia criativa – como a deterioração da Biblioteca Nacional e da Cinemateca, os questionamentos à Lei Rouanet e a intimidação de produtores culturais, sob ameaça de altas cobranças por problemas de prestação de contas –, Andrade viu-se limitado em termos de atuação para modificações mais efetivas. Ele classificou o orçamento do MinC como “ridículo” e conseguiu realizar ações apenas pontuais, como impedir o despejo da Escola de Cinema Darcy Ribeiro pelos Correios, mas pouco pôde fazer com relação a programas como os Pontos de Cultura, paralisado por incertezas nos repasses e convênios ineficientes (MEDEIROS, 2017). Diante da crise no MinC e da renúncia de Andrade, secretários estaduais de Cultura publicaram uma carta aberta sem caráter político-partidário, em que cobravam do Ministério o cumprimento de contratos firmados com programas bilaterais, dentre os quais cabe citar os Pontos de Cultura e o edital de Economia Criativa (ANDRADE, 2017).

Sérgio Sá Leitão (25 de julho de 2017 – Hoje)

Em seu discurso de posse, Leitão – que era diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) antes de assumir o MinC – afirmou que a cultura contribuía para a geração de emprego e renda e estava no cerne da economia criativa (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Entretanto, para o atual ministro, a diferenciação entre “economia criativa” e “economia da cultura” era uma discussão meramente acadêmica, pois, na perspectiva do MinC, o sentido das duas expressões era o mesmo, bem como seus objetos: atividades culturais e criativas, dotadas de valor simbólico e econômico. Como a criatividade não era uma matéria-prima estocável, ele via a necessidade de se desenvolverem formas de aprimoramento das vocações para que tais atividades tivessem maior participação no PIB a partir do estímulo do Poder Público e investimentos privados. Na sua perspectiva, a falha de iniciativas como a SEC adveio do fato de que não

conseguiram sensibilizar a sociedade e os políticos e da dificuldade de se formular um conjunto de políticas eficientes voltadas para a economia criativa. Dentre suas metas, estava a dotação do MinC quanto a esse conjunto, uma vez que grande parte da sociedade ainda valorizava setores econômicos tradicionais e/ou com peso econômico declinante e não enxergava atividades criativas por sua dimensão econômica (MUNIZ, 2017; NA MIRA, 2017).

Embora reconhecesse que a temática da economia criativa tivesse sido secundarizada em gestões anteriores à sua desde a de Gilberto Gil (2003-2008) – de quem fora chefe de gabinete –, Leitão ressaltou que, no atual momento, tal temática voltava à tona. O atual ministro via também que a economia criativa fazia parte do MinC, mas não estava contida nele, de forma a exigir a interação com outros ministérios – como o da Indústria, Comércio Exterior e Serviços –, bancos como o BNDES e institutos de pesquisa como o IBGE, para que se faça um levantamento frequente de dados necessários a empreendedores e formuladores de políticas públicas. Ademais, Leitão via que o fomento à economia criativa com um orçamento comprometido exigia a desburocratização da Lei Rouanet, a inclusão de novas áreas criativas que fossem abarcadas por projetos nesse conjunto de políticas que pretendia formular – como a gastronomia –, a implementação de mudanças legais para que fundos de investimento em cultura pudessem finalmente ser implementados e o incentivo aos fundos patrimoniais permanentes para o financiamento de museus, orquestras e companhias de teatro e dança, bem como ao financiamento coletivo, de forma que as pessoas pudessem usar parte do Imposto de Renda para participar desse financiamento (AGÊNCIA BRASIL, 2017; SÁ, 2017).

5 | ANÁLISE E DISCUSSÃO

O ministro da Cultura não é o único responsável pela formulação de políticas públicas na área cultural, nem suas posições acerca de temas relacionados a tais políticas refletem-se nos resultados obtidos, tendo em vista a possível participação ou interferência de outros atores no processo de formulação de decisão, com posições distintas, que imprimem a esses resultados um perfil mais próximo às suas preferências. Entretanto, a posição privilegiada do ministro na hierarquia do Poder Executivo confere a ele a capacidade de estabelecer diversos princípios gerais para as ações nessa área e formular grande parte da agenda para debates. É possível perceber que, no que diz respeito a seus princípios de ação, todos os ministros após a extinção da SEC reconheceram a relevância econômica da cultura, que está no cerne da noção de economia criativa. Desde Ferreira até Leitão, todos os ministros posicionaram-se afirmando que a cultura era responsável pela geração de renda e empregos e se colocava como fundamental ao desenvolvimento nacional. Como argumenta Ribeiro (2016), a cultura avançou bastante em dimensão e significado em

face da transversalização das políticas culturais e da sua maior interlocução com áreas como ciência e tecnologia, turismo, trabalho, comunicações, indústria e comércio. Tal transversalidade é um dos principais aspectos que caracterizam a economia criativa, como ressaltam Reis (2008) e Miguez (2007), bem como a valorização da diversidade cultural como um insumo estratégico para o desenvolvimento, como concebida por Furtado (1984) e Sen (2000).

Entretanto, a própria autonomia da área de cultura foi comprometida desde 2015, como se viu na anexação frustrada do MinC como uma secretaria no Ministério da Educação e na ampliação das restrições financeiras do primeiro Ministério, o que colocava, na visão do ex-ministro João Batista de Andrade, o MinC como “inviável”. Cumpre lembrar que, a despeito de seu orçamento reduzido, esse Ministério é complexo e assume papel estratégico na sociedade do conhecimento, uma vez que tem a tarefa de formular, implementar e monitorar políticas para a criação, a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais, que vêm apresentando alto valor agregado também em termos econômicos. Entretanto, a subalternização das políticas culturais no Brasil demonstra a vulnerabilidade da pasta da Cultura, o que acaba por conduzir a um grande personalismo na sua gestão (RIBEIRO, 2016). Como aponta Figueiredo (2015), antes da extinção da SEC, ministros da Cultura como Gilberto Gil entendiam que a economia criativa incluía dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais existentes a partir da criação, produção, distribuição e consumo dos bens e serviços produzidos pelos setores criativos. Entretanto, torna-se clara a dificuldade de ministros que passaram pelo MinC após o fim da SEC não só de compreender a estrutura sofisticada e complexa do Ministério, que sofre com a carência de recursos humanos, financeiros e infraestruturais, mas de recuperar e implementar decisões estratégicas relacionadas especificamente à economia criativa, previstas no Plano da SEC e potencialmente promotoras de tal economia como eixo de desenvolvimento (RIBEIRO, 2016).

A opção por focar a “economia da cultura” – vista por Sérgio Sá Leitão como idêntica à economia criativa – teve implicações diretas no desenvolvimento, no Brasil, da economia criativa, à luz da forma como o conceito foi desenvolvido no meio acadêmico por autores como Howkins (2001), Florida (2002) e Landry (2011) e aplicado na formulação de políticas pela SEC (SEC, 2012). A falta de uma institucionalização robusta de um novo órgão específico para economia criativa faz com que o debate sobre a temática no MinC perca em termos de criação de estruturas permanentes de formulação de decisão e independência para a aplicação de decisões, que permitam, por exemplo, o estímulo a atividades criativas funcionais. Essas pareciam relegadas em segundo plano na definição de “economia da cultura” adotada pelo ex-ministro Juca Ferreira, por exemplo. Ainda que Marcelo Calero tenha tentado minimamente recuperar alguma institucionalização para atribuir maior coerência a políticas voltadas para setores criativos ao criar a Secretaria de Economia da Cultura, foram abandonadas ou negligenciadas decisões estratégicas colocadas no Plano da SEC, como a garantia

de que o amplo espectro de setores e de empreendimentos criativos não fosse limitado ao âmbito dos setores culturais ou à mera dimensão mercadológica dos seus bens, características do pragmatismo (RIBEIRO, 2016). Tal pragmatismo fica evidente nas decisões do ex-ministro Roberto Freire, cuja preocupação primordial com relação à “economia da cultura” parecia ser o estabelecimento de critérios para evidenciar a relevância da cultura na economia brasileira, a fim de convencer o governo e outros atores sociopolíticos e econômicos acerca da importância de se investir no setor.

Nesse contexto, decisões e políticas específicas voltadas para a economia criativa foram diluídas ou esvaziadas no conceito de “economia da cultura”, o que tornou precário o desenvolvimento do caráter profissional de diversos setores criativos, o qual, como colocado por Claudia Leitão (2015, 2017), contrastava com visões arraigadas do Brasil tendo como eixo de desenvolvimento a exportação de *commodities*. De acordo com Ribeiro (2016), a SEC jamais procurou dogmatizar um conceito fechado de “economia criativa”, mas garantir princípios como a diversidade cultural, a inclusão social, a sustentabilidade e a inovação; entretanto, a institucionalidade da SEC foi cassada pelo próprio governo que a havia criado, de forma que a vulnerabilidade da própria área de economia criativa reproduz-se com políticas insatisfatórias de fomento e financiamento, estruturas jurídicas desfavoráveis a um relacionamento produtivo entre os setores criativos e as autoridades, a permanência de visões assistencialistas e a perpetuação do marketing cultural em detrimento de políticas públicas robustas de valorização dos setores e dos profissionais criativos. Sem uma institucionalização específica, a transversalidade das políticas públicas para a economia criativa é comprometida, e o Estado perde gradualmente a capacidade de concertação e de integração entre pastas e programas (RIBEIRO, 2016). Os ministros que tentaram fazer tal concertação desde o fim da SEC não obtiveram resultados expressivos, de forma que suas visões sobre as bases necessárias ao desenvolvimento dos setores criativos jamais conseguiram superar os efeitos deletérios das crises política e socioeconômica.

6 | CONCLUSÃO

A economia criativa sofreu com o desincentivo representado pelo fim da SEC, no contexto da crise política e socioeconômica no governo brasileiro. Sem um sistema político e produtivo favorável, ideias e negócios criativos muitas vezes sequer saem do papel em face da falta de estipulação de um marco legal mais específico e facilitações para pequenos empreendedores, por exemplo. Sem uma institucionalização robusta, não se gera expertise necessária à obtenção de diagnósticos de mercado para se repensarem investimentos, infraestrutura e modelos de negócios, desde a produção até o consumo de bens e serviços criativos (LEITÃO, 2017). A limitação crescente de recursos para projetos criativos diante da crise econômica e a instabilidade política acentuada desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff acirraram a descontinuidade de medidas mais robustas com foco na economia criativa como motor

de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, seria importante a retomada de conexões internas e externas do MinC, que conduzissem, por exemplo, a marcos legais aprimorados para setores criativos e a ampliação do diálogo entre as próprias estruturas do Ministério no tratamento da economia criativa visando ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (AGÊNCIA SENADO, 2015).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Presidente demonstrou otimismo na diplomação de Sérgio Sá Leitão no ministério da Cultura, que chega com a missão de 'desburocratizar' a pasta. *O Dia*, 25 jul. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-07-25/em-posse-de-novo-ministro-temer-affirma-que-pais-esta-se-transformando.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

AGÊNCIA SENADO. Com receita anual de R\$ 110 bi, economia criativa demanda maior atenção oficial. *Senado Notícias*, 5 ago. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/05/com-receita-anual-de-R-110-bi-economia-criativa-demanda-maior-atencao-oficial>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

ANDRADE, Isabella de. Ministro interino da Cultura deixa cargo e Fórum subscreve carta-manifesto. *Correio Braziliense*, 16 jun. 2017. Disponível em: <http://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/06/19/interna_diversao_arte,603371/ministro-interino-da-cultura-deixa-cargo-e-forum-subscreve-carta-manif.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2018.

BARBALHO, Alexandre. O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma. In: CALABRE, Lia; SIQUEIRA, Mauricio; LIMA, Deborah Rebello; ZIMBRÃO, Adélia (Org.) *Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 26-29 maio 2015, p.49-64.

BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD JR., Thomaz; KIRSCHBAUM, Charles; CUNHA, Miguel Pina e. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *RAE*, v.49, n.1, p.10-18, 2009.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia: Ateliê Cultural, 2007.

BLOG DO PLANALTO. Novo ministro elogia Temer pela sensibilidade com a cultura e fala em regionalizar investimentos. *Blog do Planalto*, maio 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/accompanhe-planalto/noticias/2016/05/novo-ministro-elogia-temer-pela-sensibilidade-com-a-cultura-e-fala-em-regionalizar-investimentos>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CALERO, Marcelo. Integração regional, diversidade que nos aproxima e complementa. Discurso na XL Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul. *MinC website*, 24 jun. 2016. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/integracao-regional-diversidade-que-nos-aproxima-e-complementa/10883>. Acesso em: 3 jan. 2018.

DCMS. *Creative industries mapping document*, 1998. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm>. Acesso em: 3 out. 2015.

FERREIRA, Juca. A Economia da Cultura e o Desenvolvimento do Brasil. In: CASTRO, Flávia Lages de; TELLES, Mário F. de Pragmácia (Coord.) *Dimensões econômicas da cultura: experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p.1-9.

FIGUEIREDO, João Luiz de. Economia criativa, cidade criativa e desenvolvimento. In: TEIXEIRA, Eduardo Ariel de Souza; CORRÊA, Sílvia Borges (Org.). *Economia criativa*. Coleção Contextos e Pesquisas. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p.27-47.

FLORIDA, Richard. *The rise of the creative class – and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. Nova York: Basic Books, 2002.

FREIRE, Roberto. Economia da cultura e o mundo do futuro. *O Globo*, 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2017/04/economia-da-cultura-e-o-mundo-do-futuro.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOWKINS, John. *The Creative Economy: How People Make Money From Ideas*. Londres: Allen Lane, 2001.

JC ONLINE. Marcelo Calero, ministro da Cultura, diz que vai reformar Lei Rouanet. *JC Online*, 18 jun. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2016/06/18/marcelo-calero-ministro-da-cultura-diz-que-vai-reformar-lei-rouanet-240691.php>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

JESUS, Diego Santos Vieira de Jesus; KAMLOT, Daniel. *Economia Criativa e Políticas Públicas*. Curitiba: Prismas, 2016.

_____, _____. Stuck in the middle of nowhere: cultural policy, development and creative industries in Brazil. *Creative Industries Journal*, v.10, n.2, p.139-154, 2017.

LANDRY, Charles. Prefácio. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Org.) *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, p.7-15.

LEITÃO, Claudia. Economia Criativa e Desenvolvimento. *Revista Será*, 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://revistasera.ne10.uol.com.br/economia-criativa-e-desenvolvimento-claudia-leitao/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

_____. Economia Criativa não tem carreira meteórica. *Idea Fixa*, 2017. Disponível em: <<https://www.ideafixa.com/oldbutgold/economia-criativa-nao-tem-carreira-meteorica>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

MEDEIROS, Jotabê. Com saída de mais um ministro, a Cultura embarca em um navio fantasma. *Carta Capital*, 25 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/958/apos-saida-de-mais-um-ministro-a-cultura-embarca-em-um-navio-fantasma>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.95-113.

MINC. Mica traz oportunidades para economia criativa brasileira. *Ministério da Cultura website*, 28 jul. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/mica-traz-oportunidades-para-economia-criativa-brasileira/10883>. Acesso em: 2 jan. 2018.

MUNIZ, Carolina. Desenvolver a economia criativa será prioridade, diz Ministro da Cultura. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1912651-desenvolver-a-economia-criativa-sera-prioridade-diz-ministro-da-cultura.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

NA MIRA. Cultura pode dinamizar a economia brasileira, diz ministro. *Imirante website*, 21 nov. 2017. Disponível em: <<http://imirante.com/namira/brasil/noticias/2017/11/21/cultura-pode-dinamizar-a-economia-brasileira-diz-ministro.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

REIS, Ana Carla Fonseca. Introdução. In: _____. (Org.) *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008, p.14-49.

RIBEIRO, Duanne. A Extinção do MinC é Nefasta para o Brasil. *Capitu*, 17 maio 2016. Disponível em: <<https://revistacapitu.com.br/claudia-leit%C3%A3o-a-extin%C3%A7%C3%A3o-do-minc-%C3%A9-nefasto-para-o-brasil-d60a57fb37e0>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

SÁ, Fátima. Sérgio Sá Leitão: 'Podemos estimular o crowdfunding para atrair pessoas físicas'. *O Globo*, 27 jul. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/sergio-sa-leitao-podemos-estimular-crowdfunding-para-atrair-pessoas-fisicas-21636011#ixzz53AbVQMyR>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SEC. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Francisco Raniere Moreira da. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. *NAU Social*, v.3, n.4, p.111-121, maio/out. 2012.

THROSBY, David. *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ABORDAGEM FITOQUÍMICA E FARMACOLÓGICA DAS FOLHAS *Terminalia catappa* LINN (COMBRETACEAE)

Maria da Costa Belina

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira - UNILAB
Fortaleza – Ceará

Mônica Regina Silva de Araújo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira - UNILAB
Fortaleza – Ceará

Beatriz Dias

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira - UNILAB
Fortaleza – Ceará

Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira - UNILAB
Fortaleza – Ceará

Aluísio Marques da Fonseca

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira - UNILAB
Fortaleza – Ceará

Ana Isabel Vitorino Maia

Universidade Estadual do Ceará – UECE

atividades biológicas como antioxidante, anticancerígena, antifúngica, antimicrobiana, anti-inflamatória, antitumoral, antidiabética. Este trabalho teve como objetivo realizar testes fitoquímicos para levantamento das classes de metabólitos secundários, analisar os extratos obtidos através de cromatografia em camada delgada (CCD), investigação dos potenciais antioxidante, toxicológico, larvicida e citotóxico dos extratos hexânico e etanólico das folhas *T. catappa* L. Os testes fitoquímicos basearam-se na coloração dos extratos diluídos em solução hidroalcóolica e reagentes específicos para cada teste. A atividade antioxidante foi realizada pelo método DPPH e o de citotoxicidade pelo método MTT. Os metabólitos secundários encontrados nos extratos foram taninos, triterpenóides, esteróides e alcaloides. A análise em CCD com os eluentes hexano-acetato de etila (8:2) e clorofórmio-metanol (9:1) pulverizadas com sulfato cérico revelaram a presença de triterpenos, esteroides e alcaloides. O extrato hexânico mostrou IC₅₀ (0,512 mg/mL) maior que o extrato etanólico IC₅₀ (0,006 mg/mL) no teste antioxidante. Os extratos hexânico (DL₅₀ 87,671 ppm) e etanólico (DL₅₀ 79,830 ppm) mostraram-se tóxicos no teste de toxicidade frente a larvas de *Artemia salina*. Os extratos não mostraram potencial larvicida frente a larvas de *Aedes aegypti*. O extrato hexânico apresentou percentuais de redução da viabilidade celular

RESUMO: *Terminalia catappa* L. pertencente à família Combretaceae desenvolve-se em regiões tropicais e subtropicais, conhecida popularmente no Brasil como castanhola, amêndoa da praia, dentre outras denominações. *T. catappa* L. apresenta

relevantes no teste de citotoxicidade frente a três linhagens celulares de câncer humano testadas. Desta forma, este estudo contribuiu para o conhecimento quimiotaxonômico da espécie *Terminalia catappa* L. e da família Combretaceae.

PALAVRAS – CHAVE: *Terminalia catappa*, Combretaceae, Fitoquímica

ABSTRACT: *Terminalia catappa* L. belonging to the family Combretaceae develops in tropical and subtropical regions, popularly known in Brazil as castanhola, almond of the beach, among other denominations. *T. catappa* L. presents biological activities as antioxidant, anticancer, antifungal, antimicrobial, anti-inflammatory, antitumor, antidiabetic. The objective of this work was to perform phytochemical tests to study the secondary metabolites, to analyze extracts obtained by thin layer chromatography (CCD), to investigate the antioxidant, toxicological, larvicidal and cytotoxic potentials of hexane and ethanolic extracts of *T. catappa* leaves L. The phytochemical tests were based on the staining of the extracts diluted in hydroalcoholic solution and reagents specific for each test. The antioxidant activity was performed by the DPPH method and the cytotoxicity by the MTT method. The secondary metabolites found in the extracts were tannins, triterpenoids, steroids and alkaloids. CCD analysis with eluents of hexane-ethyl acetate (8:2) and chloroform-methanol (9:1) sprayed with ceric sulfate revealed the presence of triterpenes, steroids and alkaloids. The hexane extract showed IC 50 (0.512 mg / mL) higher than the ethanolic extract IC 50 (0.006 mg / mL) in the antioxidant test. The extracts hexane (LD50 87.671 ppm) and ethanolic (LD50 79,830 ppm) were toxic in the toxicity test against larvae of *Artemia salina*. The extracts showed no larvicidal potential against *Aedes aegypti* larvae. The hexanic extract presented percentages of reduction of cell viability relevant in the cytotoxicity test against three human cancer cell lines tested. In this way, this study contributed to the chemotaxonomic knowledge of the species *Terminalia catappa* L. and the Combretaceae family.

KEYWORDS: *Terminalia catappa*, Combretaceae, Phytochemical

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é o país com a maior biodiversidade do mundo com cerca de 8,5 milhões de Km² e vários biomas (mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Amazônia e Caatinga). Estudos apontam o país com a flora mais rica e diversificada do mundo com mais de 5600 espécies de plantas que correspondem quase 19% da flora mundial (PIETRO., et al., 2013). Dentre as diversas espécies presentes no Brasil destaca-se no presente trabalho a espécie *Terminalia catappa* Linn (Combretaceae).

As pesquisas de plantas medicinais envolvem investigações da medicina tradicional e popular, isolamento, purificação e caracterização de princípios ativos (Química Orgânica: fitoquímica); investigação farmacológica de extratos e dos constituintes químicos isolados (farmacologia); transformação química dos princípios ativos (química orgânica sintética); estudo da relação estrutura ou atividade e dos mecanismos de ação dos princípios ativos (química medicinal e farmacológica) e

finalmente a operação de formulações para produção de fitoterápicos (SANTOS., et al., 2013).

A família *Combretaceae* é constituída por aproximadamente 600 espécies. Os dois gêneros de maior ocorrência são *Combretum* e *Terminalia*, cada um com cerca de 250 espécies, sendo extensamente utilizadas na medicina tradicional africana, asiática e indiana (LIMA, 2012). As espécies do gênero *Terminalia* são nativas da África e são amplamente distribuídas em regiões tropicais e subtropicais.

De acordo com (LINSINGEN., et al, 2009) a família Combretaceae subdivide-se em duas subfamílias: *Strephonematoideae*, sem representantes na flora Brasileira, com ovário semi-ínero, e *combretoideae*, com ovário ínero, dividida em duas tribos *Laguncularieae* e *Combreteae* as quais apresentam inúmeros representantes na flora neotropical (NETO., et al., 2014). Os três maiores gêneros desta família são: *Combretum*, *Terminalia* e *Quisqualis*. Os outros gêneros são *Anogeissus*, *Buchenavia*, *Bucida*, *Calopyxis*, *Conocarpus*, *Dansiea*, *Getonia*, *Guiera*, *Laguncularia*, *Lumnitzera*, *Macropteranthes*, *Meiostemon*, *Pteleopsis*, *Ramatuela*, *Strephonema*, *Terminaliopsis* e *Thiloa* (SOUTO, 2011).

Terminalia catappa Linn pertencente à família *Combretaceae* desenvolve-se em regiões tropicais e subtropicais, sendo conhecida popularmente no Brasil como castanhola, amêndoia da praia, castanheira, chapéu do sol, sete copas, dentre outras denominações (IVANI, et al., 2008).



Figura 01: Fotos de *Terminalia catappa* L.

Fonte: ¹https://ast.wikipedia.org/wiki/Terminalia_catappa

²<http://floraufersa.blogspot.com.br/2014/02/castanhola.html>. Acessado em 01/11/2017

T. catappa é comumente usada na medicina popular para o tratamento de doenças associados ao estômago. Tradicionalmente, somente as folhas de *T. catappa* são utilizadas para fins terapêuticos, as folhas caídas são usadas na preparação de infusões para bebida, pelo fato das folhas verdes apresentarem um sabor muito adstringente, devido à presença do alto teor de taninos (PAULA, 2008).

Várias pesquisas têm sido realizadas sobre as atividades biológicas de *Terminalia*

catappa Linn, como antioxidante, anti-inflamatória, antitumoral, antiviral, antidiabética. Essas atividades foram atribuídas, principalmente, a presença de compostos fenólicos, sendo que alguns compostos já foram isolados e caracterizados (SANTOS; LORENZO e LANNES, 2015).

Os taninos hidrolisáveis são os principais compostos associados à atividade antioxidante sendo a punicalina e a punicalagina os compostos mais abundantes, encontrados nas folhas. Além destes, outros compostos fenólicos menos abundantes têm sido isolados e associados à atividade antioxidante de *Terminalia catappa* como também o ácido benzoico, cumárico e seus derivados. A punicalina e a punicalagina também tem sido associadas à atividade antitumoral e antiviral, o que pode ser uma consequência da atividade antioxidante destes compostos. A atividade anti-inflamatória tem sido associada a presença de ácidos triterpênicos, principalmente o ácido ursólico e seus derivados. A atividade antidiabética também já foi descrita para os taninos, mas existem estudos que associam a presença de β -caroteno (PAULA, 2008).

Neste contexto, estão destacados os principais aspectos estudados a respeito de *T. catappa*, na qual descrevem os compostos ativos já isolados de diferentes partes da planta e suas atividades biológicas. Levantamento bibliográfico realizado no Scifinder em maio /2017 mostrou poucos trabalhos de screening fitoquímico da espécie e observou-se que os extratos obtidos das folhas eram os mais citados apresentando diversas atividades como antimicrobiana, antioxidante, analgésica, antihelmintica basicamente em extratos polares (BABAYI, H., et al., 2004; POONGULALI; SUNDARARAMAN. 2016; DIVYA, N; ANANDA, V. 2015; ANNEGOWDA, H.V., et al., 2010; ANURACPREENDA, P., et al., 2016). No nosso estudo incluímos o extrato hexânico (apolar) das folhas de forma a contribuir para o conhecimento quimiotaxonômico e farmacológico da espécie.

2 | METODOLOGIA

2.1 Coleta e obtenção dos Extratos Vegetais

As folhas da espécie *Terminalia catappa* Linn foram coletadas em novembro de 2016, na Praça Ten Eilson (4°13'30" S e 38°43'41.4" W e altitude: 90 m) localizada no município Redenção-CE. O material vegetal foi identificado pela botânica Profa. Dra. Maria Iracema Bezerra Loiola (Dept. Biologia-UFC) e uma exsicata encontra-se depositada no Herbário Prisco Bezerra sob o N° de registro **EAC # 60568**.

As folhas secas e moídas (353,8 g) foram submetidas à maceração exaustiva com hexano a temperatura ambiente. A solução resultante foi concentrada em evaporador rotativo, para obtenção do extrato hexânico (EHFTC), obtendo-se 4,21g de extrato. O procedimento de extração foi repetido com álcool etílico, rendendo 38,2 g de extrato etanólico (EEFTC).

2.2 Testes Fitoquímicos

Os testes para identificação dos metabólitos secundários presentes foram realizados através de reações gerais, seguindo a metodologia adaptada de (MATOS, 2009), e (COSTA, 2014). Pesou-se 1 g de cada extrato bruto e dissolveu-se em solução hidroalcoólica (80%), resultando em uma solução estoque de cada extrato. Os extratos hexânico e etanólico foram submetidos aos seguintes testes de acordo com a metodologia proposta por MATOS (2009) e (COSTA, 2014).

2.2.1 Testes para fenóis e taninos

Adicionou-se 3 gotas de solução alcoólica de FeCl_3 em 3 mL de solução estoque contida em tubo de ensaio. Adicionou-se também 3 gotas de FeCl_3 em tubo de ensaio contendo apenas água (Branco). Agitaram-se os tubos e aguardou-se possível a variação de cor ou formação de precipitado nas amostras.

2.2.2 Testes para antocianinas, antocianidinas e flavonoides

Foram adicionados em três tubos de ensaio 3 mL de solução estoque. No primeiro foi adicionado por HCl (1M) até pH 3, no segundo tubo NaOH 10 % até pH 8,5 e no terceiro tubo NaOH 10 % até pH 11. Agitaram-se os tubos e aguardou-se possível mudança de coloração.

2.2.3 Testes para leucoantocianidinas, catequinas, e flavonas

Foram separados dois tubos de ensaio e adicionou-se 3 mL de solução estoque em cada tubo. No primeiro tubo adicionou-se HCl (1 M) até pH 1-3, no segundo tubo NaOH 10 % até pH 11. Aqueceram-se os tubos em banho Maria cerca de 3 minutos, e agitaram-se bem os tubos e aguardou-se possível surgimento de mudança de cor por comparação com os tubos correspondentes usados no teste anterior.

2.2.4 Teste para flavonóis, flavanona, flavanonois e xantonas

Em um tubo de ensaio adicionou-se 3 mL de solução estoque juntamente com alguns centigramas de magnésio granulado e 0,5 mL de HCl concentrado. Após o término da reação indicada pelo fim de efervescência observou-se por comparação visual ao tubo de teste anterior acidificado possível mudança de coloração na mistura de reação.

2.2.5 Teste para esteroides e triterpenos (Liebermann Burchard)

Adicionou-se 5 mL de solução estoque para um tubo de ensaio deixando evaporar

o solvente em banho Maria até a secura. Adicionou-se 5 mL de diclorometano para a dissolução do extrato seco. Após esse processo, filtrou-se a solução. Adicionou-se 1 mL de anídrico acético, 2 mL de H_2SO_4 concentrado. Agitou-se bem o tubo e aguardou-se possível variação de cor na amostra.

2.2.6 Testes para heterosídeos saponínicos

Adicionou-se no resíduo insolúvel em diclorometano, obtido no teste anterior, 5 mL de água destilada para solubilização do mesmo. Em seguida filtrou-se a solução e transferiu-se para um tubo de ensaio filtrado. Agitou-se o tubo fortemente por 2 minutos e observou-se se havia formação de espuma persistente.

2.2.7 Teste para alcaloides

Levou-se a secura 10 mL da solução estoque em banho Maria. Adicionou-se o resíduo seco 1 mL de etanol e 2 mL de solução de HCl concentrado. Transferiu-se 1 mL da solução para cada 2 tubos ensaios. Adicionou-se em cada um dos tubos, respectivamente algumas gotas dos reagentes de precipitação de alcaloides: Mayer, e Dragendorff. Observou-se possível precipitação ou turvação das amostras.

2.3 Cromatografia em camada delgada (CCD)

Os extratos hexânico (EHFTC) e etanólico (EEFTC) das folhas *Terminalia catappa* Linn foram analisados por cromatografia em camada delgada (CCD).

Primeiramente prepararam-se as cromatoplacas de vidro que foram lavadas com detergente e passou-se acetona em sua superfície. A sílica, fase estacionaria utilizada, foi pesada 25 g de sílica gel da Merck, que foi suspensa em aproximadamente 50 ml de agua, e aplicada nas cromatoplacas de vidro deixando-as secar longe de qualquer umidade. Após secas foram levadas para ativação em estufa a 100°C por 30 minutos, e mantidas em aquecimento a 50°C. Os extratos hexânico e etanólico foram diluídos em clorofórmio e aplicados nas cromatoplacas com auxílio de um capilar. Para a fase móvel foram utilizadas misturas de solventes hexano - acetato etila (8:2) e clorofórmio-metanol (9:1). A revelação das substâncias foi feita por pulverização das placas com solução de sulfato cérico $[Ce(SO_4)_2]$, seguido de aquecimento (100°C) por 5 minutos em estufa. Utilizou-se também vapores de iodo para revelar as cromatoplacas.

2.4 Citotoxicidade in vitro

O programa de screening do *National Cancer Institute* dos Estados Unidos (NCI) testa mais de 10.000 amostras a cada ano (SKEHAN., et al., 1990). É um método rápido sensível e barato. Foi descrito primeiramente por MOSMAN (1983), tendo a capacidade de analisar a viabilidade e o estado metabólico da célula. É uma análise colorimétrica baseada na conversão do sal 3- (4,5 – dimetil -2- tiazol) – 2,5- difenil -2-H-

brometo de tetrazolium (MTT) em azul de formazan a partir de enzimas mitocondriais presentes somente nas células metabolicamente ativas. O estudo citotóxico pelo método do MTT permite definir facilmente a citotoxicidade não o mecanismo de ação (BERRIDGE., et al., 1996).

As linhagens celulares de câncer humano utilizadas, HCT-116 (carcinoma de cólon), PC-3 (adenocarcinoma de próstata) e SF- 295 (glioblastoma), foram cultivadas em meio RPMI 1640 suplementado com 10 % de soro fetal bovino e 1 % de antibióticos, e mantidas em estufa a 37 °C e 5 % de CO₂.

As células neoplásicas foram plaqueadas em placas de 96 poços (0,7 x 10⁵ células/ mL) e as amostras foram adicionadas após 24 h. Em seguida, as placas foram incubadas por 72 h em estufa a 5 % de CO₂ e 37°C. O controle negativo recebeu a mesma quantidade de DMSO e as absorbâncias foram obtidas com o auxílio de um espectrofotômetro de placa a 595 nm. Os extratos foram testados em uma concentração de 50 mg/mL. As absorbâncias obtidas foram utilizadas para calcular o RVC % pelo programa Graphpad Prism versão 5.0. Cada amostra foi testada em triplicata a partir de dois experimentos independentes.

2.5 Toxicidade frente a larvas de *Artemia salina*

O teste de toxicidade frente a *Artemia salina* foi realizado seguindo a metodologia de (AMARANTE, 2011). Primeiramente preparou-se uma solução com NaCl na concentração de 60 g/L com pH na faixa de 8,0 - 9,0. Esta solução foi utilizada para eclosão dos ovos de *Artemia salina* e no preparo das soluções das amostras. Os ovos foram colocados para eclodir na solução salina por 24 horas por iluminação artificial em temperatura ambiente entre 26° C a 29° C.

Dissolveu-se 17 mg dos extratos hexânico e etanólico das folhas de *Terminalia catappa* Linn em 17 mL de DMSO 1 % resultando em uma solução estoque de concentração 1 mg/mL ou 1000 ppm. Foram preparadas soluções salinas a partir da solução estoque nas concentrações (500, 250, 125, 62,5, 31,2 ppm). Cerca de 10 larvas de *Artemia salina* com idade de 24 horas foram transferidas para tubos de ensaio contendo 5 mL de solução salina 60 g/L. As larvas de *Artemia salina* foram incubadas sob iluminação artificial. O ensaio foi realizado em triplicata, sendo a contagem das larvas mortas e vivas realizada após 24 horas. A água salina foi o controle negativo do experimento. Passado as 24 horas de incubação das larvas de *Artemia salina*, realizou-se a contagem de exemplares de *Artemia salina* vivas e mortas sendo o percentual de sobrevivência calculado através da seguinte formula.

$$\% \text{ mortalidade} = \frac{x-y}{100-y} \times 100$$

Onde:

M= porcentagem de mortalidade

x = número de organismos mortos

y = número total de organismo no tubo

A relação entre dose e mortalidade, e o cálculo da DL_{50} foi através do Probit Analysis. De acordo com (AMARANTE, et al. 2011) o grau de toxicidade é dado da seguinte forma: baixa toxicidade quando a dose letal (DL_{50}) $>$ 500 ppm; moderada para dose letal (DL_{50}) for entre 100 e 500 ppm e muito tóxico quando (DL_{50}) $<$ 100 ppm

2.6 Ensaio larvicida frente a larvas de *Aedes aegypti*

O ensaio larvicida frente a larvas de *Aedes aegypti* foi realizado de acordo com a metodologia desenvolvida por Gadelha e Oliveira (GADELHA; TODA, 1985 e OLIVEIRA., et al, 2002). Alíquotas de 1 mg, 2 mg, 5 mg e 10 mg, em triplicata, das amostras foram inicialmente dissolvidas em 0,3 mL de DMSO e transferidas para um bêquer de 50 mL. Posteriormente, foram adicionadas 50 larvas de terceiro estágio. Juntamente com 19,7 mL de água. Paralelamente, foram feitos testes em branco, utilizando-se água e DMSO a 1,5 %. Após 24 horas foi realizada a contagem das larvas exterminadas e calculada a CL_{50} .

2.7 Avaliação da atividade antioxidante

A preparação da solução de DPPH e ensaio de avaliação da atividade sequestrante do radical DPPH (2,2 – difenil-1- picril-hidrazila), seguiu a metodologia adaptada de (FERNANDES, 2017) e (RUFINO., et al, 2007). Para preparar 60 μ M da solução de DPPH, pesou-se 2,4 mg de DPPH e dissolveu-se em álcool etílico P.A e completou-se o volume para 100 mL em um balão volumétrico, mantida sob refrigeração e protegida da luz. Foram preparadas soluções alcoólicas dos extratos nas concentrações de 1 mg/mL, 0,5 mg/mL, 0,25 mg/mL, 0,125 mg/mL, 0,0625 mg/mL, e 0,0312 mg/mL. Nas soluções preparadas adicionou-se 2 mL da solução de DPPH 60 μ M, em temperatura ambiente, no escuro. Aguardou-se cerca de 30 minutos. Após 30 minutos foi realizada a leitura da absorbância das amostras em espectrofotômetro modelo T80 UV/Vis utilizando comprimento de onda 520 nm. As medidas foram realizadas em cubetas de vidro com percurso óptico de 1 cm tendo o álcool etílico como branco. As medidas das absorbâncias foram realizadas em triplicatas em intervalos 1 min entre cada leitura.

A percentagem de inibição ou atividade de eliminação de radicais livres foi calculada através da seguinte formula;

$$\% \text{ inibição DPPH} = \frac{(\text{Abs DPPH} - \text{Abs amostra})}{\text{Abs DPPH}} \times 100$$

Onde:

Abs_{DPPH} = absorbância da solução etanólica do radical de DPPH

$\text{Abs}_{\text{amostra}}$ = absorbância da amostra após 30 minutos de reação com a solução de DPPH

O valor de IC_{50} (mg/mL) é a concentração necessária para inibir 50% do radical livre de DPPH inicial que foi calculada através de regressão linear e da equação da

reta do gráfico.

Análise Estatística

Todas as análises foram realizadas em triplicata. Os valores da média de três repetições ($n=3$) \pm desvio padrão (r) da média foram calculados utilizando o programa de cálculo percentagem de inibição (IC_{50}).

3 | RESULTADOS

Os testes fitoquímicos permitiram identificar a presença dos metabólitos secundários taninos, triterpenóides, esteróides e alcaloides nas folhas de *Terminalia catappa* (Tabela 1).

No	Teste	Reagentes	EHFTC	EEFTC
1	Taninos	Cloreto férrego 10%	+++	+++
	Fenóis	Cloreto férrego 10%	-	-
2		Ácido clorídrico 1 M pH= 3		
	Antocianinas	Hidróxido de sódio 10%	-	-
	Antocianidinas	pH= 8,5	-	-
3	Flavonoides	Hidróxido de sódio 10% pH= 11	-	-
	Leucoantocianidinas	Ácido clorídrico 1M pH= 1-3	-	-
	Catequinas	Hidróxido de sódio 10%	-	-
4	Flavonas	pH= 11	-	-
	Flavonois		-	-
	Flavononas	Ácido clorídrico concentrado	-	-
5	Flavononois	Magnésio granulado	-	-
	Xantonas		-	-
6	Triterpenos	Liebermann–Burchard	++	++
	Esteróides	Liebermann–Burchard	+++	+++
7	Heterosídeos saponínicos	Diclorometano	-	-
		Reagente Mayer	+	-
7	Alcaloides	Reagente Dragendorff	++	+

Tabela 01: Resultados da abordagem fitoquímica presente dos extratos hexânico e etanólico das folhas *Terminalia catappa* Linn.

PARAMETROS: ausente (-), fraco (+), médio (++) e forte (+++).

A análise em cromatografia em camada delgada (CCD) dos extratos hexânico

e etanólico eluidos com Hexano- Acetato de Etila (8:2) e Clorofórmio- Metanol (9:1) utilizando sulfato cérico $[Ce(SO_4)_2]$ como revelador mostrou manchas nas colorações azul, rosa e laranja, sugerindo a presença de triterpenos, esteroides e alcaloides, respectivamente (CHAVES, 1997). As cromatoplacas estão ilustradas na figura 2.

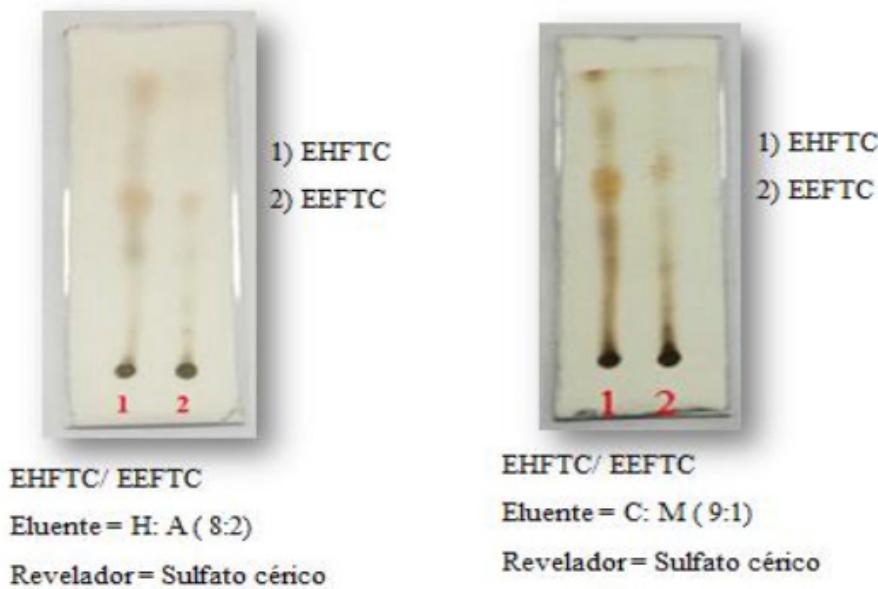


Figura 2: Cromatoplacas com os extratos hexânico e etanólico das folhas *Terminalia catappa* Linn.

A relação entre a concentração e absorbância dos extratos hexânico e etanólico das folhas *T. catappa* Linn no consumo de DPPH, mostrou que o extrato etanólico (84,773%) tem um potencial antioxidante maior do que o extrato hexânico (81,650%), tomando como base a concentração de 1 mg/mL. O valor IC_{50} do extrato hexânico das folhas foi calculado por meio da análise da regressão linear entre a concentração do extrato vs % de inibição. A equação da reta foi $y = 73,012x + 12,557$ onde y representa % de inibição e x a concentração do extrato com (r) de 0,9635 na qual a IC_{50} do extrato hexânico foi de 0,512 mg/mL e do extrato etanólico de 0,00687 mg/mL.

A avaliação de toxicidade frente a *Artemia salina* revelou resultados bastante significativos, pois a dose letal (DL_{50}) foi de 79,830 ppm para o extrato etanólico e 87,671 ppm para o extrato hexânico. De acordo com AMARANTE.,et al (2011) considerou-se tanto o extrato hexânico quanto o etanólico altamente tóxicos. Estudos relatam que a toxicidade sobre *Artemia salina* está relacionado com atividades anticancerígena, antifúngica e antimicrobiana.

Os resultados da atividade citotóxica para os extratos frente a três linhagens de células de câncer humano estão mostrados na Tabela 02. Somente EHFTC destacou-se por apresentar forte atividade citotóxica (% RVC > 80,00%) nas três linhagens celulares de câncer humano (SF-295, HCT-116, PC-3).

Amostra	Linhagem Celular								
	SF-295 (glioblastoma)			HCT-116 (carcinoma de cólon)			PC-3 (adenocarcinoma de próstata)		
	% RVC ^a	EPM	A*	% RVC	EPM	A	% RVC	EPM	A
EEFTC	11,60	2,34	PA	0,00	0,00	SA	9,18	2,59	PA
EHFTC	83,78	3,50	MA	98,88	1,69	MA	88,50	2,24	MA

Tabela 02: Citotoxicidade das amostras em linhagens celulares de câncer humano testadas em concentração única (50 mg/mL).

^aOs dados estão apresentados como percentuais de redução da viabilidade celular (RVC % ± EPM) obtidos pelo programa *Graphpad Prism* Versão 5.0, a partir de 2 experimentos independentes realizados em triplicata após 72 h de incubação. *Classificação da atividade citotóxica (SA= sem atividade; PA= pouca atividade; Mo = moderada atividade; MA= muita atividade).

4 | CONCLUSÃO

A abordagem fitoquímica dos extratos hexânico e etanólico das folhas de *Terminalia catappa L.* revelaram a possível presença dos seguintes constituintes taninos, triterpenoides, esteroides e alcaloides, que foram corroborados pela análise em CCD dos extratos obtidos. Ressalta-se a presença de metabólitos importantes que possuem diversas propriedades farmacológicas já comprovadas e relatadas na literatura.

Os extratos das folhas foram submetidos ao teste larvicida frente às larvas de *Aedes aegypti* e não apresentaram resultados significativos. No entanto, os extratos hexânico e etanólico mostram-se altamente tóxicos no ensaio de toxicidade frente a larvas de *Artemia salina*.

No ensaio de atividade antioxidante com DPPH, o extrato etanólico (84,773 %) das folhas apresentou um potencial maior do que o extrato hexânico (81,650 %) na concentração de 1mg/mL.

O extrato hexânico das folhas de *Terminalia catappa L.* mostrou resultados bastante satisfatório no teste de citotoxicidade *in vitro* em três linhagens de células tumorais (carcinoma de cólon - 98,88%, adenocarcinoma de próstata – 85,50% e glioblastoma – 83,78%).

Os resultados obtidos direcionarão para o fracionamento cromatográfico do extrato hexânico das folhas de *Terminalia catappa L.* na busca de princípios ativos que corroborem com os resultados já alcançados. Desta forma, destacamos a contribuição deste estudo para o conhecimento quimiotaxonômico do gênero *Terminalia* e da família Combretaceae.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Cristine Bastos do; MULLER, Adolfo Henrique; POVOA, Marinete Martins; DOLABELA, Maria Fani. **Estudo fitoquímico biomonitorado pelos ensaios de toxicidade frente a Artemia salina e de atividade antiplasmódica do caule de aninga (Montrichardia linifera)**. Acta Amozonica, vol.3, no 3, 431-434. 2011.
- ANNEGOWDA, H. V.; NEE, C. Ween.; MORDI, M. N.; RAMANATHAN, S.; MANSOR, S. M. **Evaluation of phenolic content and antioxidant property of hydrolysed extracts of Terminalia catappa L.** Leaf. Asian journal of plant sciences. 9 (8): 479-485, 2010. ISSN 1682- 3974. 2010
- ANURACPREEDA, Panat; CHAWENGKIRTTIKUL, Runglawan; NGAMNIYON, Arin, PANYARACHUN, Busaba. **The in vitro anthelmintic activity of the ethanol leaf extracts of Terminalia catappa L. on fasciola gigantica**. Cambridge University Press, v. 144, Issue 14, p. 1931-1942, 2017.
- BABAYI, H; KOLO, I; OKOGUN, I. J; IJAH, J. J. U. **The antimicrobial activities os methanolic extracts of Eucalyptus camaldulensis and Terminalia catappa against some pathogenic microoganisms**. Nigerian society for experimental biology. Biokemistri 16(2): 106-111, 2004.
- BERRIDGE, M. V; TAN, A. S; MCCOY, K. D; WANG, R. **The Biochemical and Cellular Basis of cell proliferation Assays that use Tetrazolium Salts**. Biochemica, Berlin, v. 4, p. 14-19, 1996.
- COSTA, Luis Paulo de Sousa. **Documentação química e farmacológica de espécies vegetais do cerrado e caatinga Piauiense**. Piauí, 2014.
- DIVYA, N.; ANANDA, V. **In vitro antioxidant activity of ethanolic extract of Terminalia catappa leaves**. Asian Journal of Pharmaceutical and clinical research. Innovare academic sciences knowledge to inovation. ISSN. 0974-2441, 2015.
- FERNANDES, Otavio Lisboa Guterres. **Estudo fitoquímico, avaliação da atividade antioxidante e biologia da espécie Jasmin (Plumeria rubra L.)**. Acarape 2017.
- GADELHA, D. P; TODA, A. T. **Biologia e comportamento do Aedes aegypti**. Ver. Bras. Malariaol. D. Trop. 37, 29-36, 1985.
- LIMA, Rosalia Maria Torres. Fruto castanhola (*Terminalia catappa* Linn): **compostos bioativos, atividade antioxidante, e aplicação tecnologia**. Teresina, 2012.
- MATOS, Fransisco Jose de. Abreu. **Introdução à Fitoquímica Experimental**. 3 ed. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009
- MOSMAN, T. **Rapid colorimetric assay for cellular growth and survival: application to proliferation and cytotoxicity assays**. J. Immunol. Methods. 65: 55-63, 1983.
- NETO, Raimundo Luciano Soares; CORDEIRO, Luciana Silva, LOIOLA, Maria Iracema Bezerra. **Flora do Ceará: Combretaceae**. Rodriguésia, 65 (3): 685 – 700. 2014
- OLIVEIRA, M. F; LEMOS, T. L. G; MATTOS, M. C; SEGUNDO, T. A; SANTIAGO, G. M. P; BRAZ-FILHO, R. **New enamines derivatives of lapachol and biological activity**. Na. Acad, Bras. Cienc., 74, 2, 211- 221, 2002.
- PAULA, Andréia Alves de. **Caracterização físico- química e avaliação do potencial antioxidante dos frutos da Terminalia catappa Linn**. Itapetinga, 2008.
- PIETRO, Cocaro et. al : **Avaliação fitoquímica pro cromatografia em camada delgada das folhas caídas de Terminalia catappa Linn (Combretaceae)**. Biociência p. 110 vol.2. UNISANTANA. 2013

POONGULALI, Sundaram; SUNDARARAMAN, Muthuraman. **Antimycobacterial, anticandidal, and antioxidant properties of Terminalia catappa and analysis of their bioactive chemicals.** International journal of pharmacy and biological sciences. ISSN: 2321-3272(print), ISSN: 2230-7605(online). IJPBS, v. 6(2). 69-83. 2016.

RUFINO, Maria do socorro moura,. *et al.* **Metodologia Científica: Determinação da Atividade Antioxidante Total em Frutas pela Captura do Radical Livre DPPH.** Comunicado técnico. ISSN 1679-6535. Fortaleza 2007

SOUTO, Augusto Lopes. **Constituintes químicos de combretum fruticosum (loefl) Stuntz (Combretaceae).** Dissertação (Mestrados em farmacoquímica). UFPB/CCS. João Pessoa, 2011.

SANTOS, Orquídea Vasconcelos dos; LORENZO, Natasha Dantas; LANNES, Suzana Caetano da Silva. **Chemical, morphological, and thermogravimetric of Terminalia catappa Linn.** Food Science and Technology. ISSN 0101-2061. USP, São Paulo, 2015.

SANTOS, Humberto Artur Silva, et al,. **Avaliação da atividade relaxante do extrato etanólico bruto obtido de Erythroxylum caatinga, Erythroxylum subrotundum e Erythroxylum revolutum (Erythroxylaceae) em traquéia isolada de cobaia.** Evolvere Science, v. 1, n.1, p. 119-133, 2013.

SKEHAN, P; STORENG, R; SCUDIERO, D; MONKS., et al. **New colorimetric cytotoxicity assay for anticâncer – drug screening.** J. Natl. Cancer Inst., 82(13): 1107-1112, 1990.

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ, BRASIL

Maria Dasdores Gonçalo Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Redenção-CE

Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Redenção-CE

Juan Carlos Alvarado Alcórcer

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Redenção-CE

José Wertson Gonçalo Pereira

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Recife-PE

RESUMO: A água com altos teores de sais é uma das fontes exploradas em muitas regiões semiáridas para atender às demandas da população, pois existem lugares onde a fonte de água doce é difícil o acesso. Embora a água subterrânea seja uma alternativa para o abastecimento humano, muitas vezes apresenta-se imprópria para o consumo devido aos elevados índices de sais. Assim, o tratamento de água usando dessalinizadores pelo o processo de osmose reversa surge como alternativa para a obtenção de água potável e constitui em uma ferramenta concreta de desenvolvimento e inclusão social. Nesse

contexto, objetivou-se identificar a atual situação dos sistemas de dessalinização instalados em comunidades no município de Barreira, Ceará. Foram realizadas visitas técnicas em 16 comunidades onde se avaliou 18 sistemas de dessalinizadores a fim de levantar dados sobre o sistema, verificar a percepção ambiental dos moradores e o panorama vivenciado por cada comunidade. Constatou-se que o sistema pode ser socialmente sustentável, desde que a população utilize de forma adequada, que muitas vezes depende de intervenções políticas e pesquisas avançadas para beneficiar a comunidade, de forma a tornar o sistema autossustentável. Conclui-se que, para o desenvolvimento de comunidades rurais, o sistema de dessalinização de águas subterrâneas é um processo viável quando se emprega técnicas pós-tratamento e recursos financeiros com foco na sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, regiões semiáridas, dessalinizador, água potável.

ABSTRACT: High salt water is one of the sources exploited in many semi-arid regions to meet the population's demands, as there are places where the freshwater source is difficult to access. Although groundwater is an alternative for human supply, it is often unfit for consumption because of high salt rates. Thus, the treatment of water using desalinators

by the reverse osmosis process emerges as an alternative to obtain potable water and constitutes a concrete tool for development and social inclusion. In this context, the objective was to identify the current situation of desalination systems installed in communities in the municipality of Barreira, Ceará. Technical visits were carried out in 16 communities where 18 desalination systems were evaluated in order to collect data about the system, verify the environmental perception of the residents and the panorama experienced by each community. It was found that the system can be socially sustainable, provided the population uses it properly, which often depends on political interventions and advanced research to benefit the community, in order to make the system self-sustaining. It is concluded that, for the development of rural communities, the groundwater desalination system is a viable process when using post-treatment techniques and financial resources focused on sustainability.

KEYWORDS: Sustainability, semi-arid regions, desalinator, drinking water.

1 | INTRODUÇÃO

Em muitas regiões do Semiárido Nordestino, a demanda de água doce é um dos maiores obstáculos para os governos e para a sociedade, com relação à escassez para a produção de alimentos e para o abastecimento. O crescimento da população nessas áreas tem requerido enormes volumes de água. Nessa região cerca de 50% dos solos é formado por rochas do embasamento cristalino (granitos, gnaisses, xistos, etc.), agrava-se ainda mais, pois o solo da depressão sertaneja é raso, pedregoso e com pouca drenagem, afetando a quantidade e a qualidade da água subterrânea (PINHEIRO et al., 2018).

A princípio, a adoção da tecnologia de extrair o sal da água e garantir o acesso à água com qualidade para o abastecimento humano à população do semiárido marca a vida de milhões de pessoas. Portanto, é significativo conhecer a classificação das águas em conformidade o art. 2º da Resolução nº 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2005), considera-se água doce aquela com menos de 0,5 g/L de sais, enquanto a água salobra possui entre 0,5 e 30 g/L, ao passo que a água salina concentra mais de 30 g/L.

Diante desse problema, tem-se adotado o uso de dessalinizadores. É um equipamento eletrônico e hidráulico que realiza a retirada de sal da água e outros minerais por meio de um processo físico-químico chamado osmose reversa, produzindo água potável. O processo de dessalinização consiste na separação de sais presentes na água recorrendo à utilização de membranas semipermeáveis, produzindo uma solução baixa em salinidade e um concentrado (rejeito) de elevada salinidade. A dessalinização ocorre porque as moléculas de água difundem-se pela membrana mais rapidamente do que os sais e outros compostos com maior peso molecular (SUIÇA, 2007). Desta forma, a água produzida em comunidades que possuem este sistema apresenta reduzidos o teor de sais e os contaminantes microbiológicos prejudiciais à

saúde humana (PINHEIRO et al., 2018).

De maneira geral, sabe-se que a difusão de tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro, no tocante a implantação de equipamentos de dessalinização de água, pelo processo de osmose inversa, principalmente na região semiárida brasileira, é cada vez mais comum. Furtado et al. (2013) destaca a necessidade de que essas tecnologias sejam incorporadas cumprindo o ciclo vital na capacitação produtiva dos agricultores, no qual o processo de transferência de tecnologia só se completa quando ocorre a apropriação e a adoção pelas comunidades.

A dessalinização por osmose reversa surgiu na década de 80 e tem se destacado no processo de dessalinização de água salobra subterrânea nas regiões semiáridas. Essa técnica contribui para reduzir o déficit hídrico pelo qual sofre a região semiárida do Nordeste, uma vez que a quantidade de sais aceitável para o consumo humano é de 0,2% mg/l (200 ppm) para cada litro de água (PEDROTTI et al., 2015; SOUZA et al., 2015; PINHEIRO et al., 2018).

A dessalinização de águas salobras ou salinas é uma alternativa que atende comunidades isoladas em situação de desabastecimento hídrico, posto em evidência o desafio proeminente no aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, integrando práticas ambientais e sociais inovadoras na gestão de sistemas de dessalinização.

Nesse contexto, o Programa Água Doce - PAD do Ministério do Meio Ambiente O PAD visa instituir uma política pública continuada de acesso à água de qualidade para o consumo humano com vista ao aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, englobando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização (BRASIL, 2012).

Assim, Sachs (2009) menciona o estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefícios das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Ressalta-se que, a dessalinização das águas salobras pode constituir-se em uma ferramenta concreta de desenvolvimento regional no semiárido do Nordeste brasileiro. Sendo assim, é necessário que se acelere a implantação destas tecnologias nas regiões mais afetadas com a falta de água. O emprego desta tecnologia acaba por amenizar as precárias condições do abastecimento hídrico nas localidades nordestinas (CELLI, 2017).

No Estado do Ceará, a instalação de dessalinizadores em comunidades rurais tem originado certa inquietude, fato atribuído aos impactos negativos gerados pelo baixo aproveitamento dos rejeitos e pela expressiva parcela destes que é lançada no solo sem nenhum critério ou tratamento.

Portanto, a dessalinização da água salobra do subsolo além de prover água potável para o consumo humano, também tem o papel de alavancar o desenvolvimento

econômico da região com o aproveitamento integral da água potável e dos rejeitos oriundos do processo da dessalinização, contribuindo com a geração de renda e a segurança alimentar humana e animal.

Assim, o objetivo do trabalho foi identificar a atual situação dos sistemas de dessalinização e a percepção dos usuários em comunidades rurais e urbanas no município de Barreira, Ceará.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

O trabalho foi realizado no município de Barreira, Maciço de Baturité, Ceará, coordenadas 4° 17' 13" S e 38° 38' 35" WGr (IPECE, 2017). Nesse município realizou-se um estudo sobre a condição dos sistemas de dessalinização, sendo analisados 18 equipamentos em 16 comunidades rurais e urbanas. A pesquisa foi conduzida durante doze meses entre 2017 e 2018.

2.2 Caracterização da pesquisa

A pesquisa foi um estudo de caso, na qual, possui uma abordagem descritiva e os procedimentos adotados foram bibliográficos e de campo para compreender a importância e a utilização da tecnologia do dessalinizador pelas comunidades rurais e urbanas do município de Barreira.

Os procedimentos metodológicos foram sistematizados no sentido de construir o cenário atual dos dessalinizadores com finalidade de construir coletivamente uma possível intervenção do contexto atual.

A fonte de informação por meio da visita representa o contato inicial com o objeto de estudo da pesquisa, esta realizada com a participação de representantes das comunidades que operam o sistema.

Ainda que o ponto central da visita fosse identificar a atual situação de funcionamento dos dessalinizadores, algumas outras questões foram observadas dadas a relevância do cenário vivenciado pelas comunidades e a urgência na definição de medidas estabelecedoras para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

2.3 Condução do estudo dos dessalinizadores

A pesquisa consistiu em constatar a situação dos dessalinizadores por meio do contato inicial com as comunidades. Para tanto, utilizou-se de uma ficha de campo para o registro de dados contendo as seguintes informações: ano de construção e de funcionamento do sistema, horário de funcionamento, destinação dos rejeitos, número de famílias atendidas e organização social; do diálogo simples como forma de aproximação com o informante e da observação da paisagem circundante.

2.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio de análise estatística descritiva de forma a estabelecer comparações de funcionamento dos dessalinizadores na atual situação e como deveria funcionar de acordo com o Programa Água Doce - PAD, de forma ao atendimento às comunidades difusas do semiárido, neste caso específico no município de Barreira.

Baseado na proposta do PAD, o sistema de dessalinização para funcionar de forma sustentável deverá adotar um conjunto de ações integradoras, conforme esquema desenvolvido pela Embrapa Semiárido, a seguir (Figura 1).



FIGURA 1 - Uso adequado de efluente concentrado do sistema de dessalinização.

Fonte: MMA (2012).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1, têm-se a situação dos dessalinizadores em comunidades no município de Barreira, Ceará, sendo constatados 8 sistemas de dessalinizadores ativos e 10 sistemas inativos.

Ao analisar a tabela 1 foi possível constatar que na comunidade de Córrego possui um sistema instalado que ainda não funcionou. Na comunidade de Pascoalzinho possui três dessalinizadores, no entanto, um funciona o sistema de dessalinização, enquanto os outros dois sistemas, um ainda não foi colocado para funcionar e o outro está desativado. Já, as comunidades de Cruz, Lagoa do Barro, Uruá, Lagoa do Canto, Mearim I, Grossos e Lagoa do Meio os sistemas de dessalinização estão funcionando. Nas comunidades Angicos, Batalha, Croatá, Exu, Arerê, Caiana e Torre de Aço os sistemas de dessalinização estão desativados.

Comunidades	Sistema Ativo	Sistema desativado
Angicos	-	Deste 2017
Arerê	-	Deste 2012
Batalha	-	Deste 2009

Caiana	-	Não funciona
Crotá	-	Deste 2016
Córrego	-	Ainda não funcionou
Cruz	Ativo	-
Exu II	-	Deste 2014
Grossos	Ativo	-
Lagoa do Barro	Ativo	-
Lagoa do canto	Ativo	-
Lagoa do Meio	Ativo	-
Mearim I	Ativo	-
Pascoalzinho (3)	1 sistema*	2 sistema**
Torre de Aço	-	Não funciona
Uruá	Ativo	-
Total	8	10

TABELA 1- Situação dos dessalinizadores em comunidades rurais e urbanas no município de Barreira, Ceará.

* Sistema funcionando parcialmente

** Sistemas desativados

Para saber até que ponto os sistemas de dessalinização funcionam sustentavelmente, verificou que oito estão ativos, representando 44,44% dos 18 equipamentos de dessalinização estudados nas 16 comunidades do município de Barreira. Enquanto, que os sistemas desativados equivalem a 55,55%, sendo que dois sistemas estão instalados, porém ainda não foi possível ativá-los devido à falta de energia elétrica que permite o funcionamento do sistema, e os outros oito sistemas estão desativados por falta de manutenção.

O cenário vivenciado por estas comunidades explica questões que determinam a sua situação na sociedade, é nesse sentido que urge o estabelecimento de alternativas sustentáveis promotoras do bem viver. Consoante a esse pensamento, Fiel e Schreiber (2017), o termo sustentável “abrange a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, preocupando-se com a existência futura de recursos naturais para viabilizar a continuação da vida humana”. Isto posto, reflete diretamente na necessidade da água como um recurso indispensável à vida, um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei 9.433/97.

Por ser uma tecnologia substancial à produção de água potável, a dessalinização tem sido aplicada em algumas comunidades do Estado do Ceará. Porém, os resultados esperados em relação ao aproveitamento dos rejeitos não foram efetivados, como é o caso do município de Barreira, que não dispõe de alternativas de tratamento e destinação adequada dos resíduos gerados pelas unidades de dessalinizadores instaladas no município.

Nas comunidades estudadas, a água para consumo humano é fornecida por um dessalinizador de osmose reversa. No entanto, os rejeitos oriundos dessa atividade geraram poluição do solo, ocasionando em problemas para a população e órgãos ambientais.

Parte significativa desse estudo refere-se às questões de ordem sociais e ambientais frente à fragilidade e os desafios da conjuntura política brasileira. Portanto, é importante destacar dois fatos intrinsecamente relacionados com a circunstância, os cinco anos consecutivos de chuvas abaixo da média anual que afeta a maior parte da população e a crise econômica que tem acometido o funcionamento dos programas. Essa relação pode ser percebida no decurso dessa ação por meio do contato direto com a realidade dos sistemas de dessalinização instalados nas comunidades do município de Barreira, o qual se detalha a seguir:

Angicos

A implantação do dessalinizador aconteceu no ano 2000, onde a recuperação foi efetuada em 2009 pela Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, tendo o poço tubular como fonte de captação e sua vazão de bombeamento aproxima-se em 3000 litros/hora. Atende as comunidades Angico, Lagoa do Barro e Lagoa Nova, e seu uso é exclusivamente o consumo humano.

No entanto, o sistema de dessalinização (Figura 2) não está em funcionamento desde janeiro de 2017 devido à problemas técnicos, este quando ativo destinava-se o seu efluente (concentrado) ou a solução salobra diretamente no solo, podendo gerar problemas ambientais, principalmente no lençol freático e no solo.

Constatou-se que o sistema demanda urgentemente de um reparo geral para que possa retomar ao atendimento às comunidades com água potável.



FIGURA 1 - Imagem do sistema desativado da Comunidade Angicos e do dessalinizador por osmose reversa.

Arerê

Estima-se que o dessalinizador foi implantado em 2004 com reforma em 2008,

passando a funcionar até 2012 por motivo atribuído à queima da motobomba que deixou de atender as comunidades Arerê I e II com mais de 150 famílias. A fonte de captação é um poço tubular com vazão de bombeamento de 1200 litros/hora.

Os rejeitos do sistema não eram aproveitados e compunha uma crosta em função da alta concentração de sais.

Destaca-se que a comunidade dispõe da rede de distribuição de água implantada em 2008 e, que praticamente 100% das casas têm cisternas para atender o consumo humano, enquanto a água salgada atende aos demais usos.

Batalha

Há 08 anos, o sistema de dessalinizador instalado na comunidade Batalha não funciona e até mesmo o equipamento inexiste no local. Outro agravante é a água potável distribuída pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), que não chega à comunidade desde julho do corrente ano. A organização local denominada Associação Beneficente José Torres Nogueira Lima encontra-se desativada.

Caiana

O sistema não está em funcionamento há mais de seis anos, porque a comunidade passou a ser abastecida pela Cagece. Depois do equipamento de dessalinização ficar inativo, o poço ficou funcionando exclusivamente para atender ao consumo animal (gado), porém com certo tempo isolou-se por completo. É importante destacar que praticamente todas as casas têm cisternas.

Croatá

A instalação do dessalinizador aconteceu no ano 2003 pela Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA para atender 48 famílias com água potável. A fonte de captação é poço tubular perfurado em 1977, sua água apresenta altas concentrações de sais, que se agravou com o rebaixamento do nível da água do poço, ocasionado pelos anos consecutivos de baixas precipitações no Estado, resultando na inativação do sistema de dessalinização em julho de 2016. Quanto aos rejeitos advindo do sistema, não tinha aproveitamento devido ao grau de salinidade. Salienta-se que a tubulação é muito antiga, a água contém capa rosa (ferrugem) e o poço requer uma limpeza urgente para que viabilize o seu uso.

A Cagece fornece água à comunidade, mas como está com dois meses que não chega na localidade, um açude antigo conhecido de Quelemente, por meio de um sifão capta a água e, posteriormente, distribui pela rede para atender a demanda dos usuários. As casas têm cisternas e hidrômetros.

Córrego

A implantação do sistema de dessalinização ocorreu em 2017 pela Sohidra e aguarda o início do seu funcionamento para atender 250 famílias. A fonte de captação é um poço tubular também perfurado no mesmo ano, com vazão de 2.647 l/h, funcionando todos os dias durante duas horas em 3 vezes ao dia, totalizando 6 horas por dia.

A comunidade não dispõe de rede de distribuição da água, então cada pessoa pega diretamente no chafariz, onde não paga pela água salgada, mas com o equipamento eletrônico montado para o acesso à água doce através de fichas, será cobrado uma taxa de R\$1,00 (hum real) por cada 20 litros. Essa arrecadação cobrirá despesas com a energia e o operador.

Existe uma associação comunitária desde a década de 90, que se reúne esporadicamente e não está funcionando a contento.

Cruz

O sítio Cruz está dividido em três áreas (I, II e III) que interagem com total de 110 famílias, consequentemente o dessalinizador foi implantado em 2009 pela Sohidra para atender aproximadamente 40 famílias da comunidade Cruz II que dispõe de um poço tubular com considerável teor de sais, mas sem rede de distribuição de água. O sítio Cruz I tem apenas uma família residindo, sendo atendida por carro pipa, enquanto Cruz III recebe recurso hídrico menos salino comparado a Cruz II e possui rede de distribuição de água, permitindo o abastecimento normal dessa comunidade.

O dessalinizador funcionou pela última vez em março de 2017, considerando que as cisternas estão cheias em virtude das precipitações ocorridas no primeiro semestre, essa questão foi uma deliberação da organização local, a Associação de Desenvolvimento Comunitário Cruz – ADECOC. Os resíduos gerados pelo sistema ainda não é destinado adequadamente.

Exu II

O sítio Exu II com 100 famílias tem água encanada em aproximadamente 80% das casas e a instalação foi executada pela própria comunidade. A construção do poço tubular profundo para atender o abastecimento humano se deu em 1988, com vazão estimada em 4.400 l/h, enquanto o dessalinizador foi implantado em 1999 pela Sohidra, passando a funcionar até 2005, parou por um período de cinco anos devido à problemas técnicos e retomou as atividades no período de 2010 a 2014, não mais funcionando a partir desta data por falta de manutenção.

Os resíduos gerados pelo sistema tinha destinação inadequada, isto é, lançamento a céu aberto provocando uma série de agravantes que requer estudos específicos.

Destaca-se que associação comunitária encontra-se desativada.

Grossos

O Programa Água Doce em parceria com a Secretaria dos Recursos Hídricos e a Prefeitura Municipal de Barreira implantou no ano 2014 o Sistema de Dessalinização de Água (Figura 3) para atender 48 famílias, onde passou a funcionar somente em julho de 2017. Já o poço tubular tem 10 anos que foi construído e fornece uma vazão de bombeamento correspondente a 1700 l/h.

Das famílias que deveriam ser beneficiadas, 16 optam em não pegar água no sistema porque não concordam com a taxa. Diante dessa situação, o operador se dispõe a levar até as residências dois tambores, cada um com capacidade de 100 litros de água por R\$ 5,00, para custear as despesas com energia elétrica, flocon, etc., chegando a realizar de três a cinco viagens por dia. Outras comunidades buscam esporadicamente água no sistema.

A comunidade Grossos não é assistida pela Cagece, embora tenha rede de distribuição de água, mas também não libera água salgada por meio da encanação. Evidencia-se que praticamente todas as casas têm cisternas e existe uma organização social na comunidade chamada Associação da Localidade de Grossos.

O equipamento implantado de dessalinização possui três caixas de 5000 litros (água doce, água bruta e concentrado), 3 filtros, 4 membranas, balde retrolavagem (lavagem de membrana) e balde de flocon, bomba auxiliar, chafariz eletrônico (bombeia a água doce para o chafariz) e tanque de concentrado para criação de peixes.

Para o aproveitamento do rejeito, dois canos de saída foram instalados, um de água bruta e o outro de rejeito, para que as águas se misturem e possam ser aproveitadas para tomar banho, consumo animal, entre outros usos.



FIGURA 3 - Imagens de equipamentos referentes às etapas do processo de dessalinização na Comunidade Grossos. A) Dessalinizador por osmose reversa; B) Reservatórios de armazenamento de dessalinizada e de água bruta; C) Tanque de concentrado; C) Ponto de junção da água bruta com o rejeito.

Lagoa do Barro

O dessalinizador, embora em perfeito estado, está sem funcionar desde 2011 porque não atende à demanda das 46 famílias beneficiadas, considerando os múltiplos usos (doméstico, animal, limpeza do caju, dentre outros), principalmente no verão. Destarte, o consumo humano da comunidade é suprido com água acumulada nas cisternas de 16 mil litros de água.

A organização local por meio da Associação de Desenvolvimento da Lagoa do Barro – ASDELAB, existente mesmo antes de 2009, promove um diferencial no que concerne à gestão compartilhada com o Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar), esta possui atribuições que destacam-se pela assistência técnica, controle de qualidade da água, definição coletiva do cálculo de tarifas e emissão de contas. É importante citar que a comunidade dispõe de hidrometração individualizada, aspecto crucial no controle do consumo.

Lagoa do Canto

Em 2015 foi perfurado o poço tubular e implantado o dessalinizador pela Sohidra para atender 20 (vinte) famílias da comunidade Lagoa do Canto, destas, 15 (quinze) são beneficiadas e também as comunidades Lagoa Nova, Uruá e Lagoa do Barro quando falta água nessas localidades. O poço tem uma vazão de 1200 l/h e funciona

todos os dias.

O dessalinizador funciona até três vezes por semana e o valor mensal custeado pelas famílias da Lagoa do Canto é de R\$ 20,00 e as demais paga R\$ 1,00 por ficha para cada 20 litros de água. Logo, o concentrado oriundo desse processo é usado em três casas, posto que não tem projeto para reaproveitamento do mesmo.

A comunidade Lagoa do Canto não tem água encanada, mas possui cisterna em todas as casas. Como não existe uma organização local, as famílias fazem parte da associação do Uruá.

Lagoa do meio

O sistema de dessalinização foi instalado em 2015 pelo Programa Água Doce em parceria com a Secretaria dos Recursos Hídricos e a Prefeitura Municipal de Barreira, tendo início seu funcionamento em 2016 para atender 62 famílias das comunidades Lagoa do Meio, Arisco e Catolé, as duas últimas é a própria Lagoa do Meio, mas recebe nomes diferentes. As comunidades Torre de Aço e Riacho também são atendidas quando falta água doce em suas localidades.

O poço tubular que fornece água subterrânea salobra foi construído há 20 anos e funciona diariamente, sua vazão estima-se em aproximadamente 7000 l/h. Assim como o poço, o equipamento de dessalinização também funciona todos os dias. O equipamento de água doce funciona com ficha, sendo R\$ 1,00 a cada 20 litros, sem média de quantas fichas são distribuídas por dia, sabe-se que no primeiro semestre do ano é bem menos porque as cisternas têm água armazenada da chuva. O recurso advindo dessas fichas é destinado 40% para o operador e a energia é custeada pela Associação Lagoa do Meio. Convém mencionar que o consumo da comunidade ainda é baixo.

Na comunidade Lagoa do Meio não tem água encanada, contudo a maioria das casas dispõe de cisternas, portanto um número considerável de pessoas bebem água da cisterna.

O rejeito é direcionado ao tanque de concentração. Neste tanque tem apenas duas gaiolas com peixes. Um outro tanque bem menor foi construído próximo à estrada com finalidade de atender ao abastecimento animal, a água concentrada vem diretamente da caixa de 5000 litros.

Mearim I

O dessalinizador foi implantado pela Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, em 2016, e funcionou logo em seguida, enquanto a fonte de captação em se tratando do poço tubular que fornece água ao equipamento, estima-se sua perfuração há mais de 20 anos, onde passou 15 anos inativo e voltou a funcionar em

2016, provavelmente para submeter ao processo de dessalinização da água.

Sem informação sobre a vazão de bombeamento, embora considere que houve redução da vazão do poço em relação a época que foi perfurado. O sistema simplificado de abastecimento d'água (dessalinizador) atende as comunidades Mearim I (50 famílias), II, III, o Centro de Barreira e outras localidades, não tendo o controle exato de quantas famílias são atendidas. Cada usuário adquire a ficha por R\$1,00 para cada 20 litros de água. Estima-se que 70 (setenta) fichas são vendidas na segunda-feira e, em dia com pouco movimento, como a quinta-feira por exemplo, umas 25 (vinte e cinco), tendo uma média semanal de 200 fichas.

O rejeito ou concentrado resultante do processo de extração do sal da água é armazenado em anéis e reaproveitado nas atividades diárias, os interessados buscam a pé no chafariz. A comunidade Mearim I é atendida pela Cagece e dispõe de rede de distribuição de água, logo a água do sistema simplificado tem como uso prioritário o consumo humano e o rejeito advindo deste, tende a favorecer outras atividades, em razão da inexistência do projeto que destine adequadamente esse rejeito. É importante destacar que praticamente todas as casas têm cisternas.

O sítio Mearim II também visitado dispõe de um poço desativado e um perfurado recentemente, contudo, ainda sem funcionar, ambos com elevados teores de sais, sendo que o primeiro tem mais do que o segundo, de acordo com um informante da Comunidade Mearim II que não revelou o seu nome, expondo ainda que provou da água do poço recém perfurado por isso chegou a tal conclusão. Atualmente a comunidade recebe água do Mearim I.

Pascoalzinho

Nessa comunidade têm-se três dessalinizadores instalados.

O primeiro Sistema ou Sistema I (inativo), a instalação do equipamento de dessalinização aconteceu no mesmo ano em que o poço tubular foi perfurado, em 2015, pela Superintendência de Obras Hidráulicas, passando a funcionar no ano seguinte, em 2016, para atender 40 famílias. A vazão de bombeamento do poço é de 4000 l/h.

O sistema de dessalinização está sem funcionar há quase um ano e a falha identificada no processo se deu em decorrência da ineficiência do sistema operativo.

Dessa forma, a adoção da ficha com finalidade de tornar o sistema autônomo não foi aceito pelos usuários, tendo recusa da taxa de utilização dos recursos hídricos, pois não houve reunião de esclarecimento. Consequentemente, outras questões desfavoráveis surgiram, como o lançamento do rejeito no solo sem qualquer critério e/ou preocupação.

A comunidade Pascoalzinho não tem rede de distribuição de água, por outro lado, praticamente todas as casas têm cisternas para uso exclusivo do consumo humano. Inexiste organização social.

Segundo Sistema ou Sistema II (ainda não funcionou)

Essa área é conhecida também como Vila dos Canela, teve o sistema implantado no ano 2016 e não funcionou devido à falta de energia elétrica. A comunidade Pascoalzinho/Vila dos Canela é abastecida com água salgada de um poço tubular profundo de propriedade da prefeitura, perfurado há 15 anos, com vazão de aproximadamente 3000l/h, que atende 50 famílias.

Terceiro Sistema ou Sistema III (funciona parcialmente)

O dessalinizador foi implantado antes do ano 2000, pelo Governo do Estado através da Sohidra. O poço tubular fornece uma vazão de 5000l/h para atender 80 famílias.

Ressalta-se que a comunidade e a prefeitura realizaram o encanamento de água do sistema às residências, mas somente a escola recebe água doce do sistema. Diariamente o equipamento funciona com fornecimento de água salgada e a prefeitura custeia a energia elétrica. Comunidade não tem associação.

Torre de Aço

O sistema de dessalinização encontra-se totalmente desativado há vários anos, desde quando a Cagece passou a atender a comunidade com rede de distribuição de água, que até então não dispunha. A água fornecida pelo equipamento tinha ótima qualidade e os usuários obtinham uma ficha no valor de 0,20 centavos, mesmo com essas vantagens, a comunidade não quis continuar com o sistema funcionando e atualmente encontra-se totalmente isolado.

URUÁ I

A implantação do dessalinizador (Figura 4) aconteceu em junho de 2010 pela Sohidra, passando também a funcionar no mesmo ano, com o propósito de atender 200 famílias das comunidades Uruá I e II, Angico, Lagoa Nova e Arroz para uso exclusivo do consumo humano (cozinhar e beber). A fonte de captação é poço tubular perfurado há 33 anos e sua vazão de bombeamento estima-se em 6.700 litros/hora.

A rede de distribuição de água instalada pela comunidade Uruá I recebe apenas água salgada, uma vez que, busca-se a doce diretamente no chafariz através de recipiente (balde), exceto a escola que recebe água doce encanada. Logo, quase todas as casas dispõe de cisternas.

Faz-se necessário destacar que o rejeito (concentrado) oriundo do processo de dessalinização está sendo aproveitado quando misturado com água normal do chafariz (salgada) e usada nas residências. Por outro lado, tem desperdício por parte de alguns usuários. Menciona-se que existe uma organização local chamada Associação Comunitária dos Moradores de Uruá.



FIGURA 4 - Imagens de equipamentos referentes às etapas do processo de dessalinização na Comunidade Urua I. A) Dessalinizador por osmose reversa; B) Chafariz com reservatório de água bruta; C) Ponto de localização do poço; D) Ponto de localização da ficha de captação de água doce.

CONCLUSÕES

Compreender o processo de dessalinização na produção de água potável e para atendimento às comunidades que vivem em situação precária de abastecimento humano, a análise identificada nos possibilita constatar que entre os sistemas visitados e/ou observados se encontram pessoas com situações semelhantes ao difícil acesso à água de qualidade.

Na maior parte dos casos a realidade das comunidades contradiz os objetivos preconizados na Lei Nacional 9.433/07 e na Lei Estadual 14.844/10, pois não promove a disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, de modo a assegura a água, recurso natural essencial à vida e ao desenvolvimento sustentável.

Os sistemas implantados encontram-se em situação precária de funcionamento, precisando urgentemente de reparo geral para atender a proposta do PAD, produção de água potável para as comunidades em situação de desabastecimento hídrico.

Identifica-se ainda no diálogo com os operadores dos sistemas a ausência de

organização social como prática de buscar os seus direitos, portanto, as comunidades não foram preparadas para receber o sistema e desconhecem os benefícios e a importância do sistema integrado de dessalinização

A questão do dessalinizador é puramente gestão, portanto sem uma gestão autônoma e participativa para operar o equipamento e ser autossustentável a situação se agrava, comprometendo o direito fundamental de acesso à água potável. Dado o exposto, pensar em medidas socioeducativas de natureza solidária, tenderia para uma frente inovadora de forma a garantir o processo de empoderamento das pessoas da comunidade, aliando ensino-aprendizagem e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Água Doce**: Documento base. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/agua/category/41-agua-doce>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CELLI, R. Modelos de dessalinização e sua eficiência: comparativo entre tecnologias. **Revista Gestão, Tecnologia e Inovação**, v.1, n.1, 2017. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-ingenharias/pdf/n1/Artigo3-n1-Robson.pdf>>.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO N° 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005**. Publicada no DOU nº 053, de 18/03/2005, pág. 58-63. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>.

FIEL, A.A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. 1 Cad. **EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebapec/v15n3/1679-3951-cebapec-15-03-00667.pdf>>.

FURTADO, D. A.; BARACUHY, J. G.; FRANCISCO, P. R. M. (Orgs.). **Difusão de tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro**. Campina Grande: EPGRAF, 2013. Disponível em: <<http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Difus%C3%A3o-de-tecnologias-apropriadas-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-do-semi%C3%A1rido-brasileiro.pdf>>. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal - Barreira**. Fortaleza, Ceará. p.18, 2017. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Barreira.pdf>.

PEDROTTI, A.; CHAGAS, R. M.; RAMOS, V. C.; PRATA, A. P. N.; LUCAS, A. A. T. E SANTOS, P. B. Causas e consequências do processo de salinização dos solos. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 2, 2015, p. 1308 -1324. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/16544/pdf>>.

PINHEIRO, L. G.; FERREIRA, D. M.; SILVA, F. L.; MEDEIROS, J. A.; MEDEIROS, L. C.; PEIXE, P. D.; MOREIRA, S. A. Avaliação da sustentabilidade do processo de dessalinização de água no semiárido potiguar: Estudo da comunidade Caatinga Grande. **Revista Sociedade & Natureza**, v.30, n.1, p.132-157, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/37175/pdf>. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v30n1-2018-6-X>.

SACHS, Ignacy. STROH, Paula Yone (Org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SUIÇA. World Health Organization. **Desalination for safe water supply, guidance for the health and environmental aspects applicable to desalination.** Genebra, 2007. Disponível em: <http://www.pacinst.org/reports/desalination/desalination_report.pdf>.

SOUZA, F. P.; PERTEL, M.; TEXEIRA, T.; FERREIRA, A. V.; MENEZES, L. E. C. F.; PERREIRA, P. S. F. Qualidade da água de abastecimento da comunidade tamarindo em Campos dos Goytacazes/RJ. **Perspectivas online – Ciências Exatas e Engenharia**, v.11, n.5, p.1-16, 2015. Disponível em: <http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/exatas_e_engenharia/article/view/602/521>.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA FALAM SOBRE ISSO?

Dayane Gomes da Silva Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga

João Pessoa- Paraíba

Ninótica Rosa Vieira Andrade

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa- Paraíba

Marta da Silva Aguiar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga

João Pessoa- Paraíba

Ismael Ferreira do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga

Itaporanga- Paraíba

João Viturino dos Santos Gonçalo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga

Itaporanga- Paraíba

Isaiane Rozado Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga

Itaporanga- Paraíba

Entende-se que a educação política formal é um instrumento importante para efetivação da cidadania via participação política e que, por isso, precisa ser amplamente discutida e incentivada na disciplina de Sociologia, sendo o livro escolar um instrumento imprescindível a esse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; participação política; educação política; livros de sociologia.

ABSTRACT: This paper analyzes the offer of three Sociology textbooks for High School, approved for the “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD) of 2018, on the issue of citizenship and political participation. We consider formal political education as an essential instrument for the realization of citizenship through political participation and that, therefore, needs to be widely discussed and encouraged in the discipline of Sociology, and the school textbook is an essential instrument for this process.

KEYWORDS: Citizenship, Political Participation, Political Education, Sociology Textbooks

RESUMO: Este artigo analisa a proposta de três livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, aprovados no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018, sobre a questão da cidadania e da participação política.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2008, a disciplina de Sociologia, depois de muito tempo afastada do currículo do

Ensino Médio, foi reincorporada como obrigatória, através da Lei Federal nº 11.648. Antes disso, o parecer CNE/CEB nº 38/2006, ao tratar do assunto, já tinha justificado a relevância da disciplina, apontando-a como necessária ao exercício da cidadania, importante à “formação humanística de jovens que se deseja sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas”.

Mas, passados quase dez anos da disseminação da Sociologia no Ensino Médio, qual tem sido seu papel enquanto promotora de educação política para os jovens?

O objetivo deste artigo é analisar quais as percepções de três livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD -, de 2018, sobre o universo da cidadania e da participação política. Entende-se que o livro didático é um importante norteador da ação do professor e dos alunos, sendo relevante para o resultado do processo de educação política escolar.

Em 2018, o PNLD de Sociologia contou com 5 livros: Sociologia (ARAÚJO, BRIDI MOTIM;2016), Sociologia hoje (AMORIM, BARROS, MACHADO; 2016), Tempos modernos, tempos de sociologia (BOMENY, EMERIQUE, MEDEIROS, O'DONNEL; 2016), Sociologia em movimento (SILVA, et. al; 2016) e Sociologia para jovens do século XXI (COSTA, OLVEIRA; 2016). Desses, os três primeiros foram analisados. A escolha desses três livros deu-se de forma aleatória. Os demais livros serão considerados em trabalho posterior.

Foram analisados, para cada um dos livros, o (s) capítulo (s) destinados à discussão da temática em questão, ou correlatas. Os aspectos primordiais investigados foram: bibliografia, atividades propostas para o conteúdo, sentido da palavra cidadania, forma como a participação política é retratada. Além disso, foram analisados os resumos das propostas, de cada livro, enviadas ao PNLD.

Acredita-se que, ao compreender como a cidadania e a participação política são retratadas nos manuais de sociologia, é possível perceber qual educação política está posta nesse universo, isto é, se de fato, trata-se de uma iniciativa voltada à ativação da cidadania juvenil.

2 | CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Democracia, cidadania e participação popular estão presentes em discursos de distintas orientações ideológicas e políticas, tanto no universo governamental, quanto na sociedade civil, mas na prática seu estabelecimento tem sido tarefa árdua. Nos últimos anos, sobretudo após a redemocratização e a Constituição de 1988, o Brasil tem vivenciado um processo, com avanços e retrocessos, de alargamento das práticas democráticas. Mesmo com tantos impasses, a progressiva descentralização de parte do processo decisório é um elemento importante para a cidadania.

A atuação da sociedade nos espaços participativos é essencial, mas é uma atividade complexa, que precisa superar dois grandes desafios internos:

a) o da vontade de exercer participação política, que envolve desde uma questão de cultura, de crença na participação como meio para fortalecimento democrático, até o rompimento dos custos imbuídos na ação participativa (NOGUEIRA, 2005).

b) o desafio do conhecimento teórico e prático sobre os mecanismos participativos e suas implicações. Os processos participativos institucionalizados são longos, cansativos e muitas vezes instrumentalizados, dominados pelos que, dentre os demais, possuem maiores recursos intelectuais, organizativos, linguísticos, colocando em xeque a legitimidade de algumas decisões coletivas (NOGUEIRA, 2005).

A participação efetiva nos espaços públicos necessita do domínio de conhecimentos. A educação política é uma solução interessante contra a apatia política e a falta de conhecimentos específicos para inserção ativa nos mecanismos participativos. Assim, há uma relação necessária e indissociável entre cidadania, participação e educação política.

O “letramento político”, como chama Cossen (2011), é fundamental para o alcance da maturidade democrática e supõe tanto a divulgação de informações procedimentais sobre a política, quanto a conscientização sobre a relevância da participação social. Quando é oferecida educação política de qualidade à sociedade, pode-se preparar esta última para o jogo democrático, possibilitando uma democracia plena. O letramento político é um meio de tornar a sociedade mais atuante na política através de uma série de conhecimentos e valores que lhe são transmitidos.

Benevides (1996A; 1996B) mostra três elementos necessários para compreensão da Educação para democracia: a formação/informação intelectual (é preciso informar o cidadão sobre as questões políticas, assim como sobre temáticas outras, como cultura, artes, literatura, à medida que a ausência de conhecimentos reforça desigualdades); a educação moral (valores democráticos e consciência ética); e a educação do comportamento (subordinação dos interesses individuais ao bem coletivo, respeito às diversidades e tolerância).

A participação política precisa ser tratada e ensinada como um valor, pois é através dela que se pode ter uma democracia fortalecida e cidadãos conscientes e envolvidos em prol de seus direitos. O ensino de valores democráticos e o incentivo e a preparação para participação é estritamente necessário à constituição da cidadania.

A alteração de regras democráticas institucionais, o aperfeiçoamento dos processos participativos, pouco impacto podem gerar, se, paralelamente a isso, não existir um povo informado sobre o mundo político e seu aporte técnico e com vontade de tornar-se parte constante e ativa desse universo. É preciso que as pessoas estejam formadas politicamente para que a cidadania seja de fato ativada.

A educação política, a participação e a cidadania se retroalimentam, sendo indissociáveis. A formação política deve investir no incentivo às práticas participativas, porque, em certa medida, sua produção depende das pressões populares que surgem pela participação. Com esse ciclo, a própria participação passaria a atuar como uma escola de cidadania (BENEVIDES, 1994).

Educar politicamente é educar para a democracia e para a cidadania, o que deve ocorrer dentro da escola formal e ser fomentado por todas as instituições envolvidas nos processos democráticos, como os parlamentos, o poder executivo, as organizações sociais, os partidos políticos, os conselhos, as universidades, dentre outros.

Pensando a educação para cidadania nas escolas, Virgílio (2012) salienta que ela deve atuar no desenvolvimento de uma personalidade essencialmente democrática, na qual há disposição para enfrentar os desafios sociais, tolerância para lidar com o conflito, ajudando a produzir alguém capaz de operar em prol do desenvolvimento social.

Benevides (1996B) diz que, independente da ideologia e das práticas governamentais, os programas educacionais oficiais das escolas públicas tendem a contemplar a chamada educação para a democracia. No entanto, quando muito, as Ações para tal tem caráter cívico, de modo que pouco tem contribuído para formar cidadãos ativos, questionadores da realidade e capazes de lutar para alterá-la.

Mas e a Sociologia, que voltou ao Ensino Médio com o objetivo declarado de formar cidadãos, qual tem sido seu papel nesse contexto? A próxima seção abordará a relação entre os livros didáticos de Sociologia e a educação para a cidadania.

3 | OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Foram inscritos, ao total, 12 livros didáticos de Sociologia no PNLD 2018, dos quais 5 foram aprovados (“Sociologia”, “Sociologia hoje”, “Tempos modernos, tempos de sociologia”, “Sociologia em movimento” e “Sociologia para jovens do século XXI”).

O documento do PNLD 2018 expõe a proposta de cada um dos livros aprovados, contemplando uma “visão geral”, “descrição e análise da obra” e a proposta de cada um para “sala de aula”, em que são dadas orientações rápidas ao professor sobre como trabalhar o material no dia-a-dia escolar.

Analizando essa apresentação feita pelos autores do livro “Sociologia”, percebeu-se que a questão da cidadania e da participação política não é mencionada, a não ser quando são expostos os nomes de cada um dos capítulos. É frisado que o livro possui aprofundamento teórico conceitual na área da Sociologia, o que reduz parcialmente o espaço da Antropologia e da Ciência Política.

Já no livro “Sociologia hoje”, é enfatizada sua divisão em três partes. Essas possuem, inclusive, quantidade de páginas semelhantes: a) cultura, b) sociedade e c) poder e cidadania. Cada parte retrata uma das áreas das ciências sociais. Ao descrever a terceira parte, Amorim, Barros e Machado (2016), destacam que “essa unidade reconhece a cidadania como atitude diante do jogo político que envolve a todos, ou seja, a distribuição e o controle do Poder, além do controle do Estado” (BRASIL, 2007, p. 24).

Os autores de “Tempos Modernos, tempos de sociologia” frisam que a Sociologia

é predominante em toda a obra, mas que a Antropologia e a Ciência Política também são abordadas. Não há menção aos termos “cidadania” e “participação política”, nem mesmo como título de algum capítulo.

3.1 “Sociologia”

A cidadania é tema do capítulo 8, do livro “Sociologia”, intitulado “Cidadania, política e Estado”. A foto inicial, que ocupa toda a primeira página, mostra uma multidão em um comício em São Paulo, organizado em 1974, em favor das diretas já. Para apresentar o capítulo, os autores resumem que

Estudaremos nesse capítulo: a cidadania, uma conquista valiosa, fruto da participação dos indivíduos na sociedade. É pelo exercício da política dos homens e mulheres de diversas idades que acontecem as transformações sociais, uma vez que poder, de modo geral, se refere à capacidade de agir (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 230).

O texto contém as seguintes divisões temáticas: a) Cidadania é uma conquista; b) As origens dos conceitos de cidadão e cidadania; c) Políticas públicas: dilemas da cidadania; condições da cidadania no Brasil; d) Poder e política: exercício e participação; e) Cidadania: entre o público e o privado; f) Estado e sociedade; g) Estado e governos: duas visões sobre a atuação do Estado capitalista e autoritarismos e totalitarismos: ameaças à cidadania.

No texto, a cidadania é diretamente relacionada à igualdade e ao respeito a direitos tidos como necessários à democracia. É dito que, historicamente, a conquista de direitos esteve ligada às lutas sociais, assim: “os direitos, legitimados pelas leis, decorrem da pressão e da mobilização da sociedade. Só existe cidadania quando há possibilidade de os indivíduos, com seus direitos e deveres, se tornarem sujeitos atuantes na história” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 232).

O texto resume momentos históricos de luta por direitos, e os impasses imbuídos nesse processo, trazendo em letras destacadas a afirmação de que “a cidadania ativa se traduz na busca por participação na sociedade e não pode ser apenas concedida ou tutelada pelo poder político.” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 232)

É realizada uma descrição da evolução do conceito de cidadania, em destaque para a noção Marshalliana de sequência de direitos (civis, políticos e sociais). Também é discutida a tese do trabalho como requisito para a cidadania, tema que é utilizado como proposta para a realização de uma atividade sobre manifestações trabalhistas e a repressão violenta do Estado. Entretanto, mesmo com a atividade proposta, essa seção não conseguiu avançar para além do caráter descriptivo. A teoria “dos direitos”, por exemplo, não é tensionada a partir da situação do Brasil, não sendo levantados elementos importantes para construção de um argumento que aponta para nossa situação social como um grande problema à nossa condição democrática.

Na seção sobre políticas públicas, além da descrição do conceito, é feita relação entre sua produção e as pressões sociais via participação popular. Já na parte sobre

a cidadania no Brasil, os autores mostram momentos históricos de conquistas cidadãs no país, enfatizando os avanços e retrocessos nesse campo, utilizando os conceitos de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme, e de “cidadania concedida”, de Teresa Sales.

O texto traz, ainda, uma provocação aos estudantes, discutindo o necessário envolvimento da sociedade na política.

Fazemos política quando, no local de trabalho, nos unimos para conquistar melhorias ou participamos do sindicato. Fazemos política na escola ou na universidade quando participamos das organizações estudantis, do grêmio ou do diretório acadêmico. Fazemos política ao nos interessarmos pelas coisas do nosso bairro, da nossa cidade, da zona rural, do nosso país; enfim, quando queremos decidir o que é essencial para nossa vida. A política está no nosso cotidiano, desde uma reunião de moradores do bairro para reivindicar iluminação ou a instalação de um semáforo, até o envolvimento formal com movimentos sociais, partidos políticos ou grupos religiosos. Participar de eleições é somente uma das formas de atuar politicamente, embora seja uma parte importante da atividade política (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 243).

Ainda assim, não há menção a dados sobre a situação da participação política no Brasil. A apatia política dos jovens não aparece como uma questão durante todo o texto, de modo que mesmo que discursivamente a provocação acima toque na necessidade de participação, não há um contraste com a conjuntura atual do país.

Em parte significativa do capítulo, o texto discute o Estado Moderno, fazendo menção a diversos autores, como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Athusser, Poulantzas e Weber. Também é discutida a diferença entre Estado e Governo e sobre tipos de Estados. Por fim, o texto é finalizado com o debate sobre Estados autoritários e a consequente ameaça desses à cidadania, sendo indicados filmes e livros importantes que abordam esse universo.

Os exercícios propostos ao final do capítulo tem caráter de revisão do conteúdo exposto, tendo inclusive o título de “revisar e sistematizar”. Faltaram atividades de cunho mais crítico e subjetivo, capazes de tencionar o pensamento dos discentes sobre a cidadania e a participação política, ainda que o texto apresente alguns elementos críticos ao aliar paralelamente a fatos históricos o desafio constante do exercício cidadão via participação política.

Modo geral, trata-se de um capítulo amplo, que traz muitas informações, muitos conceitos e autores, o que certamente, apesar da linguagem de fácil acesso, deve oferecer problemas à compreensão de estudantes do Ensino Médio. Apesar do texto ter cumprido um papel informativo, de apresentar o pensamento de autores consagrados sobre a temática em pauta, e ter feito uma retrospectiva teórica interessante, inexistiu, a nosso ver, um real estímulo à participação social juvenil ou, ao menos, algo que possa ter despertado, por si só, a crença dos alunos na cidadania enquanto um valor, cujo exercício da participação popular, fomentada pela educação política, é o meio para ser alcançada.

3.2 “Sociologia Hoje”

“Sociologia Hoje” é, dentre os demais, o livro didático que dedica maior espaço à discussão sobre política e cidadania. Há toda uma unidade voltada a isso, totalizando cinco capítulos, que abordam, em separado, as temáticas da formação do Estado Moderno, da globalização e da política, da cidadania em sentido geral, da cidadania no Brasil e temas contemporâneos na Ciência Política. Há, então, dois capítulos destinados especificamente à discussão sobre cidadania, o 13º e o 14º.

No 13º capítulo, intitulado “A sociedade diante do Estado”, é apresentada a cidadania como o reconhecimento de pertencimento a um grupo político, incluindo direitos e deveres próprios dessa condição. O texto retrata a teoria de Marshall sobre as três gerações de direitos e problematiza o fato de tendermos a considerar alguns direitos como naturais, quando, na verdade, todos eles foram fruto de lutas.

Um ponto alto do texto, a nosso ver, é a parte destinada aos movimentos sociais, que além de trazer conceitos e relatar fatos históricos, conduz os alunos a uma discussão sobre o que move a participação popular nesses movimentos, momento em que é introduzido o debate sobre “distribuição”, “reconhecimento” e os “bivalentes”, de Nancy Fraser, o que é exemplificado e contextualizado pela ação do Movimento dos Sem Terras - MST, do movimento indígena e pelas lutas do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBTs, no Brasil, como também pelo movimento feminista e pelo movimento em favor dos negros, de caráter global.

Os dilemas da ação coletiva, propostos por Mancur Olson, são trabalhados, seguidos de uma finalização provocativa aos discentes: “Que tipo de coisa ou situação deixa de acontecer na sua escola, na sua igreja ou no seu bairro porque as pessoas não se organizam? [...]” (AMORIM, BARROS E MACHADO, 2016, p. 253). Outra seção desse capítulo trata das revoluções, a partir das categorias criadas por Charles Tilly.

No capítulo seguinte, o 14º, de título “A política no Brasil”, a cidadania brasileira é retratada pelos olhos de José Murilo de Carvalho, Simon Schwartzman e Raimundo Faoro, ressaltando a versão da herança patrimonialista do Estado, como explicação para nossa situação atual, que seria de corrupção e favores.

Em um Estado patrimonialista, em vez de lutar por direitos, os grupos, classes e indivíduos pedem favores. [...] Nessa herança colonial estão as origens de muitos problemas atuais da sociedade brasileira. De um lado, a extrema desigualdade social e a exclusão de grande parte da população dos direitos mais elementares. De outro, um Estado bastante comprometido com interesses particulares, que busca tirar vantagens do patrimônio público, prática que hoje em dia chamamos de corrupção (AMORIM, BARROS E MACHADO, 2016, p. 265).

O texto segue mostrando eventos que vão desde a abolição da escravatura no Brasil até a promulgação da Constituição de 1988, quando são frisadas as conquistas democráticas face a nossa ainda frágil democracia e o desenvolvimento progressivo de uma cultura que passa a tratar os direitos enquanto conquistas e não dádivas.

Há uma seção destinada aos partidos políticos no Brasil, seus tipos, classificações, suas funções em relação à democracia, o presidencialismo de coalizão e as alianças partidárias. Por fim, a última parte do texto, explora o que chama de “o problema da corrupção”, retomando suas origens patrimoniais e possíveis motivos de sua persistência. É destacada a relevância de uma imprensa livre para denunciar os escândalos de corrupção e o voto consciente é elencado como forma de diminuir a corrupção. Os autores propõem aos discentes uma atividade oral, fazendo-os pensar até que ponto a corrupção não parte deles e da sociedade como um todo, reverberando com uma interpretação, bastante difundida na academia e no senso comum, de que a corrupção está imbuída na cultura brasileira.

Nós vivemos na mesma cultura que os políticos corruptos, e é provável que tenhamos alguns hábitos semelhantes aos deles, por mais que nos incomode reconhecer isso. Muitas vezes desrespeitamos a lei em situações aparentemente sem importância, com infrações de trânsito, crimes contra a limpeza pública (jogar lixo na rua, por exemplo), e pequenas tentativas de levar vantagem sobre os outros. Será que isso não explica parte de nossa tolerância com políticos corruptos? Afinal, alguns deles são eleitos mesmo depois de comprovadas as denúncias contra eles. Se nos preocupássemos mais com nosso comportamento, isso não aumentaria nossa disposição para cobrar como cidadãos, e assim contribuir para o fim da corrupção? (AMORIM, BARROS E MACHADO, 2016, p. 278).

Essa percepção, entretanto, não contraposta a nenhuma outra, acaba passando-se como a “verdade” sobre a conduta, necessariamente, corrupta do brasileiro. Não há espaço aqui para adentrar esse debate, mas acreditamos que teorias como a de Jessé de Souza sobre esse mesmo ponto, poderiam ser ao menos mencionadas.

Uma parte dos exercícios finais, propostos no capítulo, volta-se ao resumo das teorias e informações históricas apresentadas ao longo do texto. Outra atividade, de caráter mais crítico, traz uma música e uma imagem que retratam a esperança na democracia e questiona o discente sobre as realizações práticas desse projeto.

Esse livro, embora tenha aparentemente destinado maior espaço para a discussão sobre cidadania e participação, e tenha recorrido a autores de peso, como Marshall, José Murilo de Carvalho e Fraser, deixou de elencar aspectos fundamentais para o debate. Não aborda a situação social do Brasil como elemento implicador do processo democrático, não menciona o papel da grande mídia, atribuindo, em oposição, peso aos próprios jovens sobre o que seria nosso grande mal, a corrupção, sem questionar as bases desse argumento, nem mostrar soluções para tudo isso.

Há, de modo geral, um caráter muito mais expositivo, que tenta dar informações sobre o estado atual da produção das ciências sociais sobre esse universo, do que um argumento solidamente construído, que gere impactos na forma como os jovens avaliam a cidadania brasileira e que desperte neles, de modo direto, a ânsia participativa.

3.3 “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”

Em “Tempos Modernos, tempos de sociologia”, é o capítulo 19, intitulado de “Participação política, direito e democracia”, que se volta para a discussão sobre a

cidadania e a participação. O texto tem como panorama central a questão do Brasil e inicia-se explicando o que é a constituição e suas versões ao longo da história do país. Também aborda as ações do Regime Militar, sobretudo as destinadas ao cerceamento democrático, momento em que é mostrada uma imagem de uma passeata pelas “Diretas Já” e em que é citado rapidamente que esse movimento “entrou para a história política como um marco da mobilização pelo restabelecimento da democracia no país” (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 304).

Numa das seções do capítulo, chamada de “Democracia se aprende, cidadania também”, os autores invocam um pouco da teoria de Tocqueville para mostrar que a democracia e a cidadania podem ser aprendidas. Elisa Reis é citada para trazer a apresentação da ideia de cidadania como inclusão na *civitas* e corroborar com a definição traçada pelos autores: “Uma definição geral de cidadania pode então ser assim formulada: conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito no ambiente social em que vive” (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 305).

A teoria “dos direitos” de Marshall é recuperada no texto de forma descriptiva e embora sejam mostradas fotos de manifestações sociais, uma por melhoria do transporte público e outra de uma parada gay, não é feita, nesse momento, menção explícita a relação entre participação social e efetivação da cidadania. As imagens estão atreladas a um texto que explora a cidadania como uma combinação entre direitos e deveres e, de forma ligeira, é dito que esses direitos são construídos historicamente.

Em outro momento do material, é feito um apanhado histórico sobre a situação do voto no Brasil, partindo de uma provocação inicial para os jovens discentes:

Você certamente sabe que ao completar 16 anos todo brasileiro passa a ter o direito de votar nas eleições municipais, estaduais e federais, por meio das quais ajuda a escolher aqueles que comporão o Poder Executivo (prefeitos, governadores e presidentes) e o Poder Legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais, e senadores). Deve saber, também, que aos 18 anos esse direito deixa de ser facultativo e passa a ser um dever de todos os cidadãos, que têm de comparecer obrigatoriamente a cada eleição realizada. Mas será que você sabe que nem sempre foi assim? Entender um pouco da história do voto no Brasil é entender um dos aspectos mais importantes do processo de consolidação da democracia – e também da cidadania – em nosso país. (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 307)

Logo após, o texto apresenta uma discussão em torno do questionamento “cidadãos de que classe?”, onde toca-se na questão da apatia política do brasileiro, diferente dos demais livros, eu não fazem essa constatação de forma clara. Essa parte do capítulo, é a mais enfática sobre a participação popular, abordando a situação atual do Brasil em relação à participação, a falta de informações da população sobre seus direitos, as conquistas que já tivemos em relação à participação e a alerta de que ainda assim falta muito para chegarmos a situação ideal. Aqui, é exposto o conceito de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme, utilizado para discutir os dados sobre a realidade nacional e à concepção clássica de cidadão enquanto membro de uma

comunidade.

Por isso Wanderley Guilherme batizou essa noção de cidadania regulada, ou seja, cidadania restrita, dentro de certas condições. Seria uma cidadania seletiva, podemos concluir, só aplicável aos que têm um contrato de trabalho formalizado. Então, estamos diante de uma distorção: se cidadão é todo membro de uma comunidade maior, de uma cidade, sua cidadania não pode decorrer do fato de ter uma ocupação ou um documento. O resultado é que dividimos o que deveria ser uma condição de todos entre uns, que podem e têm, e outros, uma grande maioria, que não podem e não têm direito aos benefícios que deveriam ser garantidos aos cidadãos... (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 309)

Imediatamente depois, os autores completam o argumento, lembrando que

Tudo isso quer dizer que não avançamos nada? O bom da experiência democrática é que com ela aprendemos a querer mais e mais, a melhorar mais e mais. Essa atitude é indispensável à vida em sociedade, porque ensina a exigir o que precisa ser modificado e cuidar do que se conquistou. (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 309-310)

Os autores revisitam a teoria de Marshall, mostrando avanços sociais que o Brasil teve, a exemplo do aumento considerável de números de matrículas escolares, um direito social essencial para conquista dos demais direitos e da cidadania como um todo. Em outro momento do texto, a teoria da evolução dos direitos Marshallianos já havia sido retratada, em conjunto com o pensamento de exclusão/inclusão de Elisa Reis.

O aprendizado democrático é levemente mencionado, quando os autores afirmam que “[...] não nascemos sabendo de cidadania nem de democracia, e a escola é um dos espaços onde aprendemos sobre a vida em sociedade.” (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 310). Nota-se que, de forma muito simples, os autores abordam a importância da educação política via instituições de ensino formal.

Há, ainda, menção à necessidade de liberdade de imprensa, às pressões e denúncias sociais, ainda que o problema da parcialidade e intencionalidade política da nossa grande mídia não tenham sido retratados.

A nosso ver, um ponto importante desse material é a parte destinada aos exercícios. Há indicação de dois filmes para discussão (“Tempo de resistência” e Vlado- quase trinta anos depois”) que são histórias reais de pessoas que viveram e lutaram contra o período da Ditadura Militar brasileira.

As demais atividades são provocativas. Uma delas, por exemplo, utiliza um trecho do discurso de Ulysses Guimarães sobre a Constituição de 1988 e questiona os alunos sobre os caminhos práticos que foram estabelecidos para participação popular e se de fato o povo tem sido o “superlegislador”. Outra questão indaga sobre o papel da televisão brasileira na Ditadura. Há ainda, em um dos exercícios propostos, indagações sobre a importância da participação popular a partir da canção “Para não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, e “Carta à República, de Milton Nascimento.

Por fim, os autores retratam depoimentos de jovens que participaram do encontro

“Vem ser cidadão”, cujo objetivo era a discussão sobre o protagonismo juvenil. Após citar a fala de três jovens sobre a temática, é sugerido que os alunos produzam um texto com o tema “Cidadania e Participação social”, contendo uma proposta de ação social para cidadania.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os livros, com diferentes precisões argumentativas, foi possível perceber que a noção de cidadania utilizada está sempre atrelada à luta por direitos, à participação social. Os direitos, necessários à cidadania, são tratados como fruto de combates e como um processo em contínua construção.

Embora os livros toquem, de uma maneira ou de outra, na relevância da participação política, eles não abordam ou fazem menção direta aos problemas estruturais que temos e que dificultam seu exercício. Não é frisada a realidade de exclusão social, miséria e desigualdade como geradoras de limites à cidadania. Em relação a todos os livros, percebeu-se a ausência de possíveis soluções ou mesmo de estímulo direto à participação.

Todos os livros analisados trouxeram a definição de Marshall, mas não mencionaram essa argumentação, trazendo informações e levantando questionamentos a respeito da real garantia desses direitos “básicos” no Brasil e as implicações disso para a nossa cidadania. Mesmo o livro , “Tempos modernos, tempos de sociologia”, que analisa em conjunto a teoria dos direitos de Marshall e a ideia de “inclusão” e “exclusão” de Elisa Reis, não coloca em questão a situação a falta de direitos, sobretudo os sociais, no Brasil, como elemento de fato problematizador.

Outro ponto que, embora levemente mencionado por dois dos livros, não é devidamente discutido, é a questão da parcialidade da nossa grande mídia e os efeitos disso para o exercício da cidadania. A temática da recente fábrica de notícias falsas na internet, tema que certamente faz parte do universo dos alunos, não foi suscitada.

Categorias relevantes foram abordadas pelos livros didáticos, como a de “cidadania regulada” e “cidadania concedida”, mas a impressão é que, nos dois primeiros livros analisados, foram apenas descritas, sem ter, ainda que usando uma linguagem e esquema analítico condizentes com a realidade geral dos alunos de Ensino Médio, sido utilizadas como pontos de questionamento da nossa realidade.

A conjuntura de apatia política da sociedade brasileira em geral e dos jovens em particular não foi mencionada nos dois primeiros livros avaliados. O papel essencial da educação política oferecida pelas escolas e demais instituições, como mecanismo para vencer a apatia política e aperfeiçoar a qualidade da participação, também só foi retratado, embora ainda merecendo aprofundamento, no livro “Tempos modernos, tempos de sociologia”.

Nenhum dos livros analisados mostrou de que forma os jovens podem, de fato,

participar politicamente das decisões públicas. Nenhum mecanismo institucional de participação ou de fiscalização das ações governamentais foi explorado.

De modo geral, pode-se afirmar que pelo que os livros didáticos de sociologia, do PNLD 2018 mostraram, a discussão sobre a cidadania carece de aperfeiçoamento. Pelo resumo das propostas cadastradas no programa, já foi possível notar que essa discussão, preconizada pelas diretrizes educacionais, como sendo função central da sociologia no ensino médio, não foi assim tratada. Os textos, embora baseados em rico referencial teórico, construíram espécies de resumos das teorias, sem traçar ligações claras e questionadoras com a realidade brasileira.

Não há dúvidas que o papel da sociologia na escola é fundamental para o ajudar no “despertar para cidadania” dos jovens discentes, mas a depender do livro didático, por si só, esse papel será mal desempenhado. Há que se destacar, no entanto, que esse papel não é de responsabilidade única dos manuais da disciplina. A atuação dos professores em sala, mesmo tendo como ponto de partida o livro, pode impactar sobremaneira a percepção política dos discentes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. Volume único. Ensino médio. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2016.

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. Volume único. Ensino Médio. 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, n. 33, 1994, pp. 5-16.

_____. Educação para a cidadania na democracia contemporânea. IEA- USP, 1996A. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevideseducacaocidadania.pdf> Acesso em: 29/07/2016.

_____. Educação para a democracia. **Lua Nova**, n. 38, 1996B .

BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia Gali. **Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio**. Volume único. 3 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2018: Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica– SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2017.

COSSON, Rildo. O letramento político como missão educativa do Parlamento. 2011. **Cadernos do ILP**, São Paulo, n.1, p. 57-59, 2011. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=276> Acesso em: 10 de março de 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para Sociedade Civil: temas éticos e políticos para gestão democrática do Estado**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Afrânio, et. al. **Sociologia em movimento**. 2 edição. São Paulo: Moderna, 2016. COSTA, Ricardo Cesar Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

VIRGÍNIO, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, jan./abr. 2012, p. 176-212.

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO LARGO E BECO DO BOTICÁRIO (RJ): UMA RUÍNA ESQUECIDA?

Patrícia Martins de Sá

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

Maria Amália S. A. Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Memória Social
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

RESUMO: A proposta do artigo é refletir acerca do Conjunto Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário com base em dois conceitos do filósofo Paul Ricoeur, a saber, o vestígio e o esquecimento de reserva, sendo o primeiro teorizado na obra *Tempo e Narrativa III* (2010) e o segundo, na obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007). Será apresentado um breve histórico sobre o local para em seguida reter as análises com base na teoria de Paul Ricoeur. Por último, algumas considerações sobre o Largo e a escolha que se pretende fazer, a partir do reconhecimento da sua condição atual, em ruína.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, ruína, memória, esquecimento, Paul Ricoeur.

ABSTRACT: The proposal of the article is to reflect on the Architectural Complex of the Largo and Beco do Boticario based on two concepts

of the philosopher Paul Ricoeur, namely, the vestige and forgetfulness of reserve, being the first theorized in the work *Time and Narrative III* (2010) and the second, in the work *The memory, the history, the forgetfulness* (2007). A brief history of the place will be presented and then retained on the basis of Paul Ricoeur's theory. Finally, some considerations about Largo and the choice that one intends to make, from the recognition of its present condition, to ruin.

KEYWORDS: patrimony, ruin, memory, oblivion, Paul Ricoeur.

1 | INTRODUÇÃO

O que diria Bandeira se descobrisse que o Largo do Boticário, reduto histórico cuja degradação o deprimia, porque as suas casas tinham substituído o “velho autêntico” pelo “velho fingido”, e a velha mangueira onde ele subia na infância fora queimada, se encontra ainda mais abandonado, usado meramente como estacionamento, e suas casas ameaçadas pela umidade e pelas gambiarras? (<https://oquediriaabandeira.wordpress.com/2013/08/02/o-rio-de-manuel-bandeira/>, 2017)

Este trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro (UNIRIO) e apresentado no III Seminário Internacional em Memória Social – Memória e Turismo: roteiros, trajetórias, discursos e subjetividades em construção, realizado em Maio de 2018, na cidade do Rio de Janeiro. A proposta é refletir acerca do Conjunto arquitetônico do Largo e Beco do Boticário com base em dois conceitos do filósofo Paul Ricoeur, a saber, o *vestígio* e o *esquecimento de reserva*, sendo o primeiro teorizado na obra *Tempo e Narrativa III* (2010) e o segundo, na obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007).

Este texto inicia com um breve histórico sobre o local para em seguida reter as análises com base na teoria de Paul Ricoeur. Por último, algumas considerações sobre o Largo e a escolha que se pretende fazer, a partir do reconhecimento da sua condição atual.

Acitação em epígrafe reflete a tristeza que sentiria Manuel Bandeira se descobrisse a situação do Largo do Boticário, um reduto histórico da cidade do Rio de Janeiro em estado de abandono. Se vivo, o poeta, escritor e frequentador assíduo do lugar certamente estaria ainda mais abalado em seus sentimentos ou nas suas *impressões-afecções*. Eis então a reflexão que trazemos à cena: com base nos conceitos acima o Largo do Boticário é uma ruína esquecida? E que a melancolia de Bandeira não nos impeça de ser feliz na ruína.



Figura 1 – Beco do Boticário

Fonte: Paulo Targino Moreira Lima

2 | LARGO DO BOTICÁRIO: BREVE HISTÓRICO

Quem passa rapidamente pela Rua Cosme Velho altura do número 822, no bairro que leva o mesmo nome da rua, na cidade do Rio de Janeiro, talvez não perceba que ao lado do Terminal Rodoviário Urbano Cosme Velho tenha um recanto charmoso, bucólico e em ruína capaz de estimular a imaginação daqueles que dispuserem de um tempo para apreciá-lo. Estamos falando do Conjunto Arquitetônico do Largo e Beco do

Boticário, também conhecido como Largo do Boticário. O local foi tombado em 12 de Setembro de 1990 [Número do processo: E-18/300.258/87] pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) que o localiza da seguinte maneira:

Casas, nº 20, 26,28, 28-fundos e 30 do largo do Boticário; logradouros públicos denominados largo e beco do Boticário incluindo vegetação, pavimentação e demais aspectos urbanísticos, paisagísticos e geográficos; casa nº 32 do largo do Boticário, incluindo o seu interior, portas, janelas, azulejaria, tetos de madeira lavrada, chafariz, jarrões, fragmentos recompostos de peças em mármore e todos os demais elementos decorativos antigos apostos; casa no beco do Boticário nº 4, casas na rua Cosme Velho, nº 792, 800, 822, 857; edícula s/nº ao lado esquerdo da pista de acesso do túnel Rebouças que foi a mina d'água da casa demolida do conde de Agrolongo. Cosme Velho, - IV R.A - Rio de Janeiro. (INEPAC, 2017)

A história do Largo do Boticário remete ao fim do século XVIII com a construção das casas. Na primeira metade do século XIX, por volta de 1831, o militar reformado Joaquim Luis da Silva Souto comprou grande parte da região decidindo fazer sua morada naquele local. Além de militar, Joaquim Luis também era um boticário de renome e bem sucedido, daí a origem do nome Largo do Boticário. Em 1846, o marechal Joaquim Alberto de Souza Silveira que serviu a Dom Pedro II e foi padrinho de Machado de Assis também morou no local.

No começo do século XX, em 1920, Edmundo Bittencourt, fundador do Jornal *Correio da Manhã* comprou as casas e as reformou em estilo neocolonial. Para essa reforma ele usou material de demolição – material esse proveniente da parte antiga do Centro da cidade que naquela época estava sendo modificada para a abertura da atual Avenida Presidente Vargas. Os arquitetos modernistas Lúcio Costa e Gregori Warchavchik, foram os responsáveis pela reforma de algumas das casas no Largo. A esse respeito diz o site do Patrimônio Fluminense:

O beco e o largo do Boticário compõem um recanto bucólico, isolado do tráfego urbano, incrustado a poucos passos da rua Cosme Velho. Do beco, que dá acesso ao largo, ainda se vê trecho de um afluente do rio Carioca. As casas, originalmente térreas, foram construídas em fins do século XVIII. Foram reformadas nos decênios de 1920 e 1930, com aproveitamento de material de demolição da parte antiga do centro da cidade, na época da abertura da avenida Presidente Vargas. Azulejos, portas e traves de jacarandá, lampiões, figuras de louças foram selecionadas e requalificadas para enobrecer o casario do largo com bom gosto, conforme a moda neocolonial vigente. A casa da rua Cosme Velho, 857, de composição classicizante, é de 1843. Os abacaxis de ferro, trazidos do interior de Minas Gerais, renderam à casa o apelido de Solar dos Abacaxis. A imponente fachada, em meio ao casario e vegetação remanescente, completa a atmosfera bucólica do que outrora foi o bairro. O tombamento inclui interiores, elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos, a pavimentação e demais aspectos urbanísticos e paisagísticos. (INEPAC, 2017).

Não obstante, o que deveria ser motivo de preservação e visitação turística foi, a partir de meados dos anos 1990 sendo alvo de depredações, violência e abandono. A estrutura do imóvel encontra-se comprometida, principalmente, em relação às varandas e o teto junto à entrada, assim como vergalhões e rebocos que dividem espaço com mofo e pichações. A desapropriação de algumas das casas [as de número 20, 26, 28 e 30] pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não impediu o processo de

degradação dos imóveis que após tantos anos em estado de abandono se constituíram em verdadeiras ruínas.



Figura 2 – Largo do Boticário

Fonte: Patrícia Martins de Sá



Figura 3 – interior de uma das casas

Fonte: <http://diariodorio.com/passado-e-futuro-do-largo-do-boticrio/>

A herdeira do conjunto, Sra. Sybil Bittencourt nomeou seus advogados a tratarem judicialmente a questão da utilização dos imóveis pela prefeitura. Tal problemática vem desde que o ex-prefeito da cidade, César Maia, em 2006, publicou por meio de um decreto a desapropriação dos imóveis. Como naquela ocasião nada teria sido resolvido, o decreto perdeu a validade. Seis anos depois, em 2012, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade enviou à Câmara Municipal um Projeto de Lei Complementar (nº 85/2012) cujo objetivo era “flexibilizar a permissão de uso dos imóveis tombados, incluindo atividades comerciais. Com isso, os casarões poderiam ser transformados em hotéis, por exemplo.” (O Globo, 2017).

Em 18 de novembro de 2015 foi divulgado na mídia que um investidor árabe

assinou promessa de compra e venda das quatro casas pertencentes a Sra. Sybil Bittencourt mas o negócio não evoluiu. Em outra reportagem na mídia, datada em abril de 2016, informa que a Sra. Sybil não tinha recursos financeiros para manter a propriedade e aguardava uma posição do poder público. Diz a matéria:

No ano passado, Sybil, que estava morando em uma das casas, alegou, através do advogado, que não tinha dinheiro para fazer a manutenção da propriedade.

“Na verdade, esperamos uma posição mais consistente do poder público, que não fez nenhuma proposta envolvendo as casas”, disse Bruno Siciliano, advogado da herdeira, ao site da revista Veja. (DIARIODORIO.COM, 2017)

A mesma matéria informa ainda que depois de meses de negociação, a Sra. Sybil assinou contrato de exclusividade com uma reconhecida e tradicional imobiliária da cidade que atua no filão de compra e venda de grandes incorporações para clientes classe A e de empresas, a qual iniciou a procura por investidores interessados na compra do referido patrimônio.

Semana passada, vendemos um apartamento de 500m2 em Ipanema por 18 milhões. É o preço que estamos pedindo por um cartão postal do Rio de Janeiro, com quase 3.000m2 construídos em um terreno enorme. Em janeiro, vendemos uma loja de 400m2 na Avenida Rio Branco por 17 milhões de reais. Você sabia que hoje, maltratado e sem divulgação nenhuma, sem acesso à parte interna das casas, o Largo recebe cerca de 200 visitantes por dia? (O GLOBO, 2016).

E retornando à legislação, em 14 de Março de 2018 foi promulgada a Lei Complementar 183 que diz: “Cria condições de incentivo ao aproveitamento e à conservação de edificações tombadas ou preservadas, localizadas no Beco e no Largo do Boticário, no bairro do Cosme Velho”, ou seja, permite

a reconversão de edificações tombadas ou preservadas situadas no Beco do Boticário e no Largo do Boticário, localizados no bairro do Cosme Velho, por meio da transformação de uso e/ou pelo desdobramento em unidades independentes, em condições especiais estabelecidas nesta Lei Complementar, desde que garantidas as condições de proteção e integridade do patrimônio cultural e aprovado pelo órgão de tutela e pelos demais órgãos competentes. (Municipais, 2018)

É nesse contexto que se encontra o Largo do Boticário: um patrimônio em ruína, mas também um lugar bucólico que foi cenário para filme, peça de teatro, novelas, artistas, fotógrafos, músicos e que ainda recebe visitantes para apreciá-lo. Além do conflito entre o poder público e a proprietária, entra no jogo uma grande e renomada imobiliária da cidade cujo interesse pelo negócio esteja vinculado não apenas ao valor do imóvel, mas a tudo que envolve a venda de um bem patrimonial localizado na zona sul do Rio de Janeiro, onde o poder aquisitivo da população que reside na região é um dos mais altos da cidade. O futuro deste patrimônio, quem saberá?

3 | PAUL RICOEUR

Paul Ricoeur nasceu em 27 de Fevereiro de 1913, em Valance, na França e morreu em 20 de maio de 2005, aos 92 anos de idade. Sua história de vida e profissional

são motivos de pesquisa entre historiadores e filósofos em vários países do mundo, principalmente na Europa. No Brasil, várias obras foram traduzidas para o português e seu conteúdo acadêmico tem sido alargado para diversos campos do saber. Como bem disse a professora Marie France Bergué.

Ricoeur propôs a oferecer para o século vinte conceitos chaves e muito fecundos para pensar, como por exemplo, o símbolo, a metáfora viva, o paradoxo entre as diferentes temporalidades, a distinção entre mismidade e ipseidade, a distinção entre ética e moral; são todos que, ao longo de sua obra, ele foi propondo. Foram fecundos porque dinamizaram muitas vezes pensamentos que estavam estancados, segundo uma aporia tão tensionada que estava com a morte do sujeito e para recorrer à morte do sujeito [...] entre a humilhação do sujeito por Nietzsche e a exaltação do sujeito por Descartes, Paul Ricoeur aí que encontrou uma via média. (YouTube, 22:30, 2017).

Neste sentido, Paul Ricoeur oferece um campo de diálogo com diversos autores do pensamento, principalmente àqueles da contemporaneidade. “Para ele, a filosofia sempre há de ser um diálogo aberto e não uma mera doutrina.” (YouTube, CANAL (á) 24:08, 2017).

Um conceito trabalhado por Paul Ricoeur que propomos para refletir o Largo do Boticário é o conceito de vestígio apresentado em sua obra *Tempo e Narrativa – volume III* (O tempo narrado). O conjunto arquitetônico carrega em si uma história que remonta sua construção no fim do século XVIII e diante do seu estado atual de conservação é possível abordá-lo como vestígio, ou seja, como uma marca, um signo que permite um acesso ao passado.

[...] Mais precisamente, o historiador fica a meio caminho da definição inicial do vestígio e de sua extensão a uma coisa. São os homens do passado que deixaram sinais; mas são também os produtos de suas atividades, suas obras, portanto coisas que Heidegger diria dadas e maneáveis (ferramentas, moradas, templos, sepulturas, escritos) que deixaram uma marca. Nesse sentido, ter passado por ali e ter posto uma marca se equivalem: a passagem expressa melhor a dinâmica do vestígio, a marcação expressa melhor sua estética. (RICOEUR, 2010, p. 204).

Consideramos o Largo do Boticário como essa marca no bairro do Cosme Velho. Uma construção histórica por onde passaram pessoas ilustres como os arquitetos Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Le Corbusier, além de escritores e artistas como Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral, Burle Max, Cecília Meireles entre outros. Ao longo dos séculos, as reformas e depredações sofridas fizeram com que quase tudo nesse cenário se perdesse e, atualmente, a marca que fica é o patrimônio, a construção tombada. E o autor continua,

Sigamos, em benefício da história, o subentendido do primeiro sentido: alguém passou por ali; o vestígio convida a seguir, a remontar, se possível, até o homem, até o animal, que passaram por ali; o vestígio pode ser perdido; pode até se perder, não levar a lugar nenhum; pode também se apagar: pois o vestígio é frágil e precisa ser conservado intacto, se não, embora a passagem tenha ocorrido, ela simplesmente terminou; é possível saber, por outros indícios, que homens, animais, existiram em determinado lugar: permanecerão para sempre desconhecidos se nenhum vestígio levar até eles. Portanto, o vestígio indica *aqui*, ou seja, no espaço, e *agora*, ou seja, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça,

a busca, a pesquisa, a investigação. Ora, a história é tudo isso. Dizer que ela é um conhecimento por vestígios é recorrer, em última instância, à *significância* de um passado terminado que, no entanto continua preservado em seus sinais. (RICOEUR, 2010, p. 204).

Pesquisar o Largo do Boticário é entendê-lo como esse vestígio das sociedades que o vivenciaram, dos eventos que ali aconteceram, ou seja, da vida a partir do fim do século XVIII. É fato a sua significância não apenas para a história da cidade do Rio de Janeiro e para o bairro do Cosme Velho, bem como para a memória de muitos que por ali passaram ou ainda vivem. Ele também é frágil no que tange a sua inviolabilidade [é propriedade privada e, talvez por isso, não tenha sido possível mantê-lo conservado intacto], portanto, não sabemos até quando seguirá preservado em seus sinais; não obstante, ele ainda indica no espaço e no tempo uma história vivida e a ser contada.

Continuando sua argumentação sobre o vestígio, Ricoeur fala sobre a importância do caráter cônscio quando introduz uma relação entre a coisa marcante e a coisa marcada onde o *vestígio* é o *efeito-signo*, ou seja, combina a *significância* com a *causalidade*, na coisidade da marca. Além disso, aponta que as noções de tempo datável, público, extensivo são essenciais para se entender o vestígio, deslocando-o do historial para o intratemporal.

[...] De saída, a databilidade, com seus “*agora*”, “*então*”, “*outrora*” etc., é colocada em jogo; mas nenhum caçador, nenhum detetive, irá se ater a essas referências vagas; a databilidade sem data não interessa; é com o relógio na mão que ele segue o vestígio, com o calendário no bolso que remonta a ele. Em seguida, seguir o vestígio, remontá-lo, é decifrar, no espaço, o *estiramento* do tempo; mas como fazê-lo, se o lapso de tempo não estiver de saída submetido ao cálculo e à medida? O trajeto da passagem, assim como o traçado do traço, do vestígio, são impiedosamente lineares. É no tempo sucessivo que se deve reconstituir a significância do vestígio, mesmo que ela não esteja contida na pura sucessão. Por fim, o vestígio, enquanto visível para todos, ainda que acabe só sendo decifrável por alguns, projeta nossa preocupação, da qual a caça, a busca e a pesquisa são as principais ilustrações, no tempo *público* que torna todas as durações privadas comensuráveis. (RICOEUR, 2010, p. 210).

Pensar o Largo do Boticário como uma realidade histórica requer inseri-lo nas noções acima remetendo-o nessa passagem do tempo, ou seja, pesquisando-o a partir do ano de sua construção, da sua linearidade temporal e da sua visibilidade histórica. Neste sentido, considerá-lo vestígio é encontrar nele todas as *produções* da prática histórica.

Como parte da pesquisa de campo uma das autoras participou de um circuito de visitação ao Largo do Boticário organizado por um grupo de Guias de Turismo chamado Sou+Carioca. Este grupo criou uma página no Facebook com o objetivo de organizar e realizar passeios em grupo, em diversos pontos turísticos do estado do Rio de Janeiro. Por mais de uma vez, o Largo do Boticário foi escolhido para visitação e numa delas foi possível fotografar o interior de uma das casas do conjunto arquitetônico. O que se observou sugere a existência de vestígios com referência no conceito de Paul Ricoeur. São os azulejos, o piso, a fonte, as esculturas, as pedras, bastante deteriorados, capazes não apenas de contar a história dessa construção, bem como suscitar

a imaginação do que possa ter sido ou existido naquele lugar. Atualmente, esses vestígios são constantemente ameaçados pelo desaparecimento, seja pela natureza que o encobre, seja pela destruição humana, como por exemplo, arrancar as peças e vendê-las por seu valor de antiguidade. E neste aspecto Paul Ricoeur diz que “[...] o vestígio pode ser perdido; pode até se perder, não levar a lugar nenhum; pode também se apagar [...]”. (RICOEUR, 2010, p. 204). Os vestígios se apagam ou se perdem, depende de como acontece e, há algumas décadas esse processo de apagamento/destruição vem sendo cada vez mais acelerado pelo tempo. Cabe sinalizar que no dia da visita (14/07/2017) foi possível constatar a reação de encantamento das pessoas por estarem diante de uma construção do século XVIII; mas ao mesmo tempo ficaram surpresas com o péssimo estado de conservação e abandono. Do grupo formado por aproximadamente vinte pessoas, a maior parte mora na cidade do Rio de Janeiro e conheceu o Largo do Boticário, incluindo seu interior, pela primeira vez. Além do grupo Sou+Carioca outros grupos de turismo fazem constantemente visitas ao local perpetuando esse patrimônio no roteiro de seus projetos.



Figura 4 e 5 – Interior de uma das casas

Fonte: Ligia Fortes – 14/07/2017

A escolha do Largo do Boticário como objeto de pesquisa surgiu em virtude da memória afetiva de uma das pesquisadoras, cuja família materna foi moradora do bairro do Cosme Velho por mais de cinquenta anos. O local era palco das brincadeiras de infância, juntamente com os passeios ao Corcovado. Momentos inesquecíveis de risadas, confissões, brincadeiras e descobertas: o Largo marcado na memória. A esse respeito, relacionamos Paul Ricoeur quando trata sobre o esquecimento, em especial

o esquecimento de reserva, em sua obra A memória, a história, o esquecimento (2007) quando diz:

A experiência-chave que acabamos de dizer é a do reconhecimento. Falo dele como de um pequeno milagre. De fato, é no momento do reconhecimento que se considera a imagem presente como fiel à afecção primeira, ao choque do acontecimento. Onde as neurociências falam simplesmente de reativação dos rastros, o fenomenólogo, deixando-se instruir pela experiência viva, falará de uma persistência da impressão originária. É esse discurso que tentarei elevar a seu mais alto grau de incandescência, explorando, na esteira de Bergson, em Matéria e Memória, a pressuposição inteiramente retrospectiva de um nascimento da lembrança desde o exato momento da impressão, de uma “revivescência das imagens” no momento do reconhecimento. Uma existência “inconsciente” da lembrança deve, então, ser postulada, independentemente do sentido que se possa atribuir a essa inconsciência. É essa hipótese da preservação por si, constitutiva da própria duração, que tentarei estender a outros fenômenos de latência, até o ponto em que essa latência possa ser considerada como uma figura positiva do esquecimento que denomino esquecimento de reserva. Efetivamente, é a esse tesouro do esquecimento que recorro quando tenho o prazer de me lembrar do que, certa vez, vi, ouvi, experimentei, aprendi, adquiri. É com base nessa perseverança que o historiador poderá, na esteira de Tucídides, edificar o projeto de um “conhecimento adquirido para sempre”. (RICOEUR, 2007, p. 426-427).

Com esta citação o Largo do Boticário pode ser entendido como um lugar que se põe fiel às lembrança de infância para além da reativação dos rastros, mas também como marca de uma experiência viva. Estar nele ou simplesmente reconhecê-lo em fotos ou qualquer outro suporte material é imediatamente lembrar momentos felizes, reviver imagens e sentimentos até então esquecidos, porém, preservados.

[...] Sobre o pressuposto retrospectivo, construo um raciocínio: foi preciso que algo permanecesse da primeira impressão para que dela me lembre agora. Se uma lembrança volta, é porque eu a perdera; mas se apesar disso, eu a reencontro e reconheço, é que sua imagem sobrevivera.” (RICOEUR, 2007, p. 438).

Ricoeur aponta que o esquecimento é abordado pela clínica somente pelo viés das “distorções da memória” e questiona se ele [o esquecimento] é de fato, uma disfunção, uma distorção. Ele concorda em parte com essa teoria quando se trata do esquecimento definitivo, àquele ligado ao apagamento dos rastros. Não obstante, essa visão compete com outra, a qual remete ao esquecimento reversível ou até inesquecível que é o chamado esquecimento de reserva ou profundo, aquele em que há o prazer de se lembrar, do que se viu, ouviu, experimentou etc. O autor aponta que essas são leituras ambivalentes dos fenômenos mnemônicos em relação ao esquecimento, cuja origem e justificação se encontram na competição dessas abordagens heterogêneas, a saber, uma seguindo pela interiorização e a outra, pelo caminho da experiência princeps do reconhecimento.

Em relação aos rastros, Ricoeur fala em três tipos de rastros, a saber, o rastro escrito ou documental, o rastro cortical ou cerebral tratado pelas neurociências e o rastro psíquico ou impressões, no sentido de afecção. Segundo ele, toda problemática do esquecimento profundo incide na articulação entre o rastro cortical e o rastro psíquico e que estudar essa articulação não é tarefa fácil, na medida em que são

abordagens muito diferentes. Os rastros documental e cortical consistem em marcas “exteriores”, a saber, o da instituição social para o arquivo e o da organização biológica para o cérebro. Para Ricoeur, o mais complexo é o rastro psíquico, pois “consiste na persistência das impressões primeiras enquanto passividades: um acontecimento nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito” (RICOEUR, 2007, p. 436). Com o objetivo de compreender essa articulação, Ricoeur desenvolveu quatro pressupostos: o primeiro pressuposto é considerado por ele como fundamental está voltado às inscrições-afecções, pois elas carregam o segredo do rastro mnemônico e significam permanecer, durar, conservar a marca da ausência e da distância. Essa análise se aproxima da obra *Matéria e Memória* (1999), de Henri Bergson. O segundo pressuposto diz respeito aos obstáculos impostos à recordação. O terceiro aponta que não há contradição entre a capacidade das inscrições-afecções de permanecer e durar e o saber dos rastros corticais, pois o acesso a esses rastros é heterogêneo: existencial de um lado e objetivo do outro. O quarto e último pressuposto fala da sobrevivência das imagens reconhecida como uma figura fundamental de esquecimento profundo, que ele chama de esquecimento de reserva.

Com base no terceiro pressuposto, o autor questiona a diferença entre o rastro cortical e o rastro psíquico alegando que déficits mais ou menos graves ameaçam nossa memória. São dois saberes diferentes sobre o esquecimento: um saber exterior e um saber íntimo, cada qual com seus caminhos. Ao mesmo tempo em que ele confia no rastro cortical, no exercício da memória feliz, confia também na capacidade de durar e permanecer das inscrições-afecções, capacidade sem qual ele não teria como compreender o que significa presença da ausência. Não obstante, Ricoeur também desconfia dos entraves à memória, os quais se convertem em usos e abusos para o esquecimento. E justo neste ponto surge um conflito entre os impedimentos potencialmente reversíveis e o apagamento incontornável. Daí então ele questiona:

“quais experiências podem ser consideradas como confirmações da hipótese da sobrevivência das impressões-afecções além de sua aparição? Nesse ponto, a experiência *princeps* é a do reconhecimento, esse pequeno milagre da memória feliz.”. (RICOEUR, 2007, p. 437).

Neste sentido, o Largo do Boticário pode ser entendido como essa experiência *princeps* que confirma a sobrevivência das impressões-afecções capaz de acionar a memória feliz, a memória de tudo que se vivenciou naquele lugar. Mas e o esquecimento?

Continuando seus argumentos Paul Ricoeur se depara com a problemática do reconhecimento e a da sobrevivência das imagens. Encontra pela primeira vez a questão do reconhecimento no âmbito da fenomenologia da memória quando distingue a memória em: memória-hábito [a da ação e sem reconhecimento explícito] e memória-rememoração [que não prescinde de reconhecimento declarado; que se faz por um trabalho do espírito]. Para o filósofo, “O reconhecimento é o modelo desses mistos reconstruídos, e o entrelaçamento das duas memórias, o exemplo do

misto mais fácil de se decompor e recompor" (RICOEUR, 2007, p. 440). E diante da dificuldade colocada pela dicotomia do reconhecimento, o autor diz:

[...] Enquanto isso, a psicologia é habilitada a declarar "que o passado parece mesmo armazenar-se, como havíamos previsto, sob essas duas formas extremas, de um lado os mecanismos motores que o usam, do outro as imagens-lembranças pessoais que desenham todos os acontecimentos do passado, com seu contorno, sua cor e seu lugar no tempo" (*op. cit.*, p.234). Pode-se assim notar que essas duas formas extremas de "fidelidade a conservar" (*idid.*) que são "a memória que revê" e "a memória que repete" (*idid.*) operam ora em sinergia, ora em oposição. (RICOEUR, 2007, p. 440).

Em relação à sobrevivência das imagens, Ricoeur a encontrou pela primeira vez em Bergson quando tratou da distinção entre lembrança e imagem. Traz então o conceito de "lembrança "pura" como um estado virtual da representação do passado, anterior à sua vinda em imagem sob a forma mista da lembrança-imagem." (RICOEUR, 2007, p.439). E conclui:

Havíamos apenas iniciado sua análise acompanhando as fases da operação pela qual a lembrança "pura" sai de seu estado virtual e passa ao estado atual; somente o tornar-se-imagem da lembrança retivera nossa atenção. A questão levantada agora é mais radical: apesar de sua tendência a imitar a percepção ao se realizar, nota Bergson, nossa lembrança "permanece ligada ao passado por suas raízes profundas, e se, uma vez realizada, ela não sofresse os efeitos de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo apenas um estado presente, algo que contrasta com o presente, nunca a reconheceríamos como uma lembrança" (*op. cit.*, p. 277). Tudo está dito num tom muito elegante: contrastar com o presente, reconhecer como uma lembrança. É o enigma, inteiramente reafirmado, da presença da ausência e da distância, tal como enunciado desde o começo da presente obra! (RICOEUR, 2007, p. 441).

Como não associar essa proposição diante do Largo do Boticário? Elas são lembranças porque contrastam com o presente; são a presença da ausência e da distância. E no próprio presente já se tornam passados. E continua...

Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível, como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão, como as aves do pombal de Platão que é possível possuir, mas não agarrar. Cabe assim à experiência do reconhecimento remeter a um estado de latência da lembrança da impressão primeira cuja imagem teve de se constituir ao mesmo tempo em que a afecção originária. De fato, um corolário importante da tese da sobrevivência em estado de latência das imagens do passado é que um presente qualquer, desde seu surgimento, já é seu próprio passado; pois como se tornaria passado se não tivesse se constituído ao mesmo tempo em que era presente. (RICOEUR, 2007, p. 442)

Paul Ricoeur foi influenciado pela teoria de Bergson [*Matéria e Memória*] na questão da sobrevivência e do reconhecimento e diz que a sobrevivência não é percebida por nós, mas a pressupomos e acreditamos nela. O filósofo recorre ao esquema do cone invertido de Bergson não apenas para argumentar sobre a relação entre passado e o presente, mas sobretudo, porque ele [o cone invertido] ilustra a heterogeneidade das memórias e o quanto elas se relacionam entre si. Não obstante, na esteira de uma suposta incompatibilidade entre os rastros mnemônicos e os rastros

psíquicos, Ricoeur questiona se é possível dissociar a ação e a representação e responde retornando ao método bergsoniano:

[...] de fato, a experiência *principis* do reconhecimento, que forma o par com a da sobrevivência das imagens, propõe-se como uma dessas experiências vivas no caminho da recordação das lembranças; é nessa experiência viva que a sinergia entre a ação e representação se atesta. O momento da lembrança “pura”, alcançado por um salto para fora da esfera prática, era apenas virtual, e o momento do reconhecimento efetivo marca a reinserção da lembrança na massa da ação viva. O fato de, no momento do salto, a lembrança “se destacar” do presente, segundo a expressão feliz de Bergson, esse movimento de retirada, de hesitação, de questionamento faz parte da dialética concreta da representação e da ação. (RICOEUR, 2007, p. 447).

Neste sentido, compreendemos que a lembrança “pura” é projetada do virtual para o reconhecimento a partir da sua reinserção na ação viva, ou seja, lembrar no presente o passado requer uma ação viva e assim, é imprescindível pensar no movimento dialético entre ambos os rastros: o mnemônico e o psíquico; entre o cérebro e a prática da vida. Ricoeur absorve de Bergson a noção de rastro e diz: “a inscrição, no sentido psíquico do termo, nada mais é que a sobrevivência por si da imagem mnemônica contemporânea da experiência originária.” (RICOEUR, 2007, p. 447).

Ao concluir a parte que trata sobre *o esquecimento e a persistência dos rastros*, Paul Ricoeur analisa o quarto e último pressuposto que é a sobrevivência das impressões-afecções reconhecendo-a como uma figura fundamental do esquecimento profundo também chamado por ele de esquecimento de reserva e, colocando-a em patamar de oposição ao esquecimento por apagamento dos rastros. O autor questiona o porquê da sobrevivência das imagens ter valor de esquecimento e responde:

Ora, precisamente em nome da impotência, da inconsciência, da existência, reconhecidas na lembrança na condição do “virtual”. Portanto, não é mais o esquecimento que a materialidade põe em nós, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso. O esquecimento designa então o caráter *despercebido* da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência. (RICOEUR, 2007, p. 448).

E para sustentar esse pressuposto Ricoeur apresenta os seguintes argumentos: a) a ambiguidade do esquecimento: a memória que surge diariamente em paralelo com a proximidade do envelhecimento, da morte. A velhice carrega em si o horizonte da morte das lembranças; não obstante, ele ainda considera “que esquecemos muito menos coisas do que acreditamos ou tememos.” (RICOEUR, 2007, p. 448); b) a memória profunda e a memória-hábito coincidem sob a figura permanente da disponibilidade: os saberes gerais (teoremas, as regras de aritmética ou gramática os léxicos familiares ou estrangeiros) coincidindo com o plano sensível; c) o imemorial: o que nunca foi acontecimento; o que jamais adquirimos.

É sob o véu dessas questões que o autor considera a destruição e a perseverança como as duas figuras centrais do esquecimento, formando a sua própria ambiguidade. “Contra o esquecimento destruidor, o esquecimento que preserva” (RICOEUR, 2007, p. 449). Para Ricoeur essa ambiguidade permanece indecifrável.

“Não há, para vistas humanas, ponto de vista superior de onde se vislumbra a fonte comum ao destruir e ao construir. Não há, para nós, balanço possível dessa grande dramaturgia do ser.” (RICOEUR, 2007, p. 451).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar essa breve reflexão sobre o Largo do Boticário considerando os conceitos de **vestígio** e **esquecimento de reserva** teorizados pelo filósofo Paul Ricoeur, apresentamos um poema de Osvaldo Orico para ilustrar o quanto esse lugar é inspirador e ambíguo ao mesmo tempo. O fato de estar em ruína não significa que este patrimônio tenha sido esquecido, ao contrário, ele pode ser visto e sentido de várias formas, inclusive através da memória, na própria atualidade histórica. O Largo do Boticário se põe aberto àqueles sentimentos saudosistas e melancólicos como também aos admiradores das ruínas no tempo presente. Osvaldo Orico foi professor, diplomata e escritor brasileiro, autor de várias obras incluindo o poema abaixo. Escrito em 1943, a obra literária carrega a dita memória feliz de se estar no Largo do Boticário. Diferente da epígrafe inicial - melancólica e saudosista de Manuel Bandeira, Orico captou o que para ele parecia mais importante: a paz e a calmaria do lugar. A cidade “recordando seus tempos de menina...”.

LA PLAZUELA DEL BOTICARIO

Arboles. Quietud. Tranquilidad.
Aquí no llega el ruido de la esquina,
Y parece que existe una cortina,
Separando una edad de la otra edad.

Es el silencio, el alma, la sordina,
La cuna llena de hospitalidad
En que viene a acostarse la ciudad,
Recordando sus tiempos de menina.

Para divino alivio de suas males,
Nada como estos viejos arrabales
Que hablan de un tiempo lírico, hechicero,

En que dedos lilailes de una mano
Recorrian las teclas de un piano
Bajo la luz de viejo candelero.

O LARGO DO BOTICÁRIO

Trad. de Élio Monnerat Sólon de Pontes

Árvores. Sossego. Tranquilidade.
Aqui não chega o rumor da esquina,
E parece que existe uma cortina,
Separando dois tempos da cidade.

É o silêncio, a alma, a surdina,
O berço pleno de hospitalidade
No qual vem abrigar-se esta cidade,
Recordando seus tempos de menina...

Para o divino alívio dos seus males,
Nada como estes velhos arrabaldes
Que falam de um lirismo feiticeiro,

Em que os dedos de luz de sua mão
Tangiam um piano, com emoção.
Usando um candelabro por luzeiro.

Pensá-lo a partir dos conceitos de Paul Ricoeur foi apenas um sopro diante da gama de possibilidades teóricas possíveis. É possível analisar esse patrimônio como vestígio e também como esquecimento de reserva por tudo que foi dito acima. Além disso, relacionar o poema de Orico também a uma das formas de reconhecimento apontadas por Ricoeur. O fato de estar em ruína [o objetivo neste trabalho não foi discutir o conceito de ruína] é outra questão capaz de gerar sentimentos ambíguos, seja de encantamento, surpresa, tristeza ou desolação. Situado a menos de quatrocentos metros de um dos maiores pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, o Largo do

Boticário é uma ruína, mas não está esquecido. Projetos voltados para o turismo e a música são exemplos de que o patrimônio está vivo. Se para Ricoeur é “indecidível” tratar a ambiguidade entre o esquecimento destruidor e o esquecimento que preserva, ao que parece, também o Largo se torna esse lugar difícil de explicar por toda sua gama de complexidade. Contudo, seja como vestígio ou esquecimento de reserva ele estará sempre presente.

CITAÇÕES

ABL. **Osvaldo Orico**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/osvaldo-orico/biografia>>. Acesso em 26/12/2017.

CAVALCANTI, Marcello. **Largo do Boticário**. Disponível em <<http://fotofragmentos.com.br/site/portfolio-items/largo-do-boticario-cod-rio015/>>. Acesso em 12/12/2017.

DIARIODORIO.COM. **Passado e futuro do Largo do Boticário**. Disponível em: <<http://diariodorio.com/passado-e-futuro-do-largo-do-boticrio/>>. Acesso em 12/12/2017.

FLUMINENSE, Patrimônio. **Largo do Boticário**. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.patrimoniofluminense.rj.gov.br/patrimonio-cultural/largo-do-boticario-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 11/07/2017.

INEPAC. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/309>. Acesso em 12/12/2017.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei Complementar Nº 183 de 14 de Março de 2018**. Disponível em: Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2018/19/183/lei-complementar-n-183-2018-cria-condicoes-de-incentivo-ao-aproveitamento-e-a-conservacao-de-edificacoes-tombadas-ou-preservadas-localizadas-no-beco-e-no-largo-do-boticario-no-bairro-do-cosme-velho>>. Acesso em 07/05/2018.

LUCENA, Felipe. **Passado e Futuro do Largo do Boticário**. Disponível em: <<http://diariodorio.com/passado-e-futuro-do-largo-do-boticrio/>>. Acesso em 11/12/2017.

MIRANDA, Antonio. **Osvaldo Orico**. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasil/para/osvaldo_orico.html>. Acesso em 17/12/2017.

O GLOBO. **Com projeto de lei parado na Câmara de Vereadores, Largo do Boticário segue em ruínas**. Disponível em: Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/com-projeto-de-lei-parado-na-camara-de-vereadores-largo-do-boticario-segue-em-ruinas-16689597#ixzz3qwiwzv>>. Acesso em 12/12/2017.

O GLOBO. **Casas do Largo do Boticário são vendidas a investidor árabe**. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/casas-do-largo-do-boticario-sao-vendidas-investidor-arabe.html>>. Acesso em 12/12/2017.

RAITER, Amanda. **Impasse e abandono no Largo do Boticário**. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-05/impasse-e-abandono-no-largo-do-boticario.html>>. Acesso em 11/12/2017.

RIO DE JANEIRO AQUI. **Largo do Boticário**. Disponível em: <<http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/largo-do-boticario.html>>. Acesso em 17/12/2017.

TAMIE, Sylvia. O que diria Bandeira? **O Rio de Manuel Bandeira**. Disponível em: <<https://oquediriaabandeira.wordpress.com/2013/08/02/o-rio-de-manuel-bandeira/>> Acesso em 17/12/2017.

YOUTUBE. **FILÓSOFOS: Paul Ricoeur**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ey6JwYvnNeA>>. Acesso em 17/12/2017.

REFERÊNCIAS

DOSSE, François. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu século**. Tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa III - O tempo narrado**. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Paul. **A Utobiografia intelectual**. In: The Philosophy of Paul Ricoeur. Tradução: Kathleen Blamey. Ed. Lewis Edwin Hahn, Chicago, Open Court, 1995.

ESTUDO QUANTITATIVO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS EÓLICOS SANTA MÔNICA E ROSA DOS VENTOS

Guilherme Geremias Prata

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável

Redenção - Ceará

Rejane Félix Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável

Redenção - Ceará

RESUMO: Para diversificar a matriz energética e minimizar a poluição do meio ambiente, o homem passou a utilizar diferentes formas de geração de energia elétrica, dentre elas, a que está em ascensão no Brasil é a geração de energia a partir das forças dos ventos, denominada de energia eólica. Este tipo de energia é considerada uma energia limpa, pois, não lança poluentes na atmosfera e o impacto sobre o meio ambiente ocorre somente no local da instalação do empreendimento. Este estudo tem o objetivo de verificar os tipos de impactos ambientais mais frequentes originados nos parques que compõem os complexos eólicos Santa Mônica, localizado no litoral cearense, e Rosa dos Ventos, localizado interior paranaense, através de uma metodologia bibliográfica e quantitativa, com auxílio dos seus respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

Os resultados mostraram que os impactos negativos mais frequentes, apresentados nos RIMAS dos empreendimentos analisados foram: a colisão de aves e quirópteros nas hélices dos aerogeradores, o atropelamento da fauna terrestre, a alteração da paisagem, a geração dos resíduos sólidos, a alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, a contaminação do solo e a alteração na sua dinâmica erosiva. E como impactos positivos mais frequentes foram: o crescimento do comércio local, e o aumento da qualificação e treinamento da mão de obra. Portanto, mesmo instalado em regiões diferentes, os impactos provocados pelos parques eólicos analisados foram os mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Energia eólica. Impacto ambiental. RIMA.

ABSTRACT: In order to diversify the energy matrix and minimize pollution of the environment, man started to use different forms of electric energy generation, among which, the one that is rising in Brazil is the generation of energy from the forces of the winds, called wind energy. This type of energy is considered a clean energy because it does not release pollutants into the atmosphere and the impact on the environment occurs only at the place of installation of the project. This study aims to verify the most frequent types of environmental

impacts originating in the parks that compose the Santa Mônica wind farms, located in the coast of Ceará, and Rosa dos Ventos, located in the interior of Paraná, through a bibliographic and quantitative methodology, with the aid of their Environmental Impact Reports (RIMA). The results showed that the most frequent negative impacts presented in the RIMAS of the analyzed projects were: the collision of birds and Chiropterans in wind turbine propellers, trampling of terrestrial fauna, alteration of landscape, generation of solid waste, alteration of quality of surface and groundwater, soil contamination and changes in erosive dynamics. And the most frequent positive impacts were: the growth of local trade, and the increase in qualification and training of the workforce. Therefore, even when installed in different regions, the impacts caused by the analyzed wind farms were the same.

KEYWORDS: Wind energy. Environmental impact. RIMA.

1 | INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, a população mundial vem aumentando, e por conta desta realidade cresce também a demanda energética. Visto que, a população precisa da energia elétrica para garantir melhores condições de vida, o homem recorreu à exploração e queima de combustíveis fósseis visando produzir energia necessária para suprir essa demanda e assim, movimentar a economia globalizada. A preocupação com o aquecimento global, que é um assunto bastante debatido na atualidade, e o esgotamento de recursos naturais disponíveis, tais como, o carvão, o petróleo e o gás natural, comprometendo assim, o bem-estar e, em um futuro breve, a sustentabilidade do planeta, fizeram com que o homem sentisse a necessidade de estudar as fontes de produção de energia limpa e renovável, que, segundo Gao e Sun (2016), não podem competir economicamente com combustíveis fósseis embora tenham enormes qualidades.

Segundo Tajeddin e Fazelpour (2016), o principal motivo pela qual as energias renováveis não podem ser usadas de uma forma eficaz é a falta de tecnologia de armazenamento adequada, por isso, que os desafios relacionados a este tipo de geração devem ser discutidos a partir de uma perspectiva prática.

O foco desta pesquisa é a energia eólica, que também é uma das energias renováveis, embora tenha sido aproveitada desde a antiguidade para mover os barcos impulsionados por velas, ou para fazer funcionar a engrenagem de moinhos ao mover as suas pás, ainda é um tema em estudo em muitos países. Tem-se notado que no Brasil, nas décadas anteriores, a energia limpa ou renovável não era tão valorizada o quanto está sendo na década atual, e que, o que realmente interessava era apenas a utilização da energia para iluminação, refrigeração e conforto térmico sem preocupação com sustentabilidade ambiental.

Os autores Yang e Chen (2016), afirmam que nos próximos anos a geração por meio da energia eólica irá aumentar, visto que ela pode proporcionar maior

simplicidade na sua aplicação, redução significativa dos custos da energia gerada, em comparação à geração de energia por meio da queima de combustíveis fósseis, redução na produção de energia hidroelétrica, devido a sazonalidade brasileira, e pelo seu baixo impacto ambiental negativo, quando comparado com os impactos negativos provocados por fontes originadas de combustíveis fósseis e de hidroelétricas.

Os parques eólicos ou centrais eólicas podem ser classificados em pequenas centrais eólicas que podem suprir pequenas localidades distantes da rede contribuindo, assim, para o processo de universalização do atendimento. Já, as centrais de grande porte são as que tem potencial para sustentar significativa parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), podendo, portanto, contribuir em forte escala na redução da poluição atmosférica causada pelas usinas térmicas e reduzir o risco energético provocado pela sazonalidade hidrológica. Um complexo eólico corresponde a um conjunto de parques ou centrais eólicas instalados a uma determinada distância, porém, em uma mesma região. Em alguns países, onde há escassez de terra para a implantação de grandes projetos eólicos a instalação de turbinas em alto mar pode ser considerada como uma alternativa.

Por mais limpa e sustentável que seja considerada a energia eólica, ela provoca não somente impactos positivos, como também impactos negativos, por isso, o objetivo desta pesquisa é verificar os tipos de impactos ambientais, sejam eles positivos ou negativos, ocasionados por dois complexos eólicos, um localizado no litoral cearense, o complexo eólico Santa Mônica, e o outro, localizado no interior paranaense, o complexo eólico Rosa dos Ventos.

2 | LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS

Devido à necessidade de promover a sustentabilidade no uso dos recursos ambientais, foi promulgada a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), por meio da Lei Federal nº 6.938/1981, cujo objetivo é preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, assegurando condições de desenvolvimento socioeconômico para o país. Para implementação da PNMA foram desenvolvidos diversos instrumentos, dentre eles, a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

A Lei Federal nº 6.938/1981, em seu artigo 10, também exige que:

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

Para regulamentar estes instrumentos, em 1986 foi assinada a resolução nº 1 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em que foi estabelecida a definição de impacto ambiental, como sendo qualquer modificação nas propriedades químicas, físicas e biológicas de um meio, que pode ser provocada pela inserção de qualquer

fonte matéria ou energia originadas das atividades humanas, que possam afetar, de maneira direta ou indireta, a saúde, a segurança e o bem estar da população, como também, suas atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Ainda na resolução CONAMA nº 1/1986, ficou estabelecido que todo empreendimento que provoque algum tipo de alteração no meio ambiente deve apresentar aos órgãos competentes um estudo dos impactos advindos de sua funcionalidade em todas as fases do empreendimento, a saber, planejamento, implantação e operação. E entre esses empreendimentos estão as usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW.

A geração de energia elétrica é um setor altamente relevante para União, por isso, foi assinada a resolução CONAMA nº 06/1987, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica, apresentando todo o procedimento necessário para obtenção das licenças.

As licenças para cada etapa do empreendimento são definidas da seguinte forma, conforme Decreto nº 99.274/1990: Licença Prévia, a ser solicitada na fase de preliminar de planejamento do empreendimento; Licença de Instalação, é a licença que autoriza a implantação do empreendimento; e a Licença de Operação, que autoriza o início das atividades do empreendimento.

Para obtenção do licenciamento ambiental, o Decreto nº 99.274/1990 exige a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), realizados por técnicos habilitados, e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O conteúdo mínimo a ser abordado no EIA, segundo a resolução CONAMA nº 1/1986:

Art. 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I. diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a. o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b. o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c. o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II. análise dos impactos ambientais do projeto e suas alternativas, através de

identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição do ônus e benefícios sociais;

III. definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas;

IV. elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Parágrafo único: Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, o órgão estadual competente, ou a SEMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Com relação ao conteúdo do RIMA, além dele ser disponibilizado para o público, a mesma resolução também aborda:

Art. 9º - O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I. os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II. a descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias-primas, e mão de obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III. a síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;

IV. a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V. a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI. a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII. o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII. recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo único: O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à

sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Com a crise energética em 2001, foi publicada a resolução 279/2001, cujo objetivo era promover uma maior celeridade nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos geradores de energia que provocassem impactos ambientais negativos de pequeno porte.

Para proporcionar essa celeridade, foi estabelecido a definição de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), que segundo a resolução 279/2001, corresponde ao estudo dos aspectos ambientais do empreendimento, e esses aspectos estão relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de empreendimento, abordando pelo menos o diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação.

Os prazos e os procedimentos da resolução 279/2001, conforme seu primeiro artigo, são aplicados em todos os níveis de competência da administração pública e a todos os empreendimentos para geração de energia com estimativa de provocar pequeno potencial de impacto ambiental, tais como: usinas hidrelétricas, termelétricas, eólicas, fotovoltaica e outras fontes alternativas de energia, incluindo seus sistemas associados, os quais serão analisados em conjunto com os empreendimentos principais. Os sistemas elétricos associados correspondem aos sistemas elétricos, pequenos ramais de gasodutos e outras obras de infraestrutura necessárias à implantação e operação dos empreendimentos geradores de energia. Esta resolução estipula também um prazo máximo de sessenta dias para emissão da licença prévia e da licença de instalação, iniciando sua contagem a partir da data de requerimento dessas licenças, estando este prazo condicionado a não haja exigência pelo órgão ambiental competente de outros estudos complementares.

Os parques eólicos, por mais que sejam considerados uma forma de geração de energia limpa, provocam diversos impactos ambientais em todas as suas fases (planejamento, implantação e operação), tais como, a produção de ruídos, a alteração da paisagem e da qualidade dos recursos hídricos, morte de aves e morcegos (em virtude do choque desses animais com as pás dos aerogeradores), o afugentamento da fauna, a supressão da vegetação, a produção de ondas eletromagnéticas, podendo provocar também o efeito *flicker*, alterações socioeconômicas, dentre outros. Portanto, para que os parques eólicos possam ser implementados, faz-se necessário, a obtenção do licenciamento ambiental nas etapas de planejamento, implantação e operação.

Considerados empreendimentos de baixo potencial poluidor, os parques eólicos possuem uma participação considerável na matriz energética brasileira, que, juntamente com seu baixo consumo de carbono para geração de energia e a necessidade de ampliação da oferta de energia por meio de fontes alternativas foram estabelecidos

procedimentos específicos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia eólica localizados na superfície terrestre, por meio da resolução CONAMA nº 462/2014.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

O complexo eólico Santa Mônica, localizado no município Trairi - litoral do Estado do Ceará no nordeste brasileiro, é composto pelos parques eólicos Cacimba, Ouro Verde, Estrelas e Santa Mônica, perfazendo uma estimativa de 102MW. E a central eólica Rosa dos Ventos é composta pelos parques Rosa dos Ventos I e Rosa dos Ventos II, que perfazem um total de 29,4MW, e estão localizadas no município Marmeleteiro no interior do Estado do Paraná situado no sul do Brasil.

Para esta pesquisa, escolheu-se complexos eólicos localizados em regiões com características distintas, conforme pode ser verificado na tabela 1, os parâmetros para os complexos eólicos Rosa dos Ventos e Santa Monica

Parâmetros	Rosa dos Ventos	Santa Mônica
Temperatura média	19,2°C	32,1°C
Precipitação total	2012mm	1.000 a 1.500mm
Umidade relativa do ar média mensal	74,3%,	71,8%
Evaporação	70,2mm/mês	202,3mm/mês
Insolação	2347horas/ano	2.651horas/ano
Velocidade média mensal do vento	3,13m/s	6,0m/s

Tabela 1 - Características da localização dos complexos eólicos de Santa Mônica e Rosa dos Ventos

Fonte: Adaptado dos RIMA's dos complexos eólicos de Santa Mônica e Rosa dos Ventos.

Após a comparação dos parâmetros característicos de cada região, coletou-se os dados de impactos ambientais apresentados nos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) de cada parque que compõe os complexos eólicos em estudo, para posterior quantificação elaboração de gráficos.

Comparou-se também a estrutura do conteúdo dos relatórios de impacto ambiental dos complexos estudados.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os impactos ambientais apresentados nos RIMA's analisados foram separados em impactos ambientais positivos e negativos.

A figura 1 apresenta os impactos ambientais de natureza positiva e a quantidade de parques, dentro dos complexos estudados, que os abordaram nos seus relatórios.



Figura 1 - Quantitativo dos impactos de natureza positiva nos complexos eólicos analisados.

Fonte: Adaptado de RIMA dos Complexos eólicos Santa Mônica e Rosa dos Ventos.

Dos impactos de natureza positiva, o que mais se destacou foi o crescimento do comércio local, ou seja, de acordo com os relatórios de impacto ambiental dos seis parques analisados, foi previsto o crescimento do comércio local, o que pode provocar outros impactos de natureza positiva, como por exemplo, o aumento da renda dos moradores, o aumento do consumo, e ainda o aumento na arrecadação de impostos pelo município. Porém, não está explícito nos relatórios que este impacto tem um auge temporário, principalmente durante a construção do parque eólico, desacelerando gradualmente até se estabilizar com conclusão da construção do empreendimento.

Nos parques do complexo eólico de Santa Mônica, o incentivo ao turismo

aparece apenas como programa de ação, e não como um impacto de natureza positiva provocado pelo empreendimento. Já no complexo eólico Rosa dos Ventos, este impacto é muito bem relacionado com sua classificação, aparecendo como um impacto de natureza positiva, com probabilidade incerta e com duração recorrente.

Dos 15 impactos de natureza positiva, 6 foram citados e bem caracterizados no relatório do Complexo Rosa dos Ventos, e 9 foram apenas citados nos relatórios do complexo eólico Santa Mônica, sem nenhum tipo de caracterização.

A figura 2 exibe os impactos ambientais de natureza negativa e a quantidade de parques, dentro dos complexos estudados, que os abordaram nos seus relatórios.

Conforme figura 2, os impactos mais citados nos relatórios dos complexos analisados foram: alteração na paisagem, colisão de aves e quirópteros com os aerogeradores, atropelamento de fauna terrestre, alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, geração de resíduos sólidos, contaminação do solo e alteração nas suas propriedades, e alteração da dinâmica hídrica superficial e subterrânea.

A alteração da paisagem é um tipo de impacto de natureza negativa, com duração permanente e irreversível, e todo parque eólico proporcionará esse impacto, abrangendo não somente o meio socioeconômico como também os meios físicos e bióticos. No RIMA de Santa Mônica, este impacto é apenas citado, sem a caracterização de sua natureza e duração, e no RIMA do complexo Rosa dos Ventos I e II, este impacto é bem caracterizado, porém, o relatório apresenta que meio impactado é apenas o meio socioeconômico.

A colisão de aves e quirópteros com os aerogeradores é um impacto também irreversível que abrange o meio biótico da área de influencia direta, com natureza permanente e irreversível, pode proporcionar, a longo prazo, a extinção de determinadas espécies desses animais não somente na área de influência direta. O relatório do complexo Rosa dos Ventos apresenta como medida mitigadora apenas a execução do monitoramento faunístico, já o relatório do complexo de Santa Mônica indica, além da execução do monitoramento da fauna, a utilização de repelentes sonoros e de radiação eletromagnética associada aos radares, e ainda, desenvolver repelentes mais eficientes.

A alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas é um impacto de natureza negativa, geralmente provocado pela supressão da vegetação e pelas obras de instalação do empreendimento que podem aumentar a quantidade de sólidos suspensos nos recursos hídricos prejudicando além do meio biótico, os meios físico e socioeconômico, pois podem provocar a morte de algumas espécies aquáticas pela introdução de sedimentos, óleos e outros resíduos provenientes da construção da usina. A caracterização deste impacto é melhor apresentada no Rima Rosa dos Ventos quando comparado com o Rima complexo Santa Mônica. Em ambos os relatórios, são sugeridos como medidas mitigadoras a execução de programas de monitoramento de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, no RIMA de Santa Mônica, também

é proposto como medidas mitigadoras a execução dos programas de Monitoramento da Qualidade do Solo, Ambiental da Construção (PAC), associados ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Controle de Processos Erosivos.

A geração de resíduos sólidos é um impacto também de natureza negativa, e quando bem administrado impacta temporariamente com influencia na área direta, podendo ainda ser reversível. Para mitigar esse impacto o RIMA do complexo Rosa dos Ventos, apresenta apenas que será realizado a Segregação e destinação adequada dos resíduos, porém, o RIMA do complexo de Santa Monica informa a execução do Programa Ambiental da Construção (PAC) associado ao Subprograma de Conservação Paisagística e ao Programa de Educação Ambiental.

A contaminação do solo e alteração nas suas propriedades, este impacto adverso está associado à contaminação do solo durante a etapa de execução das obras do empreendimento, nesta fase, o solo pode ser contaminado por óleos dos motores das maquinas, e por lamas de concreto, e ainda junto ao efeito de compactação do solo provocado pelo transito de máquinas (caminhões, tratores etc.). Todas essas atividades podem provocar a redução de porosidade do solo, reduzindo a quantidade do aporte de água subterrânea que alimenta os cursos superficiais, e ainda por aumentar a taxa de evaporação. Para mitigação deste impacto foi proposto no relatório do complexo Santa Mônica a execução de programas de monitoramento da qualidade do solo associado aos programas ambiental de construção, de educação ambiental e de recuperação de áreas degradadas. O RIMA do complexo Rosa dos Ventos sugere a execução de atividades, tais como, plantio de espécies pioneiras e/ou contenção físicas dos novos taludes, Manutenção e controle de velocidade dos veículos e máquinas, estabelecimento de horários de trabalho.

A alteração da dinâmica hídrica superficial e subterrânea é um impacto que pode originado da alteração das propriedades do solo, podendo ser utilizados como medidas de controle os programas e atividades já citados, incluindo o controle também das vazões nos recursos hídrico superficiais.

Os relatórios de impacto ambiental também mostraram impactos adversos provocado em apenas um dos complexos, por exemplo, o aumento no consumo de água e energia elétrica foi citado apenas no complexo Rosa dos Ventos, e mesmo que a água para as obras sejam retiradas de poços ou de mananciais superficiais, essa água vai ser consumida de uma forma ou de outra, pode não ser considerada como aumento do consumo de água tratada, porém dever ser considerada como uma retirada considerável de um volume de água e deve ser prevista medida mitigadora e/ou compensatória para este impacto.

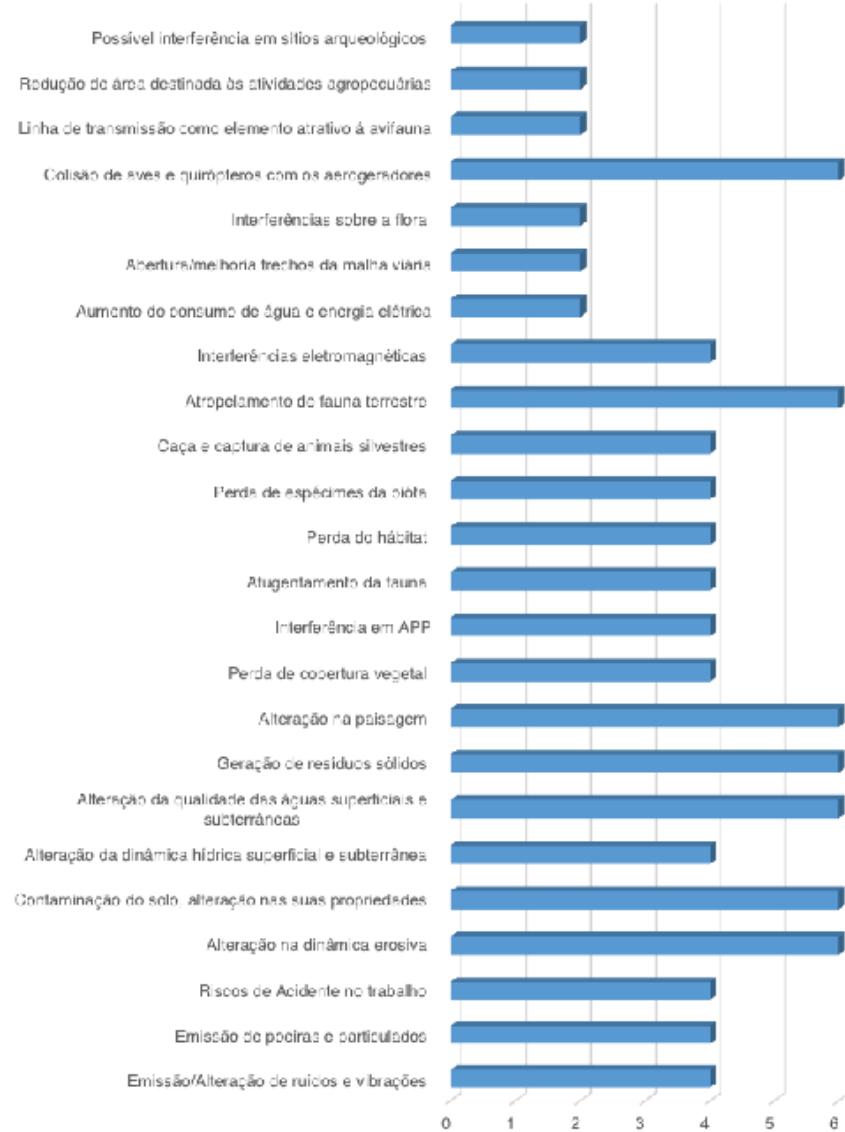


Figura 2 - Quantitativo dos impactos de natureza negativa nos complexos eólicos analisados.

Fonte: Adaptado de RIMA dos Complexos eólicos Santa Mônica e Rosa dos Ventos.

Dos 24 impactos negativos, conforme pode ser verificado na figura 2, 7 se apresentam comuns a todos os parques, de acordo com os relatórios de impacto ambiental analisados.

5 | CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que, dos 24 impactos de natureza negativa mais frequentes, apresentados nos RIMAS dos empreendimentos analisados 7 são impactos provocados por qualquer parque eólico, dentre eles, os mais relevantes, por provocarem alteração permanente no meio ambiente, são a alteração da paisagem e a colisão de aves e quirópteros nas hélices dos aerogeradores. Este último pode ser mitigado por meio de tecnologias, o que foi proposto apenas por um complexo.

Dos 15 impactos de natureza positiva, apenas um foi citado em todos os relatórios

analisados, a saber, o crescimento do comércio local.

Excluindo os impactos relacionados às áreas de proteção permanente e de preservação ambiental, todos os impactos apresentados nos relatórios de impacto ambiental são comuns a todos os parques eólicos terrestres, mesmo que, em alguns relatórios esses impactos não estejam especificados, como por exemplo, a emissão de poeiras e particulados durante sua instalação.

É importante destacar que todos os relatórios de impacto ambiental estudados nesta pesquisa abordam o mesmo conteúdo, conforme resolução CONAMA 01/1986, porém a forma de como esse conteúdo é abordado é diferente.

O RIMA do complexo eólico Santa Mônica, apresenta os seus tópicos em forma de questionamentos, buscando proporcionar uma linguagem mais acessível para população. Neste relatório, os atributos associados aos impactos foram definidos, porém, os impactos não se apresentaram caracterizados, foram apenas listados e comentados juntamente com suas respectivas medidas mitigadoras, dificultando a visualização do “todo”.

Já o RIMA do Complexo eólico Rosa dos Ventos, apresenta uma estrutura mais técnica, porém com uma linguagem de fácil entendimento para população, e apresentou todos os impactados caracterizados por meio de seis atributos em tabelas, o que facilitou a visualização do “todo”, e melhor compreensão e entendimento dos impactos provocados.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é um documento público, portanto, sua linguagem deve ser acessível aos mais diversos públicos. Traz, ainda, uma abordagem simplificada e completa com relação à natureza dos impactos provocados, o tempo que esses impactos permanecerão, e o que será feito para controlar, mitigar ou compensar esses impactos, tudo explícito de maneira clara, de modo que não resulte nenhuma dúvida.

Segundo Crawford (2009), a expectativa de vida útil de um parque eólico é de mais de 20 anos, porém, nos relatórios ambientais analisados, apenas citam a realização de um plano ou programa de desativação, mas não abordam, em nenhum momento, os impactos que serão provocados pela desativação do empreendimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 1 de 23 de janeiro de 1981.** Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1, p. 2548-2549

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 6 de 24 de janeiro de 1981. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica, apresentando todo o procedimento necessário para obtenção das licenças. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1, p. 2250

BRASIL. Decreto do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 99.274 de 06 de junho de 1990. Regulamenta a lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e sobre a política nacional do meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jun. 1990.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 279 de 27 de junho de 2001. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 2001. Seção 1, p. 165-166.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 462 de 27 de julho de 2014. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA nº 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2014. Seção 1, p. 96.

Crawford, Robert. H. Life cycle energy and greenhouse emissions analysis of wind turbines and the effect of size on energy yield. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. v. 13, n. 9, p. 2653-2660, 2009.

GAO, Cuixia, et al. A bibliometric analysis based review on wind power price. *Applied Energy*. v. 182, p. 602-612, 2016.

IMPACTO ASSESSORIA AMBIENTAL. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Parque Eólico Rosa dos Ventos I e II. Marmeiro-PR, 2014.

TAJEDDIN, Alireza; FARIVAR Fazelpour. Towards realistic design of wind dams: an innovative approach to enhance wind potential. *Applied Energy*. v. 182, p. 282-298, 2016.

TRACBEL ENERGIA. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Central Eólica Santa Mônica. Trairi-Ce, 2013.

TRACBEL ENERGIA. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Central Eólica Ouro Verde. Trairi-Ce, 2013.

TRACBEL ENERGIA. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Central Eólica Estrela. Trairi-Ce, 2013.

TRACBEL ENERGIA. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Central Eólica Cacimbas. Trairi-Ce, 2013.

YANG, Jin; BIN, Chen. **Energy-based sustainability evaluation of wind power generation systems.** *Applied Energy*. v. 177, p. 239-246, 2016.

FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL

Rosenilda Marques da Silva Felipe

Universidade Federal da Grande Dourados,
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias
Dourados – Mato Grosso do Sul

Antonio Idêrlian Pereira de Sousa

Instituição de Ensino, Faculdade ou Departamento
Cidade – Estado

RESUMO: Este artigo aborda os limites de uma fronteira conflituosa de segregação digital, que deixa de um lado os que possuem acesso às tecnologias, e de outro, os que não as possuem. Trata sobre as mudanças no âmbito de uma sociedade conhecida como “sociedade da informação e do Conhecimento” que utiliza cada vez mais tecnologia para o desenvolvimento de suas atividades laborais, cotidianas e educacionais. Discute ainda, sobre as mudanças no contexto educacional e organizacional, uma vez que são encontrados trabalhadores com grande comprometimento com o aprendizado contínuo e com o auto aprendizado, embora às margens dessa sociedade, encontra-se uma grande parcela da população chamados de infoexcluídos, A metodologia utilizada fundamenta-se na definição conceitual de exclusão digital e na análise das mudanças ocorridas na sociedade mediante surgimento de inovações. Trata-se, portanto, de uma pesquisa conceitual teórica,

com base no método analítico dedutivo, que se conclui demonstrando a necessidade de ações voltadas para a diminuição dos efeitos do chamado apartheid digital.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão Digital, Infoexclusão, Apartheid Digital, Sociedade Digital, Excluídos Eletrônicos.

ABSTRACT: This article addresses the boundaries of a conflicting frontier of digital segregation, leaving aside those who have access to technologies, and on the other, those who do not. It deals with changes within a society known as the “Information and Knowledge Society” which uses more and more technology for the development of its daily work and educational activities. It also discusses changes in the educational and organizational context, since workers with a strong commitment to continuous learning and self-learning are found, although at the margins of this society there is a large part of the population called infoexcluded. The methodology used is based on the conceptual definition of digital exclusion and on the analysis of changes in society through the emergence of innovations. It is, therefore, a theoretical conceptual research, based on the deductive analytic method, which concludes by demonstrating the need for actions aimed at reducing the effects of the so-called digital apartheid.

KEYWORDS: Digital Exclusion, Info-exclusion, Digital Apartheid, Digital Society, Electronic Excluded.

1 | INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos têm permitido a quebra de muitas barreiras impostas pela distância, facilitando a comunicação interpessoal e Inter organizacional de uma geração que forma a sociedade da informação e do conhecimento. Nesse meio, fatores como convivência social, força de trabalho e métodos de ensino/aprendizagem sofrem transformações substanciais. As informações são compartilhadas de diversas formas, e nunca na história da humanidade houve tamanho acesso à informação e às tecnologias. Todavia, se por um lado as inovações promovem certa aproximação geográfica no âmbito da comunicação interpessoal, por outro, evidenciam uma fronteira conflituosa entre os que possuem e os que não possuem acesso às tecnologias.

Alguns estudiosos utilizam expressões como infoexclusão e apartheid digital para definir a segregação informacional. Pierre Lévy, filósofo francês, pensador da área de tecnologia e sociedade diz que “toda nova tecnologia cria seus excluídos” e lembra que antes da invenção da escrita, não existiam os analfabetos, de acordo com o mesmo ponto de vista, pode-se afirmar que antes da internet não existia o apartheid digital. Ante a esse cenário, torna-se imprescindível uma discussão sobre os limites dessas fronteiras digitalmente demarcadas, a fim de que elas não culminem em barreiras intransponíveis para aqueles que se encontram à margem de uma sociedade plugada e conectada.

O desafio em mensurar a exclusão digital está no fato de que, todos os dias, novas tecnologias são lançadas no mercado e, quem não segue o ritmo dessa “corrida”, acaba sofrendo os efeitos adversos da revolução informacional. Como, então, diminuir a brecha digital criada? Traçar um paralelo entre passado e presente pode corroborar as discussões e culminar em ações para o combate a infoexclusão.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada fundamenta-se na definição conceitual de exclusão digital e na análise das mudanças ocorridas na sociedade mediante surgimento de inovações. Trata-se, portanto, de uma pesquisa conceitual teórica, com base no método analítico dedutivo. desafio em mensurar a exclusão digital está no fato de que, todos os dias, novas tecnologias são lançadas no mercado e, quem não segue o ritmo dessa “corrida”, acaba sofrendo os efeitos adversos da revolução informacional.

3 | INÍCIO DAS FRONTEIRAS

A informática no Brasil teve início quando a International Business Machines

(IBM), instalou sua primeira fábrica fora dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, em 1939. Naquela época, as peças de fabricação eram importadas de outros países, sendo que apenas grandes empresas e universidades tinham acesso à tecnologia computacional. A IBM desenvolveu competência nacional e as universidades passaram a pesquisar e expandir, gerando mais inovações. Por volta de 1972, o serviço militar brasileiro necessitou de uma “Maquina” que pudesse auxiliá-lo em tática e cálculos de guerra, então a USP (Universidade do Estado de São Paulo) apresentou o primeiro computador nacional, apelidado de “O Patinho Feio”.

Com o interesse de mais segmentos da sociedade, desencadeou-se a criação de políticas governamentais, que culminou na primeira empresa nacional de fabricação de computadores, a Computadores Brasileiros S.A. (Cobra). Foi então que o país alcançou, em 1986, a sexta posição no mercado mundial de informática, tornando-se o quinto maior fabricante (LAROUSSE, 1988; DANTAS, 1988 apud BRAGA, 2011).

Não obstante, segundo um levantamento do IBGE realizado entre 2014 e 2015, o número de domicílios com a presença de computadores caiu de 32,5 milhões para 31,4 milhões. Em contrapartida, o telefone celular tornou-se o dispositivo mais utilizado para o acesso individual à internet pela maioria dos brasileiros, conforme pesquisa realizada entre novembro de 2015 e junho de 2016 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, juntamente com Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. De acordo com os resultados, 89% dos pesquisados utilizam a internet, preferencialmente, pelo celular, sendo que 95% dos entrevistados da classe A haviam utilizado a rede há menos de três meses antes da pesquisa, com queda para 82% na classe B, 57% na C; e 28% nas D/E, demonstrando com isso, que a inclusão digital não se limita ao acesso por meio de computador pessoal.

No âmbito empresarial, devido à globalização, as empresas brasileiras precisavam se tornar competitivas e, para se enquadrar, adquiriram computadores por altos custos, que desempenhavam eficazmente o serviço de uma quantidade alta de funcionários. Muitos trabalhadores foram demitidos e alguns foram mantidos sob a ordem de capacitação profissional, porém as condições socioeconômicas impossibilitavam tal ordem.

[...] As empresas brasileiras, para se tornarem competitivas e sobreviver nesta economia globalizada, tiveram de introduzir modificações em suas estratégias de competição e crescimento. Muitas desapareceram, ou estão fechando suas portas. O desemprego aumenta a cada dia. [...] (ATAÍDE, Maria, 1997)

Atualmente no mercado de trabalho e no campo das profissões há uma demanda por novas competências. O conhecimento básico de computação não é mais um diferencial. O mercado tem necessidade de um trabalhador que vai além do conhecimento mínimo, valorizando aquele que é comprometido com a aprendizagem contínua e com a autoaprendizagem, que domina as tecnologias e é capaz usar plataformas de ensino à distância a fim de se auto capacitarem.

[...] Sem conhecimentos de informática, os trabalhadores são descartados no momento em que disputam vagas com melhor remuneração no comércio, um setor que está cada vez mais informatizado. Se uma pessoa não sabe ligar um computador, ignora o que é um mouse e nunca entrou na Internet, as chances de uma boa colocação são pequenas. (AEDB, s.d)

Segundo Nonaka & Takeuschi (1997), as inovações têm seu alicerce no conhecimento e no aprendizado organizacional contínuo e ambos promovem a longevidade empresarial, almejando que essas empresas tenham capacidades para a criação de conhecimento, e este envolve a criação, a difusão e a incorporação desses conhecimentos a produtos, serviços e sistemas. Não é por acaso que atual sociedade, o principal insumo dentro das organizações, é o conhecimento.

A Educação é outra área que tem demonstrado avanços. Pesquisas sobre tecnologias educacionais têm contribuído para essa evolução, uma vez que estuda a utilização das tecnologias no âmbito da educação. O processo educativo incorporou novos meios de se comunicar, de gerar e buscar informações para a construção do conhecimento, promovendo mudanças na maneira de se ensinar, e aprender, produzindo, consequentemente, novos desafios para os educadores.

O Ensino a distância (EAD) que em 2005 por meio do Decreto 5.622 tornou-se uma modalidade de ensino, e desde então, vem se consolidando a cada dia. Atualmente a EAD encontra-se na quinta geração. A primeira aconteceu entre os anos 50 e 80 e as principais tecnologias de apoio foram papel impresso, rádio, e a TV. A segunda fazia uso de múltiplas tecnologias, mas ainda não fazia uso do computador. A terceira já fazia uso do computador, CD, internet, áudio e vídeo conferências. A quarta contou as tecnologias anteriores, mais o apoio de satélites, banda larga, interação em tempo real via rádio, vídeos e outros. A quinta e última geração que iniciou por volta de 2005 está sendo apoiada por sistemas sem fio, agentes inteligentes, ambientes de computação imersivos, ambientes de realidade virtual 3D e outras.

Segundo o Censo da EAD.BR realizado em 2016, o total de alunos cursando ensino à distância no Brasil quase alcançou os 4 milhões.

	2014	2015	2016
CURSOS REGULAMENTADOS TOTALMENTE A DISTÂNCIA	519.839	489.683	561.667
CUROS REGULAMENTADOS SEMIPRESENCIAIS	476.484	609.338	217.175
CURSOS LIVRES NÃO CORPORATIVOS	2.872.383	3.595.582	1.675.131
CURSOS LIVRES CORPORATIVOS		435.309	1.280.914
TOTAL	3.868.706	5.048.912	3.734.887

Tabela 1: Alunos contabilizados pelo Censo EAD.BR de 2014 a 2016, por tipo de curso

Fonte: Censo EAD.BR (relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil), 2016.

4 | ALARGANDOS AS FRONTEIRAS DA INFOEXCLUSÃO

Em 2008 se iniciou uma grave crise econômica mundial, e a pobreza pode e foi alimentado por essa crise. Nesse momento, tivemos no país cerca de 26 milhões de trabalhadores desempregados, mesmo o desemprego não sendo um fator de influência direta na pobreza, pode contribuir fortemente para isso (ESTADO DE MINAS, 2017).

Atualmente cerca de quarente por cento das crianças entre zero a quatorze anos se encontram em situação de pobreza, conforme demonstrados no quadro abaixo.

Brasil e regiões	População entre 0 e 14 anos com renda de até 1/2 salário mínimo	%
Brasil	17.322.983	40,2
Nordeste	8.046.951	60,6
Norte	2.525.711	54
Sudeste	4.520.695	27,8
Centro-Oeste	954.726	28,4
Sul	1.274.900	23,1

Fonte: IBGE, Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)

Arte/UOL

Quadro 1: Crianças entre 0 a 14 em situação de pobreza no Brasil

O desenvolvimento desigual, combinado e instituído pelo sistema capitalista é o principal influenciador da pobreza no país, sendo que, as crianças com idades entre zero e quatorze anos ocupam cerca de 40 por cento dessa estatística. Essas crianças precisam de ações firmes para a adaptação de suas vidas a realidade da sociedade digital. Caso essas crianças permaneçam em um loop de pobreza e exclusão, poderão chegar a terceira idade sem terem usufruído os benefícios da sociedade digital, ficando a mercê apenas dos malefícios. Erradicar e contingenciar a pobreza são fundamentais, e possivelmente com isso, haveria uma diminuição no número de marginalizados informacionais.

Os idosos são participantes dessa estatística de alargamento fronteiriço, e segundo dados do Brasil GOV (2016), a população de idosos entre 2005 a 2015 aumentou aproximadamente 14,3%, revelando um envelhecimento da poluição demográfica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo de idosos de 60 ou mais anos será maior que o grupo de crianças com até 14 anos já em 2030, e em 2055 a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos.

Segundo Cohen(1998) e Groismann(2002) apud Celestino(2009) o aumento da população não é acompanhado pela senescênci, que é o processo natural de envelhecimento, deixando de proporcionar uma boa expectativa de qualidade de vida,

gerando certa senilidade, que acontece mediante a diferença ou descontinuidade em uma pessoa idosa. Causadas devido mudanças de afeto, cognição, alterações no caráter e no comportamento. Os idosos que naturalmente se encontram num processo de declínio gradual no funcionamento de seus corpos, sendo impedidos de realizar suas atividades cotidianas.

É neste contexto que se aplica o termo exclusão digital, privando — seja por motivos sociais, econômicos, políticos e/ou culturais — o acesso às vantagens e aos benefícios trazidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação. A desigualdade registrada entre pobres e ricos entra agora na era digital e ameaça se expandir com a mesma rapidez da informática. Acredita-se que o combate à exclusão digital será um dos principais desafios deste início de milênio. (AEDB, s.d.)

No Brasil, as políticas públicas sociais direcionadas ao idoso com mais de 60 anos contam com medidas como a Constituição de 1988, que assegura aos cidadãos brasileiros direitos quanto à seguridade social (Art.194), com medidas destinadas à saúde, à previdência e à assistência social aliando-se à Política Nacional do Idoso, aprovada em 04 de janeiro de 1994 pela Lei nº 8.842, que institui o Conselho Nacional do Idoso (CNI) e, posteriormente, a elaboração do Estatuto do Idoso, sancionado no dia 1º de outubro de 2003 pela Lei nº 10.741. Essas normatizações estão em consonância com as políticas internacionais, uma vez que preveem direitos a uma velhice saudável, e, justificam a necessidade de ações para realizar intervenções de prevenção e promoção à saúde física e mental da pessoa idosa.

A saúde mental do idoso é algo que merece atenção uma vez que muitos deles se sentem sozinhos, pela falta de tempo dos familiares, deprimidos pela condição física, porque não conseguem mais realizar as tarefas do dia a dia, podendo causar ansiedade e depressão. Embora seja notável que as tecnologias são capazes de ajudar os idosos a redescobrirem a alegria ao falarem com familiares, obterem mais informações sobre saúde, atividades físicas, nutrição e diversos outros assuntos, Zou et. al. (2012 apud LEONANDRO-FRANÇA et al, 2014) realizou um estudo em que afirma que o uso da tecnologia pode de trazer benefícios para prevenir as doenças mentais como a ansiedade em pessoas idosas, mas se se visualiza o apartheid informacional em meio aos jovens, nessa faixa etária a exclusão é ainda mais séria.

Diante um cenário em que se visualiza um alargamento nos limites da desigualdade informacional, onde as poucas ações de inclusão e capacitação são voltadas para aqueles que se encontram no mercado de trabalho, deixando de fora, grande parte da população, é que surge um questionamento: Por que ainda não existem políticas de inclusão voltadas para os diversos grupos dessa heterogênea sociedade informacional?

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos do combate à exclusão digital são longos e difíceis, seja porque

toda nova tecnologia cria seus excluídos e constantemente somos submetidos às inovações, ou mesmo porque conhecer apenas noções básicas de computação, ainda que fundamentais, não sejam suficientes para garantir colocação no mercado de trabalho, ou talvez porque a população tenha empobrecido ou envelhecido.

Pensar em ações de combate à infoexclusão implica em pensar numa sociedade de natureza heterogênea, alicerçada em valores organizacionais em que o básico saber não é mais suficiente, avançando rapidamente rumo ao múltiplo saber, auto aprendizado e ao aprendizado contínuo. Requer pensar que às margens da sociedade digital encontra-se uma grande parcela da população com baixo poder aquisitivo, sem condições financeiras de obterem acesso às inovações, que precisam trabalhar e estudar para melhorar seu padrão de vida, para isso, precisam de qualificação, que necessita de acesso à informação e à educação. Surgindo então, aquilo que talvez seja o grande “gargalo” para o combate à exclusão digital – a educação- esta que continua sem adequada preocupação governamental.

É preciso elaborar políticas educacionais que culminem em ações práticas que envolvam a sociedade, ações que valorizem de fato, o ensino, a pesquisa e a extensão, que podem levar informação, conhecimento e inovação até a comunidade. A educação permeia todos os setores da sociedade, igualmente as tecnologias, por isso pensar em soluções integradas com os demais problemas é a única saída. Ficar esperando que um problema se resolva para depois pensar no outro poderá causar uma “espera ilimitada” por soluções que juntamente, poderiam cooperar para a diminuição dos limites de uma divisa que perpassa o escopo digital e chega ao complexo território do contexto social.

A extensão universitária atua indiretamente como política que incentiva dentre o âmbito das instituições públicas de ensino superior, financiando com ônus para si projetos, esta possibilidade nos fez desenvolver projeto de extensão denominado curso de informática que está desde fevereiro atendendo a bairros na cidade de Dourados, cujos resultados qualitativos, no que tange a qualidade de vida, como sorrisos, melhorias em quadros clínicos explanados pelos participantes, estes fatos empíricos elucidam a discussão teórica, que sobretudo também calca-se no empírico.

REFERÊNCIAS

AEDB, ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO. **Impacto da exclusão digital na sociedade e no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/376_Exclusao%20Digital%20para%20SEGet05.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

ATAÍDE, Maria Elza Miranda. **O lado perverso da globalização na sociedade da informação.** Ciência da Informação, v. 26, n. 3, 1997.

BRAGA, Juliana Vasconcelos. **Informática Na Educação Ferramenta De Apoio Ao Ensino E De Estruturação Do Profissional Do Futuro.** Anapolis: Semect, 2011.

CENSO EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016 = Censo EAD.BR:

analytic report of distance learning in Brazil 2016 [livro eletrônico]/[organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: InterSaber, 2017. 2 Mb; disponível em: http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf acessado em 23/10/2017.

CELESTINO, Fabíola Krystina Silveira. **Enfrentamento, qualidade de vida, estresse, ansiedade e depressão em idosos demenciados e seus cuidadores: avaliações e correlações.** 2009. 91 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências do Comportamento) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ESTADO DE MINAS. **Econômia.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/08/17/internas_economia,892663/mais-de-26-milhoes-de-trabalhadores-estao-desempregados-ou-subocupados.shtml>. Acesso em: 19 out. 2017.

GOVERNO DO BRASIL. **Economia e emprego.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/em-10-anos-cresce-numero-de-idosos-no-brasil>>. Acesso em: 19 out. 2017.

GRUPO DE ESTUDOS. **A sociedade da informação e as fronteiras digitais da in/exclusão: novos estabelecidos e novos outsiders.** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/workshop/trabalhos_completos/grazielly_e_ricardo_nascimento.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

LÉVY PIERRE. **Cibercultura;** tradução de Carlos Irineu da Costa – São Paulo: Ed. 34, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Onu no brasil.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

NONAKA, I., & TAKEUCHI, H. (1997). **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação.** Rio de Janeiro: Campus.

PORTAL MEC. **Pronatec.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 17 out. 2017.

LÉVY, PIERRE. **Cibercultura.** (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009. SCIELO EM PERSPECTIVA HUMANAS. **Saúde mental no envelhecimento.** Disponível em: <<http://humanas.blog.scielo.org/blog/2014/12/15/saude-mental-no-envelhecimento/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila Giardini. **Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções.** Psicologia: Ciência e profissão, v. 34, n. 2, p. 318-329, 2014.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC

Rodrigo dos Santos

Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE/
Bebedouro - SP

Pós-Doutorando pela FCL/Unesp/Araraquara - SP

RESUMO: Este artigo analisa a importância do gerenciamento estratégico de coordenação federativa no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A análise parte da argumentação de que a ausência de um planejamento estratégico que considere a diminuição de incertezas e assimetrias federativas está dificultando o desenvolvimento de políticas educacionais profissionalizantes como o Pronatec. Através de uma revisão bibliográfica, busca-se entender a evolução da educação profissional, a implantação do Pronatec e sua expansão a partir de 2011. Através de dados do MEC e da análise da PL 1209/2011, identifica-se quais são os principais fatores de incerteza federativa e dificuldades de implantação do Governo Federal. Desta forma, a criação de um planejamento estratégico que estabeleça metas e objetivos realizáveis é um importante instrumento para o baixo desempenho dos indicadores do Pronatec.

PALAVRAS-CHAVE: Pronatec, Planejamento, Federalismo.

ABSTRACT: This article analyzes the

importance of strategic management of federative coordination in the National Program of Access to Technical Education and Employment (Pronatec). The analysis starts from the argument that the absence of a strategic planning that considers the decrease of uncertainties and federative asymmetries is hindering the development of professional educational policies like Pronatec. Through a bibliographic review, it seeks to understand the evolution of professional education, the implementation of Pronatec and its expansion from the year 2011. Through data from the MEC and the analysis of PL 1209/2011, it is identified what are the main factors of federal uncertainty and difficulties of implementation of the Federal Government. In this way, the creation of a strategic plan that establishes achievable goals and objectives is an important instrument for the low performance of Pronatec indicators.

KEYWORDS: Pronatec, Planning, Federalism.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo central da proposta é oferecer oportunidade de formação aos trabalhadores e jovens estudantes brasileiros, criando condições favoráveis para sua inserção no mercado de trabalho e enfrentando um dos maiores desafios colocados hoje para a continuidade

do crescimento econômico do país, que é a falta de mão de obra qualificada (DILMA ROUSSEFF, 29/04/2011, MENSAGEM DE SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA PL 1209/2011).

Este artigo, inicialmente apresentado como comunicação oral no *VIII Seminário Nacional de Sociologia & Política*, em maio de 2017, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba – PR, tem como objetivo analisar a importância do gerenciamento estratégico de coordenação federativa no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Nossa análise parte da argumentação de que a ausência de um planejamento estratégico que considere a diminuição de incertezas e assimetrias federativas está dificultando o desenvolvimento de políticas educacionais profissionalizantes como o Pronatec. Procura-se demonstrar que a gestão estratégica e integrada de políticas educacionais, como a do Pronatec, é um importante fator para o sucesso do Governo Federal em suas propostas. A parceria do Governo Federal com os demais entes federados deve possibilitar a melhoria da eficiência na educação com resultante melhoria nas condições de interação federativa, nas políticas públicas educacionais.

A hipótese deste trabalho é a de que a presença do Governo Federal junto aos Estados e Municípios na educação produz informações assimétricas e incompletas, potencializando conflito de interesses e incertezas (custo de agência). Tem-se, assim, um aumento exponencial dos custos de transação nas políticas educacionais adotadas pelo Governo Federal, que deve enfrentar custos crescentes de monitoramento, estruturais organizacionais e de oportunidade. Desta forma, a criação de um planejamento estratégico que considere a diminuição de conflitos federativos, estabelecendo metas e objetivos realizáveis é um importante instrumento para a melhoria dos indicadores de baixo desempenho referentes ao Pronatec.

Através dos dados sobre educação, disponibilizados pelo Governo Federal, no site do Ministério da Educação e Cultura (MEC), são analisados os custos das políticas de educação pós-Constituição de 1988. Uma questão advinda da hipótese acima é a de que em um ambiente conflituoso as recomendações do BIRD influenciaram, apenas parcialmente, a política pública do ensino superior no Brasil entre 1995 e 2016. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) é uma instituição com amplos poderes, porém, que não consegue impor completamente suas recomendações educacionais à agenda governamental e ao processo decisório brasileiro, que produz acomodação de interesses entre o ensino público e privado dentro da agenda educacional.

Apesquisa bibliográfica será fundamentada em estudos que estão em consonância com a importância da gestão estratégica em políticas públicas, dos conflitos federativos na educação, sobre os problemas históricos na educação profissional e especificamente sobre o Pronatec (CASSIOLATO; GARCIA, 2014; CASTIONI, 2013; DEITOS et al., 2015; FOREQUE, 2015; LIMA, 2012; MEC, 2016; OLIVEIRA, 2013; RODRIGUES, 2012; ROMERO, 2011; SCHWARTZ, 1984; TROGANI, 2012; entre outros). Buscar-se-á entender a evolução da educação profissional, oriunda dos anos 90, a implantação

do Pronatec e sua expansão a partir de 2011. Por sua vez, através da análise da aprovação do Projeto de lei (PL) 1209/2011, que cria o Pronatec, e de dados sobre o desempenho do programa nos anos posteriores a sua criação, serão identificados os principais fatores de incerteza federativa e dificuldades de implantação do Governo Federal em sua base congressual e apoio dos entes federados. Busca-se analisar a sequência de resultados do programa e a sua relação com os interesses políticos do Governo Federal, assim como a sua aproximação com os interesses partidários eleitorais e o seu descolamento com a política de desenvolvimento regional. Por fim, objetiva-se fazer uma síntese da política do Pronatec destacando os pontos de conflito e de melhoria do programa.

A presença do Governo Federal junto com Estados e Municípios na educação produz informações assimétricas e incompletas, potencializando conflito de interesses e risco moral. Tem-se assim, um aumento exponencial dos custos de transação nas políticas educacionais adotadas pelo Governo Federal, que deve enfrentar custos crescentes de monitoramento, estruturais organizacionais e de oportunidade. Os resultados insatisfatórios do Pronatec são um exemplo importante da ausência de coordenação e do alto custo de transação, que envolve esta política educacional.

Observa-se que o Pronatec é um importante instrumento de política educacional. No entanto, o Pronatec não está produzindo os resultados desejados porque não está alinhado de forma satisfatória com a política econômica de desenvolvimento regional. Deve-se atentar para a necessidade de alinhamento dos recursos educacionais com os produtivos, ou seja, a disponibilidade de cursos técnicos deve estar associada à oferta mercadológica destes profissionais na mesma região.

A discrepância regional na aplicação de recursos educacionais também é um importante fator a ser considerado. Se por um lado oferece uma importante plataforma de campanha, com resultados eleitorais de curto prazo, por outro lado, há um aumento da ineficiência dos recursos educacionais que estão sendo disponibilizados para regiões que não produzem regionalmente os respectivos postos técnicos de trabalho. Desta forma, há grande desperdício de recursos educacionais que poderiam ser rationalizados através da educação não profissionalizante, que em alguns setores econômicos e regiões proporcionam melhores oportunidades de trabalho.

Sendo assim, a melhoria do gerenciamento dos recursos educacionais através de uma gestão integrada com diferentes instituições e políticas públicas torna-se o principal elemento de sucesso para políticas educacionais, como o Pronatec. Desta forma, este trabalho propõe a criação de um planejamento estratégico federativo para as políticas de educação como o Pronatec, enfatizando que a diminuição das incertezas pode ser alcançada através de uma gestão integrada mitigadora de riscos.

2 | O PRONATEC COMO POLÍTICA PÚBLICA DO GOVERNO FEDERAL

De acordo com o MEC (2016), o Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada dos jovens. A importância do Pronatec está na articulação de diferentes iniciativas já existentes para aumentar a oferta de educação profissional em todos os níveis, como a qualificação profissional, técnico de nível médio e tecnólogo. O Pronatec também financia o estudante, apoia as redes estaduais, expande a rede federal e aceita as três formas de ensino técnico.

Cinco iniciativas integram as ações do Pronatec. A primeira está na expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A segunda iniciativa reside no Programa Brasil Profissionalizado que se destina à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional integrada ao ensino médio nas redes estaduais. A terceira iniciativa oferece gratuitamente, por meio da Rede e-Tec Brasil, cursos técnicos e de qualificação profissional, na modalidade à distância. Desta iniciativa, participam as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as unidades de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e instituições de educação profissional, vinculadas aos sistemas estaduais de ensino. A quarta iniciativa trata-se de um acordo de gratuidade que tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI e do SENAC, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores. A quinta iniciativa reside no bolsa formação que oferta cursos técnicos para estudantes matriculados no ensino médio (cursos técnicos concomitantes), para quem concluiu o ensino médio (cursos técnicos subsequentes, por meio do Sisutec), para estudantes da educação de jovens e adultos e, ainda, cursos de qualificação profissional (MEC, 2016).

A partir de 2011, com o Governo Dilma, observa-se que o Governo Federal estabelece uma estratégia inicial priorizando o ensino médio e técnico. Principalmente com o ensino técnico o Governo Federal procura diminuir os sinais crescentes de desempregos e o tempo para a realocação no mercado da mão de obra ociosa em virtude do acirramento da crise econômica mundial ocorrida em 2008. Nas eleições de 2010, o Governo Dilma transforma o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em sua principal proposta educacional de campanha.

Com a vitória eleitoral de Dilma, o Programa Pronatec foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada dos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas (MEC, 2016).

Apesar da iniciativa e articulação de propostas excessivamente expostas em sua

campanha em 2010, o Governo Dilma logo em seu primeiro ano passou a enfrentar sérias críticas em relação à efetividade e à eficiência do programa Pronatec. O governo passa também a ser bastante criticado por dar pouca importância ao ensino básico e por não enfrentar o corporativismo e o sindicalismo que tomaram conta do Ministério da Educação (MEC) e especialmente das universidades federais (CRUZ appud ROMERO, 2011).

Desde o início, o Governo Dilma enfrentou problemas em sua base de sustentação no Poder Legislativo. O governo Dilma não conseguiu aprovar, em 2011, o Plano Nacional de Educação (PNE), criado pela Lei 10.172 em 2001 porque enfrentou forte resistência das bases sindicais do PT, que exigiram a elevação dos gastos com educação de 7% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Além da justificativa fiscal do controle de gastos públicos, outra justificativa do governo em não investir mais recursos para transformar as escolas do ensino médio em escolas técnicas com a infraestrutura necessária, sobretudo em cursos ligados à indústria de alta complexidade, foi que a de que, se a demanda cessasse, os cursos se tornariam obsoletos e o recurso seria perdido. Para a parte sindical e mais a esquerda do PT, o Pronatec seria inviável em médio prazo, não mais que 5 ou 6 anos, sem a elevação dos gastos com educação para 10% do PIB. No primeiro ano do segundo mandato do Governo Dilma, o argumento provaria ser verdadeiro (LIMA, 2012).

Além disso, o Governo Federal encontrou dificuldades em estabelecer o piso salarial para a educação, que encontrou resistência devido à insegurança jurídica em relação ao déficit orçamentário de Estados e Municípios e às greves de professores. A Câmara aprovou o projeto, mas o Senado mudou o texto, fazendo valer a regra anterior. De acordo com a regra anterior a correção é feita com base na variação do valor anual mínimo por aluno do Fundeb verificado nos dois exercícios anteriores. Se a correção fosse pelo INPC, deveria ficar em torno de 6,5%; se fosse pela regra aprovada pelo Senado, algo entre 16% e 22%. Claramente, o Governo Dilma sofreu derrota no Senado, que fundamentou a inaplicabilidade da regra anterior que inviabiliza a execução orçamentária diante da lei de responsabilidade fiscal (LIMA, 2012).

Deve-se destacar que, em setembro de 2015, após analisar os dados do desempenho do Pronatec, o Governo Dilma concluiu que fazer um curso do Pronatec não ajuda o profissional a voltar ao mercado de trabalho formal, após comparar o desempenho de alunos matriculados em cursos de curta duração com o de alunos matriculados que não cursaram o Pronatec. No início de 2015, o ministro da educação, Aloysio Mercadante (PT), confirmou que os cursos do Pronatec não conseguem aumentar a probabilidade de reinserção no mercado de trabalho (CRUZ appud ROMERO, 2011; LIMA, 2012).

Assim como as demais políticas educacionais, o Governo enfrenta problemas históricos quantitativos e qualitativos diante das diferenças regionais e locais, que apresentam cerca de 60% da concentração da oferta na região SE, sejam instituições públicas e privadas. No caso do Pronatec, quanto maiores as diferenças regionais

maior também as diferenças existentes entre a oferta de mão de obra técnica e a demanda de trabalho técnico. Além disso, permanece a confusão de atribuições entre esferas de governo que continuam, mesmo com menor intensidade do que nos anos 90, a atuarem dentro de uma mesma política, conflitando interesses.

Toda política pública nacional, como o Pronate, deveria respeitar um planejamento estratégico eficiente, que considere as transformações mais amplas da economia tais como mudanças tecnológicas, tendências demográficas, tendências culturais, clima econômico, condições gerais e políticas, acontecimentos gerais e específicos (BARNEY; HESTERLY, 2011). No Brasil é possível destacar que fatores relacionados ao custo Brasil, relativos às condições gerais e políticas, clima econômico e mudanças tecnológicas, impactam diretamente as estratégias das organizações.

Deve-se atentar que a Constituição de 1988 define a necessidade de descentralização de políticas sociais. No entanto, não estabeleceu os limites jurisdicionais dos entes federados, que deveriam incluir os municípios. A Constituição de 1988 não impôs limites jurisdicionais à atuação do Governo Federal diante de questões estritamente federativas e de soberania.

Desta forma, o Governo Federal pode estabelecer, unilateralmente e sem coordenação federativa, políticas públicas em regiões onde não obteve o apoio dos governadores e dos prefeitos, que poderiam apoiá-lo e fortalecer sua política. Observa-se, assim, a atuação concomitante, e muitas vezes conflitivas, dos entes federados dentro de uma mesma jurisdição e política pública, sem coordenação, metas e objetividade prática para a nação. Sem jurisdições definidas os entes federados também se eximem de suas responsabilidades perante o eleitorado, dificultando o controle democrático e favorecendo o baixo desempenho das políticas públicas, que recorrentemente voltam ao debate eleitoral dentro de condições e problemas similares, com baixo nível de melhoria. Neste contexto, o eleitorado não consegue identificar os responsáveis pelas políticas educacionais.

De forma geral, a jurisprudência federalista contemporânea estabelece que o Governo Federal somente pode atuar em questões federativas e republicanas, podendo legislar também aonde não há legislação estadual pertinente. Atente-se ao fato de que as questões federativas e republicanas de interesse do Governo Federal são aquelas referentes aos interesses da nação ou em questões referentes às interações de mais de um Estado federado. No caso da educação, a gestão estratégica educacional é um elemento mediador entre os recursos diversos existentes na instituição educacionais (humanos, financeiros, materiais, pedagógicos, entre outros) e a busca dos seus objetivos (a formação cidadã). Portanto, os fins da administração da educação relacionam-se à emancipação cultural de sujeitos históricos para os quais a apreensão do saber se apresenta como elemento decisivo na construção de sua cidadania (PARO, 1999).

Toda política pública educacional deve estar alinhada com os cinco principais pontos da administração contemporânea, respeitando-se aspectos relativos à Missão,

Visão, Valores, Objetivos, Metas, Resultado e Revisão das metas (CHIAVENATO, 2003). Além disso, ressalta-se a importância da gestão de talentos. No mundo contemporâneo, pode-se observar que as organizações descobriram que um elemento importante para a melhoria do desempenho organizacional está na valorização dos talentos e na descoberta de suas habilidades e competências. Neste caso, as organizações devem levar em consideração as diferentes formas de conhecimento, de processamento e difusão de informações e dados (FONSECA; ESTENDER, 2016; CHIAVENATO, 2014).

Por um lado, as organizações devem desenvolver o conhecimento explícito, com formação mediada e técnica, capaz de contribuir para a obtenção de resultados através de teorias e reflexões institucionais mediante conhecimento histórico acumulado e legitimado. Por outro, as organizações devem considerar o conhecimento tácito de seus associados e colaboradores. O conhecimento pessoal, informal, intuitivo e a visão de mundo de seus colaboradores pode ser elemento diferencial para a organização se estiver alinhado com os valores e objetivos da organização. Para isso deve utilizar elementos de conversão (socialização, externalização, combinação, internalização) entre os conhecimentos explícitos e tácitos de seus colaboradores e associados (CARVALHO, 2012).

No mundo contemporâneo, a gestão do conhecimento é um fator diferencial para o desempenho organizacional. Especificamente, no caso do Pronatec, a atuação do Governo Federal como parceiro e regulador dos entes federados, através da gestão do conhecimento pode garantir melhores práticas e processos estratégicos, visando, sobretudo, a obtenção de vantagem competitiva em relação à concorrência federativa diante da relação oferta e demanda na educação profissional. Para Machado (2016), a melhoria da eficiência de processos e resultados está relacionada com um modelo de gestão baseado na valorização e reconhecimento do capital intelectual, considerando-se todas as capacidades e competências do elemento humano, mais eficientes serão os processos e melhores serão os resultados.

Em 2014, o Pronatec foi um exemplo de atuação de curto prazo, com objetivos claros de vitória eleitoral, que estiveram dissociados aos principais valores da administração contemporânea, principalmente do conceito visão. A introdução de um planejamento estratégico para a diminuição de incertezas e assimetrias é fundamental para o sucesso de qualquer política educacional.

A República Federativa definida na Constituição de 1988 determina a missão do Governo Federal nas questões relativas ao Estado Nacional e à União Federativa, estabelecendo republicanismo e federalismo como valores indissolúveis. Para as questões relativas à educação profissionalizante deste estudo, é importante ressaltar o Art. 1, que estabelece a união indissoluta entre União, Estados e Municípios e o fundamento de atuação nos parágrafos I - a soberania; II - a cidadania III - a dignidade da pessoa humana, que se referem ao Estado Nacional e o parágrafo IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, referente à União Federativa, competição e

cooperação entre os entes federados. Por sua vez, o Art. 3 estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, são eles: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Destaca-se que os parágrafos I e II se remetem às questões sobre justiça nas relações de competição entre entes federados e os parágrafos III e IV se remetem à diminuição das assimetrias federativas.

O Governo Federal em sua atuação com os demais entes federados deveria respeitar os princípios do Estado Nacional (Governo Federal deve ser agente distributivo) e de União Federativa (Governo Federal é agente regulador redistributivo), estabelecendo jurisdições claras de atuação nas políticas de educação (CURY, 2010). Como um terceiro ente federado, os municípios brasileiros deveriam interagir com o Governo Estadual e Federal respeitando os limites de atuação entre as diferentes esferas governamentais, porém, isso também não acontece.

No Brasil, no caso das políticas de educação, não há delimitação para atuação entre as esferas. As reformas educacionais tornam-se necessária para garantir a atuação do Governo Federal como parceiro regulador de Estados e Municípios em políticas educacionais que não envolvam questões federativas e republicanas (questões relativas aos princípios de Estado Nacional e União Federativa), como a educação fundamental e básica que deveriam ser de responsabilidade estritamente do Governo Federal porque são questões de Estado Nacional, relativas à formação cidadã elementar para a nação, respeitando-se as diferenças regionais e locais com o intuito de fortalecer o Estado Nacional. Por sua vez, políticas de geração de empregos estão conectadas com o desempenho econômico e fiscal e a competitividade dos Estados, relativas à União Federativa.

Assim sendo, o Governo Federal deveria ser apenas parceiro de políticas de educação profissionalizantes que deveriam ser de responsabilidade dos governos estaduais, assim como as políticas de educação superior. No Brasil, isso não ocorre. Por exemplo, pode-se observar que o Pronatec produziu determinados cursos e instituições educacionais profissionalizantes em regiões que não possuem a necessidade destes profissionais, ou até mesmo o mercado interno necessário para suprimir a necessidade da mão de obra técnica que foi formada. Além de produzir assimetrias e incerteza, o modelo educacional brasileiro foi frágil ao sistema partidário eleitoral, que produziu campanhas incompatíveis com as diferentes realidades regionais.

Se considerarmos o alcance do objetivo mais imediato do programa, que se refere à ampliação do acesso à educação profissional deve-se observar também a necessária criação de uma base legal, através do acerto do arranjo institucional montado para o PRONATEC, uma considerável capacidade técnico-burocrática. O número de profissionais disponíveis na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) ainda não é suficiente para

garantir a demanda (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Em períodos como a década de 2000, com crescimento econômico e capital internacional excedente, o Governo Federal pode deixar de fazer reformas porque o desempenho institucional crescente e gastos excessivos passíveis de refinanciamento escondem os verdadeiros problemas institucionais. No caso das instituições escolares, mesmo com a ampliação de vagas e cursos através de uma política de mercado que estimula o crédito e também a inclusão escolar nas escolas públicas, o modelo não refletiu a realidade social brasileira em suas diferenças regionais e locais.

Desde 2010, com a acentuação da crise econômica e política, o desemprego, a ausência de coordenação federativa e a ausência de um planejamento estratégico contribuíram para o fraco desempenho do Pronatec. Desta forma, o modelo educacional misto de acomodação de interesses federativos produz resultados institucionais ainda mais assimétricos do que em períodos de crescimento econômico, colocando em questão o discurso da inclusão e da qualidade do ensino no Brasil.

O trabalho a ser realizado justifica-se diante necessidade de melhoria dos resultados do Pronatec, programa que possui o importante objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Neste contexto, os estudos sobre a gestão de recursos educacionais são importantes instrumentos de aprimoramento das políticas de educação.

3 I CENTRALIZAÇÃO E REGIONALISMO NA APROVAÇÃO DA PL 1209/2011

O PL 1209/2011, que institui o Pronatec – isto é, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio), e nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior) e dá outras providências – foi apresentado pelo Poder Executivo em 29/04/2011, encaminhado por despacho da mesa diretora em 2/05/2011, levado para as respectivas comissões de trabalho (Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)), sendo sancionado com duas emendas em 8/11/2011.

O Projeto de Lei pode ser analisado dentro de algumas características gerais e específicas, que orientaram as discussões na tramitação em plenário. As características gerais estão associadas à diferenciação entre formação inicial e continuada (que são focadas nas necessidades do mercado de trabalho e na garantia de ocupação e desenvolvem as competências necessárias para o aluno ter uma melhor ocupação ou realocação rápida no mercado de trabalho), educação profissional e técnica (que seriam cursos de curta duração mais compatíveis às necessidades das empresas,

com mínimo de 40 horas, cujo conceito não está previsto na Constituição de 1988) e qualificação profissional, a última não contemplada na Constituição de 1988 e também no projeto devido à rejeição da EMC 27, feita pelo Deputado André Figueiredo, PDT/CE.

Vale recordar que a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que a educação profissional deve se organizar e três formas de curso: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio, que pode ser subsequente ao ensino médio (para quem já concluiu a educação básica); concomitante ao ensino médio (para quem já concluiu o ensino fundamental e está cursando o ensino médio); integrada ao ensino médio (em currículo único com esta etapa da educação básica), inclusive na modalidade EJA; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

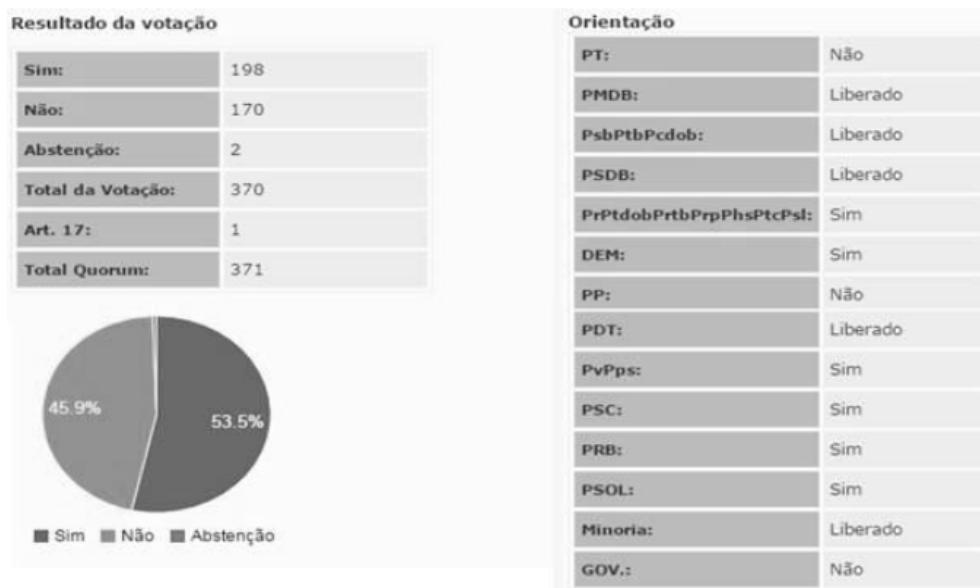
Os principais aspectos específicos do PL a serem ressaltados são:

- I. Regionalismo, com direcionamento do projeto em 30% para o Norte e Nordeste, sem discriminação microrregional.
- II. Dicotomia entre rural e urbano, discrepância entre cursos profissionalizantes e mesmo modelo de aplicação para realidades diferentes – vale destacar que a Pedagogia da Alternância (que é uma alternativa para a Educação no campo e consiste em mesclar os períodos de uma semana em regime integral na casa familiar e duas semanas de aplicação supervisionada dos conhecimentos na propriedade familiar, surgida em 1938, a partir de um pequeno grupo de agricultores franceses insatisfeitos com o sistema educacional de seu país, pois a educação formal não atendia as especificidades de uma Educação para o meio rural, enfatiza a necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais dos adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008, p. 229)) ainda não era contemplada pelo MEC.
- III. Centralização decisória e controle no Poder Executivo, margem para uso partidário-eleitoral do Pronatec.
- IV. Inclusão de direitos das minorias em políticas republicanas. De certa forma, PMDB e PPS redigiram emendas mais holísticas e republicanas, enquanto PSDB e PT, focaram em determinados segmentos sociais.

Duas emendas, a 28 e a 37, foram aprovadas no processo de apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados. A emenda 28, que destinou 30% do projeto para as regiões Norte e Nordeste, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) – que havia tentado, na emenda 25, reescrever a proposta inteira do Poder Executivo – com votação eletrônica, e a emenda 37, que estabeleceu o controle de qualidade para as instituições privadas e sem fins lucrativos no Poder Executivo, da

Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), com votação simbólica.

Observa-se, no Gráfico 1, que o Poder Executivo perde a votação mesmo com pouca margem de diferença. Os partidos que não entraram em acordo liberaram votação (PSDB, PMDB, PSB, PTB, PC do B, PDT e minorias). Os partidos favoráveis à emenda que entraram em acordo votaram sim (PRB, PV, PPS, DEM, PSC e PSOL). Em acordo e em defesa da proposta do Governo Federal votaram não (PT e PP).



Na tramitação do PL 1209/2011, foram rejeitadas 35 emendas, que de alguma forma representaram os anseios de diferentes segmentos sociais, como a pedagogia da alternância para os trabalhadores rurais (PT), unificação com os recursos do Projovem (PT), a carga horária de 40 horas para cursos de curta duração, inclusão de critérios para deficientes (PSDB), obrigatoriedade de qualificação para receber o FAT (PPS), cursos experimentais (PMDB), Bolsas Formação professores empresas (PMDB), financiamento pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica com arredondamento de valores para saque (PDT), formação de motoristas de caminhão (PR), obrigatoriedade de contribuição para o INSS dos alunos e professores submetidos ao Pronatec (PPS), aumento de 20% do orçamento, entre outras que já estavam contempladas na proposta do Poder Executivo. Muitos deputados reescrevem suas emendas solicitando a alteração de artigos diferentes na tentativa de levar a votação nominal. Porém, apenas dois conseguiram sem terem reeditado a mesma proposta, conforme mencionado anteriormente.

Por fim, deve-se atentar que o Pronatec é fundamentalmente financiado pelo FIES e FAT, não havendo participação direta do mundo empresarial. Desta forma, a tão propagada necessidade de trabalhadores qualificados está sendo financiada pelo Estado ou pela própria classe trabalhadora em benefício também da classe empresarial.

4 | REGIONALISMO, INADEQUAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DE RECURSOS

Através da tramitação do PL 1209/2011, foi possível observar elementos importantes para o entendimento do baixo desempenho do Pronatec. Observa-se a necessidade constitucional de regulamentação de cursos de curta duração capazes de qualificar os profissionais, respeitando as necessidades das empresas e suas respectivas demandas por profissionais técnicos. Além disso, a expansão e interiorização proposta pelo Governo Federal não contempla as particularidades regionais, tão pouco as necessidades específicas entre rural e urbano. Outro importante fator a ser considerado está na formação continuada de professores que requer experiencial direta com o ambiente de trabalho. Neste ponto, cursos e empresas muitas vezes estão em regiões diferentes. Parcerias e incentivos à formação profissional microrregional seriam mais adequadas aos objetivos do Governo Federal.

Destaca-se que toda e qualquer tentativa parlamentar de aumentar, alterar ou fragmentar o orçamento do Pronatec foi suprimida. Observa-se, ainda, uma concepção centralizadora no Poder Executivo como executor e fiscalizador de políticas públicas. Evidentemente, a grande centralização decisória e fiscalizatória cria solo fértil para a utilização partidário-eleitoral das políticas públicas federais. Por sua vez, ainda existem muitos recursos pulverizados e fragmentados em ações pouco eficazes, que não se integram de fato com a proposta de educação continuada, como por exemplo, o Projovem.

REFERÊNCIAS

- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração Estratégica e Vantagem Competitiva**. Tradução de Midori Yamamoto. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- CARVALHO, F. C. A. **Gestão do conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
- CASSIOLATO, M. M.; GARCIA, R. C. **Pronatec**: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- CASTIONI, R. Planos, Projetos e Programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Revista Sociais e Humanas**, v. 26, n. 1, p. 25-42, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921>>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2003.
- _____. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.
- CURY, C. R. J. **A questão federativa e a educação escolar**. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, p. 149-168, 2010. Disponível em: <http://www.josenorberto.com.br/josenorberto/Educa%C3%A7%C3%A3o_Federalismo_Brasil.pdf#page=144>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B.; ZANARDINI, I. M. S. **Política de educação profissional no Brasil**:

aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 36, n. 133, p. 985-1001, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400985&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2017.

FONSECA, A. C.; ESTENDER, A. C. Gestão de talentos no mercado financeiro. **Revista de Administração do Unisal**, v. 6, n. 9, 2016. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/501/pdf_37>. Acesso em: 23 jul. 2016.

FOREQUE, F. **Antes vitrine de Dilma**, Pronatec agora vira curso ‘indiferente’ para o governo. Folha de São Paulo, São Paulo, 24/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1686215-antes-vitrine-de-dilma-pronatec-agora-vira-curso-indiferente-para-o-governo.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

LIMA, M. Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE E DCNEMs. **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: UFMG, v. 21, n. 2, p. 73-91, 2012. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/791/1038>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

MACHADO, E. S. et al. Capital Intelectual e Gestão do Conhecimento: Desafios dos Gestores de Recursos Humanos Diante dos Novos Contextos de Gerenciamento. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 30, p. 3-9, 2016. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/3658/3132>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

MEC. Ministério da Educação. **Pronatec**. Brasília, DF: Ministério da educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

OLIVEIRA, M. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/Ministério da Educação (MEC), 2013.

PARO, V. H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999, p. 101-120.

RODRIGUES, R. O.; DOS SANTOS, M. I. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2012.

ROMERO, C. Governo amplia ensino técnico, mas avança pouco na educação básica. **Valor Econômico**. Brasília, 27 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/1154684/governo-amplia-ensino-tecnico-mas-avanca-pouco-na-educacao-basica>>. Acesso em 03 mar. 2017.

SCHWARTZ, R. **O federalismo norte-americano atual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2017.

TROGIANI, C. R. et al. **Desafios para a implementação do programa PRONATEC/Osasco sem miséria**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Marclin Felix Moreira

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória - ES

1 I INTRODUÇÃO

Tanto em sua elaboração e desenvolvimento, quanto nos momentos em que se questiona sua capacidade e legitimidade, o Estado de bem-estar social sofre influência dos processos sócio-político-culturais particulares a cada sociedade. Consequentemente, os aspectos que definem a fisionomia do welfare state em cada país ou região, são os mesmos que limitam e desenham as características das entidades sociais de cada localidade.

Nosso objetivo no presente artigo, portanto, é observar a relação entre uma variedade de aspectos socioculturais - como fatores extremamente importantes - na configuração do welfare state. Mobilizamos para essa tarefa uma perspectiva voltada para traços panorâmicos, que demonstram a configuração do welfare state a partir de contextos específicos, resultando na percepção de uma pluralidade de modelos de atuação social por parte do Estado.

Destacadamente se estabelece a relação entre os processos políticos institucionalizados, como os relativos aos partidos políticos, assim como os processos políticos de ordem "societal" e as peculiaridades culturais de cada região.

Assim sendo, é perceptível a ausência de homogeneidade em torno de um padrão

RESUMO: Este trabalho trata do tema do Estado de bem-estar social e a importância de se compreender as condições de seu surgimento e desenvolvimento, que por sua vez estão relacionadas também às maneiras como respondem aos momentos de turbulência em sua ordem. Nesse sentido, nos deparamos com um conjunto de aspectos socio-político-culturais extremamente significativos para o acompanhamento e compreensão desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Social; Política; Cultura

ABSTRACT: This work deals with the subject of the welfare State and the importance of its emergence conditions you must understand and development, which in turn are related to the ways in which respond to moments of turbulence in your order. In this sense, we came across a set of socio-politico-cultural aspects extremely significant for the monitoring and understanding of this phenomenon.

KEYWORDS: Social State; Politics; Culture.

de welfare state. O que se verifica é a estreita relação entre um conjunto de fatores socioculturais e os movimentos formativos, que consequentemente irão singularizar os welfare states que se desenvolvem no século XX. Permitindo, para uma apreciação mais justa e precisa, a construção de uma tipologia a partir do agrupamento de distintos Estados de bem-estar, cuja similaridade nas políticas implementadas guarda estreita relação com um histórico sócio-político-cultural aproximado.

Outro aspecto que abordaremos se refere a problemática que envolve a questão social e sua relação com a corrosão dos pilares que possibilitaram a emergência do welfare state.

O desenvolvimento, a crise e a reforma do welfare state encontram-se umbilicalmente ligados àquilo que a literatura identifica como questão social. Nesses termos, acompanhar as origens e as transformações do estado de bem-estar social exige apreciar paralelamente os primórdios e as mutações da questão social. Para uma apreciação mais ampla desse processo é necessário considerá-lo em seus aspectos filosóficos, políticos e econômicos. É o que procuraremos fazer nas páginas que se seguem.

A exposição que faremos, portanto, tem o intuito de organizar em torno dessas ideias trabalhos que, uma vez reunidos, permitem uma apreciação mais “exata”, ou pormenorizada daquilo que veio a ser definido com Estado de bem-estar social, suas origens, seu desenvolvimento e as crises que enfrenta.

2 | DESENVOLVIMENTO

O esforço em compreender as razões motivadoras do desenvolvimento, crise e adaptações do welfare state, levou Huber e Stephens (2001) a adotarem uma postura crítica em relação a uma variedade de perspectivas construídas em torno dessa problemática. Umas, por adotarem uma metodologia imprópria (segundo seu julgamento) para o tema em questão, e outras por se valerem de concepções, ou evitadas de conteúdo ideológico, ou limitadas por uma visão generalista que não absorve os aspectos particulares do desenvolvimento do sistema do welfare state em sua ampla variedade de manifestações.

Nesse sentido, a metodologia empregada para o estudo do conjunto de características, formação, expansão, crise e adaptações do Estado de bem-estar, é profundamente marcada pela preocupação em se estabelecer um diálogo entre as tradições de pesquisa quantitativa e histórica comparada. Associada a essa posição geral de união de duas grandes tradições de pesquisa para o estudo em questão, está a preocupação em acompanhar o fenômeno investigado numa ótica de longa duração, uma vez que os estudos de curta duração têm conduzido a enganos quanto à avaliação da natureza do welfare state (Huber e Stephens, 2001, p. 321-322).

A adoção, portanto, de análises comparativas quantitativas e históricas, somadas

às análises sobre períodos de longa duração, proporcionou aos autores a possibilidade de formulação de quatro mecanismos causais mediando os efeitos de longa duração. Esses mecanismos causais e seus significados são os seguintes:

1. Limitação Estrutural: refere-se ao balanço de poder na sociedade, envolvendo, principalmente, as relações capital/trabalho, os movimentos femininos, as associações profissionais, entre outros movimentos sociais e grupos de interesse, assim como diferentes partidos políticos.
2. Hegemonia Ideológica: refere-se ao centro de gravidade da opinião pública, que expressa o desejo de uma ordem social específica, bem como a forma e funções do welfare state.
3. “The Policies Ratchet Effect”: refere-se ao rápido crescimento de suporte para as políticas de welfare state após sua introdução, especificamente no caso de políticas universalistas que sejam benéficas a uma grande proporção da população.
4. “Regime Legacies”: refere-se ao impacto de específicos regimes políticos na condensação da força de atores sociais e em sua capacidade de forçar futuros desenvolvimentos do welfare state. (Huber e Stephens, 2001, p.322-323).

As análises realizadas pelos autores os conduziram a considerar que os partidos políticos foram os elementos mais importantes do desenvolvimento e da variação experimentada pelo welfare state nos países em que foi implantado. Ou seja, o tipo de Estado de bem-estar que cada país punha em funcionamento foi, em grande medida, determinado pelo segmento político que permaneceu mais tempo participando do governo.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, por sua vez, é um fator que, associado à presença de partidos socialdemocratas no governo, responde pela manutenção e expansão dos serviços sociais. Isto aparece como “um produto de um processo de interação que liga governo social democrata, crescimento em participação da mulher na força de trabalho, mobilização política feminina e expansão do serviço público social”. (Huber e Stephens, 2001, p.3).

A crise e o consequente retraimento do Estado de bem-estar podem ser explicados, em um plano geral, pelo avanço no nível de desemprego, uma vez que este levaria a uma dupla consequência, com impactos diretos no sistema de proteções: mais pessoas dependendo das garantias do Estado e menos pessoas contribuindo, através do pagamento de impostos, para a manutenção do sistema de transferência. Entretanto, essa relação não deve ser assumida como explicação exclusiva. Divergindo de estudos que apontam para a abertura dos mercados comerciais e financeiros como os principais causadores do aumento no nível de desemprego, os autores, embora concebam a importância relativa desses fatores na constituição do problema, tendem a enfatizar, como decisivo, o aumento nos níveis de desemprego em relação direta com a diminuição nas taxas de investimento e de crescimento. Esta diminuição nas taxas de investimento e de crescimento, por sua vez, seria o resultado de mudanças

seculares, tais como: a passagem da predominância de manufaturas para os serviços dentro do regime de produção; no interior da manufatura, a mudança de uma produção em massa padronizada para uma produção flexível; internacionalização da produção; enfraquecimento dos organismos centralizados de barganhas coletivas e dos mecanismos de restrições salariais (Huber e Stephens, 2001, p. 318-319).

O estudo detalhado dos diferentes tipos de welfare state mostra também que os impactos relacionados às mudanças acima mencionadas, atingem diferenciadamente cada tipo de acordo com as características peculiares de sua formação. A verificação dessas diferenças somente foi possível em função da maneira como os autores conduziram seu trabalho de pesquisa (reunir no contexto de um só trabalho análises quantitativas e históricas comparadas, numa perspectiva de longa duração), o que resultou na divisão em tipos de welfare state devido à predominância temporal de um determinado segmento político no governo. Isto levaria a orientações e ações políticas distintas, promovendo formações favoráveis ou desfavoráveis ao conjunto de características que compõem o regime de welfare state.

A sequência de dados com os quais trabalharam os autores, para desenvolver e dar consistência aos argumentos, foram distribuídos levando-se em consideração as distinções acima mencionadas. Nesse sentido, encontramos no decorrer da obra a apresentação dos dados quantitativos e das referências às peculiaridades históricas dividida da seguinte maneira (considerando também que a ordem de apresentação obedece ao critério de amplitude das políticas do welfare state, em média, em um sentido decrescente):

1. Tipo de welfare state social democrata (mais homogêneo, reunindo os seguintes países: Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia).
2. Tipo de welfare state democrata cristão (mais heterogêneo, subdividido em três partes: a) Áustria; b) Bélgica, Países Baixos e Alemanha; c) França, Itália e Suíça).
3. Tipo de welfare state liberal (Canadá, Irlanda, Reino Unido e Estados Unidos).
4. Tipo de “wage earner welfare state” – welfare state assalariado – (subdividido em duas partes: a) Austrália e Nova Zelândia; b) Japão).

Outro aspecto referente aos argumentos dos autores em relação ao desenvolvimento do welfare state (estimulado a partir do fim da segunda guerra mundial) e sua crise (iniciada no começo da década de 70 e agravando-se nos anos 80 e 90), é sua construção com base em três aspectos que se referem à teoria dos recursos de poder: o balanço de poder de classe (que influencia fortemente nas variações do desenvolvimento do Estado de bem-estar); a estrutura do estado e da relação estado-sociedade; e o complexo de relações internacionais envolvendo a economia e o sistema de estados.

Nesse sentido, verificou-se que em democracias capitalistas avançadas o desenvolvimento do Estado de bem-estar apresentava forte relação com a luta de

classes travada na sociedade. A luta pelo welfare state, portanto, significa a luta pela distribuição. A organização das classes interessadas nos benefícios das políticas do Estado de bem-estar desempenhou, assim, um papel central. Daí a importância da articulação política e dos partidos políticos como meios para alcançar esses interesses.

Além da classe, conceituada “como um grupo de pessoas que em virtude do que elas possuem são compelidas a se engajar nas mesmas atividades, se elas querem fazer o melhor uso de suas dotações” (Huber e Stephens, 2001, p. 17), os autores chamam atenção para a relevância da religião e das divisões étnicas como base para organizações de ação coletiva e mobilização política. Neste caso, os valores religiosos ou étnicos, medindo forças com os interesses de classe propriamente ditos, conduzem a um rearranjo dos interesses de classes originais, uma vez que agregam em torno de si indivíduos pertencentes a classes distintas. O balanço resultante desse aglomerado de orientações manifesta-se nas configurações específicas de cada welfare state.

É interessante notar a aproximação do quadro desenvolvido por Inglehart e Welzel com as divisões estabelecidas por Huber e Stephens quanto aos tipos de welfare state que descrevemos acima. Tal relação nos permite conjecturar uma relevante interação que se estabelece entre os valores predominantes em uma sociedade e o tipo de Estado de bem-estar que aí se desenvolve.

O quadro de Inglehart e Welzel é o resultado da aplicação de surveys em diversos países do mundo objetivando proporcionar uma medida comprehensiva dos principais valores globais relacionados a determinadas áreas de preocupações humanas, como: religião, política, economia e vida social. Os países são distribuídos a partir da variação que apresentam em relação a dois eixos valorativos: verticalmente os países são enquadrados de acordo com o grau que orientam sua ação em conformidade com valores tradicionais ou racionais seculares; e na horizontal em função dos seus valores serem voltados para a sobrevivência ou para a auto expressão.

O eixo vertical (tradicional/racional-secular) reflete o contraste entre sociedades nas quais a religião é extremamente importante e aquelas onde não é tanto. Uma ampla série de outras orientações encontra-se intimamente relacionada com esta dimensão. Nas sociedades próximas ao tipo tradicional verificamos também a valorização dos laços familiares e da autoridade, a rejeição ao divórcio, ao aborto, à eutanásia e ao suicídio. Na outra ponta do eixo, as sociedades com predominância de valores racionais seculares apresentam um quadro em que essas preferências se encontram invertidas.

O eixo horizontal (sobrevivência/auto expressão) expressa a transição de sociedades industriais para sociedades pós-industriais. A riqueza acumulada por sociedades avançadas e compartilhada por seus membros nas últimas gerações garante a sobrevivência, libertando os indivíduos do “reino da necessidade”. Nesse sentido, as prioridades dos membros dessas sociedades têm se deslocado do plano econômico e da segurança física para uma crescente ênfase no bem-estar subjetivo, na auto expressão e na qualidade de vida. A polarização verificada nesse caso encontra-

se entre valores materialistas e pós-materialistas, refletindo uma mudança cultural que emerge entre gerações de sociedades que resolveram o problema da sobrevivência. Entre os aspectos relevantes encontrados entre os pós-materialistas, podemos destacar: grande preocupação com a proteção ambiental, tolerância à diversidade e demandas de participação em decisões da vida econômica e política. A mudança de valores de sobrevivência para valores de auto expressão produziria uma cultura de verdade e tolerância, onde as pessoas valorizariam fortemente a liberdade individual e a auto expressão, além de valorizarem a ativa participação política. Representariam, portanto, os atributos que a literatura política define como cruciais para a democracia.

Nesse sentido, ao apreciarmos no quadro a distribuição dos países pesquisados, observamos que há uma relação entre os tipos de welfare state desenvolvidos por Huber e Stephens (considerando também que a ordem de apresentação obedece ao critério de amplitude das políticas do welfare state, em média, em um sentido decrescente) e a posição do país no quadro de Inglehart e Welzel.

O primeiro tipo de welfare state, segundo o esquema de Huber e Stephens acima apresentado, definido como social democrata, que se caracteriza por ser mais homogêneo, reúne os seguintes países Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Coincidemente, os mesmos países encontram-se no quadro de Inglehart e Welzel, situados em posições bem próximas quanto aos eixos valorativos, ou seja, no canto superior direito do quadro, onde os fatores predominantes são a auto expressão e os valores racionais seculares, além de uma forte presença do protestantismo como tradição religiosa. Se considerarmos, portanto, que esse primeiro tipo apresenta, comparativamente aos outros tipos, um grau mais acentuado de provisão dos direitos sociais universais, podemos conceber a existência de um forte indício de relação entre a predominância daqueles valores na cultura do país e a robustez de seu welfare state.

O segundo tipo, o democrata cristão, que se caracteriza por ser mais heterogêneo, é subdividido em três partes: a) Áustria; b) Bélgica, Países Baixos e Alemanha; c) França, Itália e Suíça), também se encontra no quadro um pouco mais disperso em relação aos eixos valorativos, e, em média, em posição inferior quando comparado ao primeiro tipo de welfare state social democrata, composto por Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Acompanhando assim a ordenação e subdivisão propostas por Huber e Stephens, o que, por sua vez, reforça a ideia acima de uma relação entre as características do welfare state e a posição relativa aos valores apresentados no quadro.

O terceiro tipo, o liberal é composto por Canadá, Irlanda, Reino Unido e Estados Unidos. Esse grupo, cujos países membros se expressam por meio da língua inglesa, ocupam uma posição, em média, avançada no eixo dos valores de auto expressão, mas no que diz respeito aos valores racionais seculares, encontram-se em uma posição intermediária. A mesma homogeneidade que caracteriza o tipo, encontra-se também presente no quadro. Além disso, podemos perceber que apesar da posição relativamente avançada no quadro quanto ao eixo horizontal, aproximando-se,

nesse sentido, da posição ocupada pelos países que compõem o primeiro tipo, sua classificação no esquema de Huber e Stephens ocupa um lugar inferior. Conjeturamos, por conseguinte, a partir da comparação entre o tipo e o quadro, que há uma sintonia entre um welfare state mais robusto, mais amplo (no sentido da provisão de direitos sociais universais) e um posicionamento avançado e equilibrado em relação aos dois eixos do quadro. No caso do welfare state liberal, o desempenho extremamente positivo quanto ao eixo horizontal (sobrevivência/auto expressão), não é acompanhado da mesma performance no que diz respeito ao eixo vertical (tradicional/racional-secular), o que acaba por impactar negativamente, em termos comparativos, a composição do welfare state desse tipo.

O quarto tipo, “wage earner welfare state”, que se caracteriza por ser um estado de bem-estar social direcionado aos assalariados, cujas políticas de provisão de direitos sociais estão vinculadas antes à política de empregos do que às provisões de direitos sociais universais, encontra-se subdividido em duas partes: a) Austrália e Nova Zelândia; b) Japão. A mesma justificativa apresentada no exemplo anterior pode ser repetida para esse tipo. É importante notar ainda que, coincidentemente, a subdivisão adotada nesse caso é corroborada pelas posições relativas dos países no quadro. Austrália e Nova Zelândia próximas ao ponto extremo do eixo horizontal, enquanto ficam em uma posição intermediária quanto ao eixo vertical. O Japão, por sua vez, encontra-se em situação praticamente inversa, posicionando-se bem próximo ao ponto extremo no eixo vertical, enquanto ocupa uma posição um pouco acima do ponto intermediário do eixo horizontal. Novamente, se comparamos esses exemplos do quarto tipo, e em particular o caso do Japão, corroboramos nossa percepção de que um equilíbrio de posicionamento em relação aos dois eixos apresentados no quadro, apresenta forte relação com o desenvolvimento de um welfare state de características ou cobertura universais.

Procuramos até aqui esboçar um panorama a partir de estudos comparativos sobre o welfare state e os valores mundiais, na tentativa de estabelecer conexões entre os dados encontrados em cada um deles. Isso nos forneceu uma visão panorâmica da presença e especificidade do welfare state em alguns países, e como essas diferenças encontram-se articuladas com diversas variáveis. Na sequência procuramos enfatizar a problemática que envolve a questão social e sua relação com a corrosão dos pilares que possibilitaram a emergência do welfare state.

O desenvolvimento, a crise e a reforma do welfare state encontram-se umbilicalmente ligados àquilo que a literatura identifica como questão social. Nesses termos, acompanhar as origens e as transformações do estado de bem-estar social exige apreciar paralelamente os primórdios e as mutações da questão social. Para uma apreciação mais ampla desse processo é necessário considerá-lo em seus aspectos filosóficos, políticos e econômicos. É o que procuraremos fazer nas páginas que se seguem.

Em “As Metamorfose da Questão Social” (Castel, 1998), assaltado pela

emergência de problemas sociais como o desemprego em massa e a incapacidade dos sistemas de proteção para cobrir os infortúnios resultantes da condição de precarização do mundo do trabalho, relacionados ao desmantelamento do que denomina de “sociedade salarial”, o autor busca compreender os fatores que se encontram na base dessa situação crítica.

O cenário sombrio que se descontina nas últimas três ou quatro décadas do século passado remete, segundo o autor, a uma problemática envolvendo a “evolução” da categoria “salário” e às formas de solidariedade social que lhe serviram de sustentação. Modificações no arranjo que propiciou sua edificação como “matriz de base” das relações sociais tendem a exercer fortes impactos na configuração de equilíbrio da sociedade como um todo. Em particular, a estreiteza de laços entre a sociedade do trabalho e o Estado de bem-estar, sendo aquela condição *sine qua non* de existência deste em diversos níveis de consideração, faz com que distúrbios na “normalidade” do seu funcionamento representem o epicentro do abalo sofrido pelo Estado-providência.

Ao lado disso, quando se avalia a caracterização sócio histórica do lugar ocupado pela condição de assalariado, é possível notar que a instabilidade atual, que se define e é vivida num cenário “pós-proteções”, difere daquela experimentada em períodos anteriores, onde a condição de assalariado era considerada de maneira depreciativa. Uma avaliação dessa diferença significa um passo necessário, segundo Castel, para um devido entendimento do que tem sido definido como “crise”.

Não ser assalariado, hoje, representa praticamente o inverso do que significava inicialmente. O contraste com formas pretéritas de organização da vida social, baseadas na tradição e no costume, que encadeava uma série de julgamentos depreciativos àqueles que ingressavam no trabalho assalariado é configurado pelo fato de que, nos dias atuais, não viver sob essa condição representa, para a massa do povo, estar prestes a ingressar no universo dos “sem amanhã”, dos excluídos, tendo em vista a prevalência, ainda, desse tipo de estruturação da vida econômica e social.

O esforço de refazer o sistema de transformações que resultaram na situação contemporânea tem como objetivo voltar ao passado com uma questão atual e recuperar o seu advento e sua trajetória, bem como traçar homologias entre o estado atual de coisas e configurações pretéritas. Isso está de acordo com a postura de Castel ao atribuir ao presente, não somente sua contemporaneidade, mas também ligá-lo ao passado, pois a este se vincula como um “efeito de herança” (Castel, 1998, p. 23).

O trabalho, pensado como “um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”, é a categoria que se tornou frutífera para buscar as relações e memória com o passado, a fim de compreender e agir hoje. O que está em jogo parece ser, portanto, de que forma o trabalho, a partir das mudanças que ocorreram em relação a ele, pode explicar ou ajudar a entender a presença de indivíduos colocados em um estado de flutuação na estrutura social, sem conseguirem encontrar aí um lugar designado.

Ademais, a escolha da categoria trabalho justifica-se pelo fato de haver uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas

redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir um esquema formal de investigação social designado como “zonas de coesão social”.

Desse modo o constructo sociológico de Castel nos conduz ou nos possibilita capturar relações entre trabalho estável e inserção sólida nas redes de integração, da mesma forma que, por outro lado, demonstra que a não participação no processo produtivo promove o distanciamento dessas redes de sociabilidade e, consequentemente, levam à exclusão, ou de acordo com a preferência do autor, à “desfiliação”. O meio termo dessas “zonas de coesão social” é representado pela vulnerabilidade social que, por sua vez, está inscrita no surgimento de atividades laborais precárias marcadas pela fragilidade dos suportes protecionistas.

Dado o caráter instável dessas configurações, os equilíbrios entre as “zonas de coesão social” são utilizados como indicadores da coesão de um conjunto social num determinado momento.

Assim sendo, integração, vulnerabilidade e inexistência social são, portanto, as três “zonas de coesão social” utilizadas como modelos de condição existencial. No entanto, não devemos assumir essas construções como um esquema de estratificação social, uma vez que a existência ou não de aspectos integrativos, não guarda necessariamente laços estreitos com referências pura e diretamente econômicas, embora os dois aspectos tendam a aparecerem relacionados. Não devemos tomá-las, também, de uma maneira estática, mas, antes, procurar identificar através delas as relações entre a precariedade econômica e a instabilidade social, bem como esclarecer os processos segundo os quais os indivíduos transitam de uma para outra “zona”.

Reconstruir o cenário que deu origem ao contrato moderno tornou-se um passo fundamental para o autor desenvolver sua argumentação. Nesse sentido, a primeira parte de seu trabalho, intitulada “Da Tutela ao Contrato”, é dedicada a capturar o longo caminho que desembocou, no final do século XVIII, na modernidade liberal. As condições da maioria dos que vivem da sua força de trabalho apresentam-se marcadas pela não garantia de proteções vinculadas ao trabalho regulado. Tal situação caracteriza uma vulnerabilidade de massa, constituída pelo fato da impossibilidade de regulação de acordo com o modelo de mercado.

Homologamente ao que se verificará na contemporaneidade, integrados, vulneráveis e desfiliados pertencem a um mesmo conjunto, cuja unidade é problemática. A questão que se apresenta para o autor, portanto, refere-se às possibilidades de manutenção dessa unidade. A pergunta central que é feita dirige-se a tentar identificar “o limite de tolerância de uma sociedade democrática para a invalidação social”, uma vez que tal limite pode apresentar variações de acordo com aspectos intrínsecos a cada sociedade.

A passagem de uma organização essencialmente agrícola, para uma configuração em que despontam comunidades urbanas, representa um acontecimento não pouco relevante para a sociedade medieval. Embora, inicialmente, diminuta em relação ao

campo, é a partir da cidade que haverá o desenvolvimento do artesanato, das trocas comerciais, da economia monetária, das técnicas bancárias e do capitalismo comercial. No entanto, as novidades trazidas pela cidade encontram-se ainda reguladas de forma tradicional, ao estilo da sociedade de ordens.

Tais mudanças, não impedem, ou antes, precipitam a formação de situações desequilibradas na ordem social. Por meio de algumas análises, Castel demonstra que, nas regiões mais ricas da Europa oriental, por volta 1300, já existiam, tanto no campo como na cidade, grupos que viviam em situação de precariedade permanente, enquanto o crescimento geral prosseguia. Nesse sentido, o pauperismo, embora se apresentasse vinculado na origem às mutações das estruturas agrárias, manifestou-se com maior intensidade na cidade. É natural, portanto, que o pauperismo seja assumido como o ponto de cristalização da nova questão social.

Em síntese, inicialmente temos as tutelas e as coerções que o Estado absolutista e a organização tradicional dos ofícios conspiravam para garantir. No final do século XVIII, experimentou-se o advento dos contratos e da liberdade de empreender que o princípio liberal punha em marcha através da revolução política. No alvorecer da ordem jurídico-política liberal, ancorada na ideia de direitos do cidadão, identificou-se a existência de um hiato entre a organização política e o sistema econômico. Entendido, este hiato, como a não realização das promessas embutidas naquela ordem, o que permitiu precisar o lugar do “social” emergindo do esforço de se estabelecer laços entre os membros da sociedade, laços cujas características não se relacionavam àquelas da lógica puramente econômica, nem as referentes a uma jurisdição estritamente política. Nesse quadro, o espaço que passou a existir entre os universos da economia e da política, foi ocupado pelo “social”, o qual veio a consistir em sistemas de regulações não mercantis.

A segunda parte do livro, intitulada “Do Contrato ao Estatuto”, tratará exatamente dessas questões e seus desdobramentos contemporâneos. A política social que emerge a partir do século XIX teve a tarefa de amparar a estrutura demasiadamente frágil do livre contrato de trabalho. A liberdade que favorecia as empresas era extremamente forte, e profundamente selvagem para os que como única alternativa podiam apenas suportá-la. O lado sombrio da liberdade e do individualismo reinantes é representado pelo conceito de “individualidade negativa”. Tal conceito é a expressão de todos aqueles que se encontram sem vínculos e sem suportes, privados de proteção e de reconhecimento.

O advento de um novo estado salarial a partir do contrato apresentou-se, assim, como o grau zero de uma condição salarial, uma vez entendido isso como um estatuto ao qual estavam vinculados “garantias e direitos”. Privada de seus suportes tutelares, a condição salarial não só se tornou vulnerável, mas também impossível de ser vivida, como afirma Castel. A industrialização forneceu as possibilidades para a origem da condição de assalariado, e a grande empresa é o lugar por excelência da relação salarial moderna.

O princípio do livre acesso ao trabalho abriu uma era de turbulências e de conflitos. A questão social foi reformulada a partir de novos núcleos de instabilidade, os quais se configuravam como resultante do desenvolvimento econômico, fruto do processo de acumulação do capital. Sem regulação, o processo de industrialização criou uma situação anômica, o pauperismo.

O Estado Social surgiu como uma construção que objetivava justamente responder a esse gênero de problemas. A crença era que as situações de risco seriam contornadas, tendo em vista a construção de sólidos sistemas de solidariedades e garantias em torno das relações de trabalho.

Entretanto, os desdobramentos mais recentes têm nos levado a constatar que tal construção tem passado por turbulências, com a “ruína” da sociedade salarial que lhe serviu de base. A vulnerabilidade retorna à cena, tal qual na sociedade pré-industrial, sendo que nos tempos atuais, não é originada no excesso de coerções, mas na insuficiência das proteções.

O que diferencia a questão social atual daquela que dominou o cenário da primeira metade do Século XIX até os anos 60 do Século XX, é que, neste último caso, os trabalhadores (que ocupavam o último nível da escala) estavam vinculados ao conjunto das trocas sociais. Já nos dias atuais a figura dos “inúteis para o mundo”, representados por pessoas e grupos que passaram a ser “supranumerários” diante da atualização das competências econômicas e sociais, os coloca em uma situação de desamparo, pois deixam de possuir competências que possam ser convertidas em valores sociais. A fragilização dos indivíduos jogados nessa condição reforça-se também pela dificuldade ou impossibilidade de formarem uma força de luta, uma vez que ausentes de qualquer setor vital da ordem social. Isso inaugura, segundo Castel, uma problemática teórica e prática nova.

A mutação de nossa relação com o trabalho e, através disso, de nossa relação com o mundo, é apontada por Castel como um fator central na história da sociedade salarial, com o surgimento de inúmeros casos de invalidação social. Tal situação figura incoerente considerando-se um longo período histórico de consolidação de conquistas e de sedimentação da construção da identidade social na valorização do exercício laborativo-salarial. A ruptura dessa edificação, definida pelo autor como “civilização do trabalho”, recoloca os indivíduos em uma condição homóloga àquela experimentada em tempos pretéritos (anterior ao contrato moderno), fundada na “obsessão popular de ter que ‘viver’ com o que ganha em cada dia”.

Trata-se, por conseguinte, de uma revivescência, nos dias atuais, de uma situação onde o ponto central da questão social é caracterizado pela existência de, repetimos, “inúteis para o mundo”, de “supranumerários”, em que a “vulnerabilidade de massa” é o resultado de um quadro de instabilidade e insegurança quanto ao porvir.

As formas da solidariedade, por conseguinte, estreitam-se em laços com a questão social e com processos histórico-sociais que definiram sua natureza. Nas sociedades tradicionais a coesão social era uma resultante da inscrição na própria estrutura da

sociedade e, portanto, “natural”, destacando-se nessa composição as famílias, os vizinhos e a própria hierarquia social. Nas sociedades modernas, por sua vez, emerge um novo tipo de relacionamento entre os homens. A partir do século XVII é elaborada, pelos teóricos do direito natural, a doutrina do contrato, onde o vínculo social se dá como “resultado de uma instituição voluntária e artificial”. Na sequência, outra forma que apareceu foi o mercado, e, finalmente o seguro como instrumento de justiça, e como solução para o problema do “risco”. Embora a técnica securitária tenha que aguardar até o fim do século XIX para ser reconhecida como um instrumento adequado e moralmente aceitável para gerenciar os problemas sociais, seu desenvolvimento culminou na edificação do welfare-state. O vínculo social é concebido a partir de três modelos: o contrato (resultante do confronto político); o mercado (associando economicamente os indivíduos por meio da “mão invisível”); o seguro (operando a solidariedade numa lógica similar a da “mão invisível”) (Rosanvallon, 1998, pg. 31-33).

A sociedade securitária aparece como uma solução para o dilema de adequar o princípio da solidariedade, ou seja, a ideia de que a sociedade tem uma dívida para com os seus membros, com o princípio da responsabilidade, onde se entende que o indivíduo é o senhor de sua vida e a mesma é de sua inteira responsabilidade. A utilização da lógica securitária para tratar os problemas sociais permitiu, por meio da noção de “risco”, o deslocamento de uma visão subjetiva da responsabilidade para uma noção objetiva. Decorrente de um processo de maturação dessa ideia em 1945 consolida-se a seguridade social na forma do Estado-providência (Rosanvallon, 1998, pg. 34-37).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar do Estado de bem-estar social verificou-se que não é possível abordar a questão sem levar em consideração os diversos aspectos sócio-político-culturais peculiares a cada sociedade. Nesse sentido, o que se depreende é uma configuração heterogênea de tipos particulares de Estados de bem-estar. Embora a questão social possa ser assumida como um aspecto geral na motivação para o desenvolvimento de políticas sociais, as características específicas de cada sociedade, no que diz respeito aos seus elementos históricos, tanto de ordem política como cultural, são fundamentais para a definição dos processos de surgimento e manutenção do Estado de bem-estar, assim como os critérios e a cobertura de sua política social.

Além da relevância para as peculiaridades no funcionamento do Estado de bem-estar, tais aspectos sócio-político-culturais influenciam decisivamente a maneira pela qual o Estado de bem-estar de cada país irá solucionar e lidar com as situações de turbulência em sua ordem.

Esperamos que este trabalho possa ensejar outras pesquisas que revelem as bases de configuração de outros modelos de Estados de bem-estar e, assim, contribuir para a compreensão das peculiaridades de cada formação e consequentemente um

melhor direcionamento das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- ARATO, Andrew. **Civil society, history and socialism: reply to John Keane**. Praxis International. v.9, n.1/2, p.132-151, Apr/Jul, 1980.
- CASTEL, R. **As Metamorfozes da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.
- HUBER, E. e STEPHENS, J. D. **Development and Crisis of the Welfare State. Parties and Policies in Global Markets**. Chicago, Chicago University Press. 2001.
- INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies**. Princeton, Princeton University press, 1997.
- ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado-Providência**. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997.
- _____ **A Nova Questão Social: repensando o Estado-Providência**. Brasília; Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- _____ **La Démocratie Inachevée: Histoire de La Souveraineté du Peuple en France**. Éditions Gallimard, 2000.

SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

Murilo de Sousa Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Desenvolvimento Rural, Discente em Agronomia, Redenção – Ceará

Francisco Nildo da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Desenvolvimento Rural, Docente em Agronomia, Redenção – Ceará

Maria Brenna Mendes Cunha

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Desenvolvimento Rural, Discente em Agronomia, Redenção – Ceará

José Abel Aguiar Silva Paz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Desenvolvimento Rural, Discente em Agronomia, Redenção – Ceará

Henderson Castelo Sousa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Desenvolvimento Rural, Discente em Agronomia, Redenção – Ceará

sociedade numa perspectiva mais regional. O trabalho realizado é o desenvolvimento de ações da disciplina de gênese e morfologia solo dentro do Maciço de Baturité desempenhado com pessoas do ensino médio e fundamental. A finalidade do trabalho é questionar a relevância, valorização e a preservação do solo e mensurar as relações que os questionados realizam do solo com a sociedade por meio de questionário avaliativo. A ação foi realizada com 40 pessoas da zona rural de Baturité/CE e zona urbana em Redenção/CE. Através da atividade analisou-se como os perguntados relacionaram os aspectos do solo, fatores de formação, conservação e proteção. A instrumentação dessa avaliação se refere a busca pela conscientização e sensibilização dos conhecimentos de solos dentro do ensino sociedade associada a macrorregião do Maciço de Baturité. O processo educacional construído em parâmetros resumidos que dificultam a aprendizagem perante a área de solos, circundam parte dessa deficiência que rege grande parte da sociedade. A disseminação de informações associada a importância do projeto constrói conhecimento acerca desse recurso valioso.

PALAVRAS-CHAVE: Entrevista, Preservação de recursos, Importância do solo.

RESUMO: O solo como corpo natural e dinâmico contido dentro de várias ações do nosso cotidiano promove uma série de indagações a serem respondidas, uma das inúmeras seria como seria a relação solo e

1 | INTRODUÇÃO

Solo é o corpo natural da superfície terrestre, constituído de materiais minerais e orgânicos resultantes das interações dos fatores de formação (clima, organismos vivos, material de origem e relevo) através do tempo, contendo matéria viva e em parte modificado pela ação humana, capaz de sustentar plantas, de reter água, de armazenar e transformar resíduos e suportar edificações (Vasilí Dokuchaev, 1846).

Sabe-se que o ensino de solos é negligenciado na maioria das escolas, a educação em solos procura desenvolver formas de promoção da relevância do solo mediante um atual contexto de desvalorização desse recurso natural finito, procurando possibilitar o desenvolvimento e fomentação da sensibilização das pessoas, tanto como indivíduos, quanto como coletivo no âmbito de concepção dos princípios da sustentabilidade promovendo uma consciência pedagógica. Assim um processo educativo que valorize os princípios da sustentabilidade na relação homem-natureza pode contribuir na formação de cidadãos que valorizem os princípios da sustentabilidade e que pensam nas gerações futuras (BECKER, 2005; MUGGLER et al., 2006). E que poderia aumentar a consciência ambiental dos estudantes em relação a este recurso natural e, mesmo não sendo a solução para o problema da degradação, tornando-se mais uma contribuição para a reversão deste processo (LIMA, 2005).

A maioria da população global tem consciência de que é preciso ter ar e água limpos para a preservação da saúde, mas infelizmente constituem minoria aqueles que têm consciência de que seu bem-estar também depende muito da qualidade do solo. Esse meio poroso que suporta o desenvolvimento de quase totalidade da produção de alimentos, fibras e da bioenergia. Então é evidente que a produtividade do solo também é de extrema importância para o desempenho econômico do Brasil e de vários outros países. Essas razões, por si, constituem justificativa suficiente para que a sociedade e seus representantes priorizem os investimentos e adequem a legislação com vistas à preservação da camada agricultável. (NAIME, 2008).

A dependência em relação ao solo é um efeito de todos os gêneros que ligam a homem terra (RATZEL, 2011), logo o que impõem que a relação solo e sociedade advém de linhas espaços-temporais extremamente antigas, que influi em estudos para conscientizar, conservar e agricultar o seu uso.

O objetivo deste trabalho tende-se a percepção do conhecimento básico em solos na região do Maciço de Baturité, com ênfase em zonas rurais e urbanas.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa além de relacionar a questão de conhecimento do solo da zona rural e urbana compararamos também a questão da escolaridade para ensino fundamental completo ou incompleto e ensino médio completo e incompleto.

As cidades abordadas dentro da pesquisa estão alocadas dentro da

macrorregião do maciço de Baturité, a cidade de Redenção-CE detém coordenadas geográficas 4° 13' 33" S 38° 43' 50" WGr, a taxa de urbanização na qual foi o público escolhido é de cerca de 51,16% e com taxas de escolarização no ensino fundamental 100% municipal e 93,96% estadual, e pelo ensino médio 48,31% municipal e 34,90% estadual (IPECE, 2006).

A localização de Baturité-CE detém coordenadas geográficas 4° 19' 43" S 38° 53' 05" WGr, na qual a taxa de ruralização é de 30,19%, as taxas de escolarização são de 100% a nível municipal e 90,23% estadual dentro do ensino fundamental e 52,45% municipal e 57,34% estadual a nível de ensino médio.

A amostra foi constituída por 40 pessoas, onde foram definidas 20 para a zona rural (Baturité-CE) e 20 para a zona urbana (Redenção-CE), aonde as pessoas se alocam em diferentes escolaridades principalmente ligados ao ensino fundamental e médio.

O instrumento de pesquisa escolhido foi o método de questionário, com 8 perguntas objetivas relacionadas a definição, formação, constituição e preservação do solo.



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

- Esta pesquisa tem como objetivo verificar com o entrevistado se ele/ela tem algum conhecimento em relação ao solo.

PESQUISA QUANTITATIVA	
Local da entrevista:	Data: / /
Escolaridade do entrevistado:	
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior	

- 1- Você sabe o que é solo?
 Sim Não
- 2- Você sabe como se forma o solo?
 Sim Não
- 3- O solo em sua constituição apresenta organismos, minerais, água e ar?
 Sim Não
- 4- Você acha necessário a preservação do solo?
 Sim Não Não Sabe
- 5- Você acha que o solo é um elemento vital para o desenvolvimento vegetal e animal?
 Sim Não Não Sabe
- 6- Você acha que as queimadas são benéficas ao solo quando feitas constantemente?
 Sim Não Não Sabe
- 7- Você acha que só existe um tipo de solo em todo local?
 Sim Não Não Sabe
- 8- Você acha que o solo pode ser destruído pelas chuvas?
 Sim Não Não Sabe

Figura 01 - Questionário Avaliativo. Redenção-Ce, 2018 Fonte: ALMEIDA, M. S.

A coleta de dados foi realizada na zona rural do município de Baturité/CE e na zona

urbana de Redenção/CE, com indivíduos com escolaridade de ensino fundamental e médio.

Após a realização do questionário, os dados foram inseridos e tabulados no Programa Excel para confecção dos gráficos para referida comparação dos resultados obtidos da zona urbana e rural.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação dos dados se sucedeu com interpretação dos números obtidos nas entrevistas realizadas adequando gráficos nas proporções devidas, logo primeiro gráfico obtemos resultados insatisfatórios mediante aos questionamentos, as respostas detém embasamento em experiências sejam elas em ambiente escolar ou dentro do campo social, logo atrelado as esses resultados se transpõem uma série de fatores sociais-culturais que retomam a ideia da pouca/nenhuma abrangência da base da ciência do solo na grade curricular, sendo fundamental ou médio.

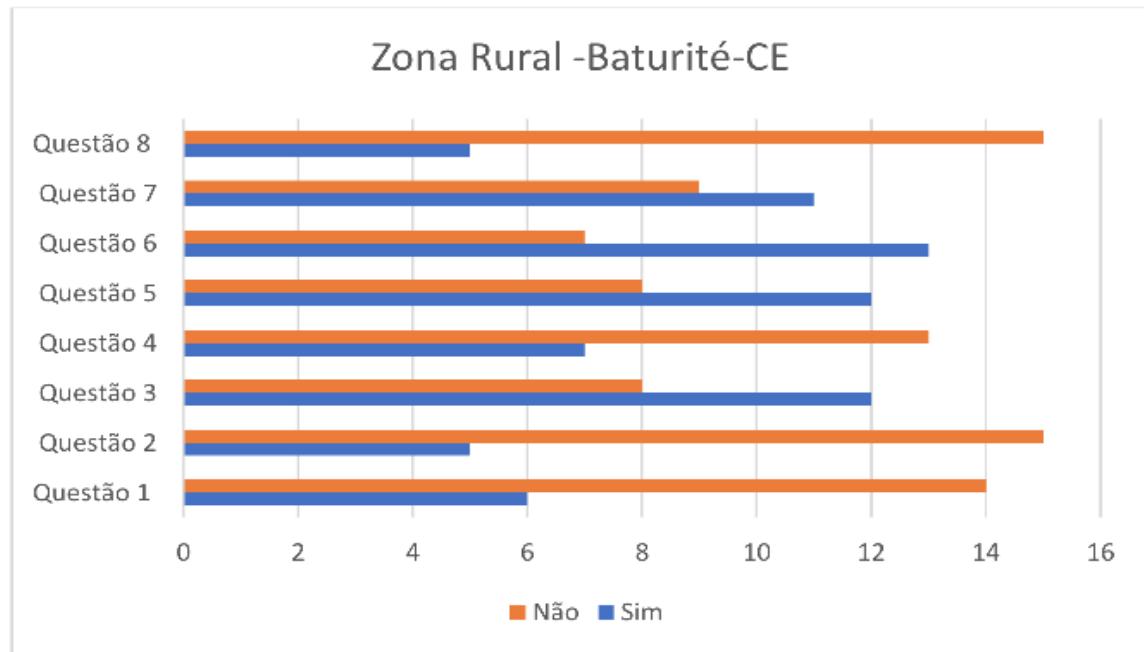


Gráfico 01: Demonstrativos de resultados na zona rural em Baturité-CE. Fonte: ALMEIDA, M. S.

A zona urbana pouca se diferencia da realidade rural, o que se percebe através dos números seria uma similaridade entre os números o que se atribui a uma proximidade entre as cidades e uma realidade comum a grande parte do maciço mediante a fatores que aliados a eixos sociais, culturais e educacionais denotam uma fragilidade nesse aprendizado e no mecanismo oral entre docente e discente.

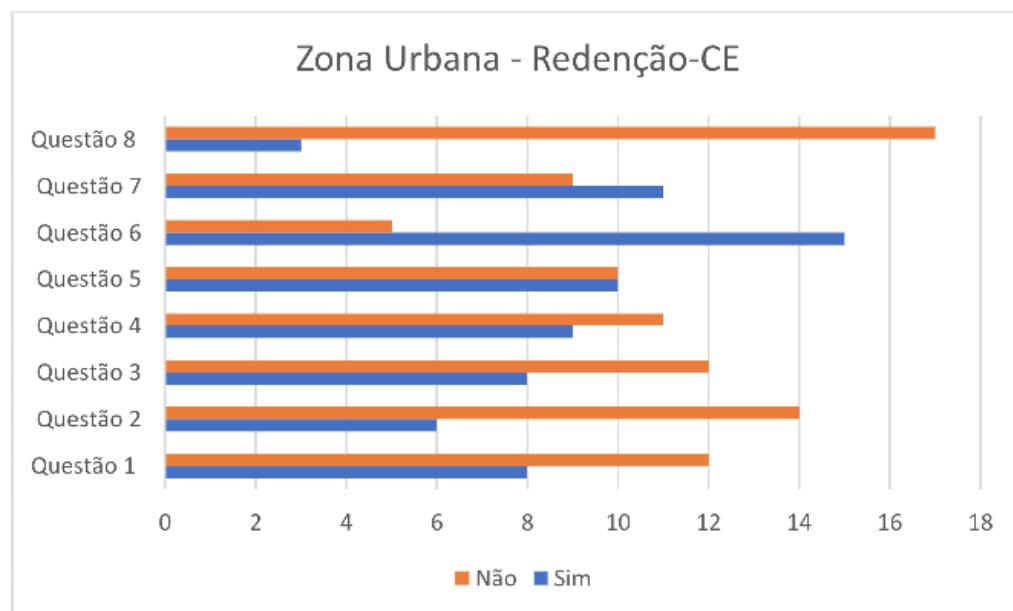


Gráfico 02: Demonstrativos de resultados na zona urbana em Redenção-CE. Fonte: ALMEIDA, M. S.

4 | CONCLUSÃO

Em análise resultados da instrumentação aplicada em campo dos gerou resultados não satisfatórios, já que mediante a respostas dadas, foi perceptível apenas o mínimo de conhecimento por parte dos entrevistados a respeito das perguntas propostas. A variação entre os resultados das classes que foram utilizadas na pesquisa foi bem pequena, apesar da diferença nítida entre as porcentagem de escolarização que afetam diretamente o conhecimento básico acerca do organismo vivo solo tendo em vista uma serie de fatores como grade curricular, mecanismo de didática do docente, forma de interpretação dos alunos, logo o objetivo da instrumentalização sobre o solo ainda detém um grande caminho a proceder dentro da macrorregião do maciço de Baturité.

REFERÊNCIAS

- CAPECHE, Cláudio Lucas. **Educação ambiental tendo o solo como material didático: pintura com tinta de solo e colagem de solo sobre superfícies**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. 60 p. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2018.
- COELHO, M. R.; SANTOS, H. G.; SILVA, H. F; AGLIO, M. L. D. O recurso natural solo. In: MANZATTO, C. V.; FREITAS JUNIOR, E.; PERES, J. R. R. (Ed.). **Uso agrícola dos solos brasileiros**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2002. p.1-11.
- Curi, N. et al. **Vocabulário de Ciência do Solo**. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Campinas. 1993.
- DINIZ, A. A.; BATISTA, R. B.; SANTOS, R. F. **Popularização da taxonomia do solo: vocabulário mínimo e aspectos socioeconômicos no contexto do Ensino Fundamental, em São Miguel, Esperança (PB)**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, v. 29, p. 309-316, Viçosa, 2005.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999. 412 p.

FAVARIM, L. C. **Representações sociais de solo e educação ambiental nas séries iniciais do ensino fundamental em Pato Branco – PR**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Regional, Pato Branco, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educação e pesquisa, v. 31, n. 2, p. 233- 250, 2005.

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178 p.

LIMA, M.R. **O solo no ensino de ciências no nível fundamental**. Ciência e educação, Bauru, v. 11, n. 3, p. 383-394, 2005.

LIMA, V.C.; LIMA, M.R.; MELO, V.F. (Ed.). **O solo no meio ambiente: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio**. Universidade Federal do Paraná. Departamento de Solos e Engenharia Agrícola. Curitiba: Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007.

Moniz, A.C. (ed.) **A responsabilidade social da Ciência do Solo**. Campinas, SBCS, 1988. p.69-74

MUGGLER, C. C.; SOBRINHO, F. A. P.; MACHADO, V. A. **Educação em solos: princípios, teoria e métodos**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 30, p.733-740, 2006

NAIME, J. de M. **A importância da conservação do solo para a sustentabilidade humana**. Embrapa Instrumentação-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), 2005.

RATZEL, F. **O SOLO, A SOCIEDADE E O ESTADO**. Revista do Departamento de Geografia, v. 2, p. 93-101, 8 nov. 2011.

SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA

Robson Santos Costa

Doutor em Memória Social – PPGMS/UniRio

Professor Adjunto do CBG / UFRJ

RESUMO: Adaptações de histórias em quadrinhos de super-heróis para outras mídias existem desde a década de 1940. Porém o século XXI apresentou uma nova tendência de adaptações desses personagens para o cinema. Esses filmes podem ser vistos como um fenômeno contemporâneo da indústria cultural de massa. Esse artigo objetiva discutir como as adaptações de histórias em quadrinhos para o cinema, produzidas pelo *Marvel Studios* em sua primeira fase, que abrange o período de 2008 a 2012, constroem uma memória cultural para o século XXI. Tais adaptações ocorrem no contexto de uma Cultura da Convergência e de narrativas transmídiáticas, de acordo com Henry Jenkins onde a informação e a memória são elementos essenciais nesse processo. As histórias em quadrinhos e o cinema são vistos como hipergêneros discursivos, enquanto as narrativas de super-heróis funcionam como um gênero discursivo no sentido dado por Mikhail Bakhtin, que os entendem como construções sociais. Desse modo, pretendemos demonstrar, por meio de uma análise descritiva que tem por base Vannoye, Goliot Lété e Cirne, como os filmes produzidos no período

selecionado constroem uma memória cultural em uma nova lógica de produção e consumo. Concluímos que tais adaptações constroem uma memória cultural por meio de um jogo de memórias em um processo dialógico entre enunciados produzidos por diferentes gêneros e hipergêneros discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias em quadrinhos. Cinema. Gêneros discursivos. Memória Cultural. Adaptação.

1 | INTRODUÇÃO

Adaptações de histórias em quadrinhos de super-heróis para outras linguagens existem desde os anos 1940 (MORRISON, 2012). Entretanto, a partir do século XXI pudemos presenciar uma tendência onde adaptações de narrativas quadrinísticas desses personagens para o cinema se tornou um fenômeno cultural de proporções gigantescas, seja em número de produções, público, produtos licenciados ou lucro financeiro para os estúdios produtores.

O diferencial nesta questão, entretanto, está no modo de como tal processo está ocorrendo, visto que essas adaptações estão seguindo uma nova lógica de produção informacional da indústria cultural: a das produções transmídiáticas, que podem ser vistas como uma nova estética que acarreta um

novo modo de produção e consumo. Essas produções ocorrem no que autores como Jenkins (2008) intitulam de uma Cultura da Convergência, que seria uma espécie de fluxo informacional de conteúdos por múltiplos suportes midiáticos, juntamente à cooperação entre os mercados midiáticos e o comportamento do público nesse processo.

Acreditamos que o principal exemplo dessas mudanças se dá pela produção de filmes elaborados pelo *Marvel Studios*, cuja criação se deu em 2005 com o intuito de realizar um fato até então inédito na história do cinema: adaptar um universo de histórias em quadrinhos de super-heróis criadas – em sua maioria – nos anos 1960. O diferencial é que tal adaptação não é de uma ou outra obra fechada, mas de um conjunto de narrativas produzidas nos últimos setenta anos que funcionam de forma interligada formando algo amplo, cujo sentido completo somente é percebido ao nos conectarmos com todas as partes.

Acreditamos que tais produções, ao seguirem uma nova lógica de transmissão e consumo informacional, só podem ser produzidas por elaborarem o que denominamos de um jogo de memórias que acarreta a produção de uma memória cultural para o século XXI por meio dessas adaptações. A memória cultural é entendida, de acordo com Assmann (2011), como uma memória construída socialmente por intermédio de produtos culturais e de mídia.

Desse modo, compreenderemos o cinema e as histórias em quadrinhos como hipergêneros discursivos de acordo com Ramos (2009) e os super-heróis como um gênero discursivo no sentido bakhtiniano, que entende os gêneros como um conjunto de enunciados semelhantes que construídos socialmente geram respostas posteriores (BAKHTIN, 2011). A importância de compreendermos as narrativas de super-heróis como um gênero discursivo ocorre no sentido de que o gênero funciona como instrumento de construção de memórias ao trabalhar com uma tradição que lhe é inerente.

Como *corpus* de nossa análise selecionamos os filmes produzidos na chamada primeira-fase do *Marvel Studios*, que abarcou o período de 2008-2012, sendo composta pelos filmes *Homem de Ferro* (2008); *O Incrível Hulk* (2008), *Homem de Ferro 2* (2010); *Thor* (2011); *Capitão América - o primeiro vingador* (2011) e *Os Vingadores* (2012).

Não iremos analisar exaustivamente os filmes neste texto, nosso objetivo aqui é o mostrar como essas obras constituem um novo modo de produção e consumo de informação, que, como narrativa transmidiática, funciona construindo um universo narrativo cinematográfico cuja lógica de construção de sentido e memória se dá de maneira singular.

Utilizamos como principal metodologia de análise os trabalhos de Cirne (1972) e Vannoye e Goliot-Lété (2011) que entendem que tanto as histórias em quadrinhos como o cinema podem ser analisados por meio de fragmentos pré-selecionados que relacionados ao seu contexto de produção podem levar à leituras específicas por parte do pesquisador.

Em um primeiro momento trabalharemos com o nosso referencial teórico, procurando demonstrar a relação entre os conceitos de informação, memória cultural, gêneros e hipergêneros discursivos e dos jogos de memória. Posteriormente trataremos da linguagem das histórias em quadrinhos e do cinema, entendendo-os como hipergêneros do discurso.

A cultura da convergência e a transmídia serão explicados conjuntamente ao surgimento do *Marvel Studios* e sua importância para as mudanças na produção da indústria cultural de massa na atualidade. Por último, demonstraremos por meio de fragmentos das obras selecionadas uma análise descritiva que busca demonstrar como essa nova lógica de produção ocorre na contemporaneidade.

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E GÊNEROS DISCURSIVOS

Há uma estreita relação entre os conceitos de informação e memória. Em sua origem etimológica, informação é um termo originário do latin *informare*, é um conceito complexo cuja definição pode ser das variadas. Para alguns autores, como Wurman (apud RUSSO, 2010, p. 15), a ideia de informação está diretamente relacionada “àquilo que leva à compreensão”. Para outros, onde podemos citar Oliveira (2005, p. 18-19), “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”, porém, o mais importante para este trabalho é a afirmação de que a informação “comporta um elemento de sentido” (OLIVEIRA, 2005, p. 18), ou seja, a informação é um meio do ser humano construir sentidos acerca do mundo que o envolve e, consequentemente, construir esse mundo.

Vista como um fenômeno social, a informação é tão ampla “que abrange todos os aspectos da vida em sociedade”, sendo abordada pelas mais variadas óticas, como “a comunicacional, a filosófica, a semiológica, a sociológica, a pragmática e outras” (OLIVEIRA, 2005, p. 19). Desse modo, e ao ser vista como um instrumento constituidor de sentidos, podemos afirmar que a informação está diretamente ligada e, enfatizamos, só é passível de existência, ao estar inserida em uma determinada linguagem – seja escrita, sonora, imagética, computacional, etc.

A linguagem, é entendida neste trabalho como o instrumento no qual grupos humanos constroem os contextos sociais em que vivem, estabelecendo relações afetivas, comerciais, informacionais. A linguagem é o meio pelo qual as culturas humanas constroem narrativas e discursos que orientam suas ações (FERREIRA; ORRRICO, 2002, p. 8).

Relacionado a esses dois conceitos – informação e linguagem – a memória mostra-se como um componente de suma importância para a concepção de ambos. Talvez não seja nenhum exagero afirmarmos que sem a memória a própria noção de sociedade, ou até de constituição do que é humano, seria impraticável. Para Foster (2011, p. 7), sem a memória “não seríamos capazes de falar, ler, identificar objetos, orientar-nos no ambiente ou manter relacionamentos pessoais”. É na memória que “se

inscrevem as continuidades e as rupturas nos vínculos familiares, amorosos, sociais, nas formas de transmissão” (LINS, 2000, p. 9).

Já a memória cultural, é um conceito trabalhado por Assmann (2011) que a comprehende como uma construção oriunda de mídias de cultura, como obras literárias, esculturas, pinturas, artefatos, que, como constructos sociais possuem vestígios que conservam uma “energia social” que permite termos contato com o passado e a nos “comunicarmos com os mortos” (ASSMANN, 2011, p. 194). Cada obra cultural possuirá um desempenho memorativo, que pode ser avaliado de maneiras diversas de acordo com diferentes culturas e épocas.

Para autoras como Erll (2010, p. 3), a memória cultural pode, e deve, ser vista como um fenômeno interdisciplinar. Para ela, a cultura, de um ponto de vista antropológico, comporia três dimensões: uma social (sujeitos, instituições, relações); uma material (artefatos e mídias) e uma mental (modos de pensar e mentalidades). A memória cultural se daria no atravessamento entre essas três dimensões. Esse atravessamento pode ocorre ainda em dois níveis: individual e coletivo. Sendo o primeiro de ordem quase biológica, embora relacionada a contextos coletivos, uma vez que a lembrança ocorre “em contextos sócio-culturais” (ERLL, 2010, p. 5). O segundo nível encontra-se inserido em uma ordem simbólica, que está atrelada aos meios de comunicação, instituições e práticas sociais nos quais grupos específicos atuam e constroem um passado compartilhado. Nesse nível coletivo há um compartilhamento e uma construção de versão do passado pelos indivíduos que constituem tais grupos.

As linguagens nas quais as mais variadas mídias memorativas estão inseridas possuirão enunciados próprios que farão parte de um gênero discursivo específico, que será o elemento que tornará determinado enunciado reconhecível pelo sujeito e, desse modo, passível de construção de uma memória.

Quando falamos de gêneros discursivos nesse caso, os estamos comprehendendo como construções sócio-históricas no sentido adotado por Mikhail Bakhtin. Tal autor comprehende os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 263) ligados a campos característicos da atividade humana. Como construções sócio-históricas os gêneros podem surgir e desaparecer em condições específicas de produção, porém são elementos essenciais para a comunicação humana, uma vez que sem eles a própria ideia de comunicação humana seria impensável, pois o sujeito não teria onde se apoiar para construir enunciados e pensamentos, não haveria uma memória onde se ligar para pensar e construir o mundo no seu entorno. Os gêneros são a interconexão entre o mundo da linguagem e a realidade social.

Os enunciados semelhantes que compõem um determinado gênero discursivo são construídos por um processo que engloba os conceitos de polifonia e dialogismo. A polifonia pode ser compreendida como as diversas vozes sociais que formam e estão presentes em um enunciado. Como diz Bakhtin (1997, p. 314) ao atestar que os enunciados estão “repletos de palavras dos outros, caracterizadas [...] pela alteridade

ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado". Já o dialogismo diz respeito ao conflito existente entre as variadas vozes sociais, pois a produção enunciativa ocorre por meio de discussões, conflitos e toda espécie de discordância (BAKHTIN, 2011).

Devido ao grande número de esferas e situações sociais que levam à existência dos mais variados gêneros do discurso, Bakhtin (2011) os distingue em duas categorias: gêneros primários ou simples e gêneros secundários ou complexos.

Os gêneros primários ou simples são os que ocorrem em situações discursivas mais imediatas, como o diálogo cotidiano ou a produção de cartas. Já os secundários ou complexos "surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...] artístico, científico, sociopolítico, etc." (BAKHTIN, 2011, p. 263). Cada gênero complexo é entendido como um fenômeno plurilingüístico composto por unidades estilísticas que formam a composição de seus enunciados e os tornam reconhecíveis.

Ramos (2009), tendo como base o trabalho de Maingueneau, entende que "há grupos de textos que, embora possuam gêneros próprios e autônomos, estão ligados por um eixo comum" (RAMOS, 2009, P. 355). Desse modo, ele trabalha com a ideia de hipergêneros, que seria uma categoria mais ampla de gêneros discursivos que abarcam em seu interior outros gêneros.

Assim, existiriam gêneros instituídos que podem ser de uma ordem autoral. A esses gêneros será estabelecido um rótulo, que indicará como se pretende que o leitor/espectador/ouvinte o receba. Se falarmos que tal narrativa de super-heróis é um filme e não uma história em quadrinhos, por exemplo, ele será assim recebido pelo espectador. Esse rótulo vai, além de influenciar o reconhecimento, pode influenciar aspectos formais, de interpretação do enunciado. O uso destes rótulos é o que é denominado de hipergênero, uma categorização ampla que terá relação com a formatação do enunciado.

O rótulo será, assim, ligado "às expectativas de autor-falante e, principalmente, leitor/ouvinte" (RAMOS, 2009, p. 361). As histórias em quadrinhos e o cinema podem ser vistas como grandes rótulos, que vão levar à determinadas formatações do enunciado e expectativas do leitor/espectador. São uma categoria de gênero maior, pois podem compreender em seu interior outros gêneros, que serão formatados de acordo com esse rótulo no qual estão inseridos. Uma narrativa de super-heróis, em um rótulo denominado de histórias em quadrinhos, terá uma formatação que compreende balões, onomatopeias, requadros, imagem sequencial; outra narrativa de super-heróis, no rótulo cinema, vai ter que ser contada por meio de imagens em movimento, efeitos sonoros, iluminação, movimentos de câmera etc. O rótulo antecipa informações genéricas ao leitor/espectador na identificação do gênero discursivo em que tal enunciado está posto.

A ADAPTAÇÃO

A escolha da utilização do termo adaptação para nosso trabalho pauta-se no modo como autores como Stam (2006) e Hutcheon (2013) o compreendem, tornando-o aplicável para os nossos propósitos. Ambos os autores em seus trabalhos acerca das adaptações literárias do romance para a linguagem cinematográfica chamam inicialmente a atenção para o fato de que as adaptações são vistas, de forma geral, como inferiores às obras literárias originais que serviram de base à produção dos filmes.

Porém, Stam (2006) retoma as pesquisas da semiótica estruturalista dos anos 1960 e 1970 que observavam as mais variadas práticas de significação como sistemas compartilhados de sinais que produziam “textos”, excluindo, desse modo, qualquer forma hierárquica que pudesse existir entre literatura, cinema ou qualquer outra linguagem narrativa (STAM, 2006, p. 21). Conjuntamente, Stam (2006) remete à teoria do dialogismo Bakhtiniano que destaca a retomada e interminável relação entre enunciados e memórias o que nos leva a conceber que há um jogo entre variados gêneros “ao invés de uma ‘fidelidade’ de um texto posterior a um modelo anterior” (STAM, 2006, P. 21).

A adaptação é o encontro de diversas vozes sociais e ideológicas. Ela não é uma cópia pura e simplesmente, ela será algo único como obra, será um enunciado único que não deixará de dialogar com outros enunciados, mas que não dependerá, no que concerne às mais variadas construções de sentido, do seu “original” para que possa ser compreendida de forma mais ampla e abrangente. A adaptação pode e deve existir sem o seu “original”.

O enunciado adaptado vai “incorporar” o original por meio de memórias, fazendo-o ressurgir em novas condições com novos sentidos. As vozes do passado presentes no original são retomadas, mas contribuem para a construção de uma memória cultural. Mesmo que tal processo ocorra entre diferentes gêneros, o diálogo entre as vozes permanece.

E se falarmos de diálogos entre gêneros ou hipergêneros, no nosso caso específico, as histórias em quadrinhos e o cinema podem ser quase considerados como gêneros de uma “mesma família”, visto que compartilham não somente um “nascimento” no bojo de uma indústria cultural de massa como partilham elementos estruturais e estilísticos em suas formações narrativas.

Hutcheon (2013) acompanha esses autores, porém apresenta avanços em suas análises sobre a adaptação. Ela diz que na atualidade “a adaptação fugiu do controle” (HUTCHEON, 2013, p. 11) no que se refere à quantidade de gêneros que estão sendo adaptados, e chama atenção para o fato de que se considerarmos nos estudos adaptativos apenas filmes e romances, seremos incapazes de compreender o apelo e a natureza da adaptação na atualidade.

A adaptação é e deve ser vista como um processo, seja na criação ou

na recepção da obra acabada (HUTCHEON, 2013, p. 15) e ela terá, diz a autora retomando Bakhtin e Stam (apud HUTCHEON, 2013, p. 45) uma intertextualidade, diversas vozes que fazem parte de um processo dialógico contínuo entre os gêneros e os sujeitos sociais inseridos em determinado sistema cultural.

MARVEL STUDIOS, CULTURA DA CONVERGÊNCIA E AS NARRATIVAS TRANSMIDIÁTICAS

Nos anos 1960, a editora norte-americana Marvel Comics deu origem ao chamado “Universo Marvel”, que era uma estratégia de criação e de *marketing* de publicação de narrativas de super-heróis em que “todas as aventuras eram interligadas em altíssimo nível de complexidade” (HOWE, 2013, p. 11), ou seja, cada história de um personagem publicada em uma edição do Homem-Aranha, por exemplo, tinha relação com histórias de outro personagem, como o Capitão América e desse com o Hulk e assim sucessivamente. Muitas vezes todos os personagens do Universo Marvel se encontravam em determinadas edições. Para isso ocorrer de forma satisfatória toda a equipe de escritores e artistas precisa se reunir com regularidade para não haver discrepâncias na interligação entre as histórias (HOWE, 2013).

Stan Lee, criador da maioria dos personagens e editor-chefe da *Marvel Comics* – surgida como *Timely Comics* na década de 1930 como a divisão de quadrinhos da editora *Magazine Management* - teve enorme sucesso com a criação do “universo” e respondia pessoalmente cartas, fazendo os leitores se sentirem como parte do processo criativo de construção dos personagens. Stan Lee apelidou a *Marvel Comics* como a “Casa das Ideias” (HOWE, 2013).

Nos anos 2000, a editora *Marvel Comics* decidiu levar a cabo um projeto ambicioso, inclusive financeiramente: criar seu “universo Marvel” no cinema e passar a ter um maior controle sobre as adaptações de seus personagens, não mais vendendo os direitos de filmagem – alguns personagens da editora ainda possuem os direitos de filmagem ligados a estúdios como *Sony* e *Fox*. Desse modo a *Marvel Comics*, criou a *Marvel Studios* nos anos 2000 e o universo cinematográfico ficou conhecido pela sigla *MCU* – *Marvel Cinematic Universe*.

Até então o cinema possuía as chamadas “franquias”, ou seja, sequência de filmes de mesmos personagens. Mas o *Marvel Studios* traçou um projeto baseado no que fizeram com as revistas em quadrinhos nos anos 1960, ou seja, cada filme do estúdio teria relação com filmes de outros personagens e todos os personagens poderiam aparecer em todos os filmes. Cada filme separadamente poderia ser compreendido, porém para um entendimento “global” o espectador deveria ver todos os filmes, assim como os leitores deveriam ler todas as revistas nos anos 1960. E a narrativa completa não se resume apenas aos filmes, pois muitas lacunas entre eles são preenchidas com informações apresentadas em curta-metragens e revistas em quadrinhos que

funcionam como prelúdios dos filmes.

A estratégia não só deu certo como é vista por muitos como “a salvação financeira de Hollywood” (TAVARES, 2012, P. 33) nos últimos anos, visto que as empresas de cinema encontravam-se em crise financeira no início do século XXI. A Marvel Studios começou seu projeto em uma etapa intitulada como “primeira-fase”, quando produziu seis filmes: O Incrível Hulk (2008); Homem de Ferro (2008); Homem de Ferro 2 (2010); Thor (2011); Capitão América, O Primeiro Vingador (2011) e Os Vingadores (2012). Atualmente o projeto encontra-se em uma segunda fase com uma terceira já planejada com projetos até, pelo menos, o ano de 2020.

A aceitação desses trabalhos, entretanto, não se deve somente a um maior controle de um estúdio de cinema pelas pessoas que fazem as histórias em quadrinhos e possuem um contato supostamente mais direto com os leitores. Podemos dizer que isso só está sendo possível por causa de mudanças sociais e culturais no modo de se produzir, ter acesso e de nos relacionarmos com informações produzidas pela indústria cultural de massa. Nesse ponto específico, é inserida a Cultura da Convergência e seu principal produto: as narrativas transmídiáticas.

O termo Cultura da Convergência foi cunhado pelo pesquisador Henry Jenkins (2008) que a denomina como uma confluência em comum entre as mais variadas mídias, com um “fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação” (JENKINS, 2008, p. 27). É uma relação que cria uma interação nunca antes vista entre tecnologias, indústrias, mercados, gêneros e, principalmente, públicos, pois, como o próprio autor atesta, a maior mudança está no campo cultural, nas formas de consumo, nas formas de compreensão, nas relações sociais que essas mudanças trazem. E isso transforma a cultura e a sociedade de alguma forma, mas em quais, talvez ainda não possamos responder.

Sobre isso, Jenkins (2008, p. 39) cita a historiadora Lisa Gitelman que diz que essas mudanças tecnológicas trabalham em um primeiro nível que é o da comunicação tecnológica, e em um segundo, que remete a uma mudança de “protocolos” que estão diretamente ligados às práticas sociais e culturais que giram em torno dessas mudanças tecnológicas. A autora diz ainda que sistemas de comunicação são igualmente sistemas culturais, “nossas vidas, relacionamentos, memórias, fantasias e desejos também fluem pelos canais de mídia” (JENKINS, 2008, p. 43).

O principal produto dessas mudanças são as chamadas narrativas transmídiáticas, que têm como marco o filme Matrix de 1999, cuja narrativa se estendia para diversos gêneros e hipergêneros como quadrinhos, animações, jogos eletrônicos. A transmídia pode, desse modo, ser compreendida como uma nova “estética que faz exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento (...) é a arte da criação de um universo” (JENKINS, 2008, p. 47) . Para se ter uma experiência ampla e criar um sentido completo da narrativa, o sujeito precisa perseguir pedaços da história em diferentes mídias, conversar em sites com outros fãs

e comparar impressões e, obviamente investir tempo e recursos financeiros para que possa ter uma experimentação profusa do universo em que está inserido.

Entendemos que esse novo contexto foi o que possibilitou as atuais adaptações de narrativas quadrinísticas de super-heróis para o cinema. Vejamos agora como ocorre o processo informacional e de construção de sentidos utilizando como análise a primeira fase do projeto do Marvel Studios.

A CONSTRUÇÃO DE UM UNIVERSO CINEMATOGRÁFICO

Como neste trabalho não será possível apresentar uma descrição e análise detalhada de todos os filmes, pretendemos demonstrar como funciona a lógica informação de uma narrativa transmídia como é o caso do MCU.

O MCU se inicia no cinema com o filme *Homem de Ferro* de 2008, personagem criado em 1963 por Stan Lee e Jack Kirby. A adaptação atualiza diversos elementos da obra original, como é o caso dos inimigos, que passam de vietnamitas comunistas para terroristas afegãos.

Para realizar a ligação narrativa entre os filmes e gerar expectativas no espectador o *Marvel Studios* utiliza recursos que ficaram conhecidos como cenas pós-créditos. Essas cenas possuem tal nome por surgirem após os créditos finais do filme criando uma conexão entre os filmes seguintes, mostrados situações ou personagens que terão relevância narrativa no todo.

O filme seguinte, foi *O Incrível Hulk*, produzido em 2008, porém, para uma sequencia narrativa correta e um entendimento completo, o espectador/leitor deve ler a série em quadrinhos em três edições *Iron Man 2: Public Identity* e a série igualmente em três edições *Iron Man 2: agents of Shield*. Tais narrativas em quadrinhos preenchem lacunas entre os filmes funcionando como parte da narrativa.

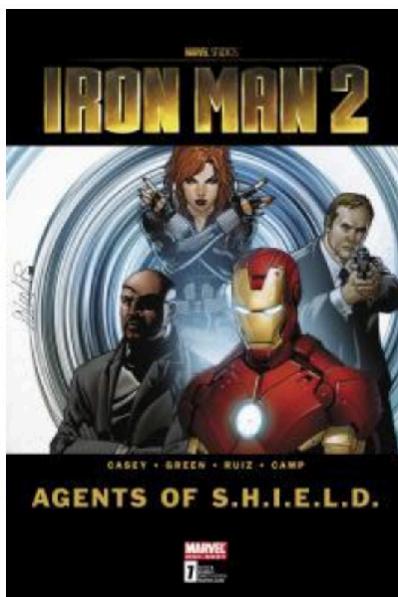


Ilustração 1: Iron Man 2: Agents of Shield

Fonte: Iron ([2017-?])

O filme do personagem Hulk é relevante no sentido de que trabalha com memórias que remetem tanto aos quadrinhos e a série televisiva do personagem produzida nos anos 1970 como a outros gêneros, uma vez que a história de um cientista que se transforma em um monstro remete à literatura do século XIX e o clássico livro *O Médico e o Monstro* do escritor britânico Robert Louis Stevenson. Após o filme do Hulk a narrativa do MCU segue para um curta-metragem intitulado *The Consultant*, que explica fatos ocorridos no filme Homem de Ferro de 2008 e cria conexão com o filme posterior, Homem de Ferro 2.

Após Homem de Ferro 2, segue-se outro curta-metragem: *A Funny Thing Happened on the Way to Thor's Hammer*. Que faz uma ligação direta com o filme posterior *Thor*, onde mostra agentes investindo um martelo caído do céu em um deserto. Tal fato somente será devidamente compreendido no filme *Thor*.

O filme *Thor*, por sua vez mostra-se, de certa forma, atípico para ser inserido no gênero de super-herói. Pois, é apresenta como personagem central um Deus proveniente da cultura nórdica viking cuja popularização em toda a Europa, se deu, principalmente, com as óperas de Richard Wagner, compositor alemão do século XIX (LANGER, 2005, p. 50). Porém, para muitos, na indústria cultural do século XX, a mitologia nórdica sofreu uma popularização até então inédita – principalmente nos Estados Unidos – com a adaptação do personagem por Stan Lee e Jack Kirby nas histórias em quadrinhos da *Marvel Comics* em 1962 na revista *Journey Into Mystery* número 83. A principal fonte de influência dos autores para as histórias em quadrinhos do Thor foram o Eddas, a antiga compilação de narrativas sobre a mitologia nórdica publicada aproximadamente em 1270 (PALAMIN, 2011). Esses textos apresentam-se em duas compilações: a Edda Poética e a Edda em prosa.



Ilustração 2: Thor no Eddas

Fonte: Taringa (2008-?)

O filme é o primeiro a trabalhar com a relação entre magia e ciência do gênero dos super-heróis no cinema, indo ao encontro do que Reynolds (1992, p. 54) chama da “ciência mágica” do gênero dos super-heróis. Tal fato é relevante no que se refere às adaptações, pois até então os filmes da *Marvel Studios* tinham como elemento de fundo e de explicação dos poderes dos personagens aspectos somente científicos e tecnológicos. *Thor* inaugura no cinema a relação entre magia e ciência desse gênero.



Ilustração 3: Journey Into Mystery

Fonte: Fonte: Lee; Kirby (1962)

Após *Thor*, há uma série de quadrinhos composta por oito edições: *Captain America: first vengeance*, que apresente diversos elementos importantes para uma compreensão mais ampla do filme posterior: *Capitão América: o primeiro vingador*. Este filme é o primeiro a adaptar um personagem do universo quadrinístico Marvel que foi criado nos anos 1940: o Capitão América. Diferentemente dos outros filmes, este não atualiza, em um primeiro momento, o personagem, visto que a narrativa se passa em seu contexto de produção, o ano de 1941 tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial.

O filme realiza um diálogo interessante entre memórias do gênero e memórias do contexto de produção. No filme, por exemplo, quando o personagem Steve Rogers se torna o Capitão América, ao contrário dos quadrinhos, ele não vai para o campo de batalha, uma vez que o governo o utiliza como uma espécie de garoto-propaganda

do país na guerra. Steve Rogers começa a fazer diversas apresentações por cidades dos Estados Unidos, vestido com as cores da bandeira norte-americana, onde encena um teatro no qual acerta um soco em um ator vestido de Hitler. Essa cena é um claro diálogo crítico, com a capa da primeira edição de 1941 e seu uso ideológico nos anos 1940.

Ilustração 4: Captain America 1941



Fonte: Souza (2000)

Ilustração 5 Capitão acerta Hitler



Fonte: Capitão (2011)

Após o filme do Capitão América há mais duas séries em quadrinhos: *The Avengers prelude*, *Fury's Big Week*, composta por oito edições e *The Avengers Prelude: Black Window Strikes*, com três edições.

O filme seguinte, *Os Vingadores* é a consolidação da primeira fase e de um projeto de narrativa transmidiática. O filme tem como base o quadrinho lançado em 1963, que apresentava diversos super-heróis da Marvel formando um grupo para atuarem em conjunto contra ameaças poderosas demais para apenas um membro.

Desse modo a narrativa transmidiática produzida pelo *Marvel Studios* funciona pela seguinte ordem:

Homem de Ferro (2008)
Iron Man 2: Public Identity – série em quadrinhos (2010) ¹ – 3 edições
Iron Man 2: agents of Shield – série em quadrinhos (2010) – 3 edições
O Incrível Hulk (2008)
The Consultant – curta-metragem (2011)
Homem de Ferro 2 (2010)

A Funny Thing Happened on the Way to Thor's Hammer – curta-metragem (2011)

Thor (2011)

Captain America: first vengeance – série em quadrinhos (2011) – 8 edições

Capitão América – o primeiro vingador (2011)

The Avengers Prelude: Fury's Big Week - série em quadrinhos (2011) – 8 edições

The Avengers Prelude: Black Window Strikes – série em quadrinhos (2012) – 3 edições

Os Vingadores – (2012)

1 - Os anos indicam o lançamento, porém estamos colocando na tabela de acordo com a ordem cronológica de leitura na narrativa (o autor, 2017)

CONCLUSÃO

O que podemos perceber até o momento é que cada filme pode ser visto de forma independente, mas eles são parte de uma narrativa mais ampla, cujo fluxo informacional ocorre perpassando diferentes gêneros e hipergêneros e memórias construídas por décadas. Para o espectador /leitor ter um sentido completo da narrativa ele deve se inserir em uma nova lógica de consumo que segue uma nova estética de produção. A informação e a memória são elementos fundamentais nesse processo, onde o gênero discursivo atua como elemento essencial para a construção de novos sentidos e de uma memória cultural para o século XXI por meio do gênero dos personagens conhecidos como super-heróis.

Ao observarmos outras produções da indústria cultural de massa, como o filme *Kong, A Ilha da Caveira*; ou *A Múmia* de 2017, veremos que ambos seguem a mesma lógica das produções do *Marvel Studios*, buscando a criação de um universo interligado de narrativas.

As reais mudanças advindas dessa estética transmídia ainda não podem ser totalmente vislumbradas, visto que é um processo incipiente e que pode ir por variados caminhos. Acreditamos, entretanto, que é inegável que estão ocorrendo transformações no processo de produção narrativa da indústria cultural e, consequentemente, nas esferas econômica, social e, em especial, cultural. Nesse processo a memória assume um papel primordial, pois sem a problematizarmos, a ideia em si de uma narrativa transmídia seria absolutamente impossível, pois compreender essas narrativas em sua ampla concepção é inserir-se em um jogo memorialístico que está na base da construção enunciativa.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

_____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CAPITÃO América: o primeiro vingador= Captain America. Direção de Joe Johnston. [S.I.]: Marvel Studios., c2011. 1blu-ray (124 min.). son., color

CIRNE, Moacy. **Para ler os quadrinhos**: da narrativa cinematográfica à narrativa quadrinizada. Petrópolis, RJ : Vozes, 1972.

ERLL, Astrid. Cultural memory studies: an introduction. ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Eds.). **A companion to cultural memory studies**. Berlim: Nova York: Walter de Gruyter, 2010. p. 1-13.

FERREIRA, Lucia M. A; ORRICO, Evelyn G. D. Prefácio. In: FERREIRA, Lucia M. A; ORRICO, Evelyn G. D. (Org.) **Linguagem, identidade e memória social** : novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOMEM de Ferro 2= Iron Man 2. Produção de Jon Favreau et al. Direção de Justin Theroux. [S.I.]: Marvel Studios., c2010. 1 DVD (125 min.). son., color.

HOMEM de Ferro= Iron Man. Produção de Avin Arad e Kevin Feige. Direção de Jon Favreau. [S.I.]: Marvel Studios., c2008. 1 DVD (127 min.). son., color

HOWE, Sean. **Marvel Comics**: a história secreta. São Paulo: Leya, 2013.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013

IRON Man 2: agents of Shield. [S.I.], [2017-?]. In: **Marvel Cinematic Universe Wiki**. Disponível em:<http://marvelcinematicuniverse.wikia.com/wiki/Iron_Man_2:_Agents_of_S.H.I.E.L.D.> Acesso em: 12 jun. 2017

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LEE, Stan; KIRBY, Jack. **Journey into mystery 83**. New York: Canan Publishers Sale Corp., 1962.

LINS, Daniel. Memória, esquecimento e perdão (Per-Dom). In: LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes Lemos; MORAES, Nilson Alves de (org.) **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 9-16.

MORRISON, Grant. **Superdeuses**: mutantes, alienígenas, vigilantes, justiceiros mascarados e o significado de ser humano na era dos super-heróis. São Paulo: Seoman, 2012.

O INCRÍVEL Hulk= The Incredible Hulk. Produção de Avin Arad; Gale Anne Hurd e Kevin Feige Direção de Louis Letterier. [S.I.]: Marvel Studios., c2008. 1 DVD (112 min.). son., color.

OLIVEIRA, Carmen Irene C. de. **O remake**: produzir sentidos diferentes a partir do mesmo, ou como a informação não-científica articula a relação cinema/memória/ciência. Niterói, 2009. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense/IBICT, Niterói, 2009.

OS VINGADORES= The Avengers. Produção de Kevin Feige. Direção de Joss Whedon. [S.I.]: Marvel Studios., c2012. 1 Blu-Ray (143 min.). son., color.

PALAMIN, Flávio Guadagnucci. **Breves Considerações sobre a Edda Poética e a Edda em Prosa.** Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/341.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

RAMOS, Paulo. Histórias em quadrinhos: gênero ou hipergênero. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 355-367, set./dez. 2009.

REYNOLDS, Richard. **Superheroes**: a modern mythology. [S.I.]: University Press of Mississippi, 1992.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

SOUZA, Nano. **Capitão América**: herói ou vilão. [S.I.], 2000. Disponível em: <www.universohq.com/.../ca_captain_america01.jpg>. Acesso em: 6 abr. 2004.

STAM, Robert. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 51, jul./dez. 2006. p. 19-53.

TARINGA.Thor.[2008].Disponível em:<<http://www.taringa.net/posts/info/1461747/Thor.html>>. Acesso em 07 de junho de 2015.

TAVARES, Luiz Felipe do Vale. Como os super-heróis salvaram o cinema. Super-Interessante. In: **NASCEM os super-heróis**. São Paulo: Abril, 2012. (Superinteressante Coleções).

THOR= Thor. Produção de Kevin Feige. Direção de Kenneth Branagh. [S.I.]: Marvel Studios., c2011. 1 Blu-Ray (114 min.). son., color.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre Análise Fílmica**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2011.

TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS

Maria Sara de Lima Dias

Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Curitiba – PR

Álaba Cristina Pereira

Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Curitiba – PR

gera expectativas de resultados positivos com relação à eficiência no serviço público e ao melhoramento de questões transversais como economia de recursos, deslocamento e programas socioambientais, o Poder Judiciário não pode desconsiderar os custos subjetivos e objetivos para o servidor público, pois as reais consequências do teletrabalho ainda não foram aferidas com precisão, dada a sua recenticidade. Ademais, é necessário considerar a possibilidade de que os avanços tecnológicos, embora pareçam intrinsecamente bons, importam também em processos sociais que, à longo prazo, podem gerar cenários por vezes inesperados e perniciosos. Diante de tal problemática, é inegável a necessidade de discussões acerca dessa forma laborativa que tem conquistado cada vez mais espaço nas instituições jurídicas e cujas implicações ainda são desconhecidas em sua amplitude.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia, trabalho, teletrabalho, Poder Judiciário.

ABSTRACT: This article proposes to encourage discussions on teleworking within the judiciary. This new working model which consists of providing services predominantly outside the employer's premises, through the use of information and communication technologies, has become increasingly common in the public administration, by tending to reduction

RESUMO: Este artigo propõe-se a fomentar discussões sobre o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário. Esse novo modelo laborativo, que consiste na prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador através da utilização de tecnologias de informação e comunicação, tem se tornado cada vez mais comum na Administração Pública, por tender à redução de custos organizacionais, à possibilidade de aumento da produtividade e da qualidade do trabalho, a melhorias relacionadas à dedicação profissional, à otimização do tempo e à economia de recursos. Essa nova forma laboral implica a virtualização do espaço e do tempo e promove toda uma ressignificação do trabalho, pois transforma-o em uma atividade que pode ser feita a qualquer hora e em qualquer lugar. Embora a implantação do teletrabalho aparentemente

of organizational costs, the possibility of increased productivity and quality of work, improvements related to professional dedication, time optimization and resource saving. This new form of labor implies the virtualization of space and time and promotes a whole resignification of the work, because it transforms it into an activity that can be done at any time and anywhere. Although the deployment of telecommuting apparently generates expectations of positive results regarding efficiency in public service and the improvement of cross-cutting issues such as resource savings, displacement and socio-environmental programs, the power the judiciary cannot disregard the subjective and objective costs to the public servant, since the real consequences of telework have not been accurately measured, given its recenticity. Moreover, it is necessary to consider the possibility that technological advances, although they seem intrinsically good, also matter in social processes that, in the long term, can generate scenarios that are sometimes unexpected and pernicious. In view of this problem, undeniable is the need for discussions about this working form that has gained more and more space in the legal institutions and whose implications are still unknown in its amplitude.

KEYWORDS: Technology, work, telework, judicial power.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os tempos são de ruptura com velhos padrões e antigos saberes. Vive-se uma época permeada pela ausência de certezas, pela dissolução de constructos sociais, pelo surgimento de novos paradigmas, pelo progresso tecnocientífico e pelo ritmo acelerado das mudanças (HANNIGAN, 1995).

Nesse sentido, estamos no limiar de uma nova era que exige que os indivíduos aprendam se relacionar nos moldes do desencaixe dos sistemas sociais, qual seja, um novo padrão de inter-relação decorrente do “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espac” (GIDDENS, 1991, p. 29).

As transformações tecnológicas contemporâneas geram novos contornos sociais que alcançam também a organização do trabalho, dada a “intimidade aprofundada” entre sociedade e tecnologia (LATOUR, 2001, p. 225). E “estas transformações promovem impactos não só sobre o que fazer, mas sobre todas as formas de existência dos sujeitos”, de modo que o trabalho acaba por constituir novos “modos de viver” (DIAS, p. 38, 2009).

E é nesse contexto de inovações e reestruturações que surge o teletrabalho enquanto prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, através da utilização de tecnologias de informação e comunicação. Recentemente regulamentado pela Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017, o trabalho remoto tem conquistado espaço também no Poder Judiciário, pois representa uma forma de viabilizar as propostas de eficiência da instituição.

2 | PODER JUDICIÁRIO E TELETRABALHO

De acordo com a Constituição Federal, O Estado Brasileiro é composto por três Poderes independentes e harmônicos entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada uma dessas esferas tem atribuições específicas e a função do Poder Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para isso, tem autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Federal e é composto pelos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais Regionais Federais (TRF), Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares e os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios (CF, 1988).

A Constituição Federal estabelece como princípios norteadores da realização das atividades estatais, dentre tantos outros, a eficiência e a celeridade processual, o que tem gerado a adoção de novas tecnologias e estruturações laborais no âmbito do Poder Judiciário com o intuito de agilizar a prestação jurisdicional.

E é nesse contexto de inovações e transformações que surge o processo judicial eletrônico e o teletrabalho.

A implantação do processo judicial eletrônico para a automação do Poder Judiciário, em 2011, propiciou o surgimento do teletrabalho, cuja implementação começou em 2013, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Porém, foi apenas em 2016 que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Resolução 227, destinada a regulamentar essa modalidade de trabalho no âmbito do Poder Judiciário.

Em seu texto, a Resolução 227 do CNJ justifica a adoção do teletrabalho na esfera do Poder Judiciário a partir dos seguintes argumentos: importância do princípio da eficiência para a Administração Pública; aprimoramento da gestão de pessoas enquanto um dos macrodesafios do Poder Judiciário (o que compreende a necessidade de motivar e promover as pessoas, bem como buscar a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores); possibilidade de trabalho remoto ou à distância gerada pelo avanço tecnológico; vantagens e benefícios diretos e indiretos resultantes do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade; possibilidade de equiparação dos efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos e experiência bem-sucedida nos órgãos do Poder Judiciário que já adotaram tal medida, a exemplo do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A Resolução 227 também estabelece como sendo objetivos do teletrabalho: o aumento da produtividade e a qualidade de trabalho dos servidores; a promoção de mecanismos para atrair servidores, motivá-los e comprometê-los com os objetivos da instituição; a economia de tempo e a redução de custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho; contribuição para a melhoria de programas socioambientais,

com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos do Poder Judiciário; ampliação da possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento; aumento da qualidade de vida dos servidores; promoção da cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade; estimulação do desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação; respeito à diversidade dos servidores e consideração da multiplicidade das tarefas, dos contextos de produção e das condições de trabalho para a concepção e implemento de mecanismos de avaliação e alocação de recursos.

Determina também a Resolução 227 os deveres do servidor em regime de teletrabalho: cumprir, no mínimo, a meta de desempenho estabelecida, com a qualidade exigida pela chefia imediata e pelo gestor da unidade; atender às convocações para comparecimento às dependências do órgão, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração; manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos nos dias úteis; consultar diariamente a sua caixa de correio eletrônico institucional; manter a chefia imediata informada acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento; reunir-se periodicamente com a chefia imediata para apresentar resultados parciais e finais e obter orientações e informações, de modo a proporcionar o acompanhamento dos trabalhos; retirar processos e demais documentos das dependências do órgão, quando necessário, somente mediante assinatura de termo de recebimento e responsabilidade, e devolvê-los íntegros ao término do trabalho ou quando solicitado pela chefia imediata ou gestor da unidade; preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e da comunicação, bem como manter atualizados os sistemas institucionais instalados nos equipamentos de trabalho. Estabelece ainda que as atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em regime de teletrabalho, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.

Apesar da recente implantação, os resultados das experiências iniciais indicam que o teletrabalho provavelmente irá se tornar uma prática cada vez mais comum na Administração Pública, por tender, sob a ótica institucional, à redução de custos organizacionais, à possibilidade de aumento da produtividade e da qualidade do trabalho, e, sob a ótica dos servidores, a melhorias relacionadas à dedicação profissional, à otimização do tempo e à economia de recursos.

Entretanto, por constituir uma realidade recente, uma vez que, dos cinco Tribunais Federais existentes no país, dois ainda não aderiram à modalidade remota (CNJ, 2017), o tema ainda é pouco explorado e suas consequências à longo prazo não foram totalmente estimadas.

3 | TELETRABALHO E SUBJETIVIDADE

Há algumas décadas já se nota, no campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade, a preocupação com os possíveis impactos sociais da tecnologia sobre o trabalho e a sociedade (CUTCLIFFE, 2003).

Tal preocupação aparece relacionada ao fato de que as inovações tecnológicas têm o potencial de criar novos ordenamentos com relação à atividade humana, podendo gerar, inclusive, novas “formas de vida”. Sob essa ótica, os avanços tecnológicos são similares a atos legislativos ou ações políticas básicas, uma vez que estabelecem delineamentos de ordem pública que podem ter efeitos duradouros para além de gerações. (WINNER, 1996).

E esses efeitos também se estendem sobre a subjetividade enquanto síntese singular de si mesmo que cada indivíduo vai construindo a partir de suas experiências sociais, históricas e culturais (BOCK, 2002). Sendo assim, a forma como o indivíduo se percebe está relacionada ao modo como os homens estabelecem as relações sociais em um contexto específico, decorrente de condições histórico-sociais (AITA, 2011).

Desse modo, o fenômeno psicológico está fortemente atrelado ao fenômeno histórico-social, de forma que é possível reconhecer que a constituição da subjetividade humana se dá por meio do trabalho (DIAS, 2009).

E é nessa conjuntura de inovações tecnológicas com forte impacto sobre a subjetividade que surge o trabalho remoto enquanto nova modalidade laboral, que permite ao trabalhador realizar suas atividades profissionais fora das dependências do empregador.

Dada essa nova configuração laboral, surgem alguns questionamentos com relação aos possíveis impactos psicossociais do teletrabalho sobre a subjetividade do trabalhador, quais sejam: se e em que medida essa modalidade afeta a significação do trabalho em termos psicológicos e sociais; qual o seu efeito sobre a interação familiar, considerando que o espaço físico do trabalho, geralmente, é o domicílio; que implicações o teletrabalho tem sobre a socialização (de que forma o afastamento dos colegas de trabalho afeta a convivência social); quanto ao processo de administração do tempo, de que forma a flexibilidade para executar o trabalho em qualquer horário influencia na execução de outras atividades cotidianas; e quais as implicações do teletrabalho sobre o complexo conjunto de fatores relacionados à qualidade de vida do servidor.

Pereira Junior e Caetano (2009) relatam possíveis implicações do teletrabalho. Para a organização, a modalidade de trabalho remoto implica redução de custos, diminuição do absenteísmo e da rotatividade e aumento da produtividade dos trabalhadores, assim como melhoria da qualidade dos serviços prestados e benefícios ambientais. Com relação ao trabalhador, observa-se melhor qualidade de vida, aumento da interação familiar, flexibilização de horários, diminuição do estresse, satisfação profissional e melhoria da autoimagem. Quanto às possíveis dificuldades,

tem-se: individualização das tarefas, isolamento social, perda da ação coletiva, mau gerenciamento do tempo, aumento da carga de trabalho, distração e interferência familiar durante a execução do trabalho, com reflexos sobre a saúde física e psíquica do trabalhador.

Pesquisa realizada com servidores do Tribunal Superior do Trabalho aponta benefícios do teletrabalho, como a flexibilização do horário de trabalho, a economia no deslocamento dos servidores até a instituição e o aumento do convívio familiar, mas também desvantagens, como a falta de acompanhamento médico efetivo, o isolamento social, a possibilidade de problemas ergonômicos e a ênfase exagerada na meta a ser alcançada (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2015).

De acordo com Costa (2007), essa nova modalidade, mais do que uma nova forma de estruturação laboral, implica a virtualização do espaço e do tempo, pois transforma o trabalho de “um lugar para ir” em uma atividade que pode ser feita a qualquer hora e em qualquer lugar, alterando seu próprio significado. E essa flexibilização do tempo e do espaço também acarreta situações e sentimentos contraditórios: ocorre afastamento físico e manutenção do vínculo com a organização; há proximidade física, porém indisponibilidade de atenção para a família; existe autonomia à custa da invasão de espaços íntimos; vida privada e trabalho misturam-se no cotidiano. E ao trabalhador e à sua família cabe o desafio de gerenciar tais paradoxos e o estresse daí advindo.

Capaverde e Bastos (2015), em recente pesquisa realizada com servidores de um Tribunal Regional Federal, relatam a constatação de riscos reais do teletrabalho diante da sua possibilidade de exercício em tempo integral e de críticas com relação ao aumento de metas para os servidores em regime de trabalho remoto. Ademais, a pesquisa evidencia a possibilidade de isolamento social e de distanciamento da cultura organizacional, situações que poderiam culminar no enfraquecimento da classe trabalhadora na instituição.

Não obstante, a implantação do teletrabalho no Poder Judiciário aparentemente tem gerado bons resultados, pois, em termos objetivos, observou-se um aumento na produtividade dos servidores, o que satisfaz a exigência do cumprimento de metas (SARDETO, 2016).

Porém, Velho (2011) enfatiza que o Paradigma da Política Científica, Tecnológica e de Inovação do século XXI, Ciência para o Bem da Sociedade, assenta-se na ideia de que a organização não é mais o foco principal de escolha tecnológica, pois esta pode ser revertida por escolhas e influências sociais. Há que se considerar, também, a questão dos trabalhadores e da sociedade como um todo, já que são eles os grandes destinatários de tais escolhas.

Sendo assim, embora seja evidente a contribuição do teletrabalho para a maior eficiência no serviço público e para o melhoramento de questões transversais como a economia de recursos, o deslocamento/remanejamento da força de trabalho e os programas socioambientais, o Poder Judiciário não pode desconsiderar os custos subjetivos para o servidor público, pois as reais consequências dessa modalidade de

trabalho ainda não foram aferidas com precisão, dada a sua recenticidade (SARDETO, 2016).

No mesmo sentido, Rover e Wulffing (2015) enfatizam a ideia de que o teletrabalho ainda não está consolidado, de modo que seus efeitos, suas reais vantagens e/ou desvantagens para os trabalhadores, para as organizações e para a sociedade ainda são em grande parte desconhecidos.

Portanto, por constituir uma realidade ainda em fase de implantação, é necessário cautela quanto aos potenciais riscos do trabalho remoto sobre a saúde do trabalhador e sobre as próprias instituições (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2015).

E ainda, é necessário considerar a possibilidade de que os avanços tecnológicos, embora pareçam intrinsecamente bons, importam também em processos sociais, podendo representar “muito mais um obstáculo do que um veículo para a emancipação do ser humano” (DAGNINO; NOVAES, 2004, p.207). Significa dizer que a criação de artefatos tecnológicos aparentemente úteis e proveitosos podem esconder em seu âmago questões muito mais profundas e complexas que culminem em processos deletérios para a sociedade.

E deve-se atentar, também, para o fato de que os aspectos humanos, sociais, políticos, econômicos e culturais constituem a própria substância das inovações tecnológicas enquanto um fenômeno histórico em desenvolvimento, o que implica dizer que os artefatos tecnológicos não têm apenas uma função técnica. Eles abrangem toda uma significação social, que torna totalmente possível o aparecimento de situações imprevisíveis que influenciam mudanças posteriores em seu delineamento inicial. (FEENBERG, 1991).

Enfatizando a concepção de que a tecnologia, em sua complexa interface com a sociedade, envolve processos cujo desenvolvimento, por acontecer ao longo do tempo, não permite a total previsão de seus resultados de forma antecipada, tem-se a metáfora da “Síndrome de Frankenstein” (BAZZO, 2003). Essa metáfora faz referência ao temor efeitos desencadeados pelo conhecimento sobre o ser humano, evidenciando a possibilidade de que as criações tecnológicas podem gerar implicações não imagináveis em seu planejamento inicial.

Aplicando tal metáfora à questão do teletrabalho, é plausível hipotetizar que, além das evidentes vantagens iniciais, existem custos subjetivos, familiares e sociais que não foram totalmente apreendidos em seu delineamento inicial.

De acordo com esse entendimento, embora inicialmente o teletrabalho se transvista de uma aparência de liberdade e flexibilidade, uma vez que o trabalho será executado longe das dependências do empregador e nos horários determinados pelo próprio servidor, é necessário lembrar que existe toda uma série de exigências quanto ao cumprimento do trabalho remoto, inclusive com relação à obrigatoriedade da meta de desempenho estipulada aos servidores em regime de teletrabalho ser superior à dos servidores que executam mesma atividade nas dependências do órgão. Dessa forma, embora exista a possibilidade de economia com relação ao tempo de percurso

até o local de trabalho, haverá maior dispêndio de tempo no cumprimento das tarefas institucionais, além da complexa tarefa de ajustar a rotina laboral à rotina doméstica e familiar a fim de se criar um local de trabalho produtivo e ergonômico.

E mais, deve o servidor manter telefones de contato ativos nos dias úteis, assim como consultar diariamente a sua caixa de correio eletrônico institucional. Significa dizer que, embora o trabalho já possa ter sido executado em períodos alternativos, tem o servidor a obrigatoriedade de manter-se à disposição do Poder Judiciário em dias úteis. Sem maiores aprofundamentos quanto a essa questão, não é difícil perceber a possibilidade de uma sobrecarga do trabalhador quando optar por desenvolver suas atividades em horários diferenciados.

Por fim, essas exigências de produtividade aumentada e de manter-se à disposição do empregador ainda que através de meios tecnológicos (telefone e e-mail) evidencia a utilização da tecnologia enquanto substituta da vigilância empregadora característica dos primitivos sistemas fabris (Marglin, 2001). Em outras palavras, permanece a coerção no trabalho, ainda que disfarçada com toques de liberdade e flexibilidade.

Diante do contexto apontado e considerando-se que o trabalho ocupa um lugar insubstituível na construção da identidade e da saúde do trabalhador (CLOT, 2007), é inegável a necessidade de mais estudos acerca dessa modalidade que tem conquistado cada vez mais espaço nas instituições jurídicas e cujas implicações ainda são desconhecidas em sua amplitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a implantação do teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário esteja alinhada às novas tendências organizacionais e os resultados iniciais pareçam promissores, é necessário cautela, pois há sempre que se considerar que as inovações tecnológicas podem trazer riscos implícitos, não totalmente observáveis num primeiro momento sem antes que seus delineamentos tenham se estendido ao longo de um certo tempo.

Ademais, considerando-se que desenvolvimento da subjetividade social é influenciado por fatores internos e externos atrelados à historicidade dos fenômenos, é inegável que o surgimento de novos artefatos tecnológicos condicionantes de novas configurações laborais tem implicações diretas sobre a subjetividade do trabalhador.

É preciso, então, considerar a complexa interface entre subjetividade, trabalho e tecnologia e seus possíveis desdobramentos à longo prazo sobre a satisfação profissional, interação familiar, socialização, organização da rotina laboral, administração do tempo e qualidade de vida do trabalhador.

E é sob essa perspectiva que o fomento às discussões sobre teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário se torna imprescindível.

REFERÊNCIAS

- AITA, Elis Bertozzi; FACC, Marilda Gonçalves Dias. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicol. rev**, Belo Horizonte , v. 17,n. 1,p. 32-47,abr. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 abr. 2018.
- BAZZO, Walter; LINSINGEN, Irlan von & TEIXEIRA, Luiz T. V. Os estudos CTS. In **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Espanha: OEI, 2003.
- BOCK, A. M. B. FURTADO, O. e TEIXEIRA, M de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAPAVERDE, C. B.; VAZQUEZ, A. C. S. Implantação de processo eletrônico no sistema judiciário: um estudo sobre aprendizagem organizacional em uma secretaria de gestão de pessoas. **REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 462-490, Ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112015000200462&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2017.
- CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84932-teletrabalho-e-realidade-em-tres-dos-cinco-tribunais-federais>>. Acesso em 13 abr. 2018.
- COSTA, I. S. A. Teletrabalho: subjugação e construção de subjetividades. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 105-124, fev. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2017.
- CUTCLIFFE, Stephen. La emergencia de CTS como campo académico. In **Ideas, Máquinas y Valores: Los Estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Barcelona: Anthropos: 2003.
- DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. O fetiche da tecnologia. **Org & Demo**, Marília, v. 5, n.2, p. 189-210, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/411/311>>. Acesso 27ago.2017.
- DIAS, M. S. L. (2009). **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de Universitários**. Tese de Doutorado. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106654/265561.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 Abr. 2018.
- FEENBERG, Andrew (1991). Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia. In: **Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia**. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/languages.htm>>. Acesso em 20 Abr 2018.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HANNIGAN, J. **A sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- LATOUR, B. Um coletivo de humanos e não-humanos: no labirinto de Dédalo. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. São Paulo: EDUSC, p. 201-46, 2001.
- MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões? In: GORZ, André (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. SP: Martins Fontes, 2001. 3ª ed.
- PEREIRA JUNIOR, E.; CAETANO, M. E. S. Implicações do teletrabalho: um estudo sobre a percepção dos trabalhadores de uma região metropolitana. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-31, dez. 2009. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci>>

arttext&pid=S1984-66572009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 18 ago. 2017.

RIBEIRO, T.; NASCIMENTO, V. O poder informacional a serviço público: implantação teletrabalho no âmbito de atuação do Tribunal Superior do Trabalho. Florianópolis: **Democracia Digital e Governo Eletrônico**. nº13,p.55-71, 2015.

ROVER, A. J; WULFING, J. Teletrabalho e Tecnologia: (re) adaptações sociais para o exercício do labor. In: CELLA, J. R. G.; ROVER, A. J.; GOMES, M. F. (coord.). Direito, Governança e novas tecnologias. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SARDETO, P. E. R. O teletrabalho na visão gerencial do poder judiciário brasileiro. In: COUTINHO, A. L. C.; GRADIN, G. B. (coord.). Política judiciária, gestão e administração da justiça. Florianópolis: CONPEDI, 2016.

VELHO, L. The concept of science, and the science, technology and innovation policy. *Sociologias*, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/06.pdf>. Acesso em 28 ago. 2017.

WINNER, Langdon (1996) Do artifacts have politics? In: Mackenzie, Donald & Wajcman, Judy. *The Social Shaping of Technology*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, tradução para o português. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Artefatos%20tem%20Politica.htm>>. Acesso em 20 Mar 2018

TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA

Nairon Gaia Coimbra

Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Turismo
Belém – Pará

Diana Priscila Sá Alberto

Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Turismo
Belém – Pará

RESUMO: O turismo literário é um segmento do mercado turístico que traz, na sua essência, a vivência e a experiência do “turista literário” em conhecer paisagens, sítios e culturas a partir de textos literários, poemas, prosas, romances e literatura de viagens. Dentre as práticas e ações que constituem a natureza do turismo literário, destaca-se a ideia de preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural dos núcleos receptores que passam a desenvolvê-lo. Assim, a literatura é capaz de tornar permanente a imagem daquele lugar que em determinado momento foi estimado simbólico ora para o autor ora para a comunidade, ainda que hodiernamente, estejam fadados ao esquecimento. Portanto, turismo literário envolve deslocamentos, criação de itinerários e visitações no que concerne a literatura e esses lugares, tendo o propósito de preservá-los assim como suas memórias junto à comunidade que os possuem. Nessa perspectiva, o objetivo é

analisar referenciais teóricos que infiram que o turismo literário pode ser aproveitado como uma ferramenta de resgate aos lugares de memória, mas também aprofundar a temática e torná-la mais visível de modo que dê suporte para eventuais consultas contribuindo para o estado da arte sobre o turismo literário. Para tanto, a metodologia realizar-se-á através de pesquisa bibliográfica, principalmente, no levantamento de literatura acerca do tema considerando os estudos em artigos, livros e publicações de autores como Sardo (2008), Quinteiro e Baleiro (2017), Senra (2011) e Pereira (2014), que embasam o *corpus* da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Literatura. Turismo literário. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT: Literary tourism is a segment of the tourist market that brings, in its essence, the livingness and experience of the “literary tourist” in knowing landscapes, places and cultures from literary texts, poems, prose, novels and travel literature. Among the practices and actions that constitute the nature of literary tourism, the idea of preservation and valorization of the historical-cultural patrimony of the receiving core that begin to develop it stands out. That is, literature is capable of making permanent the image of that place that at one point was esteemed symbolic both for the author and now for the community, even if they are now doomed to

oblivion. Therefore, literary tourism involves displacements, creation of itineraries and visits with regard to literature and these places, with the purpose of preserving them as well as their memories with the community that own them. In this perspective, the objective is to analyze theoretical references that infer that literary tourism can be used as a tool to rescue the places of memory, but also to deepen the theme and make it more visible in order to support any queries contributing to the state of the art on literary tourism. In order to do so, the methodology will be carried out through a bibliographical research, mainly in the literature review about the subject considering the studies in articles, books and publications of authors such as Sardo (2008), Quinteiro and Baleiro (2017), Senra 2011) and Pereira (2004), which base the research *corpus*.

KEYWORDS: Tourism. Literature. Literary tourism. Memory. Patrimony.

1 | INTRODUÇÃO

É imprescindível observar que a base deste artigo é uma abordagem realizada através de fatores importantes, como o turismo, a literatura e a memória. Desse modo, é possível considerar, que este se trata de um estudo interdisciplinar na qual o sentido de *urbe* e da leitura simbólica acrescentam outro valor na atuação do turismo, quanto atividade desenvolvida, sendo este o turismo literário. Por meio do aporte teórico de determinados autores, o tema vai se desenvolvendo a fim de que se possa fazer uma análise dedutiva de que o turismo literário se condiciona, também, como um mecanismo de resgate aos lugares de memória. Sendo estes os espaços alegóricos contidos nos textos literários utilizados por autores como panorama e cenário.

Não obstante, é importante reportar que há certa carência para a elaboração do estado da arte sobre o tema, o que demandou uma garimpagem bibliográfica. Portanto, os autores Sardo (2008), Quinteiro e Baleiro (2017), Senra (2011) e Pereira (2014) foram importantes para a construção deste artigo tornando-o passível de ser objeto de consultas futuras, uma vez que se pretende compor a revisão de literatura acerca do turismo literário e suas contribuições. Tal fato, não torna dispensável a busca de outros autores para a consistência do estudo, isto é, examinou-se artigos científicos, além de livros que apresentassem a monossêmica de que turismo literário pode ser considerado um desenvolvedor sociocultural e um agente mantenedor de patrimônios materiais e imateriais, e da memória coletiva de determinada comunidade.

2 | SOBRE LUGARES DE MEMÓRIA E A LITERATURA

A palavra memória diz respeito a capacidade de conservar, reviver reminiscências e tudo quanto esteja associado ao passado e às lembranças, salvando-as da perda (CHAUI, 2000). Portanto:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento,

inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinhas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

A memória dispensa a temporalidade, e assim ela se mantém hodiernamente como uma atualização do passado tornando presente para o indivíduo aquilo que se faz recorrente a sua volta, perpetuando-se voluntariamente ou involuntariamente, afim de que alcance a futuridade.

Contudo, lugares de memória trazidos nesta discussão têm a ver com a relevância da anamnese sobre a estruturação espacial ou toda sua ampliação de espaço observado e absorvido. Isto é, lugares de memória serão os espaços concebidos pelos indivíduos contemporâneos perante as crises do modernismo, lugares estes, onde tal sujeito busca reconhecer-se, identificar-se e unir-se aos fatores que remetem seu passado (NORA, 1993). Posto isso, entende-se que há determinada necessidade de se criar mecanismos de conservação da cultura, história e memória de uma sociedade, dentre estes a criação dos espaços de memória.

A espacialidade refere-se ao lugar (*lócus*) onde se desenvolve a vida do indivíduo, na qual o espaço, é o produto da sua relação com o meio. Acerca disso, Senra (2011, p. 63) mostra a cidade como um coeficiente da relação *memória-espaco* e “[...] o lugar onde se inscreve a história do urbano e preserva a memória do seu repertório coletivo”. Ou seja, a consoante necessidade de historicizar as ações humanas produtoras do espaço real e suas dimensões e significados (reais, concretos e simbólicos).

Esta discussão amplia-se ao considerar a literatura como ocasionadora de uma nova ótica acerca dos sentidos e significados do espaço, numa perspectiva de estimar e resguardar a história, a memória e a identidade desse *lócus* (PESAVENTO, 2002 apud SENRA, 2011). É sobre tal abordagem que Senra (2011) salienta a necessidade de analisar o espaço através de registros e de escritas, ponderando a sensibilidade na qual se relata essa nova imagem do espaço (*urbe*). Ou melhor, é relevante que se perceba também a linguagem que entrelaça o *lócus* e a metáfora, pois essa linguagem é fundamental para condicionar os lugares de memória.

Deste modo, percebe-se que a literatura apreende um novo olhar sobre o espaço e tudo o que lhe compõe, pois de acordo com Neves (2005, p. 1) a linguagem utilizada pelos escritores:

faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas que, na interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano de suas ruas, praças, cafés, escolas, museus, residências, universidades, fábricas, repartições públicas, bares, cinemas. As cidades são cristais de múltiplas faces espaciais e temporais, cristais de variadas luzes, dentre elas as da memória, que, com sua temporalidade sempre em movimento, reencontra os lugares do ontem com os sentimentos do presente.

Assim, a literatura constrói representações do espaço a partir de ideias e imagens representativas do ontem em harmonia com o hoje. Ou seja, é a literatura em função

dos lugares que guardam a memória.

Não obstante, julga-se despropositadamente a ligação sutil entre literatura e todo espaço percebido como mantenedor de memória. Isso quer dizer, que os ambientes (cidades, arquiteturas e patrimônios) trazidos na literatura são componentes literários, mas não as personagens principais do enredo. Portanto, uma obra da segunda metade do século XIX que descreve as características da cidade de Belém do Pará, por exemplo, não tem a pretensão de guardá-la como um lugar de memória, mas o faz involuntariamente quando se busca por um agente do tempo ou numa evocação ao passado.

A literatura é tida como remanescente do passado, mantém viva a linguagem do ontem no presente e então torna-se fonte de memória: a memória de um coreto, de uma rua, de um palacete, das pessoas. Como por exemplo, a literatura de Jorge Amado (*Gabriela, cravo e canela*), Mário de Andrade (*O turista aprendiz*), Dalcídio Jurandir (*Belém do Grão Pará*) e Milton Hatoum (*Dois irmãos*), que no desfibrar das suas obras literárias fazem do cenário uma personagem e um lugar do passado para ser apreciado hoje. Deste modo, na tentativa de se pensar em mecanismos que conservem e guardem a história e a memória de uma sociedade, a literatura se materializa como uma ferramenta indispensável.

A literatura apropria-se desta gama de elementos supracitados, que se formata nos patrimônios tangíveis e intangíveis de determinada cidade e, de acordo com Aragão e Macedo (2011, p. 98) contém a função de manter avivada “[...] a memória do grupo através dos espaços e construções seculares, das festas e comemorações. O enraizamento da memória se dá em uma escala territorial — em alguma paisagem, em algum lugar”. Haja vista a necessidade das sociedades modernas em amentar — guardar na memória — o seu passado e suas raízes.

Nessa linha de raciocínio, Henriques e Quinteiro (2011, p. 602) concluem que “[...], a literatura (re)constrói essa memória, uma vez que se integra numa memória individual (a do escritor) e simultaneamente, ao passar por um processo comunicativo, integra-se também numa memória cultural (colectiva)”. Portanto, a literatura com seu caráter reconstrutor, leva a apreciação de uma gama de elementos materiais (monumentos, lugares, prédios etc.) e imateriais (saberes, histórias, costumes e credíncies) que de acordo com Silva (2014) formam o *genius loci*, definido como o “espirito do lugar”.

Desse modo é pertinente considerar toda e qualquer ligação entre literatura e memória, pois sua linguagem tem a capacidade de perpetuar a memória ou reapresentar os ambientes que ela utiliza como cenário e panorama. A partir da literatura tem-se uma nova visão do espaço, a *urbe* se destaca em adição aos sentimentos do autor e a interpretação do leitor. Quem lê a cidade pela ótica da literatura percebe a gama de significados comuns e subjetivos, entende que, ainda que ressignificados pelo pós-modernismo, aquele lugar existe pelo que era no passado e hoje só as memórias reforçam seu valor no presente.

Contudo, deduz-se que a literatura é uma agente evocadora do passado,

quando traz na composição do poeta, do cronista, do romancista os lugares e espaços – denominados aqui como lugares de memória –, que lhes serviram de inspiração. Ainda que com uma linguagem metafórica, estes lugares são representados a partir da estima que lhes fora dada e, é possível que esse apreço se mantenha quando a partir do turismo literário tem-se um facilitador do acesso tanto à literatura quanto aos esses lugares de memória, imbricados na cultura da sociedade que os possui.

3 I DA LITERATURA AO TURISMO: TURISMO LITERÁRIO

Compreende-se que o turismo é uma atividade que assume diversas conotações dependendo do valor que lhe é atribuído, e a partir disso, o turismo (dito cultural) é o elo que torna possível o encontro e apreciação do turista/visitante com os demais elementos que formam a cultura de um povo (manifestações artísticas, arquitetura, costumes, rituais, saberes, etc.), o que inclui os aspectos patrimoniais (DIAS, 2006). Destaca-se dentre tais bens simbólicos imateriais a literatura, que é atuante também no contexto histórico de determinados lugares (RODRIGUES, 2001). No que concerne ao turismo literário, a literatura transmite ao turismo o sentido enriquecedor que é encontrado na reciprocidade entre obra literária, como manifestação artística e, o turista/visitante como o indivíduo que irá interpretá-la.

É conveniente referenciar que dentro da literatura há diversos textos estilísticos que favoreceram os deslocamentos humanos desde antes das transições mercantilistas da Idade Moderna (REMÉDIOS, 2002), sendo estes as prosas, poesias, relatos de viagens, romances, crônicas e etc. Assim esses tipos de literaturas promovem o chamado Turismo literário, que de acordo com Quinteiro e Baleiro (2017, p. 23) é: “[...] um nicho do turismo cultural que tem a especificidade de implicar a deslocação a lugares, de algum modo, relacionados com a literatura”. No mais, esse segmento de turismo permite ao visitante um contato maior com os fatos descritos no livro, como a vida do autor, suas personagens ou mesmo os logradouros e monumentos descritos nos textos.

Esse segmento é uma aposta e deve ser considerado um proeminente fator de desenvolvimento socioeconômico dos espaços que ele venha ocorrer uma vez que é um fenômeno que independe de escalas, ou seja, pode acontecer tanto em cidades grandes e famosas quanto nas mais remotas cidades do globo. Desse modo, será sempre presente com discursos de valorização espacial, cultural e linguística, pois traz na sua essência o teor e os conceitos de conservação, preservação e resgate da cultura, história, memória e identidade de parte de uma sociedade. Graças a literatura, como patrimônio histórico-cultural vivo é possível consubstanciá-la ao turismo e propor o fomento desse fenômeno de práticas sustentáveis.

4 | TURISMO LITERÁRIO: INFERÊNCIAS

O denominado turismo literário é um segmento do mercado turístico que tem nos países europeus o seu gene. Na contemporaneidade, Carvalho e Baptista (2015) apontam que as experiências mais cumulativas quanto ao número de autores e estudos estão centrados em Portugal, país que já desenvolve roteiros turístico-literários. Tais roteiros têm como base, por exemplo, as cidades de Lisboa, Algarve, Leiria e distritos de Viseu entre outras cidades nas quais pode-se observar um grande acúmulo de patrimônios materiais e imateriais.

O estudo da arte de turismo literário em Portugal tem certa consonância quando os autores buscam as definições coerentes para o segmento. Mas também propõem os roteiros e itinerários turístico-literários como uma condicionante sustentável para as cidades e centros que os realizam. Essa literatura, enquanto fonte bibliográfica, encontra-se em Henriques e Quinteiro (2011), Henriques e Henriques (2010), Quinteiro e Baleiro (2017, 2014), Simões (2008, 2004), Mendes (2007), Carvalho (2009), Oliveira (2017), Sardo (2008), Tejero (2016) e Fernandes e Carvalho (2017), autores que se tornaram importantes para a realização deste estudo.

Quanto aos lugares literários, novamente o país desponta quanto ao número cada vez maior de lugares turístico-literários. Por exemplo, é apontado por Quinteiro e Baleiro (2017), a casa de Fernando Pessoa, em Lisboa, a Fundação José Saramago e a sepultura de Camões, todas em Lisboa. Assim como a cidade de Leiria, próxima a Lisboa, que foi cenário para *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queiroz e a casa da Torre da Lagariça, em Resende (Viseu) que inspirou *A ilustre casa de Ramires*, outra obra Queiroziana.

Por contraste, a realidade para a revisão de literatura do tema no Brasil é dificílima. Nessa perspectiva, encontra-se no país uma literatura muito rasa acerca do turismo literário, pois tudo o que se tem produzido conta com uma bibliografia predominantemente de origem portuguesa, com poucas contribuições espanholas e inglesas. Portanto, elaborar um referencial teórico sobre turismo literário baseando-se na bibliografia nacional demanda um trabalho de pesquisa minucioso e nem sempre possível de se realizar, pois o tema só vem aparecer concluído em Cunha (2006), Menezes (2008), Coutinho (2016) e Menezes (2016), porém os escritos de Silveira (2014), Castro (2013) e Remédio (2002) são suportes fundamentais para que se possa ter um estudo, artigo ou monografia mais concisos.

Do mesmo modo que fora posto alguns exemplos de lugares literários em Portugal, Quinteiro e Baleiro (2017) citam no Brasil os principais e consagrados lugares e roteiros turístico-literários, são estes: a casa de Cora Coralina, em Goiás Velho, o Rio de Janeiro que foi cenário para *Dom Casmurro*, de Machado de Assis e o parque literário Quarteirão Jorge Amado, em Ilhéus, Bahia. É importante mencionar o Mosaico Sertão Veredas-Peruacu (MENEZES, 2016), que é um conjunto de áreas protegidas cujo território faz parte da região imortalizada por Guimarães Rosa da qual percebe sua

relação e, e talvez, apropriação do contexto cultural contido na obra literária *Grande Sertão: Veredas*.

Para o contexto amazônico, tem-se os escritos científicos dos viajantes naturalistas que deixaram um legado sobre os lugares e as paisagens amazônicas do século XVII (FERREIRA, 2004). Pois, muitos destes textos científicos e historiográficos desprendiam-se do seu escopo inicial. Sendo assim, Villanova (2011) revela que alguns desses naturalistas como Agassiz, Wallace, Avé-Lallémant, por exemplo, são responsáveis por deixar uma literatura de viagem mais formidável capaz de fazer com que o leitor se sinta inserido no cotidiano da viagem. Portanto, tais literaturas de viagens encontradas na Amazônia salientam – ou reforçam – o remonte de memória dos autores trazidas nesse gênero de literatura.

Ressalta-se, entretanto, que apesar do legado importante deixado para o conhecimento da Amazônia, tal fato não se configurou como suporte para desenvolver o turismo literário. Contemporaneamente, são autores amazônicos e não amazônicos como, por exemplo, Dalcídio Jurandir, Haroldo Maranhão e Mário de Andrade, respectivamente, que dão suporte para que haja uma atividade turística-literária na região. Embora em menor escala que a produção literária encontrada em Portugal, a literatura sobre a Amazônia permite, de todo modo, apreciar textos que lidam com os aspectos da vida cotidiana e apresentam um panorama dos patrimônios materiais e culturais das cidades e dos amazônicas.

De toda feita, faz-se necessário inferir que ainda é incipiente a contribuição de estudos e pesquisas para a formação de um arcabouço para o desenvolvimento do segmento do turismo literário na Amazônia. Uma experiência exitosa nesse sentido é o projeto *Belém da Memória* desenvolvido na cidade de Belém do Pará, que utiliza textos literários em logradouros pré-determinados e, que reforça em relação a Belém, o caráter de cidade como lugar de memória. Isto pois, para Nora (1993, p. 21), “[...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”, então comprehende-se que o projeto *Belém da Memória*, munido da linguagem literária, consegue alcançar esse objetivo de modo material e não invisível.

O projeto consistia em fixar totens que continham placas com textos literários (versos, prosas e crônicas) em logradouros públicos, edifícios e monumentos importantes que figuram a identidade histórica da cidade. Nas placas encontram-se as passagens (fragmentos) dos textos e a ilustração correspondente a um patrimônio arquitetônico existente na cidade, ou mesmo aqueles que foram ressignificados ao longo do tempo perdendo seu significado histórico e memorial. No total, foram fixadas 43 placas utilizando a literatura de escritores amazônicos e de alguns escritores nacionais que estiveram na cidade e deixaram suas contribuições literárias, como se pode observar no Quadros 1 e 2.

AUTOR	TEXTO	LOGRADOURO	ILUSTRAÇÃO
Benedicto Monteiro	“A Corda da Fé”	Praça Frei Caetano Brandão	A corda do Círio
Peregrino Júnior	“Carimbó”	Praça D. Pedro II	Feira do Açaí
J.J. Paes Loureiro	“Sobrados de Belém”	Praça D. Pedro II, em frente ao Solar	Solar do Barão do Guajará
Rodrigues Pinagé	“Encanto, magia”	Praça Felipe Patroni	Fonte do Bosque
Bruno de Menezes	“Belém e seu Poema”	Praça do Carmo	Igreja do Carmo
José Ildone	“Trova”	Praça do Pescador	Mercado Bolonha
Antônio Tavernard e Waldemar Henrique	“Foi boto Sinhá”	Praça Waldemar Henrique	Palafitas
Adalcinda Camarão e Edir Proença	“Bom dia Belém”	Praça da República, em frente a A.P.	Praça da República
Paulo André e Rui Barata	“Tronco submerso”	Praça da República, junto ao Bar do Parque	Bar do Parque
Mário de Andrade	“Carta à Manuel Bandeira – durante sua viagem pela Amazônia em 1927”	Fachada do Belém Hilton Hotel – Avenida Pres. Vargas.	Grande Hotel
Dalcídio Jurandir	“Gula da Cidade”	Praça da República, em frente ao Ed. Manuel Pinto da Silva.	Os elétricos da Belém
Age de Carvalho	“Os quintais”	Praça Batista Campos	Fábrica Palmeira
I. Loyola Brandão	“Crônica quase concreta”	Av. Nazaré, em frente ao CODEM	Túnel das Mangueiras
Eneida Moraes	“Banho de cheiro”	Centro Arquitetônico de Nazaré	Arraial de Nazaré
A. Juraci Siqueira	“Mangueira”	Av. Magalhães Barata, em frente ao Museu Goeldi	Rocinha do Museu
Max Martins	“Ver-o-Peso”	Praça da Poesia, no largo do Conj. IAPI	Mercado Ver-o-Peso
Manoel Bandeira	“Belém do Pará”	Praça do Operário, São Braz	Relógio do Ver-o-Peso

Quadro 1 – Autores, textos, logradouros e ilustrações – 1^a Etapa

Fonte: Projeto Belém da Memória: a Cidade e o Olhar da Literatura, 1998.

O Quadro 1 refere-se à primeira fase do projeto, alcançando somente os bairros da Campina, Cidade Velha e Nazaré. A segunda etapa fecha a somatória de 43 placas e, passa a alcançar outros bairros como São Brás, Reduto, Marco, Coqueiro e Icoaraci, como pode ser visto no Quadro 2:

AUTOR	TEXTO	LOGRADOURO	ILUSTRAÇÃO
Abílio Couceiro	“O Bonde da Rui Barbosa”	Tv. Rui Barbosa ao lado do IPHAN	Os elétricos
Augusto Meira Filho	“Belém-Bragança”	Jardins internos da UNAMA, BR 316	Estrada de ferro
Osvaldo Orico	“Soneto à Terra Natal”	Av. Almirante Barroso ao lado do Bosque	Pórtico do Bosque
Alcyr Meira	“Cidade Velha”	Av. Braz de Aguiar em frente ao CREA	Casa de Landi
Pasquale Cipro Neto	“Um beijo, Belém”	Av. Nazaré em frente ao Gentil	Colégio Gentil
Antônio Tavernard	“Primários”	Praça Brasil (do Índio)	Paisagens Ribeirinhas
Milton Hatoum	“Belém é Bíblica?”	Colégio Sto. Antônio	Reservatório Paes de Carvalho
Rachel de Queiroz	“Sta. Maria de Belém”	Av. Nazaré próximo a Basílica de Nazaré	Basílica de Nazaré
Euclides da Cunha	“Surpresa”	Pracinha da Big Bem Doca	Igreja da Sé
Pa. Antônio Vieira	“Sermões do Espírito Santo”	Praça República do Líbano	Capela de São João Batista
Júlio Verne	“A jangada”	Praça das Mercês	Igreja das Mercês
Carlos Heitor Cony	“Peixe-boi”	Tv.9 de Janeiro ao lado do Museu Goeldi	Aquário do Museu Goeldi
Vicente Salles	“Lição”	Em frente ao Theatro da Paz	Theatro da Paz
Alonso Rocha	“As sereias”	Chafariz das Sereias, Praça da República	Chafariz das Sereias
Idelfonso Guimarães	“Olhares da Cidade”	Rua João Alfredo	Bondinho da João Alfredo
Ápio Campos	“Trova”	Av. Portugal, esquina com Rua João Alfredo	Via dos Mercadores
Lindanor Celina	“Águas do Guajará”	Praça Pedro Teixeira	Estação das Docas
Paulo Chaves	“Feliz Lusitânia”	Casa das Onze Janelas	Panorâmica Feliz Lusitânia
João Carlos Pereira	“As mangueiras de Eneida”	Praça Eneida de Moraes	Coreto da Praça Batista Campos
Ernesto Cruz	“As ruas do Pinheiro”	Biblioteca de Icoaraci	Chalé Tavares Cardoso
Haroldo Maranhão	“Nas asas da Panair”	Praça do ver-o-Rio	Hidroavião
Lucia Medeiros	“Mosqueiro”	Pracinha do Hotel Farol	Hotel Farol
Jussara Derenji	“Palacete Augusto Montenegro”	Museu da UFPA	Palacete Augusto Montenegro
Édson Franco	“Alexandre’s”	Jardim Pa. Antônio Vieira, Museu de Arte Sacra	Igreja de Santo Alexandre
Candido Marinho da Rocha	“Pour monsieur et madame”	Loja Paris N' América	Loja Paris N' América
Benedicto Nunes	“Belém de Paris”	Memorial dos Povos	Palacete Bolonha

Fonte: Projeto Belém da Memória: a Cidade e o Olhar da Literatura, 1998.

A partir dos Quadros 1 e 2, é possível compreender a abrangência do projeto e, a interdisciplinaridade na sua composição e interpretação. Os logradouros escolhidos na implementação baseavam-se na visibilidade das placas, deste modo, fora escolhido os principais pontos (simbólicos e turísticos) de circulação de moradores locais e turistas. Outrossim, os logradouros percebidos pelo projeto podem servir como base para a elaboração de futuros roteiros turístico-literários em Belém.

Portanto, o projeto *Belém da Memória*, “[...] apresenta a cidade como um discurso. Discurso este que é uma linguagem poética, metaforizada, mediada pela vivência, pela paixão e pelo desejo de cada escritor/ leitor que percorre suas ruas” (SENRA, 2011, p. 63). Para tanto, é dado sua importância como um projeto criativo e inspirador que pretendia resgatar os lugares de memória, mas também pode ser visto como uma experiência para se desenvolver o turismo literário em Belém do Pará.

Nessa perspectiva, infere-se que a Amazônia apresenta a essência para se desenvolver o turismo literário na região, a literatura amazônica. E, aproximando essa discussão para uma ótica próxima, Belém do Pará desponta quanto o número de produções literárias amazônicas. Essa soma é baseada nos trabalhos de escritores paraenses, amazônicos e não amazônicos, que observaram a cidade e transformaram-na numa personagem. Tal feito pode ser considerado um legado imprescindível, pois traz a história de uma cidade, sua cultura, sua identidade, e guarda-os como memória.

5 | CONCLUSÃO

Diferente de outras ferramentas utilizadas para a promoção do turismo, como as multimídias oriundas da globalização, a literatura proporciona uma experiência extra e inexplicável para os visitantes que procuram determinado destino baseado em um poema, um autor, um livro e isso desde há muito tempo. O turismo literário não se assemelha à atividade turística massificada, mas é um agente desenvolvedor assim como qualquer outro segmento do turismo. Pode acontecer em cidades famosas, como Roma e Washington, mas também no interior de Minas Gerais, da Bahia e Belém. Ou seja, tem o poder de levar o turista-leitor a lugares menores, somente pelo prazer e experiência de conhecer o que inspirava o escritor ou olhar do autor o que independe da escala.

Contudo, falar de turismo literário é relativamente recente o que pode ser considerado a primeira provocação desde que o tema deste artigo fora pensado, visto que há um estado da arte limitado e carência de pesquisas acadêmicas. Apesar de números significativos de produções europeias, há um estado crítico do *corpus* que aponte que turismo literário e lugares de memória (*lócus*) são inerentes. A pouquíssima produção nacional do tema, dificulta o implemento da atividade em algumas escalas, como na Amazônia, por exemplo. Logo, construir um referencial teórico a partir desta proposição torna-se um trabalho por vezes rigoroso.

Turismo literário não pode limitar-se somente em visitações às casas-museu de

determinados autores, aos parques literários, aos cenários de crônicas e romances de escritores renomados, aos roteiros e itinerários temáticos. Faz-se necessário compreender o que aquele espaço significa na história e na memória daquela sociedade, olhar os símbolos através da linguagem do autor e o que aquele lugar representou para ele no momento em que compunha seu texto, perceber que turismo literário é uma ferramenta capaz de suscitar e manter vivo os lugares de memória contidos nas literaturas sendo elas regionais, nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, I. R; MACEDO, J. R. Turismo e consagração dos “Lugares de Memória” nas cidades coloniais e imperiais brasileiras. **Turismo & Sociedade**, n. 1, p. 91-106, 2011.
- CARVALHO, I. C. R. **Turismo literário e redes de negócios**: passear em Sintra com *os Maias*. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo) - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro, 2009, Portugal.
- CARVALHO, I.; BAPTISTA, M. M. Perspectivas sobre o Turismo Literário em Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 24, p. 55-68, 2015.
- CASTRO, J. F. **Uma leitura das viagens contemporâneas**: a questão do testemunho nas narrativas de viagem. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COUTINHO, F. N.; FARIA, D. M. C. P.; FARIA, S. D. Turismo literário: uma análise sobre autenticidade, imagem e imaginário. **Albuquerque – Revista de história**, n. 16, p. 31-50, 2016.
- CUNHA, P. F. A. A relação turismo e literatura: um processo de construção dos espaços turísticos brasileiros. **Estação Científica**, n. 2, p. 01-12, 2006.
- DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERREIRA, R. S. Henry Walter Bates: um viajante naturalista na Amazônia e o processo de transferência de informação. **Ciência da Informação**, n. 2, p. 67-75, 2004.
- FERNANDES, S.; CARVALHO, P. Património e turismo literário: Leiria Queiroziana. In: CRAVIDÃO, F.; CUNHA, L.; SANTANA, P.; SANTOS, N. (Org.). **Espaços e tempos em Geografia**: homenagem a António Gama. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- HENRIQUES, C.; HENRIQUES, L. Turismo literário em cidades da periferia europeia. O caso de Lisboa e Dublin. In: VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres no turismo: Interfaces, 2010, Caxias do Sul, **Anais...** Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2010, p. 01-20.
- HENRIQUES, C.; QUINTEIRO, S. O turismo literário: Olhão sob a perspectiva de João Lúcio. **Book of Proceedings – International Conference on Tourism & Management Studies**. Universidade de Algarve, Faro, p. 600-608, 2011.

MENDES, M. C. G. **Na senda Estética e Poética dos Itinerários Turísticos e Literários**: o Vale do Lima. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento do Turismo) - Departamento Línguas e Cultura. Universidade de Aveiro, Portugal, 2007.

MENEZES, J. S. Quarteirão Jorge Amado: literatura, cultura e turismo sustentável na cidade de Ilhéus, Ba. In: II CULTUR – Seminário de Pesquisa em Cultura e Turismo, 2008, Santa Catarina, **Anais...** Santa Catarina, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2008, p. 01-20.

MENEZES, A. T. **O mosaico Sertão Veredas-Peruacu**: a ressignificação de Grande Sertão: Veredas pelo turismo literário. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016.

NEVES, A. L. Cidades, memória e narrativa. In: XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz, 2005, Paraná, **Anais...** Paraná, Universidade Estadual de Londrina, 2005, p. 01-09.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 07-28, 1993.

OLIVEIRA, S. A. A. **Um Porto de encontro entre Turismo e Literatura**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2017.

PEREIRA, D. C. M. Literatura, lugar de memória. **Revista Soletrar**, n. 28, p. 344-355, 2014.

QUINTEIRO, S.; BALEIRO, R. Uma personagem à procura da literatura: a ficção literária e a prática turística. **Dos Algarves: a multidisciplinary e-journal**, n. 24, p. 09-27, 2014.

_____. **Estudos em literatura e turismo**: Conceitos fundamentais. Lisboa: UNIVERSIDADE DE LISBOA, 2017.

REMÉDIOS, M. L. R. Literatura de viagem e a questão da identidade cultural: Almeida Garret. **Vidya Revista Eletrônica**, Santa Maria, n. 37, p. 131-140, 2002.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINKSY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

SARDO, A. N. Turismo literário: uma forma de valorização do patrimônio e da cultura de locais. **Revista Egitania Sciencia**, Portugal, n. 2, p. 75-96, 2008.

SENRA, M. C. M. L. A cidade moderna: história, memória e literatura – Paris e Belo Horizonte. **Revista UNIVAP**, São Paulo, n. 29, p. 62-79, 2011.

SILVA, L. C. M. Genius Loci: *Piazza della Signoria* em Florença, Itália e o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas, Minas Gerais, Brasil: uma abordagem comparativa dos aspectos históricos e artísticos. In: 3º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto, 2014, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014, p. 01-12.

SILVEIRA, R. C. Turismo e literatura. In: X SEPESQ – Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, 2014, Rio Grande do Sul, **Anais...** Rio Grande do Sul, Centro Universitário Ritter dos Reis, 2014, p. 01-09.

SIMÕES, M. L. N. Literatura, cultura e turismo: consumo e cidadania. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 37, p. 1-2, 2004.

_____. Da literatura ao turismo: considerações no âmbito da América Latina. **Revista Ipótesi**, Juiz de Fora, n. 1, p. 135-144, 2008.

TEJERO, C. M. **Interseções entre turismo e literatura**: o olhar turístico na construção do Portugal literário. Desenho da investigação e considerações sobre o corpus. Disponível em: <<http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/PDF%20Livros/Porto/ACiS%202016.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

VILLANOVA, S. Pescas, piqueniques, banhos, a cultura e os lazeres locais no olhar dos viajantes do século XIX. In: CARVALHO JUNIOR, A. D.; NORONHA, N. M. (Org.). **A Amazônia dos viajantes**: história e ciência. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Rossana Maria Marinho Albuquerque

Universidade Federal do Piauí, Departamento de
Ciências Sociais
Teresina/Piauí

RESUMO: O trabalho sintetiza as discussões da tese de doutorado, que analisou os significados da literatura de autoajuda voltada para o público feminino, observando desde a proposta de manuais de aconselhamento, quanto as experiências emocionais das leitoras, que fundamentavam a busca pelos livros em questão. Realizou-se uma análise de gênero multidimensional (CONNELL), partindo do âmbito emocional e acessando as demais dimensões das experiências femininas. A pesquisa identificou elementos de desigualdade de gênero vivenciados pelas mulheres, seja na família, no trabalho, nas religiões, nos referenciais simbólicos, que reforçavam estereótipos de masculino e feminino que, por sua vez, se manifestavam em concepções amorosas. O trabalho também identificou, embora em número menor, rupturas importantes, seja com a essencialização de gênero produzida pelos manuais de autoajuda, seja com concepções de gênero para além deles. As concepções das leitoras sobre o feminismo também são discutidas na pesquisa e foram importantes para pensar

no empoderamento cotidiano, tendo em vista que alguns manuais de autoajuda projetam imagens de mulher considerada “poderosa”, porém reforçando lugares de gênero desiguais. Considerando o atual contexto, em que as questões de gênero estão em disputa na sociedade brasileira, a pesquisa observa a dimensão afetiva por um prisma político, sobretudo feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Emoções; Autoajuda

ABSTRACT: This article synthesizes the discussions of the doctoral thesis which has analyzed the significances of the self help literature for women, since the proposal of counseling manuals as well as the emotional experiences for the readers that justified the search of this particularly reading. A multidimensional gender analysis (CONNEL) was made starting from the emotional context and accessing other dimensions of the feminine experience. The research identified elements of gender inequality experienced by women, either in family, work, religion, and symbolic references that reinforced masculine and feminine stereotypes which, on its turn, manifested as conceptions of love. It was also identified significant ruptures, although in small number, either with the essentialization of gender produced by these self-help manuals,

or with gender conceptions beyond them. The feminism conceptions of the readers is also discussed and were important to consider everyday life empowerment, having known that some manuals project the image of women as being “powerful”, and, at the same time, reinforcing unequal gender positions. Considering the actual context that gender issues are in dispute in Brazilian society this research analyzes the emotional dimension through a political prism, especially feminism.

KEYWORDS: Gender; Emotions; Self-help

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto discute questões abordadas na tese de doutorado (ALBUQUERQUE, 2015), que teve como objeto a análise de manuais de aconselhamento afetivo escrito para mulheres e as experiências de leitoras brasileiras que buscaram esta literatura como fonte de orientação. A pesquisa surgiu da curiosidade de compreender a difusão deste segmento literário no Brasil, a partir de uma análise que priorizava o âmbito das relações de gênero.

Os conselhos afetivos direcionados às mulheres podem ser encontrados em vários momentos da história brasileira. No entanto, o segmento de manuais de autoajuda estudado na pesquisa se caracteriza por uma abordagem específica, ao orientar condutas emocionais, de um lado reforçando o padrão de conjugalidade heteronormativa (ALVES, 2005) e, por outro, o fazendo a partir dos traços culturais que caracterizam os afetos na contemporaneidade. Neste sentido, algo que chamava a atenção era a ênfase no gerenciamento emocional demandado às mulheres, para que administrassem seus sentimentos, com o objetivo de conseguir um relacionamento afetivo duradouro com um sujeito do gênero masculino.

Foram selecionados manuais para análise, todos eles classificados entre livros mais vendidos, os chamados *best sellers*: “Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?”, de Allan Pease e Barbara Pease; “O que toda mulher inteligente deve saber”, de Steven Carter e Julia Sokol e “Por que os homens amam as mulheres poderosas?”, de Sherry Argov. Além desses três livros, que são publicações estrangeiras traduzidas em português, foi analisado o livro “Sedução”, do *coach* brasileiro Eduardo Nunes, um profissional especialista em aconselhamentos, que trabalha orientando mulheres a seguir uma meta para conquistar um parceiro. Ao longo da pesquisa, observou-se que todo um mercado direcionado a estimular relacionamentos afetivos vem se consolidando no Brasil, incluindo o segmento de livros de aconselhamento afetivo.

Para compreender este fenômeno em sua complexidade, foi necessário observar como ele mescla influências de discursos terapêuticos, ideias oriundas do feminismo, concepções de individualismo e mercado, cultura de massa, de modo a atingir lugar de destaque nas listas de vendas e se popularizar como repertório de orientação afetiva (ILLOUZ, 2010).

Do período inicial da pesquisa, em 2011, até a conclusão, em 2015, o cenário político brasileiro, no que diz respeito às discussões de gênero, tem se configurado progressivamente por intensos debates, muito deles protagonizados por setores conservadores. Quando do interesse por pesquisar este objeto, tais debates a respeito da “questão de gênero” não estavam tão acirrados na esfera pública. No curso da pesquisa, ao partir do âmbito afetivo e relacioná-lo com outros momentos das experiências femininas, foi possível perceber como o gênero configura práticas que, em seu conjunto, podem reforçar desigualdades. Quando a pesquisa foi concluída, em 2015, um dos aspectos abordados foi a necessidade do feminismo como um interlocutor das experiências privadas, tendo em vista seu potencial de politizar o cotidiano e problematizar determinados padrões, que recaem principalmente sobre as mulheres. No final do mesmo ano, o Brasil vivenciou um momento bastante oportuno para as lutas feministas e até mesmo revistas direcionadas ao público feminino chegaram a pautar reivindicações feministas em suas publicações. Ainda que as demandas sejam incorporadas muitas vezes de modo a minimizar os impactos da crítica feminista, o fato expressava que o feminismo se fazia presente na agenda política brasileira de modo ativo. Ao considerar que o protagonismo feminista tem se dado simultaneamente à difusão de discursos conservadores a respeito das questões de gênero e sexualidade, faz-se importante observar os mecanismos que legitimam as desigualdades e como se reforçam nas experiências femininas.

O estudo da difusão da literatura de autoajuda e das experiências das leitoras nos conduziu para esse universo de práticas que se situam no âmbito afetivo, mas que permeiam relações de trabalho, concepções políticas, crenças religiosas e, em seu conjunto, podem reforçar padrões de gênero ou fornecer elementos de ruptura, conforme as situações particulares e os repertórios constituintes das práticas. Neste sentido, o presente artigo apresenta análises feitas na tese de doutorado, de modo a destacar a importância do feminismo como forma de enfrentamento político e desconstrução de padrões.

2 | A ANÁLISE DE GÊNERO MULTIDIMENSIONAL

Raewyn Connell (2009; 2007) propõe uma análise multidimensional que parte, a princípio, de quatro eixos para pensar gênero: relações de produção, relações de poder, estrutura da catexia e simbolismos. Em cada um dos eixos, observa-se como o gênero estrutura práticas sociais e marca as experiências dos sujeitos. Por meio de sua proposta teórica, conseguimos perceber a ligação entre as diferentes dimensões das experiência e como o gênero nelas se constitui. Na medida em que os eixos são pressupostos para pensar a dinâmica social, diferentes modelos de sociedade podem ser estudados a partir da análise multidimensional, pois é na realidade empírica de cada um deles que verificamos como tais eixos se configuram.

Todas as sociedades estabelecem divisões de tarefas entre seus membros, de modo a produzir a vida social. O modo como essa organização é estabelecida se vale, de alguma maneira, de classificações de gênero. A análise das relações de produção nos conduz à percepção de como o gênero constitui tais práticas.

As sociedades também constroem formas de organização e de decisões sobre sua forma de vida. Igualmente encontramos as relações de gênero na forma política da sociedade ou o que Connell chama de relações de poder. Por meio deste eixo, podemos identificar, por exemplo, porque a ordem política global ainda é predominantemente masculina, não só do ponto de vista quantitativo, mas também pelo modo de conduzir as decisões, contribuindo para ampliar as desigualdades de gênero.

A análise da estrutura da catexia mostra como os arranjos afetivos se constituem segundo determinados modelos de produção social do gênero. No caso de uma sociedade como a nossa, podemos pensar nos mecanismos que estimulam a conjugalidade heteronormativa; como o padrão de desejo heterossexual é estimulado socialmente, constituindo o conteúdo sócio-histórico dos afetos.

O eixo dos simbolismos nos mostra como as classificações de gênero marcam os corpos, atribuindo significados segundo essas diferenciações, que orientam modos de agir, a exemplos das concepções de masculino e feminino construídas socialmente e reiteradas nas práticas, aquilo que Butler (2010) chamou de performatividade do gênero.

A pesquisa partiu da estrutura da catexia, analisando os conselhos afetivos escritos para mulheres e as concepções de gênero e sexualidade neles presentes. As mulheres recorreram a esta literatura, na maior parte das vezes, em função de relacionamentos afetivos que não deram certo e buscam nos conselhos orientações para evitar vivenciar novamente a experiência da frustração ou sofrimento amoroso. Nos manuais de aconselhamento, encontram uma narrativa que, embora escrita para mulheres ou até mesmo por mulheres, é construída sob um ponto de vista masculino, de modo que são descritas situações que visam demonstrar que as mulheres erram nos relacionamentos, seja quando se apaixonam demais, seja quando não agiram de acordo com as preferências dos homens. Na pesquisa de campo, entrevistamos 23 mulheres, de diferentes estados brasileiros. Em comum, a maioria buscava respostas para compreender porque seus relacionamentos anteriores causaram sofrimento, as razões dos homens terem pouco interesse por relacionamentos mais estáveis, dentre outros questionamentos. Nos livros, encontram explicações fornecidas por especialistas em aconselhamento, em linguagem prescritiva, indicando os erros que as mulheres estariam cometendo nos relacionamentos. Os conselhos baseiam-se em um modelo específico de relacionamento heterossexual, com vistas à conjugalidade, mas que se apresenta como uma norma universal; como se todos os homens e mulheres agissem segundo aquele padrão e almejassem aquele tipo de relacionamento. Mais que isso: naturalizam concepções de masculino e feminino – equivalentes a racional e emocional – que acabam por exercer influências em outros momentos da vida das

leitoras. Na pesquisa, apareciam nos relatos das entrevistadas casos em que no âmbito do trabalho as mulheres perdiam espaços por serem consideradas mais emotivas/ menos racionais, frágeis, e no âmbito das concepções políticas viam no feminismo um padrão exagerado de comportamento feminino, fonte de problemas para a mulher. Justamente pelo fato de as experiências dos sujeitos serem constituídas por múltiplas dimensões, analisar os elementos em seu conjunto contribuiu para identificar como o discurso de autoajuda, de acordo com as situações observadas, fazia sentido no âmbito afetivo e também fora dele.

2.1 Dimensão social das emoções e os usos dos aconselhamentos na vida das leitoras

O discurso de autoajuda, no século XX, tem suas origens no contexto norte-americano. Quando as ideias oriundas da psicologia, mescladas com noções de correntes esotéricas e adaptadas a modelos de gerenciamento empresarial, se difundem nos Estados Unidos, colaboram para a consolidação do que Illouz (2010) denomina de estilo afetivo terapêutico, ou seja, “as maneiras pelas quais a cultura do século XX ficou ‘preocupada’ com a vida afetiva, com sua etiologia e morfologia, e concebeu ‘técnicas’ específicas – linguísticas, científicas, interativas – para apreender e gerir esses sentimentos” (ILLOUZ, 2010, p. 14).

Uma forma de abordar a subjetividade foi incorporada a uma cultura já fundada na ênfase das liberdades e iniciativas individuais. É neste sentido que noções da psicologia foram utilizadas em vários campos da sociedade americana, consolidando uma cultura centrada na análise das trajetórias psicológicas dos indivíduos, tendo como um dos seus resultados o surgimento dos especialistas em aconselhamentos. A posição hegemônica dos Estados Unidos no pós-guerra cooperou para a difusão mundial desta cultura.

Um conjunto de especialistas com recursos para abordar a subjetividade se dirige aos indivíduos para orientar-lhes as condutas, estimulando que busquem em si os meios de enfrentar as adversidades civilizatórias encontradas no cotidiano. As narrativas centradas na psique individual foram difundidas em diversas esferas sociais dos Estados Unidos e Illouz (2008) menciona três delas que foram bastante expressivas: o cinema, a literatura de aconselhamento e a publicidade. Os psicólogos atuaram na indústria cultural, auxiliando na incorporação de noções psicanalíticas em roteiros de cinema, colaborando com a escrita de manuais de aconselhamento e atuando junto à publicidade.

Assim como nas relações de mercado, em que a produção vai variando suas mercadorias conforme nichos de consumidores, os manuais de autoajuda diversificaram seus públicos e, com isso, criou-se um segmento direcionado aos conselhos afetivos. Ao lado dos manuais, é possível encontrar uma variedade ampla de produtos e serviços no chamado mercado dos relacionamentos.

Há uma particularidade referente aos manuais de aconselhamento escritos para mulheres. Além da presença de discursos terapêuticos, aparecem ideias oriundas do feminismo, mas que são absorvidas para uma visão normativa dos relacionamentos.

Desse modo, aparecem nas narrativas de aconselhamento as figuras ideais de mulher independente, poderosa, inteligente, que devem seguir determinadas orientações para aproximar-se daquele padrão. Um dos livros mais lidos entre as entrevistadas na pesquisa, “Por que os homens amam as mulheres poderosas?”, baseia os conselhos em dois estereótipos: a mulher boazinha e a mulher poderosa. Sherry Argov sugere que as mulheres boazinhas, por atenderem todas as vontades dos homens, acabam não sendo escolhidas por eles. Seus aconselhamentos têm o objetivo de transformar a mulher boazinha em poderosa. Um conteúdo aparentemente empoderador, não fosse o fato de que, no final das contas, a poderosa se constitui enquanto tal na medida em que consegue atrair o interesse do homem e permanecer com ele em um relacionamento duradouro. Ademais, a mulher poderosa do livro de Argov se distingue não apenas da boazinha – figura que se remete a gerações de mulheres do passado -, mas das feministas, que são vistas como mulheres exageradas. Essa distinção, que é também uma escolha política sobre uma certa identidade, ficou mais notável quando as entrevistadas na pesquisa falavam sobre suas concepções a respeito do feminismo. Curiosamente, a maioria tinha identificação com a imagem da poderosa, de Argov, mas não com o rótulo de feminista. Várias explicações eram dadas para justificar a rejeição.

Os conselhos afetivos reforçam, pelo menos, duas concepções: as que dizem respeito às questões de gênero e sexualidade; as que constroem a noção de indivíduo. Os modelos de conjugalidade estimulados reforçam padrões de relacionamentos voltados para constituição de famílias heterossexuais, na tentativa de reproduzir ideais de amor romântico, e centrados na vida privada. Considerando os modelos dos manuais e as concepções das leitoras entrevistadas na pesquisa, foi possível demarcar as fronteiras que separam os modelos de feminilidade normatizados, de outros que se pretendem mais emancipados. Tanto nos manuais, quanto nas falas de algumas leitoras, o feminismo aparecia como o responsável pela infelicidades das mulheres na atualidade; como se as conquistas feministas tivessem proporcionado as incertezas e dilemas que vivenciam muitas mulheres.

Illouz (2012) fornece uma série de explicações sociológicas e históricas para compreendermos o sofrimento amoroso contemporâneo. Seu argumento é importante para observarmos porque uma parcela considerável de mulheres tem vivenciado dilemas que são afetivos, mas são também sobre como conciliar outras escolhas na vida. Com base na análise de Illouz, discutimos os elementos de consolidação da cultura terapêutica e suas marcas de gênero, dentre elas a ênfase em aconselhamentos direcionados às mulheres, assim como a concepção de que os homens naturalmente não teriam propensão ao interesse em relacionamentos afetivos duradouros.

Como mecanismo de orientação de condutas, os manuais de aconselhamento

entrelaçam padrões difundidos via indústria cultural, da dimensão da sexualidade (conforme a narrativa produzida no campo da psicologia) e da dimensão política da sexualidade (promovida pelo feminismo da segunda onda). Um conjunto contraditório que, quando compreendido, explica de que maneira os manuais se valem de termos que fazem referência a um ideal de feminino moderno, ainda que reforçando posições de gênero conservadoras. As liberdades sexuais, decorrentes de processos políticos e culturais, capturadas por esta lógica, criam impedimentos às mulheres, ao invés de potencializar sua margem de escolhas. Sem perceber a desigualdade estrutural, muitas mulheres responsabilizam o feminismo e as liberdades sexuais pelas suas dificuldades amorosas.

Se considerarmos os impactos culturais das conquistas femininas a partir da segunda metade do século XX, as liberdades de escolha não deveriam se manifestar como problemas para as mulheres. No entanto, como as conquistas não foram acompanhadas de outras transformações, que promovessem igualdade de gênero em vários níveis – inclusive no âmbito emocional -, seus significados foram reapropriados para finalidades que produzem novas formas de limitação às mulheres. A liberdade de escolha, desta forma, aparece como uma pressão para as mulheres, a quem se demanda fazer escolhas certas, no tempo determinado. Nas experiências femininas, a pressão aparece, por exemplo, no dilema de conciliar a carreira profissional, encontrar um parceiro adequado, vivenciar a maternidade e o gerenciamento emocional para lidar com todas as demandas, ao mesmo tempo. De maneira contraditória, o feminismo, responsável por uma série de conquistas às mulheres, aparece como o propagador das suas infelicidades, segundo esses discursos. Um exemplo disso aparecia na fala da leitora Luiza, de 37 anos, da região Sul do país, que afirmava que a independência da mulher é uma arma perigosa, tratando a autonomia feminina como um problema.

Quando observamos o perfil das mulheres que recorreram a esta literatura, compreendemos onde esse discurso encontrou significados concretos e em quais contextos (RUDIGER, 2010). No caso do Brasil, é recente a inserção massiva das mulheres em determinados setores da sociedade. É justamente por se tratar de mulheres que chegaram a maiores níveis de escolarização em relação aos seus pais, que ingressaram em carreiras profissionais que demandam boa parte do seu tempo e dedicação, que são heterossexuais e tem como objetivo encontrar um parceiro amoroso - para com ele casar e ter filhos -, que as orientações dos manuais de aconselhamento fazem sentido; é como se estivessem falando sobre a vida de cada uma.

Nas narrativas de aconselhamento, as mulheres aparecem como naturalmente emotivas e os homens como racionais. O erro delas seria o de não controlar seus sentimentos. Então, os manuais sugerem às mulheres que gerenciem seus sentimentos, expressem seus afetos moderadamente e nas circunstâncias consideradas adequadas. Para compreender como o gerenciamento era feito na prática cotidiana das leitoras e quais as motivações, utilizamos a noção de trabalho das emoções, da socióloga Arlie Hochschild (2003). Segundo sua definição, o trabalho das emoções consiste no

esforço individual de produzir em si determinados estados emocionais. Nos relatos das entrevistadas, encontramos descrições sobre os usos dos aconselhamentos dos manuais na vida cotidiana, por meio das técnicas de estímulo à racionalização dos afetos.

Entre as leitoras que adotaram os conselhos dos manuais, as orientações eram incorporadas individualmente ou em grupos de amigas, que observavam as condutas de cada uma, buscando alertar quando alguma delas estava “errando”. Os conselhos seguidos em grupo proporcionavam certa proteção e segurança para as mulheres, segundo seus relatos. Dado o sofrimento amoroso vivenciado, olhavam para si e identificavam falhas em suas condutas, como é possível verificar no relato de Raquel, 36 anos, região Sudeste:

Nós fizemos um certo grupo de mulheres e aí, quando tinha uma questão de relacionamento, que a gente ficava perdida, uma conversava com a outra, e a outra dizia: ô, lê o livro! Você lembra do livro? Vai lá no livro que ele tem tudo. A gente chegou até a usar. E foi um período que deu certo, porque nós éramos um grupo e agora, hoje, todas estão namorando e estão felizes. E a gente se ajudava e usava o livro também pra uma dar conselho pra outra: ‘vai ler o livro lá, que você tá agindo errado, você tá pensando errado, segue aquele conselho do livro, que vai dar certo!’. E hoje a gente tá bem, eu achei que ajudou, sim.

O manual oferece, por meio de estereótipos, estratégias de mudanças de comportamento que têm um impacto imediato na autopercepção das leitoras. “Eu não gostava de mim”, “minha autoestima era baixa”, “a gente é criada para ser boazinha”, eram algumas das afirmações feitas pelas entrevistadas quando lembravam de si mesmas antes da leitura dos manuais.

As leitoras narravam experiências de gerenciamento emocional, seguindo protocolos de identificação de um possível parceiro, que se encaixasse nas suas expectativas, evitando desperdiçar tempo com pessoas consideradas erradas. No trabalho emocional, a vigilância do comportamento torna-se fundamental, tendo em vista que a mulher é responsabilizada pelos rumos do relacionamento. No relato da leitora Helô, na época com 34 anos, a mudança provocada pela incorporação dos conselhos: “o livro me transformou em outra Helô, porque ele me mudou muito, externa e internamente, ainda estou em mudança. Uma das coisas que me chamou atenção foi a coisa das estratégias pra manter aquele homem atrás de você”.

Os conselhos produziam efeito nas tentativas das leitoras em superar sofrimentos amorosos anteriores e colaboravam para a ideia da produção de uma nova mulher. Em vários casos, atuaram positivamente na imagem que as mulheres construíram sobre si; porém, por meio de uma narrativa em que a mulher é apontada como culpada, em que o comportamento masculino nem sempre é questionado. Ao contrário, a preferência masculina é o elemento ativo dos conselhos. A mulher pode não demonstrar, mas na prática está construindo um caminho para chegar até aquele homem, evitando os “erros” anteriores.

Entre as entrevistadas, houve também as que não se identificaram com os

aconselhamentos dos manuais, ou mudaram sua concepção sobre eles. Em comum, questionam os livros, em seu conteúdo ou forma, mas os repertórios de gênero das leitoras são distintos, de modo que foram identificadas pelo menos duas formas de rejeição: as que criticavam os aconselhamentos e seus pressupostos de gênero; as que criticavam os aconselhamentos, mas reforçavam, de outras maneiras, as concepções de gênero neles veiculadas.

Entre as leitoras que modificaram suas concepções sobre o livro, os depoimentos demonstravam o olhar reflexivo a respeito de suas experiências, fundamental para pensar na dinâmica das relações de gênero, que compreende também rupturas e desconstruções. Este aspecto demonstra a importância de observar as experiências do público leitor, para além da análise dos conteúdos dos manuais. Um dos exemplos é a trajetória de Maria, 25 anos, solteira, mestrandra, região Nordeste. Foi leitora de “Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?”. Desde que Maria entrou na universidade, teve acesso a concepções que a fizeram repensar relações de gênero, raça, etc. Quando da realização da pesquisa, trabalhava com educação de crianças na rede pública e levava para o ambiente da escola reflexões sobre o processo de socialização infantil. Tentava ressignificar a maneira como as crianças lidavam com as classificações de gênero que aprendiam em seus contextos familiares. Seu relato expressava uma autorreflexão, enquanto narrava suas experiências anteriores e as que vivenciava naquele momento.

Entrevistadora: Pra você, existem características tipicamente masculinas ou femininas?

Agora, você me perguntando, eu comecei a pensar. Eu sou de uma família muito tradicional, do sertão de Sergipe. E por mais que eu tenha essa percepção mais ampla de pensar e ver as coisas, mas eu saí de um lugar onde o homem vai trabalhar e a mulher fica em casa. Isso ainda é muito forte em mim. Eu não posso negar, porque eu fui criada dentro dessa percepção. Mas, enquanto...é uma contradição, né? Mas hoje eu já não vejo que a mulher tem que ficar em casa e o homem tem que sair pra trabalhar. Eu penso que da mesma forma que o homem exerce algumas atividades, a mulher também pode. [...] Infelizmente a gente vive num mundo em que os homens ainda agem dessa forma.

Um aspecto a se notar é como as relações de gênero assumem outras justificativas quando as leitoras entram em contato com repertórios culturais que confrontam suas concepções. A fala de Maria é perpassada por situações que evidenciam a dinâmica das relações de gênero: foi socializada em um contexto, reconhece as marcas culturais ainda presentes, mas questiona suas referências, não só refletindo sobre sua trajetória, mas também no ambiente profissional, no qual as crianças levavam valores aprendidos na socialização familiar. O gênero deixa de ser concebido como resultado das diferenças corporais ou inatas aos indivíduos, para ser pensado como um processo em contínua construção, inclusive da produção de modelos de masculinidades e feminilidades.

Um relato de desconstrução de gênero bastante interessante foi o da leitora

Claire, 26 anos, solteira, região Sudeste. Estava às vésperas de concluir o mestrado, na área de estudos culturais, quando participou da entrevista para a pesquisa. Afirmava ser feminista e foi a única a se declarar bissexual entre as entrevistadas. Leu “Sedução” quando tinha 18 anos, mas logo o considerou um livro machista. A fala de Claire, que não se enquadrava em um roteiro heteronormativo, surpreendia em vários momentos da entrevista. A bissexualidade, informada desde o início da entrevista, desconstruía as narrativas de aconselhamentos afetivos. Suas concepções mostravam ausência de um elemento muito comum ao discurso de gerenciamento: o sentimento de culpa. Na maior parte das entrevistas, a ideia de fracasso nos relacionamentos é atribuída ao comportamento feminino. Ao tratar o plano afetivo a partir de relações bissexuais, não necessariamente monogâmicas, Claire não carregava para si a responsabilidade de mudar o comportamento em função das vontades masculinas, nem das femininas. É possível que, na condição de estar mais aberta às experiências afetivas, Claire se depare com outros dilemas, por estar em uma situação não hegemônica. Os elementos transgressores da sua fala, ao não se ajustarem a um modelo de mulher culturalmente hegemônico, evidenciam o contexto da difusão e as problemáticas que o constituem para além da heteronormatividade.

Quando comparamos os depoimentos das leitoras que se identificavam com os aconselhamentos e as que rejeitaram/mudaram de concepção, observamos que ocorre um empoderamento decorrente da incorporação de conselhos, porém com implicações de gênero. Os conselhos dos manuais partem de causas e soluções individuais. Ao não problematizar o lugar da masculinidade hegemônica nas relações, constroem uma narrativa centrada na personalidade, que é sustentada por vários pressupostos de gênero, repassando o custo emocional às mulheres.

O fato de os manuais construírem uma imagem de mulher que não se confunde com a feminista, oferecendo uma saída individual para seus dilemas afetivos, revela o traço característico do individualismo das publicações de autoajuda. Neste sentido, por mais que sejam publicações direcionadas a milhares de pessoas, oferecem soluções individuais e não um enfrentamento coletivo. Concretamente, os manuais se apropriam de mudanças culturais e as ajustam em um modelo normativo.

3 I AS PERCEPÇÕES DAS LEITORAS SOBRE O FEMINISMO

Este tópico é bastante relevante para a pesquisa, por revelar as implicações das concepções de gênero dos manuais para as experiências femininas. Ao fazer a análise multidimensional, a partir dos relatos das entrevistadas, era possível identificar que elas vivenciavam situações de desigualdade de gênero – direta ou indiretamente -, percebiam os dilemas da condição feminina. No entanto, havia um momento da entrevista em que se perguntava qual era a concepção da entrevistada sobre o feminismo e se ela se considerava feminista. A maioria respondeu que não se

identificava com o feminismo; chegavam a valorizar as conquistas femininas, mas viam o feminismo como um exagero. Foi importante perceber essa fronteira que separava as noções de poderosa, inteligente, da mulher feminista. A imagem de mulher poderosa conferia um ideal de autonomia e independência feminina, dentro de um quadro moral mais aceitável. A feminista era apontada, em algumas falas, como aquela que queria se assemelhar ao dominante ou estar no lugar dele. E como o feminismo tem uma conotação inevitavelmente política, ele demanda tomada de posições e desconstrução de padrões. A noção de mulher moderna refletia mudanças em relação a padrões anteriores, mas não ameaçava o lugar masculino das narrativas; ao contrário, os conselhos eram construídos em diálogo com o que parecia atrativo aos homens.

Por outro lado, houve também alguns depoimentos de identificação com o feminismo e neles era possível perceber as mediações para a compreensão da condição feminina.

3.1 Gênero em dimensões e experiências femininas

A análise das experiências femininas, considerando a proposta multidimensional de Connell, nos permitiu acessar outros momentos das vidas das leitoras, para além da catexia (dimensão afetiva). Discorreremos sobre alguns eixos abordados na pesquisa, para demonstrar como esta articulação foi elaborada.

a) a relação com as mães e as concepções de gênero: entre as entrevistadas, identificou-se que havia um aumento de grau de escolaridade e ingresso em profissões quando comparamos as leitoras às suas mães. Em vários depoimentos, as leitoras apontavam situações vivenciadas por suas mães que elas não gostariam de repetir.

Em função do aumento no grau de escolaridade, muitas adiaram a maternidade, embora pretendessem ter filhos. Ter filhos acaba significando optar por priorizar a maternidade em detrimento de outras realizações pessoais. Era perceptível que a partir de uma certa faixa etária, geralmente acima dos 30 anos, os argumentos aparecem problematizando mais a necessidade de “engravidar enquanto é tempo”. Nos depoimentos dos dois grupos, a maternidade aparece como um dilema, na maioria das vezes. A construção cultural de que os cuidados com os filhos são tarefas quase naturais das mulheres é marcada fortemente em alguns depoimentos.

Entrevistadora: Qual a sua concepção sobre maternidade?

Eu tenho vontade de ter filhos. Mas uma coisa que muitas fazem e eu acho que não faria é ter filho logo cedo. Eu acho que dá muito bem pra mulher ter sua vida, até mesmo se casar, curtir o casamento, eu sei que se tem um certo tempo que, se não tomar cuidado, não tem mais jeito, mas muitas estão tendo com 40, 41, sei que eu estou quase na idade limite daqui a um tempo, mas isso não me...não nego que às vezes eu fico pensativa. Nossa, o tempo tá passando rápido e eu ainda estou solteira. E aí eu fico...dá um pouco de angústia, sim. [...] a maternidade, pra mim, não é algo que eu queira a todo custo, como algumas mulheres. Se eu não tiver, eu acredito que eu não vou me martirizar por isso. Eu quero, sabe? Pelo menos um, eu quero. [...] tem primas que ficam me perguntando se eu não vou casar, é muita pressão da sociedade. Mas eu não deixo isso me manipular. Aí eu brinco, digo que

estou logo namorando quatro e mostro meus livros. Chega alguém da família pra visitar e pergunta: cadê o namorado? E os filhos? (Helô, 34 anos).

Entrevistadora: Como você percebe a relação entre trabalho e maternidade?

Eu acho uma situação muito difícil de equilibrar. Por exemplo, por eu vir de uma família que a minha mãe é do lar, ela se dedicou na criação dos filhos, eu acho que é difícil, por exemplo, na minha carreira é difícil conciliar os dois. Então, a minha ideia é: no começo da maternidade eu não quero trabalhar. Depois disso, eu quero trabalhar meio período, porque quero tempo pra minha cria. É minha cria, eu que cuido. Eu tenho uma desconfiança enorme de deixar numa escolinha, ou outra coisa. Eu sou muito possessiva nesse sentido. Então, hoje, com as mudanças, acho uma coisa muito difícil. É um peso pra mulher. A mulher demora cada vez mais pra ter filhos, porque ela quer também conquistar, no campo profissional e tem hora que você decide: você acaba abrindo mão de uma coisa pra ter outra (Raquel, 36 anos).

b) simbolismos e concepções de gênero: algumas questões das entrevistas eram relacionadas às formas como as leitoras concebiam diferenças entre masculino e feminino, como se percebiam nas experiências enquanto mulher, dentre outras. Entre as respostas, houve menção a desigualdades de posição, diferenças inerentes a homens e mulheres e algumas problematizações sobre as relações de gênero que vivenciavam.

Entrevistadora: Pra você, o que é uma mulher tradicional?

Acho que é aquela que se deixa levar por essa visão antiga que a mulher tem que ficar na cozinha, em casa, cuidando dos filhos e tudo o mais. É aquela visão de que por trás do grande homem sempre tem uma grande mulher. Por que por trás?

Entrevistadora: E o que significa ser uma mulher moderna?

Eu acho que a mulher moderna é aquela que sabe que pode ficar do lado. Não como muita gente quer, que a mulher fique bem na frente, acho que ela tem que estar do lado. Não acho que tem que ficar atrás, porque ela tem que ser coadjuvante da história.

Entrevistadora: O que significa ser uma mulher inteligente?

Acho que ela meio que se mistura com a poderosa. A mulher inteligente é aquela que sabe que pode ser moderna. Ela não precisa ficar presa nessa coisa de achar que é o atraso do homem. Eu vejo também essa coisa da minha vó, que ficava em casa, limpando a casa, ela quem via roupa pro meu avô vestir depois do banho, ela que via o chinelo dele. Não! A mulher não é contrarregra na vida do homem. Esse é um pensamento muito retrógrado. E a mulher inteligente sabe que isto está errado. A boazinha é aquela que fica levando o chinelo. A moderna, inteligente e poderosa meio que se mesclam. Não adianta ser poderosa, se tu fica com a toalha depois do banho dele.

(Marta, 27 anos, doutoranda em comunicação, grupo 2, região Sul).

A mulher tradicional é associada à esfera doméstica, um modelo mais próximo da geração das mães das leitoras. A moderna é frequentemente definida como aquela que concilia tarefas, dentro e fora do lar. É descrita como alguém que tem independência

financeira e, paradoxalmente, dependência emocional. Ao se distinguirem da figura tradicional dedicada ao lar, também se distanciam da imagem de mulher que quer estar muito à frente.

c) gênero e âmbito profissional: as perguntas feitas sobre o âmbito profissional tratavam tanto de diferenças, quanto desigualdades de gênero. Os relatos sobre o campo profissional indicavam mais ocorrências de desigualdades. Mesmo em se tratando de profissões predominantemente femininas, as desigualdades eram mencionadas de alguma forma. Vale notar que o público de leitoras expressa um contexto em que as mulheres têm acesso a níveis mais altos de escolaridade e ingresso em carreiras profissionais, mas isso não tem implicado em relações igualitárias nos seus cotidianos. O exemplo dado pela entrevistada Paula é elucidativo:

Entrevistadora: Você percebe diferenças de gênero no campo profissional?

Sim. Eu tenho um gerente e ele tem uma tendência – não sei se é coisa da minha cabeça, mas acho que não, porque muita gente já falou isso – a...vamos dizer...a promover melhor os homens. Eu vejo que as mulheres do setor dele não crescem. Enquanto que os homens, sim, sempre estão à frente, sempre estão gargalhando, batem as metas, ele ajuda a bater essas metas, e as mulheres ficam um pouco escondidas. Eu vejo essa diferença de gênero na minha empresa. Eu vejo muito na questão hierárquica. Eu só tenho uma gerente, os outros são homens. E eu vejo que em um dado momento ela tem que se impor um pouco mais, pra poder ser respeitada na mesma altura que os outros. Apesar de ela ter muita capacidade, uma bagagem enorme, eu vejo que ela tem que fazer um pouquinho mais esforço que os outros pra poder ser respeitada. Também vejo na questão da seleção. Um determinado setor de vendas, eles preferem homens. Eles têm essa predileção por homens é...escancarada (Paula, 26 anos, auxiliar administrativo, região Nordeste).

Quando observamos o contraste entre as falas sobre as experiências de gênero e a concepção sobre o feminismo, nota-se uma série de desdobramentos para pensar os impactos da literatura de aconselhamento na trajetória das mulheres. Os elementos que constituem o modelo de feminilidade fazem com que situações de desigualdade sejam vivenciadas sem uma politização do cotidiano. As imagens de poderosa vêm para normatizar e justificar posições de gênero, ainda que por meio da produção de “uma nova mulher”. Os trechos das seguintes falas mostram como o feminismo era percebido pelas entrevistadas.

Eu acho o feminismo um pouco exagerado, né? De repente, a mulher perdeu muita coisa com a sua independência, então, eu acho que tem que ter um equilíbrio. [...] O que perdeu: a própria valorização da mulher, de certa forma ela está vulgarizada. [...] Ela acha que com a exposição do corpo dela vai conquistar um homem, e isso tá totalmente errado. A mulher sai com um cara que ela tá conhecendo, ela vai e divide a conta. Eu acho que no começo o homem tem que mostrar que tem possibilidades de ser um bom provedor, de repente futuramente, se ela vier a ficar com ele. O respeito que existia antigamente, de repente está se perdendo também. A moral está muito em baixa, né? Uma mulher que seja mais correta, acaba pagando pelas que não são (riso). Então, eu acho que muita coisa acaba se perdendo, muita coisa boa.

Entrevistadora: Você se vê como uma feminista?

Não (riso). Não, eu não defendo muito a independência da mulher. Acho legal algumas coisas, mas não sou feminista. (Luiza, 37 anos, região sul).

Entrevistadora: Como você define/compreende o feminismo?

O feminismo é a maior mentira que já contaram pras mulheres do século [...] eu, particularmente, sou antifeminista, eu acho que as mulheres não devem nada ao feminismo, o que aconteceu é que algumas mulheres colocaram a sua frustração, da sua vida, como se todas as mulheres vivessem aquela frustração, sendo que era a vida de algumas mulheres. Então, pra mim, o feminismo foi inútil, foi uma mentira. Não passa de uma mentira de algumas mulheres que tinham alguns interesses políticos. (Adélia, 32 anos, região Nordeste).

Os discursos dos manuais mesclam influências do feminismo e da psicologia, transformando a problemática dos relacionamentos em questões da personalidade. Concepções feministas são ressignificadas e adaptadas a um roteiro autobiográfico de autonomia feminina. Ao abordarem a questão sob um ponto de vista do comportamento individual, não problematizando a cultura masculinista hegemônica ou sugerindo um enfrentamento coletivo sobre o assunto, reforçam um ideário individualista, que nesse caso tem como principal ferramenta o gerenciamento. Há uma apropriação fragmentada dos impactos culturais do feminismo, mesmo quando as conquistas de direitos são mencionadas ou reconhecidas.

As experiências das leitoras, no entanto, nem sempre operam para uma reprodução dos padrões. Há casos em que o contato com repertórios feministas diversos permitiram uma mudança de concepção e crítica das relações de gênero. Nestes casos, a mediação de aspectos culturais aparece com mais frequência, e a mulher fala com uma percepção mais plural sobre sua existência. O desenvolvimento de uma identificação feminista, mesmo sem um envolvimento político mais efetivo, demonstrava produzir um impacto na percepção privada.

A dimensão política, neste sentido, nos parece importante para pensar na possibilidade de uma existência coletiva, em que as diferenças possam ser valorizadas e as desigualdades enfrentadas. Os manuais utilizam as diferenças para justificar desigualdades. Nas falas de algumas leitoras, a possibilidade de enfrentar as desigualdades é vista negativamente, pois se imagina que sua consequência necessária seria “as mulheres querem ser iguais aos homens”. A igualdade, neste sentido, aparece como problemática.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DIMENSÃO AFETIVA POR UM PRISMA POLÍTICO

Sendo a dimensão afetiva o eixo analítico central da pesquisa, a partir de um viés da teoria feminista, pensamos a política como lugar de enfrentamento das desigualdades e afirmação das diferenças. Neste sentido, o viés feminista produz questionamentos dos lugares de gênero, por excelência. É uma maneira de desnaturalizar posições de

gênero que são experimentadas em várias dimensões da vida e ao longo dela.

No período de encerramento da tese, fizemos a seguinte afirmação, para sinalizar a importância do feminismo como um elemento politizador necessário da condição feminina em nossa sociedade:

Considerando o contexto brasileiro, que nos últimos anos têm vivenciado ascensos de articulação dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, expressões públicas de vertentes conservadoras, principalmente nas temáticas de gênero, sugerimos que há um campo aberto de possibilidades. O feminismo, neste sentido, pode vir a assumir uma posição protagonista de dialogar com novas posições conquistadas pelas mulheres, de modo a relacioná-las com os enfrentamentos políticos, contribuindo para a politização da vida cotidiana e da experiência de gênero vivenciada nos mais diversos contextos brasileiros (ALBUQUERQUE, 2015, p. 223).

Nos meses após o término do trabalho, houve uma reorganização do movimento feminista brasileiro, que tem se mantido na agenda política, com impactos importantes na desconstrução de questões de gênero e sexualidade. Paralelamente, temos presenciado, por meio de projetos de lei e pronunciamentos de parlamentares, várias tentativas de retroceder nas conquistas de direitos femininos. Apesar da força política do conservadorismo, o fato de o feminismo estar organizado, em várias frentes e regiões brasileiras, tem um impacto positivo. Várias campanhas, promovidas principalmente por meio de redes sociais, têm tratado de pautas feministas, a exemplo do assédio, relacionamentos abusivos, da liberdade sexual, da autonomia do corpo feminino, dentre outras. A força com que se propagam as campanhas demonstra que, mesmo que a indústria cultural consiga reforçar seus ideais normativos em grande escala, a militância feminista tem poder de voz. No lugar da culpa, o questionamento. No lugar do gerenciamento emocional, o empoderamento feminino e a consciência de que, na maioria das vezes, o problema não é “o erro das mulheres” e sim os padrões de hegemonia masculina que as limitam, inclusive afetivamente.

Entre as entrevistadas da pesquisa, alguns dados se mostraram importantes no sentido de desconstruir narrativas de gênero hegemônicas. Algumas leitoras estavam produzindo reflexões de gênero em seus campos profissionais: monografia sobre comédias românticas, curta metragem sobre relacionamentos afetivos, dissertação sobre imagens femininas em seriados televisivos, contribuição com a temática de gênero na educação infantil. Quanto mais mediações presentes em suas experiências, havia maior aproximação com o sentido político de ser mulher. Mesmo quando não havia participação militante organizada, a leitora problematizava seu cotidiano mais politicamente, contestando as relações de gênero em sua volta.

Os conselhos afetivos são socorros emocionais que dialogam com dilemas contemporâneos vivenciados por muitas mulheres dos contextos urbanos, empoderando-as em alguns casos, mas o fazendo na condição de apresentar uma resposta terapêutica desprovida de mediações políticas. Desta forma, lugares de gênero são naturalizados e, mais que isso, sugere-se que as liberdades femininas são responsáveis pela infelicidade delas no presente. A forma como esse pressuposto é

incorporado pela mulher pode fazê-la se sentir culpada por não corresponder a uma expectativa construída socialmente. Em última instância, a incorporação da ideia de erro e culpa pode produzir mais infelicidade para as mulheres. Neste sentido, consideramos que identificar como o gênero institui práticas e reforça modelos de desigualdade é uma tarefa necessária, tanto do ponto de vista teórico, quanto político.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. **Conselhos afetivos em tempos de cultura terapêutica:** analisando manuais de autoajuda e experiências das leitoras. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2015. 231 f.

ALVES, Vera Lúcia Pereira. **Receitas para a conjugalidade:** uma análise da literatura de autoajuda. Tese (doutorado) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 2005.

ARGOV, Sherry. **Por que os homens amam as mulheres poderosas?** Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARTER, Steven; SOKOL, Julia. **O que toda mulher inteligente deve saber.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

CONNELL, Raewyn. **Gender.** Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. **Gender and Power.** Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. **The Comercialization of intimate life:** notes from home and work. Berkeley, The University of California Press, 2003.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Jorge Zahar Ed., 2010.

_____. **Why love hurts:** a sociological explanation. Cambridge: Polity Press, 2012.

_____. **Saving the modern soul:** therapy, emotions and the culture of self-help. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2008.

NUNES, Eduardo. **Sedução:** uma estrada de mão dupla. São Paulo: E. Nunes, 2000.

PEASE, Allan; PEASE, Barbara. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?:** uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

RUDIGER, Francisco. A experiência amorosa na literatura de autoajuda: terapia e intimismo. In: **Conexão – Comunicação e Cultura.** UCS, Caxias do Sul, v. 9, n.17, jan/jun. 2010.

COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR

Fátima Regina Cividini

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE.

Email: cividinifatima@hotmail.com

Paola Stefanutti

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE.

Email: p_stefanutti@hotmail.com

Valdir Gregory

Professor do Programa de Pós-Graduação de Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE.

Email: valdirmacgregory@gmail.com

que circulam pela Feira como paraguaios, argentinos, além de turistas estrangeiros e nacionais e os próprios moradores da cidade. A imagem multiétnica da cidade encontra nesta feira um cenário particular, entre sabores, aromas, texturas e linguagens. O procedimento metodológico adotado neste trabalho é a análise desta Feira como espaço de migrantes e comidas, e de comidas migrantes, além de revisão bibliográfica. Discutir alimentação e migração não se trata apenas de analisar o alimento em si, mas as relações simbólicas e de poder que envolvem as escolhas alimentares, seja por resistência identitária, seja como forma de adaptação à nova realidade, podendo a alimentação ser peça fundamental de identificação dos migrantes relativo às suas origens e a disposição na negociação com a nova cultura. Comidas velhas e comidas novas se entrelaçam em um universo particular de territórios velhos e territórios novos, onde o cotidiano se torna exceção e a exceção se torna cotidiana. Espera-se com este estudo fomentar a feira, este espaço do cotidiano, como um local de confluência de fenômenos sociais como a alimentação e a migração.

PALAVRAS-CHAVE: migração, identidade, alimentação, feira

RESUMO: Pessoas e comidas migram. Em uma região de fronteira esses fenômenos se ressignificam e podem alcançar outras dimensões e percepções. Objetiva-se neste trabalho, discutir alimentação e migração a partir da Feirinha da JK em Foz do Iguaçu - cidade fronteiriça na região entre Brasil, Paraguai e Argentina. A Feirinha mais antiga da cidade é palco de um rico entroncamento em que inúmeras etnias se encontram e desencontram do lado de lá e do lado de cá das bancas. Verifica-se bancas de migrantes vendendo suas próprias comidas, com marcações identitárias bem estabelecidas. Bancas de chineses, árabes, japoneses, taiwaneses, pernambucanos, mineiros e gaúchos atendem a uma demanda de clientes de suas próprias etnias e de outras

INTRODUÇÃO

A migração assim como a alimentação são fenômenos sociais que acompanham a história da humanidade e permeiam o cotidiano dos indivíduos, ultrapassando as dimensões de tempo e espaço. O ir e vir envolve comer alimentos de lá ou daqui. São negociações entre panelas, ingredientes, aromas, memórias e identidades. O migrante compra, prepara, come e pode até praticar a venda.

Em desdobramentos de pesquisas maiores, verificou-se um cenário em que esses dois temas se encontram e desencontram de um modo ímpar: a Feirinha da JK em Foz do Iguaçu. Assim, objetiva-se neste trabalho, discutir alimentação e migração a partir desta feira.

O município em questão, está situado no oeste do Estado do Paraná e faz fronteira com as cidades de Ciudad del Este (Paraguai - PY) e Puerto Iguazú (Argentina - AR), sendo chamada assim de Tríplice Fronteira. O trânsito entre as cidades é feito através de duas pontes: Ponte da Amizade (PY) e Ponte da Fraternidade (AR).

O crescimento e desenvolvimento deste município está intimamente ligado aos movimentos migratórios, como destaca Soares (2017). Esta região fronteiriça desperta atenção por sua histórica receptividade aos diversos imigrantes, como: os eurobrasileiros que chegaram no período da Marcha para o Oeste; brasileiros oriundos dos mais diversos estados atraídos durante a construção da Usina de Itaipu; estrangeiros de inúmeros países que vieram para trabalhar em Ciudad del Este (STEFANUTTI; WELTER; GREGORY, 2019, no prelo).

Pode-se destacar ainda uma migração mais recentemente como a dos alunos estrangeiros da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dos alunos brasileiros que vem para a cidade para cursar Medicina no Paraguai, entretanto, que permanecem residindo no Brasil. Junta-se a este cenário, múltiplo em sua essência, a expressiva quantidade de turistas recebida anualmente, que ultrapassou 1,5 milhão de visitantes em 2014.

Neste cenário migrante em sua essência, porque não discutir a alimentação através de uma Feira? Porque não partir do local onde se escolhe e compra os ingredientes; onde normalmente prova-se, degusta-se e come-se; onde as conversas por vezes giram em torno do assunto alimentação: como preparar melhor aquele produto, com qual tempero combina mais, como armazená-lo da melhor maneira, quanto tempo dura, e por aí a conversa estende-se até onde ambos, feirante e cliente podem e querem. Aliás, inclui-se também até onde a linguagem permite, pois como verifica-se a seguir a língua portuguesa não é a única falada e ouvida entre as bancas.

A Feirinha da JK, oficialmente denominada de Feira Antiquarium, ocorre aos domingos pela manhã na terceira pista da Avenida Juscelino Kubitschek em Foz do Iguaçu. Neste trabalho utiliza-se o nome Feirinha da JK, pois é assim que é conhecida por seus frequentadores. Entre uma íngreme subida e descida e uma parte parcialmente plana da avenida, ocorre a feira.

A Feirinha mais antiga da cidade, com início em 1986, é palco de um rico entroncamento em que inúmeras etnias se encontram e desencontram do lado de lá e do lado de cá das bancas. Chineses, árabes, japoneses, taiwaneses, pernambucanos, mineiros e gaúchos atendem a uma demanda de clientes de suas próprias etnias e de outras que circulam pela Feira como paraguaios, argentinos, além de turistas estrangeiros e nacionais e os próprios moradores de Foz do Iguaçu. A imagem multiétnica da cidade encontra nesta feira um cenário particular, entre sabores, aromas, texturas e linguagens.

O procedimento metodológico adotado neste trabalho é a análise desta Feira como espaço de migrantes e comidas, e de comidas migrantes, além de revisão bibliográfica.

Discutir alimentação e migração não se trata apenas de analisar o alimento em si, mas as relações simbólicas e de poder que envolvem as escolhas alimentares, seja por resistência identitária, seja como forma de adaptação à nova realidade, podendo a alimentação ser peça fundamental de identificação dos migrantes relativo às suas origens e a disposição na negociação com a nova cultura. Comidas velhas e comidas novas se entrelaçam em um universo particular de territórios velhos e territórios novos, onde o cotidiano se torna exceção e a exceção se torna cotidiana.

Espera-se com este estudo fomentar a feira, este espaço do cotidiano, como um local de confluência de fenômenos sociais como a alimentação e a migração.

REFLEXÕES SOBRE MIGRAÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, o homem é um ser migrante, seja por procura de alimentos ou para fugir de climas extremos, sempre buscando a sua sobrevivência. Com a agricultura e a formação das primeiras civilizações, entretanto, as características e as carências da migração humana se transformaram, transcendendo as necessidades básicas, tornando-se social, cultural e econômica.

Baeninger (2016) aponta que a história da formação do povo brasileiro é marcado por várias ondas migratórias, inseridos em diferentes momentos da economia e segundo o IBGE (2000, p.13) “[...] o Brasil foi capaz de absorver inúmeras nacionalidades e culturas ao longo de sua história”. Por causa disto, o Brasil costuma ser considerado um país multiétnico.

Sobre o fenômeno da imigração no Brasil, Baeninger (2016, p.15) analisa que: “O cenário da globalização encurta distâncias, redefine localizações e cria blocos econômicos, assim o país assiste a entrada de coreanos, asiáticos, latino-americanos [...]”, imigrantes que não viam o Brasil como um destino anteriormente.

As migrações trazem diferentes culturas, tradições e práticas para espaços já ocupados por outras comunidades, o que acaba por transformar ambas, quem chega e quem já estava. Esse fenômeno para Arriaga-Rodriguez (2014) representa a própria

sociedade. Gonçalves (2002) e Max Weber (*apud* GIDDENS, 2005), entretanto, analisam a sociedade como um modo próprio de estar junto, interagindo de múltiplas maneiras com indivíduos em um determinado meio, assumindo assim uma identidade própria e reificada, como se de uma unidade ativa com uma consciência própria se tratasse.

Deste modo, Baeninger (2016) e Sayad (1991) descrevem que as migrações tornam-se parte de um mesmo processo social, econômico e cultural no local de chegada e partida e o imigrante compõe-se em um ser que emerge a partir do momento que atravessa a fronteira ao pisar em território estrangeiro.

Na sociedade moderna com o advento do capitalismo e a divisão social do trabalho, o homem busca no processo migratório principalmente melhores oportunidades de trabalho e renda no novo destino. Esta narrativa é evidenciada nos estudos de Gregory (2002, p.9), na qual a “utopia”, a dicotomia do desejo e repulsa entre seu local atual e o de destino, o vislumbre da possibilidade da construção de vida em um novo espaço com expectativas melhores do que a realidade vivida atualmente são revelados como justificativa para o desejo de migrar.

Porém há outros motivos - além dos supracitados - como estudos, guerra, qualidade de vida, sendo que cada um em sua particularidade e em suas relações sociais interpretam e se adaptam de maneiras distintas a nova realidade, pois entende-se que a migração vai além do ato de deslocar-se (CIVIDINI; STEFANUTTI; GREGORY, 2017).

Contudo, tornar-se imigrante traz desafios. De acordo com Sayad (1991) o imigrante é visto na qualidade de sujeito passageiro, de permanência instável, provisório, não possuindo o mesmo *status* de membro da sociedade na qual ele está inserido. Consequentemente nega-se ao imigrante todo o direito a uma presença reconhecida como permanente, apenas tolerada em si mesma. Portanto, Ferreira (1999) argumenta que o sujeito só permanece no país estrangeiro e possui sua razão de sê-lo pelo trabalho e no trabalho diante dos seguintes questionamentos: porque, prazo de permanência, objetivos e lugar onde se precisa dele.

Com reflexões semelhantes, Calvino (1994), acrescenta que o olhar humano pode ser diferenciado de acordo com a construção de seu pensamento durante toda a vida: podendo propagar preconceitos ou cair na condição de rebaixar o outro ser humano a condição de objeto. A sociedade que o acolhe, dependendo de como foram construídos os pensamentos, pode ter um olhar negativo sobre o imigrante, como uma ameaça, um sujeito intruso e que não merece o mesmo *status* do sujeito nativo daquela sociedade.

Ao chegar no seu local de destino, o imigrado percebe que a nova sociedade contém características sociais, culturais e hábitos de vida diferentes dos seus. Wanda Horta (1979, p.28) nos explica que: “O ser humano é parte integrante do universo dinâmico, e como tal sujeito a todas as leis que o regem, no tempo e no espaço”, ou seja, o homem influencia e é influenciado de forma constante o meio que o cerca e

a sociedade onde está inserido. Nesta transição de ir e vir, partir e chegar, a ação do reforço de identidades se torna é habitual, o distanciamento é necessário.

Segundo Roberto Oliveira (2006) a identidade étnica agrupa, agrega, unifica - apesar das diferenças inerentes ao processo de construção e organização social - apresentando variações culturais internas à etnia. Já Woodward (2000, p.14, grifo da autora) diz que: “A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades”.

Regina Weber (2006, p.238) analisa que ao dizer que a identidade étnica é construída, é uma outra forma de dizer que ela é resultado de processo histórico, definição que se contrapõe à ideia de primordial. Assim a identidade está ligada a questão cultural. Ainda segundo a autora: “Os grupos sociais, assim como os indivíduos, têm direito de formular suas próprias identidades nos termos que lhes parecerem oportunos”.

De maneira geral, a cultura resultante da produção humana é um processo social, pois o homem é dependente de si mesmo e de outros a sua volta, e todas as transformações são feitas coletivamente. Com esta construção da coletividade, surgem as relações de trabalho entre as tribos humanas, que compõem a base econômica da sociedade. Ou seja, a base econômica que define os vários aspectos que existem em uma sociedade, e a transforma (CIVIDINI; GOMES, 2017).

Segue-se com um dos fenômenos que podem ser analisados no contexto migratório que é a alimentação, comidas migrantes em uma Feira, envolto de questões culturais e de identidades.

FEIRINHA DA JK E AS COMIDAS MIGRANTES

A Feirinha da JK, que é gerida pela Fundação Cultural com responsabilidade compartilhada com a Prefeitura de Foz do Iguaçu, atualmente conta com aproximadamente duzentos expositores (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2018). A feira nasce em 26 de abril de 1986 com o nome “Feira livre do produtor”, e depois de várias alterações de nomes e de locais, ocorre no atual espaço desde 2005.

O Inventário Técnico de Estatísticas Turísticas (2014, p.57) descreve que a Feira possui além dos atrativos gastronômicos, a venda de artesanato, antiguidades, objetos de colecionadores e troca, compra e venda de produtos diversos. A feira agrupa artesãos, artistas, músicos, além dos feirantes.

Assim como acontece em uma feira livre, os feirantes devem montar e desmontar as bancas todos os domingos. Essa feira possui outros tipos de comércios como artesanatos, objetos decorativos, que não serão analisados neste estudo. Os produtos alimentares encontrados podem ser separados em três categorias: *in natura*, manufaturados e prontos para consumo, sendo que esta última classe leva o contemporâneo nome de *street food*. Assim, por trás das bancas existem feirantes-produtores e feirantes-intermediários, isto é, que fazem a ligação entre produtor e

consumidor final.

As bancas com produtos *in natura* são a minoria e oferecem produtos como frutas, verduras, folhas, ervas aromáticas e medicinais, leitão, frango, peixe, entre outros. Já dos produtos manufaturados pode-se citar queijos, embutidos, geleias, pães, bolachas, entre outros. E dos produtos prontos para consumo cita-se os tradicionais “pastéis de feira” com caldo de cana, tapiocas nordestinas, açaí paraense, empanadas argentinas, crepe francês e água de coco aberto na hora.

Mas são nos *street food* que este capítulo se detém, pois verifica-se particularidades étnicas como: uma barraca árabe, com esfirra de carne, batata e chicória, com falafel, kibe frito recheado com coalhada cujos produtos são vendidos por uma mãe árabe usando lenço - hijab - juntamente com sua filha, que não utiliza este acessório identitário; uma barraca de Taiwan¹ com o famoso *bubble tea*, além da Tortinha de Taiwan (assim denominada pelos proprietários da banca) feita com tacho específico importado da região, que possui recheio de feijão doce, creme, amendoim, queijo ou milho. A família que compõe a barraca é formada por pai, mãe e filhas taiwaneses; uma barraca de Hong Kong com um casal de lá, com yakisoba, pão chinês cozido, guioza, e outros produtos; e uma barraca japonesa com um casal de japoneses que vendem o tradicional Takoyaki, bolinho frito japonês recheado com camarão, lula ou carne, acompanhados de chá verde ou chá de hibisco.

Nessa linha de bancas “étnicas” pode-se mencionar barracas de produtos manufaturados como uma banca intitulada italiana com lasanhas, tortei, ravioli, tortellini, capeleti, rondelli, canelone e sofiotti; uma barraca com produtos argentinos como doce de leite, azeite, conservas, mas com comerciante brasileiro; barraca de produtos pernambucanos: manteiga de garrafa, queijo coalho, bolo de rolo, linguiça de bode e até buchada de bode sob encomenda ao casal pernambucano; uma barraca mineira com doces, requeijão de corte, queijos de Minas com um jovem casal mineiro; uma barraca gaúcha com salame, linguicinha e pão de milho com um casal de gaúchos; uma barraca mais afastada com acarajé e seus tradicionais acompanhamentos: vatapá, caruru e camarão seco, servidos por uma baiana com suas vestimentas brancas simbólicas acompanhada de seu filho. A barraca estava mais distante, pois os feirantes reclamaram do cheiro do óleo de dendê. A comida e os sentidos também separam. Observaram-se produtos, pessoas e identidades.

Verifica-se, portanto, bancas de migrantes vendendo suas próprias comidas, com marcações identitárias bem estabelecidas. Essas marcações e suas etnias são evidenciadas através de *banners* ou cartazes de identificação na frente das bancas reforçando a etnia ali presente, não é uma suposição dos observadores, são fatos. A venda da comida “étnica” reforça a relação entre o imigrante e o trabalho, na medida de que ele cria seu posto de trabalho usando sua comida de origem e colhe dali -

¹ Taiwan pertence - em termos jurídicos - à República Popular da China, não tendo declarado oficialmente sua independência até o momento. Entretanto, para este estudo, faremos diferenciação entre chineses e taiwaneses, levando em consideração os aspectos culturais e identitários.

parcial ou totalmente - sua fonte de renda.

A comida pode ser considerada um fator identitário, um demarcar de fronteiras entre o Eu e o Outro. Rocha *et al* (2013) evidenciam a alimentação em sua dimensão simbólica, como um item essencial de identificação dos migrantes com sua cultura de origem e, ao mesmo tempo, da negociação com a cultura inserida. Nestas abordagens a comida pode ser o elo e/ou a fronteira entre o novo e o velho. Seja por resistência identitária, seja como forma de adaptação à nova realidade, podendo a alimentação ser peça fundamental de identificação dos migrantes relativos às suas origens e a disposição na negociação com a nova cultura.

Os migrantes e suas comidas “tradicionais” são vestígios a serem esmiuçados. Como destaca o antropólogo italiano Ernesto di Renzo (2015), a variedade dos alimentos que se decide comer ou de não comer, em um contexto diásporo pode servir para despertar recordações de experiências precedentes de quem sente nostalgia; ou para distanciar do que se percebe como superado e necessita de mudança; ou ainda para evidenciar em um sentido promocional a própria mudança de *status* existencial. Deve-se ressaltar que são selecionados alguns pratos ou bebidas para representar o país. Existem negociações prévias nas escolhas dos próprios produtos oferecidos.

Além dos feirantes, do lado de cá das bancas também é visível essa diversificação étnica, com paraguaios, argentinos, japoneses, chineses, árabes (termo abrangente, porém necessário ao não ser possível identificar qual o país específico), turistas estrangeiros e nacionais e moradores da cidade que se encontram e desencontram no corredor central da Feirinha.

As bancas mencionadas anteriormente, incluindo as nacionais, como a pernambucana, gaúcha e mineira atendem a uma demanda de clientes de suas próprias etnias e de outras que circulam pela Feira. Um exemplo disso pode ser visto na dissertação de Yu (2018) cujo objetivo era discutir a presença de línguas chinesas e a integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu. Um dos locais escolhidos foi a Feirinha da JK por conter duas barracas de origem chinesas, como já mencionado – Hong Kong e Taiwan – e por ser um local de circulação de chineses e descendentes. A autora destaca a Feirinha como um espaço de agregação e interação.

Vale ressaltar que a língua pode ser um elemento de agregação entre etnias que se encontram e dividem a mesma linguagem, porém também de separação. Como constatados na banca de Hong Kong e Japonesa o casal de proprietários de ambas não dominam o idioma português, apenas o necessário para vender, como o nome dos próprios produtos. As duas bancas constam com ajudantes brasileiros para facilitar a venda dos produtos. Porém quem faz, quem produz são os proprietários. Registra-se o domínio da técnica, da prática, de conhecimentos entre Yakisobas e Takoyakis. Já na banca de Taiwan observa-se que marido e mulher não falam português, ficando a comunicação e venda com as duas filhas, que falam o idioma. A mãe faz as Tortinhas, enquanto uma das filhas serve o chá, a outra fica no caixa, enquanto o pai observa no

fundo da banca a movimentação e auxilia a quem for necessário.

No livro *Cozinha dos Imigrantes: Memórias & Receitas*, as autoras destacam que a memória culinária, como elas denominam, é uma das mais persistentes, como pode ser comprovado através da importância nos relatos de imigrantes sobre a lembrança dos pratos feitos pelos antepassados. Ainda afirmam que estes imigrantes são obrigados a adaptar-se às novas relações sociais, costumes e novos hábitos alimentares. As autoras reiteram que o desejo de conservar a tradição aflora da necessidade de manter uma identidade em terra estrangeira, que se torna mais autêntica do que no país de origem (HECK; BELLUZZO, 1998).

Entretanto, as bancas “étnicas” não atendem somente seus conterrâneos, mas também aos clientes de outras etnias, pois como reforça Renzo (2015) a comida não implica compromissos com outros ou com outra cultura, pois o sujeito não necessita falar italiano para apreciar o spaghetti ou o árabe para degustar um kibe. A cozinha não exige uma adesão a cultura de quem cozinha, enquanto ao contrário ler um livro ou assistir um filme em outra língua. A comida agrupa, mas também separa. É união simbólica e um reforçar de fronteiras em um mesmo prato.

Problematizando e consentindo com os antropólogos espanhóis da área da alimentação Jesús Contreras e Mabel Gracia (2011, p.139), afirma-se que as cozinhas refletem as sociedades: “Cada grupo social possui um quadro de referências que guia a escolha de seus alimentos. Algumas dessas referências são compartilhadas com outros grupos, outras são exclusivas”. Porém, essa afirmação não significa que os comportamentos alimentares se mantiveram estáticos e não sofreram alterações em suas sociedades e seus respectivos territórios.

Para quem vive o trânsito, a experiência migratória, as funções que a comida reveste são múltiplas, complexas e polivalentes e se colocam ao interno de uma dimensão simbólica e emotiva constantemente debatida entre passado e presente, tradição e mudança, aflição e expectativa de futuro.

Sobre essas adaptações frente ao novo, pode-se citar o caso da banca árabe que traz no cartaz de exposição dos produtos, a sinalização de que alguns produtos da banca são veganos, como o falafel, a esfiha de chicória e de batata, o *homus*, o *babaghanush* e a pasta de ervilhas. São ajustes frente ao outro, frente a uma demanda existente na feira.

Outra adequação verificada são as denominações de alguns produtos que ora são aportuguesados ora são escritos sem tradução. Exemplos desses são a “Tortinha de Taiwan” que é traduzida e não possui o nome original; na banca de Hong Kong além do Yakisoba, que é o carro-chefe do local, quase todos os itens do cardápio são em português, somente o prato *Siu Lon Pao* não foi traduzido. Pode-se ainda destacar as bebidas fornecidas na banca conforme descrito no cardápio: coca chinesa e café chinês gelado; já na banca japonesa, o prato principal é o takoyaki e não tem tradução, enquanto que as duas bebidas servidas - chá de hibisco e chá verde - estão em português; e na banca árabe tem a indicação entre parênteses do que é “homus (grão

de bico” e “babaghanush (berinjela)”, porém “falafel” está sem explicação.

Na banca com produtos italianos a maioria dos nomes estava em língua italiana como ravioli, tortei, tortellini, capeleti, rondelli, canelone e sofiotti, o único produto aportuguesado era lasanha. Nas bancas fica evidente essa mescla e negociação entre traduzir alguns nomes e reforçar outros, mesmo que estrangeiro, e que alguns nomes são do cotidiano do brasileiro, enquanto outros, precisam ser traduzidos para uma melhor compreensão e venda do produto.

Em recente artigo, Welter e Ruiz (2018, p.7) problematizam a Feirinha da JK como patrimônio cultural do município, e ao questionarem aos feirantes se a Feirinha da JK representava a história e a cultura de Foz do Iguaçu registraram vários discursos que reafirmam a diversidade cultural da feira e que o município representa justamente esta diversidade: “eu acho que representa a cultura da cidade sim, porque você vê um chinês ali, um árabe aqui, um imigrante também e Foz do Iguaçu é esta mistura”. A imagem de uma Foz do Iguaçu multiétnica se apresenta ali, entre essas bancas, sem querer, por querer.

Todavia, vale mencionar que Nara Oliveira (2012) ressalta que é inegável que a diversidade cultural seja um importante traço identitário do município, porém, esse bordão acabou se transformando em algo trivial, superficial e de análise simplista. A autora complementa que a ideia de que inúmeras culturas convivam em paz oferece: “[...] à população a ideia de que se trata de um fato consolidado, dificultando a percepção de que este é um cenário em permanente construção” (OLIVEIRA, 2012, p.51). Portanto, essa multiculturalidade ocorre nas relações e práticas do cotidiano, não é fixa, é flexível e está em constante negociação.

De uma maneira ou de outra, uma parte desta multietnicidade está presente entre essas bancas, nesses ingredientes, aromas, cores e sabores. Observa-se a Feirinha da JK como hibridismo alimentar deste território. Não como fusão, mas como possibilidades e adaptações. Não há fusão, há fragmentos que lutam em negociações de poder.

Podemos dizer então que os comensais comem cultura, pois comer não é um ato neutro, assim como a comida também não o é, uma vez que a escolha dos comensais vem carregada de significados e de simbologias culturais. Então cabe dizer que a comida é culturalizada, afinal comemos comida, comemos cultura, comemos momentos, comemos pessoas, comemos memórias e comemos territórios (STEFANUTTI, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações humanas para a migração, independentemente de quais sejam, traz transformações na sociedade de acolhida e no indivíduo que migra. Entretanto, o cruzamento de diferentes identidades pode causar estranhamentos e choques culturais. Assim, o migrante se vê em um outro espaço com culturas, identidades e

hábitos alimentares divergentes dos seus.

Além de pertences pessoais, o imigrante chega no país de destino trazendo bagagem cultural, incluindo o tipo de alimento, hábitos alimentares e restrições específicas. Entre idas e vindas, partidas e chegadas, territórios e comidas em trânsito possuem outras dimensões simbólicas envoltos de memórias, identidades, saberes e sabores.

A comida vai além das experiências gustativas, sensoriais e nutricionais vividas pelos indivíduos, sendo parte de uma identidade, cultura inserida dentro de um contexto socioeconômico das diversas fronteiras - geográficas ou não - transitadas pelos migrantes, sendo aceita ou não pelas circunstâncias nas quais é consumida.

Olhando para as movimentações humanas, o “nativo” e o “migrante” se deparam frente à frente e as relações dentro deste universo se unem, se afastam e são negociadas entre novos e velhos saberes, hábitos e sabores.

Para compreender os aspectos que transcendem o ato de comer e migrar - e suas conexões interdisciplinares - torna-se essencial conhecer e reconhecer estudos que incluem o universo simbólico da maneira que a comida é representada: um ato de resistência de manutenção da identidade de origem ou do hibridismo à nova sociedade quando há adequações, alterações de ingredientes e manipulação para os métodos utilizados pela sociedade de acolhida.

Todavia, percebe-se que esta adaptação pode ocorrer pelo desejo do migrante em experimentar novos sabores ou algo necessário para sua inclusão e aceitação ao novo corpo social. A procura por mercados que ofereçam produtos “típicos” da região de origem traduz esta adaptação, pois ao mesmo tempo que fornece meios para perpetuar a cultura original, cria espaços para outros explorarem novos sabores e incorporarem hábitos imigrados.

Na Feirinha da JK há várias culturas nacionais e regionais compostas de imigrantes e migrantes que fazem deste um espaço multicultural. Acrescenta-se que essa multiculturalidade não é constituída apenas pelos feirantes, mas também por quem circula nesse espaço. Não é uma imposição de culturas, é um negociar constante de banca em banca, de sabor em sabor, de aroma em aroma, de comida em comida.

Vê-se a Feirinha como local de vestígios alimentares, da própria alimentação do território, pois ela retrata etnias de Foz do Iguaçu e a gastronomia encontrada neste território, em uma esfera comercial e doméstica. A Feirinha é um local a ser visitado, vivenciado, comido e ruminado.

REFERÊNCIAS

ARRIAGA-RODRIGUEZ, Juan Carlos. La concepción de las fronteras y los límites territoriales em el pensamiento geográfico de Jean Gottmann. In: CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio. *As ciências sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa*. Cascavel: JB, 2014

BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs) **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco, 2016.

CALVINO, Ítalo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CIVIDINI, Fátima Regina; GOMES, Marcelo. A construção do conhecimento sob a ótica da interdisciplinaridade e totalidade. **Rev Contribuciones a las Ciencias Sociales**. out-dez 2017. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccsl/2017/04/construcao-conhecimento-totalidade.html>> Acesso em: 18 fev. 2019

CIVIDINI, Fátima Regina; STEFANUTTI, Paola; GREGORY, Valdir. Alimentação e migração: discussões e reflexões teóricas. Anais: **IX Encontro Internacional de Letras - IX EILetras III Simpósio Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017. v. 1. p. 1000-1011.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Tradução: Mayra Fonseca e Barba Atie Guidalli. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

FERREIRA, Ademir Pacelli. **O migrante na rede do outro**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1999.

FOZ DO IGUAÇU. **Inventário Técnico de Estatísticas Turísticas**. Secretaria Municipal de Turismo. Foz do Iguaçu: SMTU, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL. Lista de Eventos. Disponível em: <<http://culturafoz.pmf.pr.gov.br/?chronosly=feirinha-da-independencia>>. Acesso em 13 set. 2018.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Barcarena: Editorial Presença, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; Sader, Emir. **La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HECK, Marina; BELLUZZO, Rosa. **Cozinha dos Imigrantes: Memórias & Receitas**. São Paulo: Editora DBA, 1998.

HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de Enfermagem**. São Paulo: EPU, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Brasil: 500 anos de descobrimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

OLIVEIRA, Nara Regina Olmedo de. **Foz do Iguaçu intercultural**: cotidiano e narrativas da alteridade [dissertação]. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP, 2006.

RENZO, Ernesto di. Immigrazione e interculturalità alimentare: alcune esperienze scolastiche, in: **IV Rapporto Immigrazione Caritas e Migrantes**. Migranti, attori di sviluppo, 2015. Todi (Perugia): TAU EDITRICE.

ROCHA, Carla Pires Vieira da; RIAL, Carmen Silvia; HELLEBRANDT, Luceni. Alimentação, globalização e interculturalidade a partir do contexto migratório. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, 2013, v.14, n.105, p.187-199, ago/dez 2013.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1991.

SOARES, Jéssica Aparecida. **A saúde pública na tríplice fronteira:** estrutura de atendimento e estratégias de usuários fronteiriços para acesso à saúde. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) –Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2017.

STEFANUTTI, Paola; GREGORY, Valdir. **Do couvert ao café...pescadores, memórias e comidas.** Curitiba: Editora IFPR, 2018.

STEFANUTTI, Paola; WELTER, Viviane da Silva; GREGORY, Valdir. Turismo gastronômico e controle aduaneiro na fronteira entre Brasil e Argentina. *Tourism and Hospitality International Journal*. 2019. No prelo.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões.** Vitória, v. 18, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2446/1942>> Acesso em: 20 set. 2017.

WELTER, Viviane da Silva; RUIZ, Melissa. **Ativação de um patrimônio cultural e suas relações de poder:** Um olhar a partir da Feirinha da JK em Foz do Iguaçu. Apresentação no Seminário Internacional sobre Preservação do Patrimônio Cultural no Território Trinacional, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

YU, Michele Siu Mui. **Presença das línguas chinesas e integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu – PR:** um estudo interdisciplinar. [dissertação]. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2018.

COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO

Flavia Querino Da Silva

Professora na Rede Municipal de Ensino de São
Francisco do Conde-Ba.

Emily Alves Cruz Moy

Técnica Universitária da Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié-Ba.

Ana Angélica Leal Barbosa

Professora Plena do Departamento de Ciências
Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste
da Bahia, campus de Jequié-Ba.

político e cultural da comunidade.

PALAVRAS - CHAVE: Identidade. Quilombo.
Símbolo.

COMMUNITY BARROSO (CAMAMÚ-BA)

**AFTER 2008 - THE CERTIFICATION AND
THE NEW CONFIGURATION OF QUILOMBO**

ABSTRACT: This subject is a part of an ethnographic study at the masters of Ethnic Relations and Contemporary, phase between 2015-2017 with children of Comunidade Quilombola Barroso, in Camamu-Bahia. To construct the data was made field research, documental analysis, reading of journals, books and online reasearches. During observations, it was intended to investigate the identity construction process of children, with especific goals of meeting how the students express their identity at school and analyzing how the relations stablished at school influence in children's identity construction. Beyond the school, we visited other spaces considered important and necessary to meet how they relate, directing this first look at the cultural, political and sociohistorical context of the community.

KEYWORDS: Identity. Quilombo. Symbol.

1 | COMUNIDADE BARROSO

Olá! Eu sou Anacélia, sou quilombola aqui do Barroso e quero apresentar um pouco aqui da história da nossa comunidade, começar aqui pela casa. Esta casa aqui: uma das primeiras construções aqui da comunidade. É aqui... o nome dela já diz: Centro Quilombola do Barroso Daniel Docílio (*Entrevista Anacélia realizada em 27/08/2015 na comunidade Barroso*)

Ao visitar a comunidade, numa tarde ensolarada de janeiro tivemos a oportunidade de conhecer o Centro Quilombola do Barroso Daniel Docílio (imagem 1), o lugar que atrai olhares de todos os visitantes por resguardar a história local através de objetos, fotografias, vestuários e moedas de pessoas que pertenceram ao lugar no passado e também no presente, como afirma a líder: “Eu também quero fazer aqui acervo a história das pessoas importante da Comunidade todas são importante, né, mas tem gente que deixa marcas”, em sua narrativa “tudo parece merecer fé, uma mesma luz parece iluminar todas as paredes” (HALBWACHS, 1990, p.77).



Imagen 1: Área externa do museu

Fonte: Arquivo fotográfico da pesquisadora

Ao ouvir a líder contar a história da comunidade, a começar pela casa de taipa de valores, “uma construção antiga e a gente quer manter sempre as originalidade”, permeada de ancestralidade e legados é possível perceber através das falas e gestos o sentimento de identidade e pertencimento. Segundo Michel Pollak (1992) a memória colabora no sentimento de identidade na medida em que ela é também um

fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

“As divisões do tempo, a duração das partes assim fixadas, resultam de convenções e costumes, e [...] exprimem também a ordem, inelutável, segundo a qual se sucedem as diversas etapas da vida social” (HALBWACHS, 1990, p.90). Pensar a comunidade Barroso numa linha cronológica incita a dividi-la em antes e após 2008. Ano divisor de “águas” para o lugar que historicamente, foi considerado pelos vizinhos como “terra ruim”, infértil, dada em pagamento pelos fazendeiros aos seus empregados apenas para morar. Numa construção histórica, o ano 2008 foi então, o ano da certificação da comunidade como quilombola, um marco para os moradores, que tem suas relações de pertencimento pautadas na identidade e diferença, como afirma Silva (2000).

Identidade porque ser quilombola passou a ser uma característica de “inteireza”, e diferença porque, diferente dos vizinhos que não aceitaram galgar os trâmites de certificação, traz em suas vivências elementos materiais e imateriais que as define como tal (HALL, 2014). Elas são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão (SILVA, 2000).

Comunidade Barroso atualmente com 35 famílias cadastradas, a presença da religião católica é predominante, porém existem em algumas casas altares de santos que entendemos também como espaço religioso. Tem uma associação de mulheres que regem a dinâmica da produção artesanal de doces, cocadas, biscoitos, macarrão, polpas de frutas, bonecos de barro, criação de galinhas, e para além, são elas, as líderes que reatualizam o cotidiano do lugar.

Ao lado da Igreja está a Escola Reunidas Barroso, construída no ponto alto, como sobre um barranco, envolta de árvores e tendo como árvore frutífera, o cacau, alicerço econômico da região, à frente da escola, um jardim de flores com o marco dos cuidados com o meio ambiente repleto de pneus coloridos, um balanço, uma gangorra, alguns bancos de madeira. O lugar das crianças, de “dentro” e de “fora” estudar, isto porque, a escola recebe estudantes que são de fazendas vizinhas e outras comunidades.

Casas que resguardam saberes e práticas são aqui, lugares que o conhecimento acadêmico daria nomes científicos, parteira e rezadeira, mulheres mais velhas, cultivam na terra de “barro ruim” valores ensinados pelos seus ancestrais entre gerações. Casas, lugares, mulheres entendidos aqui como símbolos que respondem a uma necessidade e preenchem uma função que é revelar as mais secretas modalidades do ser (ELIADE, 1991).

Barroso das plantações de mandioca, cultivo do cacau e do cravo, é também lugar do samba de roda, composto por mulheres, que fazem a poeira subir ao som da musicalidade e tradição, como rememora a líder: “eita eu já dancei muito aqui muita festa [...] dançavam com essa radiola, eu digo, o mas é o que a gente tinha engraçado que ficava todo mundo em silêncio e a gente só no checo checo checo

no arrasta pé do chinelo no salão e não importava". Nesta fala, Anacélia expressa sua alegria em ter vivido momentos festivos na comunidade ao som da radiola, e acrescenta: "A gente dançava ao som de saquê, aqui minha mãe, meu pai, meus avós e até bisavós já dançaram com a radiola [...]a gente dançava também." Uma relação geracional, onde a tradição foi perpassada entre quatro gerações e que hoje ainda se faz presente, e assim Eric Hobsbaw (1984), ao abordar a "tradição inventada" afirma que tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.

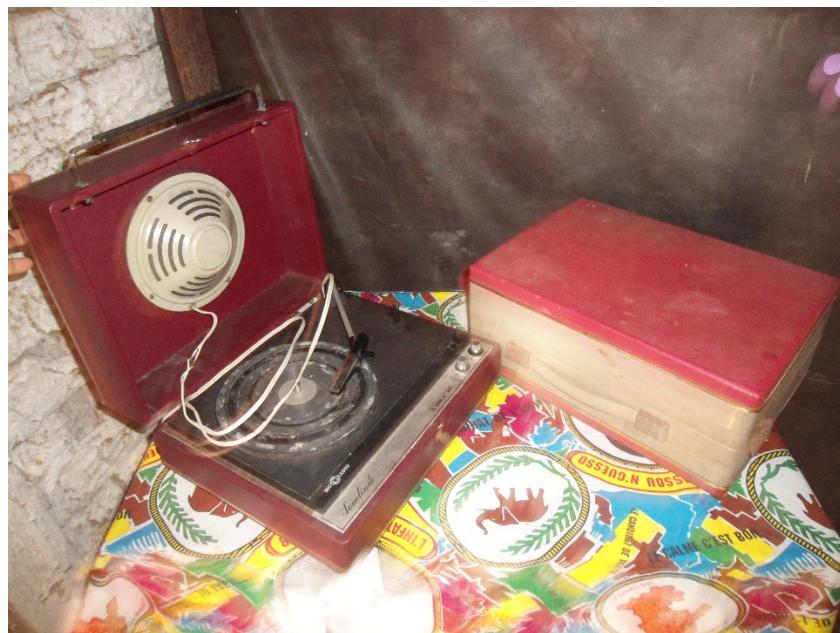


Imagen 2: Radiolas do museu

Fonte: Arquivo fotográfico da pesquisadora

Nos lugares fincamos nossas raízes, entretanto esse lugar é simbólico e opera na estruturação do sentido. Entretanto, o espaço é físico e pode ser "cruzado" num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou via satélite (HALL, 2014). O lugar que faz da nossa experiência etnográfica um revisitá as memórias de infância, na "roça" chupando cacau, banho em bacia de alumínio, fogão à lenha, agora com uma nova configuração espacial, o acesso à energia, internet, água encanada, telefonia, até causa a impressão de homogeneidade, mas, nas entrelinhas do cotidiano, surgem elementos simbólicos que definem o grupo étnico pesquisado.

Mircéa Eliade (1991) ao abordar sobre a ressignificação simbólica afirma que a mais pálida das existências está repleta de símbolos, o homem mais 'realista' vive de imagens. Repetindo, e conforme ficará abundantemente ilustrado pelo que se segue, os símbolos jamais desaparecem da atualidade psíquica: eles podem mudar de aspecto; sua função permanece a mesma. Temos apenas de levantar suas novas máscaras. Logo, as imagens e os símbolos retomam a cena do passado no presente

através da nossa psique sempre que somos tomados por lembranças que marcaram nossas vidas.

Marise de Santana (2014) afirma que, os elementos simbólicos presentes na totalidade da cultura brasileira indicam o que é real a cada grupo étnico. Realça e identifica mitos, ritos, língua, regras, isto é, apresentam o real significado e sentido de uma cultura. Neste grupo em estudo, podemos destacar alguns elementos simbólicos (imagem 3) que são parte da cultura, e que a líder afirma:

uma coisa muito importante da Comunidade, que hoje existe bem pouco, é as ladainhas, as devoções aos santos. A gente tinha ladainha de Bom Jesus da Lapa. Todo romeiro quando chegava da Lapa tinha aqui que fazer essa ladainha. Tinha a de Santa Luzia era o quê mais comum que tinha aqui. Bom Jesus em Santa Luzia e hoje essa cultura tá se perdendo um pouco, né, a vizinha vinha da Lapa e vai ter que fazer a ladainha e depois a ladainha tinha o samba que era a coisa mais gostosa, às vezes levava até 2 dias de samba e hoje está se perdendo (*Entrevista Anacélia realizada em 27/08/2015 na comunidade Barroso*).



Imagen 3: Altar de santo do museu

Fonte: Arquivo fotográfico da pesquisadora.

Ao mencionar alguns trechos da entrevista como “hoje existe bem pouco”, “hoje essa cultura tá se perdendo um pouco né”, entendemos que a líder afirma que mesmo com as novas configurações de vida nos diversos espaços, sejam eles quilombolas e outros, alguns aspectos culturais podem ser ressignificados como um fio de linha que não se rompeu com os avanços seculares, o que Eliade (1991) aponta como “a dessacralização incessante do homem moderno que alterou o conteúdo da sua vida espiritual”, mas ainda assim, a ressignificação é parte de sua cultura, em seu modo de relacionamento humano com seu real (SODRÉ, 2005). Atualmente, os processos da globalização têm distanciado, mesmo que de forma parcial, as práticas que estiveram presentes no cotidiano de nossos antepassados, mas, esse “bem pouco” e “um pouco”

retratam o impacto da globalização sobre a identidade (HALL, 2014), mas que não apaga a prática de reunir as pessoas após suas viagens devocionais para “fazer as ladainhas” traduzindo as dimensões temporais e espaciais, como afirma Stuart Hall (2014).

É válido salientar que tais discussões presentes neste artigo têm como fontes as contribuições das atividades realizadas no ODEERE – Órgão de Educação e Relações Étnicas e do Grupo de Pesquisa Educação e Relações Étnicas: saberes e práticas do Legado Africano e Indígenas (CNPQ/UESB). Desta forma, nada mais justo que trazer para nossas discussões contemporâneas às comunidades quilombolas e suas novas configurações enquanto espaços de resistência, afirmação das identidades e pertencimentos e de presença dos legados africano e europeu.

2 | A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO

A gente já tinha associação a muito tempo.

Até que a gente não andava correndo atrás, a gente só sabia já tinha um acompanhamento com o pessoal do Koinonia que falava sobre essa questão de quilombola. Na verdade, veio um pessoal da Inglaterra fazer pesquisa sobre comunidades de povos negros né. E daí eles falaram pelo que ele pesquisou e viu aí e viu identidade da gente correspondia com o que dizia, aí foi que a gente descobriu, o que é era sim ser quilombo (*Entrevista realizada com a líder da comunidade – Ana Célia, em 29/01/2016*).

Após apresentar uma descrição etnográfica da comunidade, falaremos sobre a identidade enquanto aquela que é parte de nossa subjetividade, porém, só é afirmada no encontro com o “outro”, e aqui, o “outro” entre parêntese porque este também traz em si, elementos constituintes de sua subjetividade, são materializados simbolicamente através do encontro enunciando as diferenças entre o “Eu” e o “Outro” que são os de fora.

Segundo Hall a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2014). Para Woodward a identidade é marcada pela diferença e por meio de símbolos, logo, é compreendida como relacional por ter uma marcação simbólica relativa a “outras” identidades (SILVA, 2000).

Consideramos que, como num jogo de complementariedade a identidade é materializada no encontro da “falta” com a “inteireza” citada por Hall e Woodward (2000), e para que a mesma seja afirmada se faz necessário o encontro, com o “outro”, com o mundo, com a natureza e todos os elementos que nela existem, ao passo que, as relações é uma mola propulsora para o alcance dessa “inteireza”.

No encontro com o “Outro” a descoberta: “o que é ser quilombo.” A “inteireza” se deu, a partir do momento que “eles falaram” que havia relação entre o perfil do

povo do Barroso e das comunidades de povos negros pesquisados. Os quilombos fizeram parte da história do Brasil, como movimento social que aconteceu por todo território, desde o século XVII até a abolição da escravatura em 1888 (SILVA FILHO, 2012). Movimento este que, não teve fim, após a assinatura da Lei Áurea em 1888, é importante deixar em evidência que, após o fim do período escravista, os africanos tiveram que conquistar seus espaços na sociedade brasileira.

Para Nascimento, os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente (NASCIMENTO, 2009).

De uma forma geral, pode-se dizer que, no Brasil, nos últimos vinte anos, com o suporte de movimentos sociais, de diferentes matizes, a legislação tem sido um poderoso instrumento indutor de políticas públicas multiculturais. [...]. Várias comunidades quilombolas puderam regulamentar a posse de propriedades deixadas por seus ancestrais (GONÇALVES, 2013). Desta forma, após a Constituição 1988, embasados na lei, os movimentos sociais e Movimento Negro firmaram suas bases a fim de garantir os direitos já dispostos na lei, principalmente no que se referia as comunidades negras do Brasil.

No contexto das discussões na contemporaneidade, várias ONG's desenvolvem trabalhos que contribuem para a “inteireza” das comunidades negras, e no Barroso foi “o pessoal do Koinonia que falava sobre essa questão de quilombola”, afirma a líder. Koinonia é uma organização com sede no Rio de Janeiro, com atuação nacional e internacional, com a missão de mobilização solidária ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política. Entendo que, neste primeiro momento foi dada pouca importância ao assunto, podendo estar imbricadas questões outras que não foram reveladas na entrevista, e isso é evidenciado através da fala “Até que a gente não andava correndo atrás”, mas, a chegada “deles”, os pesquisadores da Inglaterra, foi como um despertar para a identidade quilombola. Basta encontrar com uma pessoa de outra cultura, mesmo em seu próprio país, para que a fronteira étnica como estandarte da alteridade e da separação indissolúvel seja suscitada (LASK apud BARTH, 2000).

Aí foi que a gente tava ainda pesquisando pra descobrir o que era isso? Se a gente era mesmo. Assim, com isso o interesse dele que na época o prefeito tava interessado, eles ni um pensamento e a gente ni outro né! Tem muitas comunidades aí que até não dão mais nem ligança, mas a gente já tinha o conhecimento antes, a gente abraçou o útil ao agradável e foi que a gente conseguiu, mas a gente pra ser reconhecido agente faz todo o processo: vem primeiro um pesquisador que faz estudo, depois a gente encaminha toda a documentação, assinado pelos moradores e o estatuto da associação toda a documentação (*Ana Célia. Entrevista realizada em 29/01/2016*).

Barth (2000) afirma que a atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral,

determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Logo, “descobri o que era isso” que os outros de fora dizem sobre o grupo de dentro (da comunidade), configura-se por uma atribuição por outros, e o processo de busca faz referência a autoatribuição em querer saber “se a gente era isso mesmo”. Evidencia o interesse por parte “deles” e dos “outros”, e neste sentido, é possível afirmar que houve um jogo de interesses, que se estabeleceu a partir dos benefícios evocados na execução do processo de certificação, tanto para a comunidade certificada quanto para o município que tem outras comunidades reconhecidas.

Ousamos dizer que, no momento da “intereiza” os membros compreenderam que “essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política” (WOODWARD, 2000, p.30), o que poderia trazer benefícios futuros enquanto grupo de identidade étnica específica, como ela afirma abaixo.

Depois, o pessoal da AMUBS (Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia), na época teve uma reunião com os prefeitos do município, ali eles não viram falar isso, aí eles ficaram mais tocado na questão de verbas vir pro município né, até os projetos são aprovados mais, com mais facilidade quando tem comunidade reconhecida (deu ênfase a fala – como se expressasse a intenção dos prefeitos), então eles pensando nisso, eles trouxeram uma discussão com o pessoal da Fundação Cultural Palmares, que pra facilitar o acesso à certificação. Aí foi daí que facilitou pra gente é...fazer um pedido, encaminhar a documentação pedindo pra vim fazer a pesquisa e depois o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares (*Ana Célia. Entrevista realizada em 29/01/2016*).

No Brasil, a auto-atribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão importante os últimos anos, por meio da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam, como no caso dos povos indígenas e das chamadas comunidades remanescentes de quilombos (O'DWYER, 2007).



Imagen 4: Produção de Polpas

Fonte: Arquivo fotográfico da pesquisadora.

No caso da comunidade quilombola Barroso, atualmente existem projetos (imagens 3 e 4) concluídos e em andamento (o museu, a energia elétrica, a água encanada, confecção de doces, polpas de frutas, a produção de biscoitos e macarrão com massa de aipim e a construção da sede da associação), frutos da organização política dos membros, que através da associação materializam o reconhecimento do território que ocupam e afirmam seu pertencimento étnico sobre este. Um reconhecimento presente também na Certidão de Autodefinição do Ministério da Cultura Fundação Cultural Palmares lavrada em 25 de janeiro de 2008: O Presidente da Fundação Cultural Palmares [...] **CERTIFICA** que a **Comunidade de Barroso**, localizada no município de Camamu, Estado da Bahia. [...] **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO**. Em julho de 2011, foi publicado no Diário Oficial pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, resolveu criar a Comissão Especial de Discriminação de Terras Devolutas, onde apresenta os hectares da área medida e demarcada, além de situar todos os limites das terras do “Território Quilombola Barroso”, publicado no Diário Oficial da Coordenação de Desenvolvimento Agrário –CDA, através da Portaria 037/2011.

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para o reconhecimento da identidade da comunidade como remanescente de quilombo e a regularização de suas terras. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos (SILVA FILHO, 2012, p.55).

É importante salientar o marco legal na Constituição de 1988 no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Confirmado ainda nos artigos 215 e 216 os direitos das comunidades negras:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de manifestações culturais.

[...] Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988, p.55).

Ao tecer comparações com as lutas de outras comunidades, trazemos à luz de nossas discussões, os estados do Pará e Maranhão que já havia uma luta travada desde essa década (80), mas após a Constituição várias pesquisas foram realizadas em comunidades negras. Segundo Nathalia Klein (2013), os territórios quilombolas do município de Oriximiná, no Pará, foram os primeiros a terem seus territórios demarcados e seus títulos de posse expedidos pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) entre os anos de 1995 e 1998.

Segundo dados disponíveis no site da Palmares Fundação Cultural, entre os anos 2004 a 23 de fevereiro de 2015, o Brasil apresentou um total geral de 2.474 comunidades quilombolas reconhecidas, estando distribuídas por regiões brasileiras, conforme consta no gráfico 1:



Gráfico: 1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Palmares Fundação Cultural

Em análise aos resultados disponíveis no gráfico, é possível constatar que a região Nordeste se destaca, tendo atualmente um percentual em números de 1.543 comunidades reconhecidas em detrimento da região centro-oeste que apresenta menor quantitativo, apenas 119 comunidades quilombolas.

Atualmente, as comunidades remanescentes de quilombos ainda causam surpresas entre nós, quando surgem notícias sobre sua existência. Elas se espalham por praticamente todos os estados da federação e têm reivindicado o reconhecimento e a posse formal de suas terras (SILVA FILHO, 2012).

Entre os anos 2007-2013, segundo dados coletados na Palmares Fundação Cultural, no Brasil foram reconhecidas 1.362 Comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo dessas 366 CRQs situadas no estado da Bahia (ver gráfico 2), período ao qual, o município de Camamu teve o reconhecimento de 10 comunidades quilombolas, dentre elas, a comunidade Barroso.

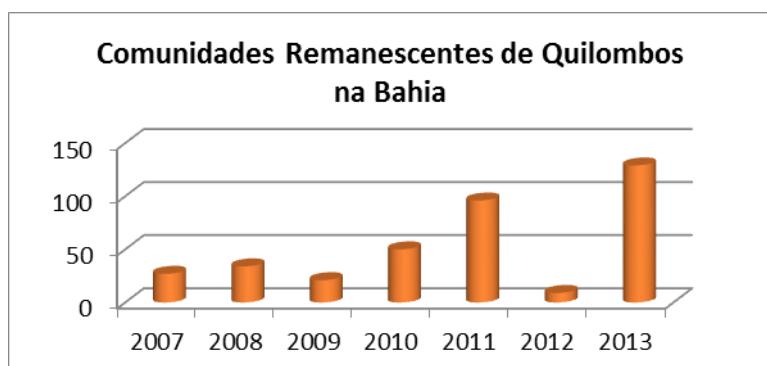


Gráfico 2:

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Palmares Fundação Cultural

A pesquisa de Klein (2013) realizada no município de Oriximiná, no Pará, introduziu sua escrita apresentando a questão dos territórios quilombolas do município terem sido os primeiros a serem demarcados e titulados pelo Incra entre 1995 e 1998. Ela define que a diferenciação étnica desse grupo nasce da relação com o Estado Brasileiro frente a promulgação da Constituição de 1988.

No caso do Território Quilombola Barroso, é possível afirmar que só após 20 anos da promulgação da Constituição de 88 foi que surgiram as primeiras relações “de dentro” com os “de fora”, que contribuíram para a diferenciação étnica, primeiro com os integrantes do Koinonia, seguido dos contatos estabelecidos com o grupo de pesquisadores ingleses e por fim, com os membros da AMUBS através do prefeito vigente na época, como foi mencionado pela líder nas falas descritas acima. Foram estas 3 bases que, juntamente com a curiosidade e interesse dos membros despertou para a diferenciação, afirmação e autoreconhecimento do território.

A etnografia de Patrícia Nunes apresenta vários elementos que compõem a afirmação da territorialidade de povoados declarados e autorreconhecidos como “quilombos” no município de Alcântara, Maranhão. Dentre eles, ela destaca a questão do nome designado “tapera de preto” às comunidades remanescentes de quilombo, o conflito social (comunidade x base da aeronáutica); a doação das terras documentada; as relações de parentesco entre os membros, as definições utilizadas pelos remanescentes para definir suas fronteiras “os de dentro” e “os de fora”, as festas de santo – Nossa Senhora da Conceição, o pertencimento com o lugar de origem, e a forma de lidar como o silêncio e o segredo na perpetuação de suas raízes (NUNES, 2013).

Por meio do estudo etnográfico em andamento desta pesquisa, no Território Quilombola Barroso, encontramos também diversos elementos que compõem a afirmação étnica. Por exemplo, ao realizar a primeira visita, a líder começou a contar a história da comunidade assim: “Esta casa aqui: uma das primeiras construções aqui da, da comunidade. É aqui ela o nome dela aqui já diz: Centro Quilombola do Barroso Daniel Docílio”, como retrato no início desta escrita, imprime diversos fatos e acontecimentos que fazem parte das memórias do lugar, além de apresentar os objetos presentes no museu, elementos simbólicos e identitários que resguardam as memórias de seus membros, como ela menciona: “eu acho que, os objetos é quem conta a história da comunidade conta a história do povo.”

Assim, a construção de uma identidade originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT (O'DWYER, 2007).

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

A Bahia é um estado onde a diversidade cultural grita, num mesmo território com relevos diversos, caatinga, chapada, sertões, mata e litoral, um mesmo elemento estudado apresenta variações, assim como as características de ser ou ter se tornado quilombo, nem mesmo em Camamu-BA entre as 10 comunidades reconhecidas os processos se assemelham, partindo dessa premissa, compreendemos que elementos únicos contidos neste texto expressam as especificidades da Comunidade Barroso de Camamu, e por ser um recorte de estudo temporal, não traz proposições vastas ao período anterior a certificação quando a comunidade ainda era organizada como associação.

Propomo-nos direcionar nesta produção o processo de certificação como movimento diaspórico, uma vez que colocou em cheque as identidades silenciadas (POLLAK, 1989) e não reconhecidas ainda como tal, e que a partir do momento que tomou uma nova performance, no jogo de mudanças e permanências, seus modos de vida e relações elucidaram uma nova conjectura em que a fronteira surge como demarcadora desta nova configuração territorial, cultural, étnica e política-social. Diásporas [...] colocam em movimento processos de miscigenação, colocam em movimento processos de hibridização, sincretismo e crioulização cultural que, forçosamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais (SILVA, 2000).

As fronteiras aqui mencionadas não são geográficas, mas são linhas imaginárias que existem para acentuar a presença de determinado grupo que tem suas especificidades descritas nos modos de falar, andar, vestir, suas crenças, objetos, utensílios. São subjetividades negociadas que marcam as diferenças na identidade étnica.

As fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam [...] Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apenas das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais [...] as relações sociais estáveis [...] são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados (BARTH, 2000, p.188).

As fronteiras não são necessariamente contemporâneas, dentro de um mesmo grupo, a relação pode ser geracional, o “outro” pode ser o antepassado, cuja negociação identitária seja pautada na afirmação ou negação das raízes. É relevante pensar que, as fronteiras são nutridas de relações que perpassam a lógica estática e linear do tempo, por isso, ela é consonante com a etnicidade, que numa visão cosmológica que é vivificada através das memórias e suas reminiscências, que ascende no grupo o desejo de viver em conjunto e perpetuar suas heranças ancestrais. Logo, as culturas locais produzem sentido, por meio das vivências e subjetividades, que identifica as pessoas como tais, e assim, constroem identidades por meio das memórias.

Os aspectos identitários do sujeito são instituídos na concepção simbólica,

pautados na percepção da relação com o “outro”, e auto afirmada por representações diversas, buscando manifestar a subjetividade do “ser”. Os conceitos de identidade deslizam irresolutos, buscando atender as contendidas da diversidade. Segundo Hall, a pós modernidade tem colocado a identidade em questão ao confrontar a tão especulada “crise de identidade”. Onde a identidade passa de um estado de ancoramento para a fluidez dos deslocamentos estruturais, deparando-se com a fragmentação da cultura e setorização das ordens sociais deslocando o sujeito da comodidade segura de pertencimento a um “lugar” (HALL, 2014).

Ousamos dizer assim que, o processo de certificação da comunidade para “Território Quilombola Barroso” pode ser compreendido como o nascimento da fronteira étnica, um acontecimento que traz à luz de nossas discussões o realce da etnicidade, como um elemento simbólico de negociação de fronteiras, e que contribuem para nossas análises e discussões acerca das construções identitárias das crianças, que já trazem em suas vivências a compreensão de que são moradoras de uma comunidade quilombola, mesmo não tendo elas, vivido o momento de transição, ou algumas sendo ainda bebês, darão continuidade ao “fazer-se quilombolas” tendo expressado suas identidades nas relações com seus pares e com os adultos, a afirmação do pertencimento étnico, as elações com a natureza e com o mundo, manutenção das identidades étnicas através das brincadeiras, contações de histórias, comidas, plantios e remédios caseiros, evidenciando que suas construções são pautadas na tradição familiar e nas relações estabelecidas com os “outros”, com uma presença expressiva de legados africano e europeu.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- Entrevista realizada em 29 de janeiro de 2016, às 16:45 a Anacélia Santos Pereira. Comunidade Quilombola Barroso.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos* / Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. 5. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1945). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart, 1932-2014. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Stuart Hall; tradução de Tomaz Tadeu e Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.
- Klein. Nathalia S. Identidade étnica em situação de fluxo: o caso dos remanescentes de quilombo em contexto urbano de Oriximiná-Pará. In: *Processos identitários e a produção da etnicidade /*

organização Eliane Cantarino O'Dwyer. – 1 ed. – Rio de Janeiro: E- papers, 2013.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO. Abdias. Quilombismo Um Conceito Emergente Do Processo Histórico-Cultural Da População Afro-Brasileira. In: **Afrocentricidade Uma Abordagem Epistemológica Inovadora**. Coleção Sankofa, vol. 4 Elisa Larkin Nascimento, Org.

NUNES, Patrícia Portela. Nossa Senhora da Conceição e sua proteção a “tapera de pretos” designada “terra da pobreza”: instâncias de afirmação de uma territorialidade específica. In: **Processos identitários e a produção da etnicidade** / organização Eliane Cantarino O'Dwyer. – 1 ed. – Rio de Janeiro: E- papers, 2013.

O'DWYER. Eliana Cantarino. **Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**. TOMO São Cristóvão-SE Nº 11 jul./dez. 2007.

POLLAK, Michel. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol5, nº 10, 1992, p.200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Processos identitários e a produção da etnicidade / organização Eliane Cantarino O'Dwyer. – 1 ed. – Rio de Janeiro: E- papers, 2013.

SANTANA, Marise de. ODÉ ERÊ: Espaço de Construção do Conhecimento Afro-brasileiro. In: **Odeerê: formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

SILVA FILHO, João Bernardo da. **Quilombolas: resistência, história e cultura** / João Bernardo da Silva Filho, Andreza Kelly Lisboa Fernandes Pinto. São Paulo: IBEP, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.); HALL. Stuart; WOODWARD. Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª Edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 3. Ed.

WOODWARD, Kathryn. Cap. I - Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª Edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

_____. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA. Acesso em 28 de maio de 2015, às 13:30.

CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL

Letícia de Cássia Costa de Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ana Maria Dalla Zen

Professora Titular da FABICO/UFRGS. Docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar o percurso da construção da identidade e dos processos de subjetivação entre os artesãos do Rio Grande do Sul que produzem artefatos de cunho ancestral e de referência cultural. Interpreta a produção enquanto elemento constituinte do patrimônio rio-grandense, como a expressão individual e coletiva da identidade e do território, da plástica do artefato, do tempo de produção e da mutabilidade do objeto. Analisa as relações estabelecidas entre o contexto de produção dessas práticas de saberes e fazeres artesanais, com os fundamentos teóricos do campo do patrimônio e da economia criativa. A metodologia inclui a análise de conteúdo de entrevistas realizadas em etapa anterior à pesquisa, acompanhadas de rodas de conversa para identificar as relações afetivas e culturais e de memória incorporadas por essas práticas culturais. Os resultados iniciais sugerem

elementos úteis para possíveis interpretações e caminhos para a patrimonialização do artesanato gaúcho de referência cultural. Os resultados parciais até aqui obtidos permitem que se considere que a prática do artesanato ancestral e de referência cultural confere autonomia aos sujeitos, tanto como estratégia de geração de renda, como por lhes oportunizar o estabelecimento de vínculos de memória afetiva e social entre diferentes gerações, por meio da promoção desses fazeres e saberes e de seus mestres.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural. Identidade cultural. Artesanato rio-grandense. Referência cultural. Memória afetiva e social.

**THE OUTLINE OF A CULTURAL IDENTITY:
CRAFTWORK AS RIO GRANDE DO SUL'S
HERITAGE**

ABSTRACT: This study intends to analyse the journey to identity construction and the processes involved in subjectivation among the craftsmen from Rio Grande do Sul that produce artefacts related to ancestry and cultural reference. This study also understands the production of crafts as an element which is part of Rio Grande do Sul's heritage, such as an individual, collective, territorial identity expression, the artefact plastics, the production

time and the mutability of the object. This analyses the relationships established in the production context of these practices of craft doings and knowledge with the theoretical fundamentals of the heritage field and the creative economy. The method includes an analysis of the content of the interviews performed in a prior stage to the research, alongside with the conversation circles aiming to identify the affective and cultural relationships and the memories incorporated through this cultural practices. The initial results suggest useful elements to possible interpretations and ways to patrimonise the gaúcho's craftwork of cultural reference. The partial results obtained so far allow the consideration that the doing of ancestral and cultural reference craftwork gives subjects autonomy, not only as a strategy to generate income, but also to allow bonds based on affective and social memories to be made among different generations through promoting the crafts doings and knowledge and its masters.

KEYWORDS: Cultural heritage. Cultural identity. Gaúcho's craftwork. Cultural reference. Affective and social memory.

1 | INTRODUÇÃO

O percurso da construção da identidade e dos processos de subjetivação do artesanato rio-grandense transparece uma vasta diversidade de saberes e fazeres. Configura-se como resultado de um caldeirão cultural oriundo da interação entre o homem e a natureza, pautado pela adversidade territorial e da miscigenação étnica entre povos originários e tradicionais, colonizadores e imigrantes, igualmente importantes para o fortalecimento do artesanato meridional. A herança desses cruzamentos se constitui num contorno identitário do Rio Grande do Sul, que a credencia como patrimônio cultural do Estado.

Nascido e residente em uma das regiões mais históricas do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Pardo, cenário das guerras Guaranítica, do Paraguai e da Revolução Farroupilha, o artesão João Carlos, trabalha há mais de 30 anos com produção de brinquedos de madeira. João Carlos traduz o saber-fazer herdado do pai como uma influência artística: “Comecei por herança do meu pai que era marceneiro e que me influenciou muito na arte. Tive muitas ótimas ideias com ele e é claro que fui me aperfeiçoando à medida do tempo”, comenta. Ele transformou o que começou como um *hobby* num trabalho efetivo, que começou a exercer no fundo de seu quintal, numa pequena fábrica de brinquedos. Hoje ele é considerado referência cultural da região, o que o incentiva a continuidade à prática de sua herança: “Eu acredito que quando a gente gosta do que faz é metade do caminho para se seguir em frente. Acho que é por ai a ideia que eu tenho do artesanato”, destaca. Assim como ele, Maria Antonela, moradora do pequeno município de Vila Flores, região nordeste do Rio Grande do Sul, também tem como patrimônio familiar o artesanato com barro, que sua família, uma das primeiras a migrar da Itália para o sul do Brasil, há mais de cento e quarenta anos, transformou em base para o sustento familiar: “Eles descobriram que do barro

nosso aqui, embora seja um barro de várzea, podiam ser feitos tijolos e aí começaram a fazer os primeiros tijolos para construir o primeiro fogo de chão, para não pegar fogo na casa”, comenta. A sua família, como a maioria dos imigrantes aqui chegados, dedicava-sena Itália à produção de cerâmica, e ela direcionou sua técnica para a confecção de santos de cerâmica. A produção de imagens de São Francisco e de presépios de Natal é o que caracteriza o seu trabalho. Além dela, produz imagens que refletem a saga da vinda dos colonos italianos para o Brasil. Antonela lembra que ela e seus irmãos aprenderam com o pai o uso e a técnica do barro: “O pai procurava a *battinga*, pedra mole que tem nos barrancos, levava para nós esculpirmos todas as peças do presépio”. Desse modo, percebe-se que essa técnica atravessou o oceano e, em função da falta de recursos e das adversidades aqui encontradas, ela permaneceu viva, como forma de geração de renda baseada numa tradição herdada da família da artesã.

No Rio Grande do Sul também é forte a manifestação do artesanato indígena das etnias *Kaingang*, *Mbyá-Guarani* e *Charrua* como expressão cultural viva das suas crenças e dos seus costumes. Numa cultura que tem sua base na espiritualidade e respeito à natureza, desde a infância seus membros aprendem a fazer artefatos profanos e sagrados. A artesã kaingang Maria Iara confecciona para comercialização, balaios e cestos com fibra de taquara e cipó. Ela explica que o aprendeu com seus avós, transmite para as crianças da aldeia: “[...] o índio não tem, como vou dizer, herança [...]. É essa a herança que a gente deixa [...]. Nós deixamos a sabedoria do artesanato para nossos filhos. Para nós é uma grande riqueza”.

Diante do exposto, este trabalho se propõe a reunir subsídios para analisar o percurso da construção da identidade e dos processos de subjetivação entre os artesãos do Rio Grande do Sul, na produção de artefatos de cunho ancestral e de referência cultural. O seu objetivo é identificar a contribuição do artesanato produzido para a construção do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista da expressão identitária individual e do território, bem como da singularidade do artefato em si. Também se propõe a interpretar as relações que se estabelecem no contexto dessas práticas de artesanato, na perspectiva teórica dos campos do patrimônio e da economia criativa.

Essa problemática se justifica na busca em compreender o lugar do artesanato na memória afetiva e social na contemporaneidade, como expressão cultural e da constituição do território rio-grandense. Nesse sentido, deve ser destacado que, no Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), responsável pela implementação das políticas públicas do artesanato no Estado, incentivando a profissionalização e fomentando a atividade do artesão, em 2018, estão cadastrados cerca de noventa mil artesãos. E, levando em conta que o meio rural é o berço do artesanato tradicional e de referência cultural, foram instituídas políticas públicas estaduais voltadas para esse tipo de artesanato. Para isso, é definido como *Artesão Familiar Rural* aquele que utiliza matéria-prima própria

e faça sua transformação de forma rudimentar em estabelecimento da região rural, de acordo com a Lei 14.483 de 28 de janeiro de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2019, doc. Eletrônico). Todavia, como se verá mais adiante, o documento agrega de valor econômico ao artesanato, mas não o considera como patrimônio cultural.

Para coleta dos dados, foi feita a análise do conteúdo de entrevistas realizadas em etapa anterior à pesquisa, acompanhadas de rodas de conversa, que permitiram que se identificassem as relações afetivas e culturais e de memória incorporadas por essas práticas. Em sequência, será feita uma análise dos recortes de conversas já apresentadas acima, para interpretar até que ponto os processos de aprendizagem dos saberes e fazeres referentes ao artesanato se constituem numa expressão do patrimônio cultural do Estado.

2 | O ARTESANATO COMO EXPRESSÃO DA CULTURA VIVA

Nas histórias de João Carlos, de Maria Iara e Maria Antonela, se observa um denominador comum, que vai além da produção do artesanato. Trata-se da integração da atividade com a cultura que representa cada um dos sujeitos, transmitida de geração a geração. São conhecimentos que contém elementos tradicionais, resultantes de experiências individuais ou coletivas reconhecidas em suas comunidades ou regiões. E que, dessa maneira, respondem aos anseios de expressão identitária e dos valores culturais dos seus grupos sociais e também do Estado. A identidade cultural, dessa maneira, se constitui num catalisador da necessidade de expressão humana envolta na produção do artesanato.

O artesanato tradicional é essa expressão humana enraizada no seio da cultura popular, lugar de excelência das manifestações culturais, agregado a valores simbólicos de uma comunidade ou de um território. São os conhecimentos herdados, transmitidos de geração em geração, que, através do acúmulo seletivo de experiências, formam o patrimônio cultural do espaço a que se referem.

De acordo com o IPHAN, há uma disputa entre os campos do artesanato e do patrimônio. E, ao definir o conceito de patrimônio cultural imaterial, apresenta como suas categorias a sua dimensão coletivo, a transmissão geracional e o caráter dinâmico e processual do patrimônio imaterial. O caráter coletivo é a unidade base para a noção de patrimônio imaterial, que se configura como um “[...] grupo de pessoas, que pode ser pensado como comunidade, grupo social, segmento, base social, a depender do contexto, da natureza da ação, do entendimento que se quer construir” (IPHAN, 2014, p. 28). O patrimônio é sempre o saber-fazer e não o reconhecimento do detentor do conhecimento, no caso do artesanato é o fazer e não o artesão. A transmissão geracional é realizada pelos meios mais reconhecidos da comunidade, sendo mais comum pela transmissão oral, mas é condição para as manifestações culturais de patrimônio imaterial, “[...] devem existir, em alguma medida, processos

de transmissão de conhecimentos, técnicas, sentidos, memórias e valores associados ao bem cultural, dos mais velhos para os mais novos [...]” (IPHAN, 2014, p.29). E finalizando, o caráter dinâmico e processual do patrimônio é originário da concepção de uma cultura viva e de um processo cultural que acontece entre pessoas que detém ou não o conhecimento. É nesse contexto que o artesanato e o patrimônio cultural se encontram e colaboram entre si para manter a cultura viva.

O artesanato é um fenômeno complexo e diferenciado, ao condensar simbolismo, estética, política e economia, e expressa um conjunto de manifestações e procedimentos que vão desde a utilidade dos saberes e fazeres tradicionais, uso do corpo, conhecimento do local, para coleta da matéria-prima, emprego de técnicas de produção, transmissão geracional, enfim, uma “[...] espécie de fato social total”, a ser aprofundado (ROCHA, 2011).

Para a compreensão deste fenômeno, neste estudo, foram analisadas as políticas públicas referentes ao artesanato brasileiro, publicadas na base conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro (BRASIL, 2017, doc eletrônico), que apresentam duas categorias representativas para análise nesta pesquisa, que são respectivamente o artesanato tradicional e o de referência cultural. O primeiro inclui o conjunto de manifestações culturais mais relevantes dos conhecimentos tradicionais inerentes à vida cotidiana dos sujeitos. Sua importância cultural expressa a identidade, valores e preserva a memória de uma região. São conhecimentos transmitidos oralmente por gerações e sua produção se concentra de maneira familiar ou comunitária. O artesanato de referência cultural, por sua vez, considera o conjunto de artefatos que representam um resgate ou releitura dos elementos culturais da tradição do local onde se originam.

Desse modo, as políticas públicas brasileiras, destacam que o artesanato tradicional e de referência cultural são processos que ressignificam a tradição, trazendo-a para o presente e incorporando ao cotidiano, inteiramente ou em parte, elementos do meio ambiente onde é produzido. E, com isso, neutralizam a noção de que o tradicional é velho, passado.

É uma tradição que se renova, bem mais frequente que a invenção das tradições, proposta por Hobsbawm e Ranger (2015), uma vez que ocorrem de forma rápida as transformações dos dois lados, ou seja, da demanda e da oferta. Os autores também reforçam a ideia de que é preciso evitar considerar que as estruturas das comunidades, bem como suas tradições, são antigas e rígidas e que as mesmas subsequentes surgiram anulando as tradições antigas.

Também não é um meio de pensar a característica da tradição no artesanato como uma sociedade tradicional em oposição à sociedade contemporânea, uma vez que “[...]ver no artesanato resquícios de uma sociedade tradicional é esquecê-lo como contemporâneo e minimizá-lo em sua importância na medida em que é através das chamadas atividades artesanais que parte significativa da população sobrevive” (ALVIM, 1983, p.49). Portanto, discorrer sobre artesanato é também percorrer uma

trajetória humana, considerando o sujeito, o tempo e o espaço. E, para compreender o sentido do artesanato gaúcho, a seguir será apresentada uma imersão histórica em sua produção no Estado.

3 | ARTEFATOS DA MEMÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA, AFRICANA, DAS COLONIZAÇÕES E DAS IMIGRAÇÕES

As origens do artesanato no Rio Grande do Sul remetem à história da formação da região. Uma pequena incursão nesse período de formação do povo gaúcho brasileiro inclui desde a liberdade dos povos indígenas até sua catequização pelos jesuítas espanhóis. Ribeiro (1995, p.410) identifica no processo de colonização mestiça entre espanhóis, portugueses e guaranis um dos principais pontos de culturalização dos costumes do homem branco. Segundo o autor, ela ocorre na “[...] transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani”. E dentro dela, especializaram-se em explorar o gado selvagem abundante nas pradarias do Rio da Prata, na região de Tapes, com índios missionários Guarani fugidos das Missões Jesuítas, além de outros “[...] guaranizados pelos jesuítas e posteriormente mestiçados com espanhóis e portugueses”. Outros teriam se originado do núcleo neo-Guarani de Assunção, no Paraguai, expandido sobre a Argentina. E um terceiro grupo seriam os descendentes dos portugueses instalados na Colônia de Sacramento, em 1680.

Segundo o autor, a mulher Guarani foi a matriz da formação do gaúcho brasileiro, pela especialização pastoril a partir da caça do rebanho de gado trazido pelos jesuítas que pastavam livres em terras sem dono, para a exploração do couro e produção de manufaturas. Entretanto, a despeito do povo Guarani sofrer com o processo de catequização espanhol e ser forçado a assimilar a cultura europeia, não perdeu a essência de seus costumes e tradições. Técnicas, usos e matérias-primas como barro, madeira, sementes, ossos e fibras naturais foram fontes fundamentais para as manifestações do artesanato que ainda hoje se mantém. O povo Guarani é até hoje essencialmente agricultor, dedicado a pequenas lavouras de milho, mandioca, feijão preto, abóbora, batata, fumo e algodão. Também sabia extrair a erva mate das reservas naturais, e foi influenciou a cultura gaúcha ao utilizar cuias para chimarrão feitas do fruto de *curcubitáceas* plantadas por eles, chamado de *porongo* (LESSA, 1978).

Com a colonização espanhola e portuguesa, a partir do estabelecimento das estâncias de gado. o manuseio do couro se desenvolveu em função da necessidade da confecção de peças de vestuário e utensílios para o trabalho no campo. Portanto, o couro foi uma das primeiras matérias-primas de importante exploração artesanal para o Rio Grande do Sul, e que posteriormente se converteu num importante elemento para o desenvolvimento industrial do Estado. Além dele, firmou-se o ferro, para confecção

de armas e cutelaria, necessárias para o abastecimento dos batalhões portugueses e espanhóis que reivindicam a fronteira sul do Brasil.

A partir da presença africana no sul do País, novas matérias-primas encontradas na natureza passaram a ser utilizadas para produção de artefatos como fibras de bananeira, coqueiro, palha de milho, sementes e madeira. Os artefatos produzidos eram tanto para uso diário como ritualístico, dentre estes instrumentos de percussão utilizados nos rituais religiosos, como afoxé e tambores, bem como objetos para oferendas como gamelas e barcos de madeira, cestarias, fio de contas e cordões de santo. Os quilombolas gaúchos até hoje produzem artefatos que atravessaram o tempo como vestígios da sua memória. Confeccionam também *quipes*, espécie de cestos de palha com a função de servir de berço para as crianças, mas utilizados para carregar a mudas e sementes para plantio. Também fazem *joeiras* ou peneiras, com base de bambu, taquara, folha de butiazeiro ou coqueiro e amarrações de casca de *imbira* torcida, utilizadas para secagem das ervas medicinais e frutas (BUCHWEITZ; LESSA; WACHHOLZ, 2010). Além disso, são mestres no manuseio de retalhos de tecido para confecção de bonecas de pano e das tradicionais *Abayomi*, termo que significa *encontro precioso* em língua em Iorubá. Elas são feitas com retalhos das saias das mães africanas, sem costuras, apenas com nós, “[...] para acalentar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos *tumbeiros*, navios que realizavam o transporte de escravos entre a África e Brasil “[...] servindo como amuleto de proteção, transformando-se nos dias atuais em símbolo de resistência” (VIEIRA, 2019, doc. eletrônico). E, por fim, a ancestralidade africana do período colonial brasileiro, colabora com a herança do *fuxico*, técnica de aproveitamento de retalhos de tecidos para produzir pequenas trouxinhas de pano, costuradas com agulhas de bambu ou espinhos de algumas espécies de cactus, e linhas feitas com fibras naturais. Hoje é utilizado sozinho ou costurado com outras trouxinhas para formar um revestimento utilizado na confecção de roupas, bolsas, almofadas, tapetes, entre outros (FAJARDO; MATHIAS; AUTRAN, 2002). Ao que parece, o *fuxico* teria se originado nas reuniões noturnas das escravas nas senzalas (mexerico, *fuxico*), em que utilizavam os retalhos dos vestidos desprezados pelas senhoras para fazerem o *fuxico*, que depois era aproveitado na confecção de cobertores por artesãos. Todavia, como a prática de artesanato era proibida aos escravos, as peças eram escondidas, para posterior utilização ou venda para obtenção de dinheiro para sua liberdade (HISTÓRIA DO FUXICO, 2019, doc. eletrônico).

Nessa ação multicultural, os imigrantes luso-açorianos trouxeram os costumes do litoral de suas ilhas para a beira dos rios gaúchos, em especial aqueles vinculados à pescaria. Isso incluiu a produção de barcos artesanais de madeira e a tecelagem de redes, dentre outros. Talvez a tradição da tecelagem gaúcha tenha sido contribuição açoriana, só que com a utilização de novos materiais. Se nos Arquipélago dos Açores era feita com algodão, aqui nas novas terras a habilidade de tecelagem facilitou que se tornassem artesãos da lã, para produção de cobertores, tapetes, mantas e colchas.

Finalmente, os imigrantes alemães e italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul no final do século XIX, colaboraram significativamente para a constituição das futuras indústrias do Estado. Os imigrantes alemães, que se estabeleceram em regiões geográficas em melhores condições do que os açorianos, logo aperfeiçoaram as técnicas de curtição e apetrechos de montaria (guascaria), como bolsas, botas, entre outros artigos (LESSA, 1978). Outra herança a eles atribuída é a riqueza das técnicas de tecelagem manual, que se constituiu na base para o desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul. Tanto os alemães quanto os italianos também trouxeram as técnicas de bordado e costura, desde o início muito empregadas na lida diária. O bordado era utilizado nas roupas, jogos de cama/mesa e na produção de *wandschoner*, panos feitos de algodão ou linho, bordados à mão que serviam para transmitir mensagens de variados temas como religiosos, educativos ou moralizantes, instalados para decorar salas, quartos ou cozinhas. Com o passar do tempo, a peça começou a ser produzida em conjunto com outras peças para a proteção dos utensílios de cozinha, mas sem bordados de mensagens, e até hoje são encontradas à venda em feiras de artesanato.

Desse modo, é inegável a constituição de uma matriz multicultural do artesanato no Rio Grande do Sul. Tendo em vista que a memória é um conceito importante no campo do patrimônio e elemento de valorização do artesanato rio-grandense, a caracterização dos artefatos promove uma simbiose do objeto como memória, de acordo com suas características de manualidade, utilidade/praticidade e tipicidade do artesanato. Segundo Tedesco (2007), a manualidade confere autenticidade e a rusticidade ao artefato, sendo fonte do artesão, de sua técnica e historicidade. A utilidade/praticidade vem ao encontro da temporalidade e do espaço que ocupa esse artefato como objeto. E, por fim, a tipicidade carrega a historiografia do artefato e o coloca no patamar diferenciado de um objeto da memória.

Ainda sobre como compreender a memória, Halbwachs (2006) revela que é impossível uma memória absolutamente individual porque ela depende de outros. Portanto, ela se evidencia e se reconstrói socialmente. A memória individual depende de uma comunidade afetiva, ou seja, depende de outras pessoas que fizeram parte da vida. Mas, além da presença dos outros, há também aquela que se constitui por pontos de referência que existem externamente, com caráter social. A memória coletiva é contínua e as experiências vividas no passado, mesmo fazendo parte de um contexto geral, de alguma forma dizem respeito a um grupo social específico, que busca na memória individual marcos para suas representações.

Prosseguindo, é importante lembrar que o artesanato e a vida na região rural sempre estiveram conectados. Os imigrantes foram levados para regiões remotas do Estado, onde praticamente não dispunham de ferramentas e tiveram que usar suas próprias mãos para produzir seus aparelhos de trabalho. Em decorrência disso, os costumes da lida rural tomaram o tempo desses colonos, que se voltaram à geração de matérias-primas em ritmo crescente, seja para a produção de alimentos, como

para produção de utilitários. Da produção caseira, passaram à comercialização de produtos artesanais. “Não se pode esquecer também que a “pequena indústria doméstica” tem profunda relação com a cultura popular camponesa, o cidadão migrante a carrega consigo, ainda que readaptada” (TEDESCO, 2006, p. 234-235).

O artesanato ancestral está nesse *ethos* do colono, que preserva na memória as práticas culturais artesanais. Portanto, o artesanato é a expressão viva da história e da cultura dessas comunidades, e serve de indicador material e simbólico, dos resquícios da cultura e da visão de seus ascendentes. Desse modo, ao ser produzido no centro do núcleo familiar e da comunidade, o artesanato proporciona uma escala de interlocuções do meio rural com o urbano, entre família e comunidade, além de se constituir na base para a construção de relações em redes, criadas em torno das lutas pela obtenção da matéria-prima, pelo conhecimento de técnicas, bem como para divulgação e comercialização do artesanato. O indivíduo utiliza, desde sempre, objetos como mediadores para se relacionar, sendo o artesanato uma forma que permite que transpareça a relação homem-natureza dentro do contexto da cultura dinâmica do seu meio.

4 | O ARTESANATO DO RIO GRANDE DO SUL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA CRIATIVA

O artesanato tradicional e de referência cultural, sob o ponto de vista do campo do patrimônio, pode ser estratégico como vetor da economia criativa. Ao ser analisado nesse campo, ele pode ser identificado como uma expressão do patrimônio em sua dimensão imaterial, assim definido pela Convenção para a Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, da UNESCO como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, bem como instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais, reconhecidos pelas comunidades grupos ou indivíduos como seu patrimônio cultural. É transmitido de geração e recriado pelas comunidades “[...] em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2006, p.4). Assim entendido, o artesanato gaúcho, através da recriação do tangível em intangível, envolve simbolismo e identidade, o que contribui para promover a diversidade cultural da história do Rio Grande do Sul e faz transparecer a trajetória da criatividade humana de seus diferentes grupos étnicos. Trata-se de uma atividade que se firmou como base no desenvolvimento humano da Região, transformado em patrimônio cultural por sua participação na vida das pessoas. E, ao assumir essa função, torna-se fundamental para o futuro da sociedade, já que, conforme Pérez (2009), o patrimônio cultural ocupa um espaço de destaque no desenvolvimento de regiões rurais mais deprimidas e na recuperação de espaços urbanos. E, na compreensão do conceito do que se entende

por desenvolvimento, o autor destaca que se trata de “[...] um processo de construção de futuros sociais que envolve programas (práticas), discursos e imaginários com o objetivo de mudar uma comunidade, um território ou um grupo de pessoas [...]” (PÉREZ, 2009, p. 159). E, complementa o autor, que se constitui num plano de vida individual e coletivo.

A dimensão simbólica da produção humana é peça fundamental na definição de uma possibilidade econômica do patrimônio cultural, ao precisar os bens e serviços culturais. A comercialização desses bens e serviços pode construir novos caminhos, a partir de redes de solidariedade e sustentabilidade.. E, sem dúvida, integrada aos princípios da economia criativa, aqui entendida como as atividades de cunho econômico que produzem e distribuem bens e serviços, utilizando diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social, por meio da criatividade, habilidade e talento de indivíduos ou grupos (BRASIL, 2012, doc. eletrônico).

Nessa linha, o patrimônio cultural pode ser considerado uma categoria da indústria criativa e se configura como um caminho para o desenvolvimento sustentável. A criatividade, aliada à utilização de suportes tecnológicos contemporâneos, pode impulsionar o setor do patrimônio e suas expressões, ao agregar valor econômico a manifestações histórico-culturais consubstanciadas na produção artesanal. A integração da produção em empreendimentos solidários, na forma de cooperativas ou associações, tem potencial para a melhoria da qualidade de vida de seus membros. Habilidade, criatividade e criatividade e talento podem se converter em alicerce para a constituição de um fluxo de movimentação econômica, com bons resultados tanto para o artesão, quanto para a sociedade. A economia criativa pode ser o apoio para a reinvenção dos espaços urbanos dentro da lógica das cidades e territórios culturais e criativos. São lugares que se constituem em núcleos multidisciplinares onde se articulam as práticas e manifestações culturais. Para que isso ocorra, é fundamental a congruência das políticas públicas para o incentivo do cidadão e, principalmente, sua identificação como protagonista desse contexto.

No Rio Grande do Sul, a legislação contempla a profissionalização, a formação do artesão e a comercialização do produto. Através da Lei no 13.516, de 13 de setembro de 2010, foi criada a *Ação Estadual de Valorização do Artesanato no Estado do Rio Grande do Sul*, que ratifica o compromisso estadual com as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico sustentável, com foco na valorização dos artesãos e na promoção do artesanato gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2015, doc. eletrônico). Nela há orientações detalhadas que formalizam a profissionalização do artesão e do artesanato, como a valorização da identidade e cultura gaúchas, a integração da atividade com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável, a qualificação dos artesãos e o estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção, bem como a certificação do artesanato, como forma de valorizar os produtos e as técnicas artesanais. Todavia, a análise do documento mostra que ele vai de encontro à proposta deste trabalho, ao enfatizar tão somente o caráter econômico

da formalização do artesanato, sem qualquer menção a ele como um elemento importante do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Nas diretrizes, há total ausência do artesanato como expressão da identidade, dos valores culturais e da preservação da memória regional. Portanto, a legislação atual distancia o artesanato gaúcho das políticas públicas de valorização do patrimônio, e estabelece um cenário ermo de aproximação com a economia criativa. Assim, ignora a capacidade do patrimônio cultural como protagonista de ações na área da economia criativa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado até aqui, o artesanato tradicional e de referência cultural é expressão identitária da cultura do Rio Grande do Sul, cujos contornos se fixam em sua matriz indígena, como povos originários, dos negros, como comunidades tradicionais, e dos colonizadores e imigrantes, que trouxeram em sua bagagem o caráter dinâmico do patrimônio de seus países de origem. Isso se tornou possível através de um processo de permanente interlocução entre as gerações, com saberes e fazeres transmitidos consciente ou inconscientemente entre si. Trata-se de ação humana gestada principalmente no seio familiar das comunidades rurais, em que se alinharam a utilidade e praticidade do artefato com sua rotina de afazeres. Também é reconhecer que ele oportuniza intercâmbios entre o meio rural e o urbano, mediante o estabelecimento redes de solidariedade e ao proporcionar o reconhecimento autônomo de muitos artesãos. E, se considerarmos que desde sempre o indivíduo utiliza símbolos e objetos como mediadores de suas relações, o artesanato é um objeto da memória afetiva e social que traduz seus vestígios conectando o indivíduo entre o passado e presente. Muito longe de se constituir numa tradição rígida e de um tempo passado e distante, trata-se de um elemento vivo da cultura, que se renova de modo contínuo e permanente.

Todavia, no âmbito as políticas públicas, o artesanato gaúcho ainda não foi reconhecido como uma referência do patrimônio cultural do Estado. E, para se pensar na sua concretização, é fundamental que o seu reconhecimento seja feito. Isso pode ser efetivado através de ações que contemplem o reconhecimento desta identidade cultural e formas de sua promoção como memória regional, a exemplo do que é feito em outras regiões do Brasil. Trata-se de um novo modo de ver o artesanato, como estratégia para incentivar o desenvolvimento social e econômico, baseado no respeito e valorização à diversidade cultural, à complexa herança cultural indígena negra e imigrante, tendo como referência o respeito e sacralização da natureza. Desse modo, será possível estabelecer um cenário promissor, colocando o patrimônio cultural, como protagonista das perspectivas de uma economia criativa, porém solidária.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da arte do ouro de Juazeiro do Norte. In: RIBEIRO, Berta. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1983.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, 2011. Doc. Eletrônico. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>. Acessado em: 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio Exterior. **Programa do Artesanato Brasileiro**. Bases conceituais do artesanato brasileiro. Brasília, DF, Secretaria de Comércio e Serviços, MDICM, 2012. Documento eletrônico. Doc. Eletrônico. Disponível em: <https://www.google.com.br/search=base+conceitual+do++brasileiro+&aqs=chrom.69i57j0.8425j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 5 de out de 2017.

BUCHWEITZ, Susanne; LESSA, Daniela; WACHHOLZ, Rocheli. **Artesanato quilombola**: do território Sul do Rio Grande do Sul - Brasil / Vários autores. - [s.l.]: CAPA, 2010.

FAJARDO, Elias; MATHIAS, Cristina; AUTRAN, Margarida. **Papéis e panos**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002.

HALBWACHS, Eric. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HISTÓRIA DO FUXICO: Artesanato. Fuxiqueiras. Disponível em: <http://fuxiqueirasarte.blogspot.com/2013/01/a-historia-do-fuxico.html>. Acessado em: 20 de fev. de 2019.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional**. Brasília : IPHAN, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227771POR.pdf> Acessado em: 30 de maio de 2018.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Mão gaúcha**. Vol 1. Fundação Gaúcha do Trabalho. Porto Alegre: Escola Gráfica FEPLAN, 1978.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural**. Uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. Espanha): ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.483, de 28 de janeiro de 2014. Diário Oficial do Estado, n.º 020, de 29 de janeiro de 2014. Altera a Lei n.º 13.516, de 13 de setembro de. 2010. Doc. Eletrônico. Disponível: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replLegis/arquivos/LEI%2014.483.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

_____. **Manual de orientação do artesanato gaúcho**. Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. Doc. Eletrônico. Disponível em: <https://fgtas.rs.gov.br/upload/arquivos/201510/21122806-manual-de-orientacao-pga-versao-final-c-correcao.pdf>. Acessado em: 30 de nov. de 2015.

ROCHA, Gilmar. **Mauss & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TEDESCO, JC. **Festas e saberes**: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial

do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TEDESCO, J. C. O artesanato como expressão de um sistema de autarquia econômico-familiar no meio rural: subsídios para uma história econômica regional. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, Ed. Especial, 2006.

UNESCO. **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acessado em: 29 jun. 2017.

VIEIRA, Kauê. Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino. **Afreaka**. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/> Acessado em: 20 de fev. de 2019.

MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL

Antonio Henrique Seixas de Oliveira

Doutor em Memória Social pela UNIRIO

Rio de Janeiro - RJ

Investigador do projeto “A Nossa Música, o nosso mundo – Associações musicais, bandas filarmónicas e comunidades locais (1880-2018)”

- PTDC/CPC-MMU/5720/2014, financiado pela FCT,POCI-01-0145-FEDER-016814.

Diana de Souza Pinto

Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social na UNIRIO

Rio de Janeiro - RJ

2008). Após transcritas, selecionamos excertos do corpus com a finalidade de analisar os processos que levaram essas instituições ao estágio atual de declínio em comparação ao apogeu que experimentaram até o final da década de 1980. Destaca-se que, na análise dos dados, adotamos a perspectiva dos músicos/narradores que tiveram sua iniciação musical ou atuaram nesses grupos.

PALAVRAS-CHAVE: Bandas filarmônicas portuguesas. Memórias. Narrativas.

ABSTRACT: The present article, which is part of the main author's Ph.D research (OLIVEIRA, 2018), discusses the current situation of the Portuguese philharmonic bands of the city of Rio de Janeiro based on the interdisciplinary field of Social Memory, articulated with Narrative Analysis of interactional basis (RIESSMAN, 2008). The interactional approach to narrative highlights the importance of the context of narrative production and interlocution. For Schiffrin (1996), the stories we tell about “lives” are a way of constructing interpretations and sharing experiences with our interlocutors. The authors carried out a focal group with actors of this process, in which narratives of personal experience (BASTOS, 2008) were told. After transcribing them, we selected excerpts from the corpus with the purpose of analyzing the processes that led these institutions to the

RESUMO: O presente artigo, que integra o trabalho de doutoramento do autor principal (OLIVEIRA, 2018), discute a situação atual das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro fundamentado no campo interdisciplinar da Memória Social, articulado à Análise de Narrativas de base interacional (RIESSMAN, 2008). A abordagem interacional para a narrativa destaca a importância do contexto de produção e interlocução das narrativas. Para Schiffrin (1996), as estórias que contamos sobre “vidas” são uma forma de construir interpretações e compartilhar experiências com nossos interlocutores. Os autores realizaram um grupo focal com atores desse processo, nos quais foram enunciadas narrativas de experiência pessoal (BASTOS,

current situation of decline compared to the apogee they had experienced until the end of the 1980s. It is noteworthy that, in the analysis of the data, takes into account the perspective of the musicians / narrators who have had their musical initiation or played with these groups.

KEYWORDS: Portuguese Philharmonic bands. Memories. Narratives

1 | INTRODUÇÃO

Bandas filarmônicas ou somente filarmônicas são os nomes comumente atribuídos, em Portugal, às bandas de música civil - agrupamentos musicais formados por instrumentos de sopros (madeiras e metais) e percussão, constituídas como associações culturais sem fins lucrativos, e cuja composição majoritária é de músicos não profissionais.

Segundo Salwa Castelo-Branco (1997), a vida das bandas filarmônicas em Portugal está intimamente ligada ao ciclo anual de festas religiosas e profanas, nas quais desempenham um papel fulcral, sobretudo nas regiões centro e norte do país. As *festas* são a denominação dada às celebrações públicas em honra de um santo ou da Virgem Maria associada a uma determinada localidade, normalmente uma Freguesia (Paróquia) ou Concelho (Município). A grande maioria das *festas* é realizada durante o verão Europeu, no período entre os meses de junho e setembro e, para inúmeras comunidades, a *festa* ou *romaria* é o evento mais importante do ano, inclusive com significativas implicações econômicas, pois neste período - que coincide com as férias escolares - muitos migrantes retornam às terras natais com suas famílias, o que contribui para a atividade econômica das localidades.

Desde o século XV os portugueses têm sido uma população móvel por todo o mundo, segundo Joel Serrão (1970). Nossa pesquisa revelou que, nos diferentes locais onde se fixaram, levaram consigo suas práticas musicais chegando a instituir, no âmbito do associativismo migrante, agrupamentos musicais à semelhança das bandas filarmônicas em Portugal.

Na cidade do Rio de Janeiro diversas bandas civis amadoras, à semelhança das bandas filarmônicas em Portugal, foram fundadas pelos migrantes portugueses, e a primeira delas foi a Banda do Centro Musical da Colônia Portuguesa, em 1920. A partir daí outras bandas foram criadas e encerraram suas atividades como a Banda Lusitana, a Banda União Portuguesa e a Sociedade Musical Brasil-Portugal. Até meados da década de 1990 existiam, no estado do Rio de Janeiro, quatro bandas portuguesas em atividade: Banda Portugal (1921), Banda Lusitana (1923), Banda Portuguesa de Niterói (1929) e Banda Irmãos Pepino (1958), das quais apenas a primeira e a última ainda atuam.

2 | BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A pesquisa em periódicos da cidade do Rio de Janeiro publicados entre 1920 até os dias atuais, realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Acervo Digital do jornal *O Globo*, permitiu-nos identificar a existência de oito bandas de música civis amadoras fundadas por migrantes portugueses nesta cidade, a partir de 1920, conforme ilustra o esquema gráfico a seguir.

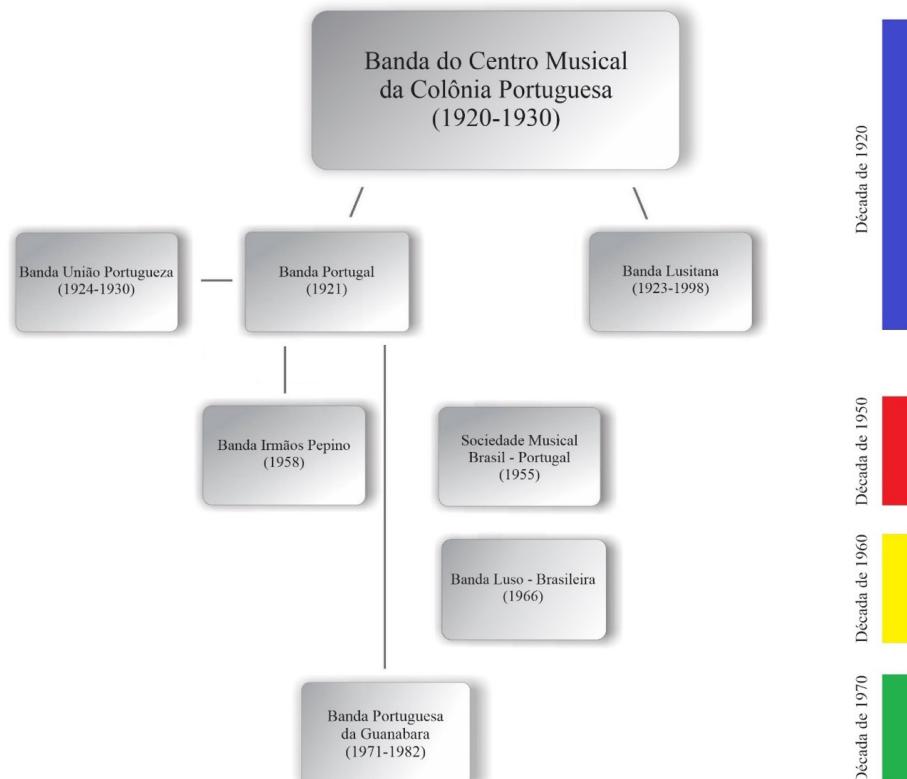


Gráfico 1: Bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro 1920 - 2018

Fonte: elaborado pelos autores.

No esquema gráfico acima, cada célula contém o nome da banda identificada durante a pesquisa com os respectivos anos de fundação e encerramento das atividades, quando foi possível determinar. As linhas que ligam as células representam que a banda da célula inferior teve origem a partir de uma cisão na banda cuja célula está ligada a ela. A coluna do lado direito contém as décadas em que cada banda foi criada.

Na década de 1920 foram criadas quatro bandas filarmônicas portuguesas na cidade do Rio de Janeiro. A Banda do Centro Musical da Colônia Portuguesa, fundada em 1920, é a mais antiga da cidade. A partir de uma dissidência da Banda do Centro Musical da Colônia Portuguesa foi fundada, em 26 de agosto de 1921, a Sociedade Nova Banda da Colônia Portuguesa. Em 1925 esta banda mudaria seu nome para Banda Portugal Sociedade Recreativa e, em 1938, somente para Banda Portugal,

quando passou a admitir brasileiros na sua diretoria, e que mantém até os dias atuais.

Em 19 de junho de 1923 uma nova cisão na Banda do Centro Musical da Colônia Portuguesa deu origem à Banda Lusitana. Na ocasião os dissidentes, em carta aberta à imprensa e à comunidade portuguesa, publicada no Jornal *O Brasil*, explicaram que o desentendimento teve início após reiteradas reivindicações dos músicos que queriam ter direito a voto na associação, o que lhes era negado pela diretoria.

A última banda filarmônica portuguesa da cidade fundada na década de 1920 foi a Banda União Portuguesa, a partir de uma cisão na Nova Banda da Colônia Portuguesa. Sua sede, no sobrado situado à Rua Frei Caneca, n. 4, foi inaugurada no dia 10 de setembro de 1924, e a estreia da banda se deu em sua sede, no dia 19 de outubro daquele mesmo ano.

Na década de 1950 foram criadas mais duas bandas portuguesas na cidade. A Sociedade Musical Brasil-Portugal, fundada em 04 de julho de 1955, também conhecida como “a banda de Realengo” por estar sediada naquela região da cidade; e a Banda Irmãos Pepino, fundada em 15 de março de 1958 a partir de uma dissidência da Banda Portugal. Quatro irmãos José, António, Inácio e João Pepino e um primo, João Urbano da Rosa, todos naturais de Fermentelos, uma Freguesia do Concelho de Águeda, em Portugal, e egressos da Banda Marcial de Fermentelos, saíram da Banda Portugal e fundaram uma banda que, inicialmente, ensaiava nos fundos da oficina mecânica dos irmãos Inácio e João Pepino, situada no Bairro de Maria da Graça e cujo nome lhes foi atribuído pela vizinhança da oficina que se juntava para assistir os ensaios da “bandinha dos irmãos Pepino”. Abaixo apresentamos uma foto da Banda Irmãos Pepino da década de 1960.



Figura 1: Banda Irmãos Pepino na década de 1960

Fonte: acervo da Banda Irmãos Pepino.

No bombo, na foto acima, vê-se a inscrição “Bandinha dos Pepinos”, nome que

lhe foi atribuído pela população, como relatamos anteriormente.

No dia 04 de outubro de 1966, o Jornal *O Globo* noticiava: “Vista Alegre já Tem sua Banda de Música”. A matéria fazia referência à Banda Luso-Brasileira, fundada no bairro de Vista Alegre, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, pelo maestro Antônio Monteiro, contramestre da Banda Portugal à altura, juntamente com os Srs. Fernando Lopes, José Marques, José Teixeira de Almeida e Lélis Monteiro. Esta banda teve uma existência breve, não chegando a cinco anos, segundo entrevistados da pesquisa.

A última banda filarmônica portuguesa criada na cidade do Rio de Janeiro foi a Banda Portuguesa da Guanabara a partir de uma nova cisão na Banda Portugal, em 1971, por conta de uma dívida da instituição com alguns músicos e com o próprio maestro, Heitor Catarino, em virtude de um empréstimo para aquisição da nova sede e que não teria sido quitado. Em 1982, um acordo-fusão foi assinado entre os presidentes da Banda Portugal e da Banda Portuguesa da Guanabara unindo os dois grupos que passaram a denominar-se, somente, Banda Portugal.

A pesquisa de doutoramento (OLIVEIRA, 2018), na qual baseia-se este artigo, objetivou examinar o processo de criação das bandas filarmônicas à luz da migração portuguesa a partir da descrição dos fluxos migratórios que lhes deram origem; compreender a prática das bandas filarmônicas em Portugal e investigar o seu processo de criação e implementação na cidade do Rio de Janeiro; construir as memórias desses grupos musicais da cidade do Rio de Janeiro, na perspectiva da Memória Social, com base em levantamento documental e entrevistas com atores desse processo; e investigar os motivos que levaram à situação atual de declínio das bandas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro. O corpus daquela investigação foi gerado entre 2014 e 2018 por meio de revisão de literatura sobre as filarmônicas em Portugal e sobre a migração portuguesa para os países, nos quais identificou-se a existência de bandas filarmônicas portuguesas em atividade; pesquisa em periódicos locais da cidade do Rio de Janeiro e na Internet; realização de um grupo focal e entrevistas individuais com maestros, músicos e diretores que atuaram ou ainda atuam nestas bandas; trabalho de campo com observação participante em Portugal; e observação etnográfica nos Estados Unidos.

A fim de construir as memórias dessas instituições e compreender os motivos que as levaram à situação de declínio atual, objeto deste artigo, discutiremos parte do corpus – um grupo focal - realizado com músicos profissionais que atuam ou atuaram, nas bandas. Esse grupo focal, no qual ambos os autores foram os mediadores e criadores do tópico guia, foi constituído por seis músicos que hoje atuam profissionalmente e que tiveram sua iniciação musical ou tocaram por um determinado período em pelo menos uma das seguintes bandas: Banda Portugal, Banda Lusitana, Banda Irmãos Pepino e Banda Portuguesa da Guanabara.

As memórias enunciadas pelos músicos profissionais nas suas narrativas de experiências pessoais, evocadas no grupo focal, serão analisadas com vistas à compreensão da realidade atual destas instituições musicais. Fundamentaremos a

pesquisa na autora da Memória Social, Gondar (2016) e Bastos (2008), autora que analisa narrativas na perspectiva interacional, que serão apresentadas na seção 4.

3 I MEMÓRIA E NARRATIVAS

O arcabouço teórico para a análise das narrativas, neste artigo, fundamenta-se no campo interdisciplinar da Memória Social, articulado à Análise de Narrativas de base interacional (RIESSMAN, 2008), entendendo-os como construções sociais que acontecem na interação entre as pessoas.

Em seu artigo “Cinco proposições sobre memória social”, Gondar (2016) apresenta, inicialmente, duas dificuldades que impossibilitam a formulação de um conceito de memória em moldes clássicos, de maneira simples e unívoca. A primeira é que a memória nunca é, na multiplicidade dos seus processos de conservação e transformação, uma forma fixa ou estável. A memória é uma (re)construção permanente e dinâmica - simultaneamente, lembrança e esquecimento; arquivo e restos; acúmulo e perda. Neste sentido, Gondar (2016) aponta que um dos binarismos presentes no campo da memória social diz respeito às relações entre lembrança e esquecimento. Para a autora, perceber o esquecimento enquanto um mal a ser evitado implica a manutenção da dicotomia que neutraliza e elide a dimensão política de toda memória. Para a autora, esquecer é um ato que se encontra presente, invariavelmente, em qualquer construção mnemônica, e para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha, ou seja, a cada vez que escolhemos transformar ideias, percepções ou acontecimentos específicos em lembranças, outros tantos são relegados ao esquecimento. Segundo a autora, o problema da seleção e da escolha faz da memória o “resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal” (GONDAR, 2016, p. 28). O que lembrar e o que esquecer não é apenas uma seleção; é tensionar as linhas de força com vistas a uma direção.

A segunda dificuldade para a formulação de um conceito de memória, segundo Gondar (2016), é que a memória não pode ser definida de maneira única por nenhuma área de conhecimento. Memória é, também, modos de sentir, perceber, pequenos gestos, práticas de si, logo, não é possível de ser reduzida somente à representação. Neste sentido, a autora analisa que:

Assim como não se pode reduzir a passagem do tempo real, em suas ínfimas variações, à marcação dos ponteiros de um relógio, não se pode reduzir a permanente agitação das forças sociais ao contorno homogêneo de uma representação. As representações não surgem subitamente no campo social, mas resultam de jogos de força bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram. Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezaremos as condições processuais de sua produção. (GONDAR, 2016, p.35)

Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), os primeiros a considerar a narrativa como objeto de investigação na Linguística, definiram-na como um método de recapitular experiências passadas combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de eventos que (presume-se) ocorreram de fato. Para os autores, o que caracteriza a recapitulação de experiências como uma narrativa, e não como um relatório, é o fato dela remeter a um acontecimento específico e não a hábitos passados ou ações recorrentes, ser estruturada em uma sequência temporal e ter um ponto a ser contado. Aqui, observa-se uma abordagem estrutural para as narrativas. As motivações acerca do ato de contar uma história para um(a) dado(a) interlocutor(a), em uma situação comunicativa específica, sob certas condições, aspectos do âmbito da interação entre narrador e ouvinte, não são contemplados.

Para Bastos (2008), diferentemente dos autores supracitados, as narrativas “[...] não são mais consideradas como representações diretas e transparentes de eventos passados, mas sim como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos.” (p. 94). Assim, falamos sobre nossas experiências passadas guiados pelo filtro de nossas emoções, afetos e lembranças o que faz com que transformemos e recriemos a nossa experiência. Cada vez que contamos uma história, podemos tanto transformar nossas lembranças quanto cristalizar determinadas interpretações e as formas de relatá-las. Essas interpretações e formulações discursivas, então, operam, muitas vezes de forma não racional, na tensão lembrança e esquecimento a partir da seleção do que deve/pode ser narrado.

Bastos (2008) reitera que construímos as histórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos), de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história e acrescenta que, ao contar histórias, situamos os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças e valores, ou seja, estamos construindo, a todo momento, identidades.

Analisaremos as narrativas de experiências pessoais (Bastos, 2008) articulando-as a alguns componentes das narrativas propostos por Labov. O componente “avaliação” nos importa aqui na medida em que ele funciona como uma janela para identificarmos o ponto da narrativa, ou seja, por que estou contando isso aqui e agora para meu interlocutor. O exame considera o campo da memória social inserido em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento (Gondar, 2016).

4 | REALIDADE ATUAL DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO

Na seção “Introdução” deste artigo informamos que, atualmente, só a Banda Portugal e a Banda Irmãos Pepino continuam em atividade na cidade do Rio de Janeiro dentre todas as bandas filarmônicas portuguesas fundadas desde 1920. Contudo, não significa que se encontrem numa situação que remonte ao apogeu que vivenciaram

até o final dos anos 1980. A Banda Portugal, que chegou a possuir duas sedes, hoje já não existe mais como pessoa jurídica - foi incorporada ao Liceu Literário Português, em 2012, e é atualmente um departamento daquela instituição, que é sua mantenedora. A Banda Irmãos Pepino chegou a receber uma subvenção mensal do Liceu Literário Português, até 2012, quando este incorporou a Banda Portugal e cortou o patrocínio que lhe era atribuído. Anteriormente a banda realizava almoços e festas, além de alugar sua quadra desportiva para eventos particulares, contudo, após a tragédia na Boate Kiss (2013) que vitimou dezenas de vidas, o Corpo de Bombeiros passou a exigir a realização de uma obra para a construção de uma saída de emergência que a banda não tem como arcar. Desde então, a única fonte de renda da instituição é o aluguel de sua quadra desportiva para jogos particulares e escolinhas de futebol que não cobrem os custos para a manutenção da sua sede. Hoje a banda possui uma enorme dívida de IPTU e tem dificuldade para arcar com as despesas mais básicas, como contas de luz e água.

A fim de compreender os motivos que levaram à situação atual destas bandas realizamos um grupo focal, do qual, apresentaremos os dados em blocos narrativos com foco na compreensão da realidade atual destas instituições sob o olhar dos músicos profissionais. Os grupos focais partem de uma perspectiva interacionista e buscam mostrar o modo como uma questão é construída e alterada ao ser debatida em uma discussão de grupo, segundo Flick (2009), por isso a opção pelo uso deste procedimento metodológico.

O grupo focal em questão, que contou com a participação de seis músicos profissionais que haviam atuado em bandas filarmônicas e dos dois mediadores autores deste artigo, foi gravado em áudio, e teve a duração aproximada de duas horas e quinze minutos. A interação se deu em uma das salas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO e ocorreu após a assinatura, pelos participantes, do TCLE (termos de consentimento livre esclarecido). A transcrição dos segmentos foi realizada pelo primeiro autor deste trabalho em consonância com os preceitos adotados pela perspectiva interacional da análise do discurso/narrativas. São adotadas algumas convenções na transcrição da fala para a escrita na tentativa de representar a natureza dialógica do discurso das narrativas. Assim, as pistas de contextualização (Gumperz, 2002) – sinais que indicam para o narrador e para o ouvinte como dada mensagem deve ser interpretada – é uma categoria fundamental para os estudos de narrativa sob o olhar interacional. A ênfase, as pausas, os alongamentos de vogais, entre outros, são exemplos de pistas que nada mais são do que recursos usados pelos participantes de uma interação para identificar o que está acontecendo aqui e agora quando interajo com meu interlocutor.

A pretensão inicial, quando da realização do grupo focal, era convidar participantes que, através de conhecimento pessoal prévio do primeiro autor, tivessem recebido sua iniciação musical ou atuado, quando jovens, durante um período de, pelo menos, cinco anos em uma das bandas portuguesas da cidade vindo, posteriormente,

a se profissionalizar na música, pois objetivava-se demonstrar a relevância das bandas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro como instrumento de educação musical.

De forma não intencional observou-se, posteriormente, que, entre os seis participantes, havia quatro luso-descendentes, três deles, de primeira geração, e um último de segunda geração. O avô de outro participante era espanhol, mas tocou muitos anos na Banda Portugal e na Banda Portuguesa da Guanabara, onde ensinou os primeiros passos ao neto, segundo seu próprio relato de experiência pessoal. Somente um dos participantes não é descendente próximo de outra nacionalidade diferente da brasileira.

A seguir apresentamos um quadro que contém algumas informações sobre os participantes do grupo focal citados neste artigo a fim de melhor contextualizar o leitor. Estas informações foram obtidas por meio de um formulário individual de informações preenchido por todos os participantes ao término da realização do grupo focal. As idades dos participantes informadas no quadro abaixo referem-se à época da realização do grupo focal, em julho de 2015. Os nomes dos participantes utilizados neste artigo foram alterados, a fim de preservar suas identidades.

Nome	Migrante ou luso-descendente	Idade	Profissão	Bandas portuguesas em que atuou	Funções nesta (s) Banda (s)	Tempo de atuação considerando todas as bandas portuguesas de que participou
Pedro	Luso-descendente de 1 ^a . geração	56 anos	Músico freelancer	Banda Lusitana, Banda Portuguesa da Guanabara e Banda Portugal	Músico	Não informado
João	Luso-descendente de 1 ^a . geração	47 anos	Músico de orquestra sinfônica	Banda Portuguesa da Guanabara e Banda Portugal	Músico	6 anos
Fernando	Luso-descendente de 1 ^a . geração	55 anos	Professor de Música	Banda Portuguesa da Guanabara e Banda Portugal	Músico	43 anos

Quadro 1: Informações sobre os participantes do grupo focal realizado em 20 jul. 2015

Fonte: elaborado pelos autores.

No segmento 1, os músicos participantes respondiam à primeira pergunta aberta formulada que constava do tópico guia: “Em que medida a participação em uma banda portuguesa contribuiu para a sua formação como músico?”. Neste segmento, observaremos uma interação entre João e Pedro a propósito do financiamento destas bandas. As convenções utilizadas na transcrição dos segmentos narrativos encontram-

se em quadro anexo, ao final do artigo.

179	João	Esse lado também é importante, mas assim... concursos, essa banda é melhor que a outra... Acho que veio depois de uma certa história de, de religião de encontrar os parceiros lá de Portugal aqui... E alguns mais bem sucedidos, outros não... em geral tinha sempre alguém que assim que apoiava a banda, né?
180		
181		
182		
183		
184		
185		
186	Pedro	Tinha sempre um portuga, até meu tio uma época foi patrocinador da banda... não sei se Portugal, acho que foi Portugal <u>ele deu fardamento completo pra todo mundo</u> ,
187		
188		
189		
190		[mandou ir lá no alfaiate]...
191	João	[Essa história sempre acontecia.]
192	Pedro	"Vocês vão lá um por um, tira as medidas e manda fazer calça, paletó, <u>tudo</u> . Deixa tudo na minha conta." Meu tio pagou fardamento geral, tudo novo.
193		
194		
195		

Segmento 1

João, referindo-se à primeira pergunta colocada para o grupo focal, aponta a relação de proximidade entre a prática das bandas filarmônicas no Brasil e a questão religiosa (linha 182). Sobre este aspecto, vale observar que Nogueira (2010) atesta que, em Portugal, “A cultura religiosa foi a grande financiadora e impulsionadora das bandas filarmônicas. As bandas cantavam ou tocavam em missas, procissões e arraiais [...].” (NOGUEIRA, 2010, p. 29). Como vimos na introdução deste artigo, Castelo Branco (1997) considera que a vida das bandas filarmônicas, em Portugal, está diretamente ligada ao ciclo anual de festas religiosas que acontecem no período do verão nas localidades, sobretudo nas regiões centro e norte do país. Sousa (2017) explica que nas regiões centro e norte de Portugal algumas bandas tiveram origem em agrupamentos musicais da Igreja, de Irmandades ou Ordens Religiosas ou foram fundadas pelos padres das paróquias, que em alguns casos, também viriam a ser seus primeiros professores e maestros. Nestas regiões grande parte das bandas não possuía sede própria e acabava por realizar seus ensaios em espaços cedidos pelas próprias paróquias. Na cidade do Rio de Janeiro, um dos principais contextos de atuação das bandas portuguesas, até os dias atuais, são as festividades religiosas organizadas por igrejas ou casas regionais portuguesas nas datas alusivas aos santos padroeiros das suas respectivas localidades, nas quais o destaque principal da banda ocorre durante a procissão. Cabe também ressaltar que a influência da Igreja Católica se faz perceber, inclusive, no seio das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro. Os estatutos da Banda Irmãos Pepino, por exemplo, citam textualmente no Parágrafo Único do seu artigo 2º que: “Anualmente, no mês de agosto,

será comemorada festivamente a data de Nossa Senhora da Saúde, Padroeira da Associação”. No artigo 3º ainda completa afirmando que “Esta Associação cultivará as tradições católicas”.

O financiamento das bandas é abordado por João (linhas 184 e 185) e Pedro. Este, na sua narrativa, (linha 186) constrói discursivamente o migrante português de uma forma estereotipada referindo-se a ele como “portuga”. Narra que seu tio deu o fardamento completo da banda, procedimento que parecia ser comum pela confirmação de João (linha 191) possibilitando-nos inferir como estas instituições eram financiadas (“ele deu fardamento completo pra todo mundo”). Cabe destacar que o narrador Pedro usa o recurso da ênfase (sublinhado) enaltecedo a generosidade do tio – financiou o uniforme de todos da banda - atribuindo maior colorido ao conteúdo enunciado. Na linha seguinte, ele emprega o diálogo construído (TANNEN, 1989) trazendo as falas supostamente ditas por seu tio em outro tempo e espaço para sua narrativa, dando voz, assim, às personagens. (“Vocês vão lá um por um, tira as medidas e manda fazer calça, paletó, tudo. Deixa tudo na minha conta”). Nessa operação de construção narrativa, Pedro reitera o atributo de generosidade do familiar ao detalhar as peças da farda bem como a responsabilidade única do pagamento de todas as fardas.

Os três próximos segmentos respondem às seguintes perguntas: “Como você avalia a situação das bandas portuguesas no presente e o que você acredita ter contribuído para a situação atual destas instituições?”.

832	Fernando	Isso passa... isso passa até por uma, uma... inicialmente, passa por uma tradição familiar mesmo, né. É... se você for, é... lá pra..., lá pra década de 20 e tudo, a união das famílias era muito maior. A instituição familiar era diferente, [...] mas eu digo a família como um centro mesmo. A família constituída por pai, mãe, irmão, filho, avô e tal... eles iam até o fim. Eles iam, os netos... Hoje em dia, quer dizer, essa horizontalidade da sociedade, ela se tornou vertical. Hoje em dia quem assume o papel desse pai...né? Que eventualmente saiu da família é a avó. A avó passa a ser um... um... centro da família, né? Então quantas, quantos, quantas meninas aí tem filho=quem é que cuida dos filhos dela? É a avó, né? Então quer dizer essa relação família ela tem a ver analogicamente, diretamente ou indiretamente como também essa relação da banda, né? Isso é um aspecto. O outro aspecto é o aspecto gerencial, né? É, o, o Brasil ele:: eu digo que até hoje ele ainda... não se livrou... da oligarquia... né? Se você for ver bem... você vê quem é que tá no poder=ainda somos oligárquicos, né? E isso daí... tem a ver também com a história da banda porque... como eu falei antes, enquanto o Heitor tava lá, né? Com a, com a vara na mão dando porrada no cara pra ele acordar e... se preocupando com o fá sustenido, com etc. tinha alguém lá por trás... que ou gerenciava muito mal ou não tinha a menor noção de gerenciamento... entendeu?=Quantas vezes aquele cofre foi encontrado aberto... ali na Banda Portugal=meu pai mesmo falava °e tal° e eu me lembro que quando tinha as eleições... e aí começavam as acusações de um, acusações de outro você, lembra disso, né? Mas ninguém assumia nada porque não tinha um estado gerencial... né?
-----	----------	--

Segmento 2

Em sua longa narrativa, Fernando relata motivos diversos para a compreensão da realidade atual das bandas filarmônicas portuguesas no Rio de Janeiro. Com relação ao primeiro aspecto destacado, a questão familiar (linhas 832 a 842), Fernando observa que as relações familiares mudaram, e que antigamente as famílias eram mais unidas. Na sua percepção a horizontalidade que havia nas relações familiares tornou-se vertical e, com isso a avó passara a ser o centro da família (linha 844), pois tem que cuidar dos netos para que os pais possam trabalhar. Estabelece ainda uma analogia com a situação das bandas (linhas 847 e 850), no sentido de que, anteriormente, as

diferentes gerações se reuniam, também, em torno da banda - avós, filhos e netos tocavam e participavam juntos na banda, o que, a seu ver, não mais acontece, por conta das mudanças na instituição familiar, onde a mulher, exerce um novo papel deixando de se dedicar exclusivamente ao lar e aos filhos para estudar e trabalhar. Fernando ressalta, também, o mau gerenciamento das bandas (linha 850 a 862) e recorre a uma análise sociopolítica do país para faze-lo. Aponta a oligarquia como um traço premente nas práticas sociais (“Se você for ver bem... você vê quem é que tá no poder=ainda somos oligárquicos, né?”), e exemplifica este aspecto nas bandas ao trazer o personagem do maestro Heitor, cuja regência, segundo a história que conta, é eivada de atos e práticas de certa aspereza (“Com a, com a vara na mão dando porrada no cara pra ele acordar”). Ao mesmo tempo, ele constrói essa personagem como alguém atento aos detalhes da performance musical (“se preocupando com o fá sustenido, com etc.”). Em seguida, retoma o sub-tópico anterior insistindo no mau gerenciamento das bandas realizado provavelmente por não profissionais (“tinha alguém lá por trás... que ou gerenciava muito mal ou não tinha a menor noção de gerenciamento...”). E, para reforçar seu argumento de mal gerenciamento, acrescenta, em fala engatada, sem pausa, à narrativa um episódio relativo à guarda do dinheiro que ocorreu repetidas vezes: “Quantas vezes aquele cofre foi encontrado aberto... ali na Banda Portugal”. Interessante observar que o clima de fraternidade e companheirismo que circunda grande parte das narrativas dos entrevistados relativas à atmosfera nas bandas recebe uma mitigação aqui no final desse excerto: “e aí começavam as acusações de um, acusações de outro você, lembra disso, né?” gerencial... né?”. A seguir apresentaremos o segmento narrativo 3.

893	Fernando	Agora... o que... na verdade:: eu queria
894		com ele era que ele:: né...? Buscasse
895		a... a vontade... eu não sei se é a
896		vontade política ou vontade, porque
897		ele é um português mesmo=o cara, o cara
898		fala aquele português que eu não entendo
899		patavína do que ele fala. Eu queria que
900		ele buscasse no coração dele a <u>IMPORTÂNCIA</u>
901		<u>dessa tradição...</u> E é isso que eu não
902		consegui... Eu não consegui e o meu pai
903		se debate lá “Porque não sei o que,
904		porque não sei o que...” eu falei “Pai...
905		<u>Ele não quer.” Entendeu?=Infelizmente eu</u>
906		<u>tive que falar claro e, e objetivo com</u>
907		<u>meu pai. Eu falei “Cara ele não quer”.</u>

Segmento 3

No segmento 3, Fernando segue suas considerações a propósito dos motivos que teriam levado à situação atual das bandas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro, referindo-se ao falecido Sr. Antonio Gomes da Costa, português de nascimento e

advogado de formação, figura proeminente na colônia portuguesa do Rio de Janeiro que ocupou cargos em importantes instituições portuguesas a exemplo da presidência do Real Gabinete Português de Leitura e do Conselho Deliberativo da Beneficência Portuguesa. Em sua narrativa, Fernando conta-nos que o procurou com vistas ao apoio para a Banda Portugal, na qual seu pai é maestro (“eu queria com ele era que ele: né...? Buscasse a... a vontade... eu não sei se é a vontade política ou vontade”). Em sua narrativa, ressalta o apelo emocional, ao trazer, como justificativa para a procura desse personagem, o aspecto do desejo de manter as tradições portuguesas relativas à manutenção da banda (“porque ele é um português mesmo”). Dá seguimento a sua estória (“Eu queria que ele buscasse no coração dele a IMPORTÂNCIA dessa tradição...”) enfatizando o apelo ao caráter afetivo implicado, remetendo-nos, assim, à concepção de memória trazida por Gondar (2016). A memória é (re) construção permanente, constituída por movimentos, aberturas, processos de manutenção e criação assim como por afetos e cheiros. A forte relação do narrador com essa tradição é sinalizada também pela ênfase dada à palavra “importância”, destacada, na transcrição, em caixa alta. Fernando finaliza sua estória enunciando seu fracasso, de forma repetida, nessa tentativa de apoio (“E é isso que eu não consegui... Eu não consegui”), lançando mão, em seguida, do recurso do diálogo construído (TANNEN, 1989) ao trazer para a narrativa o diálogo que tivera com seu pai no qual ele enuncia, de forma evidente, a recusa do Sr. Antônio em apoiar a banda (“eu falei “Pai... Ele não quer.” Entendeu?=Infelizmente eu tive que falar claro e, e objetivo com meu pai. Eu falei “Cara ele não quer”). As falas supostamente enunciadas trazem mais vivacidade para a narrativa, adicionando-lhe uma certa dramaticidade. A seleção lexical do narrador (“infelizmente eu tive que falar claro”) coloca o ouvinte diante de uma situação de enunciação difícil, fazendo-nos inferir a dor sentida pelo pai diante daquela recusa.

1046	Antonio	Como você avalia a situação das bandas portuguesas?
1047		
1048	João	Sim, sim, é... Se a gente parar pra pensar em geral a situação das bandas...
1049		
1050	Antonio	É.
1051	João	Ou se você for pensar mais um pouquinho mais <u>das orquestras</u> ... Orquestra Sinfônica Nacional, Orquestra Sinfônica Brasileira, cadê as verbas pra cultura? Sabe? Artisticamente a nossa cultura de banda é, sabe, é quase... zero eu acho, sabe?=Eu gostaria de ver muito mais bandas... no Rio de Janeiro e no Brasil todo. A cultura tá em que pé? Entendeu? Então quando você fala bandas portuguesas eu escuto assim “ <u>É banda. Qualquer banda.</u> ”. Acho muito fraco... acho... Sabe? Infelizmente...
1052		
1053		
1054		
1055		
1056		
1057		
1058		
1059		
1060		
1061		

Segmento 4

No último segmento analisado, João ressalta a crise da cultura como um todo no

país (Linhas 1048 a 1054), e refere-se à situação das orquestras sinfônicas profissionais do estado do Rio de Janeiro (“Orquestra Sinfônica Nacional, Orquestra Sinfônica Brasileira”), salientando que as mesmas já enfrentam dificuldades financeiras (“cadê as verbas pra cultura?”). A seguir, João considera que a situação das bandas de música em geral, não só as bandas portuguesas, no Brasil é ainda pior (“Artisticamente a nossa cultura de banda é, sabe, é quase... zero eu acho, sabe?”). Note-se que a palavra “zero” opera como elemento avaliativo e, a ênfase na palavra denotada pelo sublinhado nesta avaliação, confere a João o uso da performatividade como recurso dramático. Segundo Bauman (1986), a performance é um evento situado num contexto particular, construído pelos participantes. Há papéis e maneiras de falar e agir e a performance é um ato de comunicação, mas como categoria distingue-se dos outros atos de fala principalmente por sua função expressiva. Em consonância com a narrativa de João a propósito da situação da cultura no país, cabe ilustrar que, em 2017, a Orquestra Sinfônica Brasileira e o Teatro Municipal do Rio de Janeiro suspenderam parte de suas temporadas e atrasaram salários; e o governo do Estado de São Paulo acabou com a Banda Sinfônica do Estado de São Paulo, um dos conjuntos mais importantes da América Latina no gênero. Diante deste cenário as bandas portuguesas, na sua visão, não estariam isentas dos problemas enfrentados por todas as bandas de música (“É banda. Qualquer banda.”), tornando a utilizar-se de uma palavra como elemento avaliativo (“fraco”) para avaliar a precariedade da situação destes grupos musicais no país (“Acho muito fraco...”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos aqui compreender os motivos que levaram à realidade atual das bandas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro a partir da construção das memórias destas instituições musicais com base nas narrativas de experiência pessoais de músicos profissionais que tiveram sua iniciação ou atuaram nestas bandas por um período mínimo de cinco anos. A análise das narrativas, seguindo uma perspectiva interacional, serve como ferramenta para que possamos compreender a vida em sociedade através das interações interpessoais, numa perspectiva socioconstrucionista. Neste sentido, a interação entre os participantes do grupo focal permite que emergam memórias, que são coconstruídas de forma dinâmica na sua relação lembrança/esquecimento e, neste artigo, nos permitiu responder, em parte, à questão que suscitou sua elaboração.

Inicialmente destacamos a importância das bandas filarmônicas em Portugal, sobretudo, nas festividades religiosas das localidades situadas nas regiões centro e norte do país. Vimos, também, que no contexto do associativismo migrante, os portugueses levaram consigo as suas práticas musicais chegando a instituir agrupamentos semelhantes às bandas filarmônicas em Portugal. A seguir

apresentamos um breve histórico da criação destes grupos na cidade do Rio de Janeiro, com base na pesquisa realizada nos periódicos locais, a partir de 1920, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A análise das narrativas dos músicos permitiu-nos inferir que as referidas bandas se mantiveram, em grande medida, por conta do altruísmo de alguns migrantes que, quando atingiam uma melhor condição financeira, faziam doações a fim de contribuir na compra de instrumentos, manutenção da sede, aquisição de uniformes e demais despesas. Desta forma, observamos que as bandas não implementaram modelos alternativos de gestão que proporcionassem a sua sustentabilidade tendo, como base, apenas o mecenato. Pudemos, ainda, observar problemas de gerenciamento e descontrole nas finanças destas instituições. A mudança nas relações familiares nos dias atuais também foi citada como um dos motivos para a situação atual destes grupos musicais, pois convívio da família no seio das bandas já não existiria como anteriormente. Por fim, a crise da cultura no Brasil foi, também, abordada como um dos motivos para a situação atual das bandas de música em geral e, por conseguinte, também das bandas portuguesas.

No decorrer da pesquisa, entrevistas individuais foram realizadas e, as memórias que nelas emergiram, acabaram por evidenciar outros motivos, além dos citados neste artigo, que levaram à compreensão da situação atual das bandas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro. Esta análise completa se encontra no bojo da tese, na qual, se baseou este trabalho.

REFERÊNCIAS

- BANDA IRMÃOS PEPINO. **Estatuto da Associação Musical Banda Irmãos Pepino - Sociedade Luso-Brasileira**. Rio de Janeiro, 2008.
- BASTOS, Liliana Cabral. Estórias, Vida Cotidiana e Identidade - Uma Introdução ao Estudo da Narrativa. In: COULTHARD, C.R.C e CABRAL, L.S (Org.). **Desvendando discursos: conceitos básicos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p. 79-111.
- BAUMAN, Richard. **Story, performance and event. Contextual studies of oral narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CASTELO BRANCO, Salwa El-Shawan. Voix du Portugal. **Cité de La Musique**, Actes Sud, p. 62-73, 1997.
- FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- GONDAR, Jô. Cinco apontamentos em Memória Social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. (Org.). **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 9, p. 19-40, 2016.
- GUMPERZ, John. Entrevista com John Gumperz. In: PEREIRA, M. G. D. GARCEZ, P. M. (Orgs. e Eds.). **Palavra**. v. 8. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

LABOV, William; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

NOGUEIRA, Tristão. Modelos Predominantes de Espetáculos. In: **Entre Bandas**, v.2. Seixal: Confederação Musical Portuguesa, 2010, p. 28-33.

OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de. **Acordes filarmônicos ecoam na Guanabara - memórias e narrativas das bandas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro**. 2018. 245f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIESSMAN, Catherine Koehler. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008.

SCHIFFRIN, Deborah. Narrative as self portrait: sociolinguistic construction of identity. In: **Language in Society**, 25 (2), 1996, p. 167-203.

SOUSA, Pedro Alexandre Marcelino Marquês de. **Bandas de Música na História da Música em Portugal**. Porto: Fronteira do Caos, 2017.

TANNEN, Deborah. **Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Convenções de Transcrição:	
...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
=	elocuções contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	ênfase
: ou ::	alongamentos
[início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas

OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS

Luciane Marques Raupp

Universidade La Salle. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Canoas – RS.

RESUMO: Este trabalho visa articular questões ligadas aos temas memória social, juventude, identidade e violência, tendo como pano de fundo a análise de vivências comunitárias de jovens residentes no Bairro Guajuviras/ Canoas – RS. Apresenta uma visão histórica do bairro, atrelada a análises sobre as manifestações de violência urbana no local e nas representações de jovens moradores por meio do desenvolvimento de uma Oficina de Fotografias realizada na Casa de Juventudes durante o segundo semestre de 2015.

PALAVRAS-CHAVE: juventude; violência; fotografia; memória social.

PHOTOGRAPHY WORKSHOP AND ACTION

**RESEARCH: BUILDING WAYS TO WORK
WITH YOUTHS FROM GUAJUVIRAS
NEIGHBORHOOD**

ABSTRACT: This work aims to articulate

social memory issues with youth, identity and violence connected with an analyses of the community experiences of young people living in the neighborhood of Guajuviras/Canoas - RS. It offers a historical view of the neighborhood, linked to analysis of the manifestations of urban violence and the young's representations through the development of a Photography Workshop held in the Casa de Juventudes during the second half of 2015.

KEYWORDS: youth; violence; photography; social memory.

1 | INTRODUÇÃO

É no Guaju, no parque São José,

*não marca bobeira senão não pára
em pé*

Parque São José – Código C-RS

Este texto busca articular questões ligadas à memória social, juventude, identidade e violência tendo como pano de fundo a análise de vivências comunitárias de jovens residentes no bairro Guajuviras, situado no município de Canoas, região metropolitana da cidade de Porto Alegre/RS¹. Apresenta uma visão

¹ Este artigo é uma versão ampliada e bastante modificada do trabalho completo intitulado “MEMÓRIA, JUVENTUDE E IDENTIDADE: A FOTOGRAFIA COMO FORMA DE (RE) CONHECIMENTO COMUNITÁRIO”, publicado nos anais do II Seminário internacional em Memória Social realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO em março de 2016.

histórica do bairro, atrelada a análises sobre as manifestações de violência urbana no local e nas representações de jovens moradores por meio do desenvolvimento de uma Oficina de Fotografias realizada na Casa de Juventudes do bairro Guajuviras durante o segundo semestre de 2015.

O bairro Guajuviras é fruto de uma ocupação popular do Conjunto Habitacional Ildo Meneguetti ocorrida no ano de 1987, a qual foi considerada a maior ocupação urbana do sul do país, unindo pessoas oriundas de diferentes organizações sociais em busca da efetivação do direito à moradia. Após a ocupação e posterior regularização das ocupações invadidas, o bairro apresentou acentuado desenvolvimento sem adequado planejamento urbano, sofrendo com o aumento das taxas de criminalidade. Com foco nessa realidade, no ano de 2009 o local acolheu um projeto governamental na área de segurança pública para sua transformação em um Território de Paz, tecnologia de ação e prevenção à violência sob um paradigma de segurança comunitária. O processo de implementação do projeto uniu instâncias municipais, estaduais e federais.

Em busca de uma aproximação às formas de expressão dessas questões no cotidiano dos jovens, suas memórias e representações sobre a vida no local, foi realizada uma pesquisa-ação com frequentadores da Casa de Juventudes (CJ) – um dos equipamentos sociais implantados pelo programa do Território de Paz. Unindo a observação participante à necessidade de efetivar formas de participação no cotidiano da CJ que permitissem aprofundar a compreensão da realidade dos jovens foi realizada uma Oficina de Fotografias voltada aos frequentadores da CJ durante o segundo semestre de 2015 como um dispositivo de acesso aos mesmos e as suas representações sobre cotidiano, identificações e projetos, compreendendo a fotografia como uma forma de reconstrução de memórias a partir de um olhar crítico sobre seu cotidiano. Fotos resultantes da Oficina realizada serão expostas ao longo desse trabalho, bem como trechos de falas que refletem como percebem o bairro e o ocupam.

2 | CRESCIMENTO URBANO E EXPRESSÕES LOCALIZADAS DA VIOLENCIA NO MUNICÍPIO DE CANOAS: O CASO DO TERRITÓRIO DE PAZ DO BAIRRO GUAJUVIRAS

O bairro Guajuviras está situado no município de Canoas, cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Caracterizada externamente como uma cidade cindida por rodovias, Canoas tem características topográficas que a ligam à ideia de passagem entre os municípios da região, particularidade ligada à fundação do povoamento urbano, ocorrida em 1874 com a inauguração do trecho da estrada de ferro que ligava as cidades de Porto Alegre e São Leopoldo. (FACHINELLO, 2012).

Elevada à condição de município em 1939, quando deixou de ser um distrito do município de Gravataí, Canoas apresentou um acelerado crescimento econômico principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial quando, além de numerosas

indústrias, foram instaladas no município a Base Militar da V Zona Aérea e a Refinaria Alberto Pasqualini, impulsionando o desenvolvimento da cidade. Nas duas décadas posteriores à emancipação ocorreu um crescimento demográfico acelerado, o qual aumentou em 486% a população local. (ANGELI, 2015). Atualmente Canoas possui uma população de 323.827 habitantes sendo o quarto município mais populoso do Estado do RS e um polo industrial importantes, possuindo, com o segundo maior PIB do Estado (IBGE, 2010).

Acompanhando o acelerado crescimento urbano, a partir da década de 1980 a violência destaca-se como uma característica negativa presente no cotidiano de Canoas, refletindo uma tendência nacional presente em grande parte dos municípios situados em regiões metropolitanas. Nesta época houve uma significativa alteração no perfil de mortalidade do País, a qual passa de quarta à segunda causa de morte. (PALAZZO et al, 2008). Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados a partir desse momento, quando a sociedade assiste ao crescimento das taxas de violência em distintas modalidades, em especial, à emergência do narcotráfico a qual colabora para a desorganização das formas tradicionais de sociabilidade entre as classes populares. (ADORNO, 2002).

As expressões da violência urbana não são uniformes, mas espacializadas e tipificadas. Um exemplo foi divulgado pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas (DAL SANTO; KERBER, 2009) que demonstrou que no ano de análise 87,7% das vítimas de homicídios eram homens e que os jovens morriam mais. Ainda no tocante à dimensão espacial, o estudo realizado apontou que o bairro Guajuviras apresentava a terceira maior taxa de homicídios do município, a qual era de 77,2 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Conhecido como a “*Bagdá do Rio Grande do Sul*”, denominação que aponta para a disseminação de representações e memórias que associam o local à violência urbana e ao narcotráfico, o bairro Guajuviras tem uma história de surgimento que remonta a um movimento popular que culminou em uma grande ocupação em busca do direito à moradia. Sua fundação ocorreu a partir da ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, da então Companhia de Habitação do RS, em 1987. Este conjunto habitacional havia sido planejado para contar com 30.000 unidades residenciais, as quais foram posteriormente reduzidas para 6.000 (PENNA, 1998). precarização das condições de vida de parte importante da população local.



Fotos 1 e 2. Vista de ruas do Bairro Guajuviras.

De acordo com KERBER e DAL SANTO (2014, p. 78) após a ocupação se delineou um perfil de vulnerabilidade social no bairro devido a forte presença de moradias em áreas irregulares, sem documentação oficial, característica esta que, acrescida a fatores econômicos como subemprego, baixa escolaridade, presença de violência e tráfico de drogas levaram à precarização de parte importante da população local. Em um estudo realizado no bairro na década de 1990 a violência já era uma questão fortemente associada ao Guajuviras, motivo de preocupação, divergências e estigmatização dos moradores, vistos pela população da cidade como provenientes de um “*local não confiável*” (PENNA, 1998, p. 52). Esse estudo mostrou a existência de uma divisão interna ao bairro que atribuía às práticas dos habitantes das subocupações a causa da violência local. Desde esta época já existiam projetos de prevenção à violência que resultaram apenas na instalação de uma unidade policial. Impulsionado pela alta taxa de homicídios foi implantado no Guajuviras no ano de 2009 o programa Território da Paz.

Criado no ano de 2007 pelo Ministério da Justiça por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em parceria com a prefeitura municipal, o programa Território de Paz visava à melhoria de indicadores de violência em bairros vulnerabilizados com altos índices de mortes violentas, sob uma ótica preventiva. (SILVÉRIO; MEDEIROS, 2011). Este paradigma de segurança comunitária visava à implantação no local de um programa baseado em uma nova concepção de atuação policial visando fortalecer laços comunitários e implantar alternativas de mediação comunitária dos conflitos e foco na promoção de direitos. O processo de implementação do Território de Paz do Guajuviras seguiu a metodologia básica do programa, contando com ações integradas entre as polícias locais, instâncias comunitárias e de assistência social para a contenção da violência associada principalmente aos jovens. Dentre estas ações foram implementados policiamento ostensivo, instaladas de câmeras de vigilância e detectores de tiros e programas sociais. No que se refere a ações direcionadas aos jovens foram criadas a Agência da Boa Notícia, a Praça das Juventudes (complexo desportivo e de lazer) e um Centro de Referência para as Juventudes a CJ.

A CJ foi criada em 2010 com objetivo de desenvolver a inclusão social de jovens entre 12 e 29 anos por meio da oferta de um espaço protegido de convivência com

diversas oficinas culturais, atendimento psicossocial, um Telecentro Comunitário e a um estúdio público. O público alvo local variou ao longo do tempo, migrando de um foco inicial sobre jovens em situação de violência, passando por um segundo momento de abertura a jovens que ali chegavam por demanda espontânea e que fossem moradores do território. No ano de 2016 houve uma remodelação da CJ, com retorno ao foco inicial, o qual foi ampliado a partir de um diagnóstico que apontou o perfil de jovens envolvidos em situações de violência, focando a partir de então na atuação preventiva junto aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, filhos de egressos do sistema prisional, envolvidos em situação de criminalidade, entre outros.



Fotos 3 e 4: Diferentes espaços da Casa de Juventudes do Guajuviras.

Como afirmado anteriormente, o Território de Paz do Guajuviras foi inicialmente considerado um sucesso devido à redução significativa nos índices de violência nos três anos iniciais de implantação (2009-2011), quando os índices de homicídios diminuíram 73,6%. Cabe destacar que a partir do ano de 2013 foi observado um aumento gradual nos índices de violência locais, levando a remodelações no projeto inicial, com mudanças nos programas sociais e foco maior nas questões de policiamento, bem como redução de verbas para custeio dos projetos sociais. Atualmente o projeto foi extinto, após ter passado por uma diminuição em 2016, quando foi municipalizado.

Embora sejam escassos os estudos qualitativos capazes de apreender como as mudanças ocorridas no bairro impactaram o cotidiano de seus habitantes, algumas aproximações foram feitas. Um estudo importante nesse sentido, visou compreender as opiniões e representações dos jovens do bairro acerca da presença de violência e do impacto do projeto em curso (KERBER; DAL SANTO, 2014, p.93). Os resultados apontaram que os jovens manifestaram perceber: “*maior uso e ocupação dos espaços públicos do Território (...) o que possibilitou, de certo, com limites inegáveis, uma maior convivência entre as pessoas, favorecida pela sensação de segurança e mitigação de indicadores de vitimização letal*”.

Um estudo que destacou outras formas de percepção acerca do impacto do Território de Paz no cotidiano dos jovens foi a dissertação de mestrado de Neves da Rosa (2012) que por meio da abordagem etnográfica abordou a visão dos jovens sobre os primeiros anos de implantação do Território de Paz. Segundo o autor, os

jovens participantes do projeto demonstravam reações negativas a alguns dispositivos instalados no bairro, em especial às câmeras de segurança. Estes eram interpretados como formas de controle e regulação social. Para os jovens, ao invés de investir em dispositivos de controle social seria mais importante investimentos em melhorias na infraestrutura do bairro. (NEVES DA ROSA, 2012). Em outro trabalho sobre o mesmo tema publicado anos antes (Neves da Rosa et al, 2010, p.76) afirmavam que as dificuldades sentidas na interação com os jovens, principalmente no tocante a estimular sua participação em atividades dos projetos implantados, eram compreendidas como forma de resistência às práticas de controle em curso no território.

Em uma via semelhante, encontramos resistências no engajamento dos jovens às atividades da pesquisa. Quando propomos a oficina de fotografias, a qual será melhor discutida abaixo, encontramos jovens tímidos e relutantes em aderir às propostas oferecidas, tal qual observávamos em outras ações realizadas na CJ. Compreendemos que esse funcionamento apontava a necessidade de implementar um trabalho paciencioso de aproximação aos jovens e suas formas de sociabilidade para uma possível compreensão do impacto e possível benefício para os mesmos das ações propostas no território. Conforme Freire (2006b) não se pode conhecer a realidade dos pesquisados a não ser tendo-os como copartícipes, como sujeitos de um conhecimento que provem de sua experiência cotidiana o qual pode vir a se tornar um novo conhecimento, agora compartilhado.

3 | MEMÓRIA, JUVENTUDE E FOTOGRAFIA

Para pensar a relação entre memória, juventude e fotografia é necessário compreender a Memória Social como um conceito difícil de delimitar, interdisciplinar, construído a partir do tensionamento de diferentes perspectivas disciplinares (BERNDT; MANGAN, 2014). Tal qual o conceito de memória, o de identidade encontra-se também no bojo de processos interdisciplinares, sendo compreendido por ângulos diversos a partir da perspectiva escolhida para análise.

Halbwachs (2006) propôs o conceito de Memória Coletiva, referindo-se aos quadros sociais que a compõem. Para o autor não existe memória puramente individual, pois os sujeitos interagem e sofrem a ação dos demais, através dos contextos e instituições com os quais interagem. Pollak (1992) destaca que memória deve ser compreendida como um fenômeno social, coletivo e sujeito a constantes variações, pois, embora sejam os sujeitos que se lembram, esta ação se dá sempre em meio a vivências sociais, sejam elas diretas ou indiretas, remetendo a um imaginário compartilhado (BERNDT; MANGAN, 2014). Dessa forma, acontecimentos vividos pessoalmente ligam-se aos vividos pelas coletividades, incluindo elementos que não foram vivenciados no mesmo espaço-tempo, mas que marcaram um passado coletivo (POLLAK, 1992). Assim as lembranças são coletivas e reforçadas pelos outros, mesmo se tratando

de acontecimentos nos quais estávamos sozinhos, dado que temos grupos sociais internalizados, constituindo nossas subjetividades (HALBWACHS, 2006).

De acordo com Pollak (1992, p. 204), se a memória é uma construção individual e social, pode-se dizer que há uma ligação estreita entre memória e identidade, a qual seria “o sentido da imagem se si, para si (...), a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. Para o autor esta interação entre memória e identidade, principalmente no que refere as memórias que não foram construídas a partir de vivencias pessoais, mas herdadas, seja através de interações familiares, comunitárias ou mesmo a partir das “memórias por tabela”. Assim, a memória é um elemento fundamental do sentimento de identidade, dando a sensação de continuidade e coerênciato (POLLAK, 1992).

Quando o foco de estudo se centra nas relações entre memória social e juventude, algumas demarcações se fazem necessárias. Inicialmente é importante descolar a noção de juventude de recortes tradicionais que a definem como um grupo homogêneo, mera expressão de parâmetros demográficos (período da vida humana que vai dos 15 aos 29 anos), biológicos e/ou psicológicos, os quais são importantes como marcadores iniciais, mas insuficientes para demarcar todos os aspectos socioculturais presentes nessa etapa. Elegendo outra via para a compreensão das expressões dessa fase, comprehende-se atualmente a inexistência de uma categoria homogênea face à diversidade dos grupos juvenis presentes na realidade social, os quais conformam uma construção social formada por um conjunto heterogêneo, expressão de distintas oportunidades e relações de poder construídas socialmente, conformando processos de subjetivação ligados a relações de classe social, gênero, etnia, etc. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007). Nesta vertente de entendimento, opta-se pelo termo *juventudes*, no plural, visando dar conta de toda a gama de possibilidades inerentes a essa categoria, reconhecendo a existência de múltiplas culturas juvenis com pontos de aproximação e divergência entre si. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

Nesse sentido, podemos considerar que as escolhas dos jovens e suas expressões culturais se interligam ao campo da memória social, instância que coaduna passado e futuro, orientando e sendo fruto de valores, normas e experiências oriundas de contextos familiares e sociais que se unem, conformando sentidos de identidade pessoal (MARTINS, 2011). Assim a construção de identidades na atualidade supõe uma implicação mútua entre as instâncias herdadas de identidade (nação, linhagem, família) e as que são construídas no contato dos jovens com diferentes meios e influências sociais. (VELHO, 2003). A consciência e valorização de uma identidade, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, seria o que possibilitaria a formação de projetos de vida, pois ao contar com as instâncias de memória o jovem entra em contato consigo mesmo e se reconhece, ao mesmo tempo em que se encontra com o seu espaço social de referência. (MARTINS, 2011). Portanto, se

a memória permite uma visão retrospectiva da biografia, o projeto é a antecipação dessas trajetórias. Assim, na constituição da identidade memória e projeto articulam-se ao dar significado a vidas e ações, processo permeado pelas características de cada momento histórico. Segundo Martins (2011, p. 219) “memória é identidade”, pois se esta expressa uma individualidade, a mesma só é possível pelo caminho da memória.

Levando em conta tanto as características das juventudes na atualidade, o trabalho desenvolvido na CJ por meio da Oficina de Fotografias, buscou atuar como um dispositivo capaz de disparar formas de aproximação da realidade, memórias e representações dos jovens por meio de algo atraente para eles, as fotografias digitais. Sabe-se da atratividade das fotografias digitais na atualidade, da forma como popularizaram a fotografia, ocupando um espaço considerável nas novas sociabilidades juvenis, independentemente de diferenciações ligadas a questões econômicas. Atualmente a grande maioria dos telefones celulares possui uma câmera digital, possibilitando um amplo acesso a fotos, as quais são automaticamente compartilhadas via redes sociais, alimentando uma cultura contemporânea onde se destaca a onipotência das imagens. Dessa forma as fotografias digitais operam como meios de acesso aos ritmos e à estética da produção de subjetividade contemporânea na qual mudam a noção de tempo e espaço, onde o tempo é fugaz e sempre em trânsito, confrontando noções de tempo linear e das imagens como duplicidades do real, convocando ao registro e, ao mesmo tempo, à criação. (KIRST; FONSECA, 2010).

Utilizando esse dispositivo apostamos que por meio do dispositivo Oficina de Fotografias e da incitação à discussão sobre fotografia e da criação de situações que convocassem à captação de imagens os jovens poderiam registrar imagens que proliferam em seu cotidiano, construindo coletivamente novas formas de significá-las e reconstruir memórias. Segundo Kirst e Fonseca (2010, p. 402), as imagens ligam-se ao “*esforço de decifrar e tornar possível*” e, como um espelho, ajudam na atribuição de sentidos ao mundo que nos cerca.

Considerando a memória como constituída por imagens que afloram, mesclando tempos diversos e presentificando sentimentos e acontecimentos, a fotografia pode constituir-se como uma forma privilegiada para captar tais fluxos. Para Proust (2004), a fotografia deflagrava a necessidade da narrativa, assim como era uma aliada da memória, colaborando com a imaginação. Além disso, considerava a fotografia como uma ferramenta para a fixação da memória, pois esta resgataria o tempo mediante as imagens. No mesmo sentido, Pereira da Silva (2016, p. 310) destaca que a fotografia pode ser considerada um “*sociograma de cunho testemunhal*” ao fixar-se num movimento incessante de projeção de elementos do passado para o futuro. Assim, na fugacidade do contemporâneo:

A leitura e criação da imagem digital colocam em jogo a formação do olhar ou, mais exatamente, como se produz subjetividade e isto se dá através da memória como mar de imagens pronto a ser cartografado pelo presente, memória como espaço virtual capturado pela última vista. Nem passado, nem futuro, inexoravelmente o agora é que nos defronta. O passado pode vir, mas sempre atravessado pela

última cena. Quanto ao futuro, simplesmente não existe, é somente imagem. (...) A captura da imagem é da mesma ordem da lembrança, ao lembrarmos estamos criando e decifrando o próprio corpo. (KIRST; FONSECA, 2010, p. 402).

Na Oficina de Fotografias os jovens exercitaram formas de expressão e de representação da realidade usando a fotografia como meio para disparar novas formas de ver, sentir e lembrar, as quais alimentaram e suas memórias, sendo por estas influenciadas. Utilizadas como forma de interação, mas também de cartografar as experiências dos jovens por meio das imagens que registravam, estas operavam como forma de resgatar, compreender e ressignificar elementos sociais e culturais que permeavam seu cotidiano, dado que se a memória é um aglomerado de registros do vivido em determinado contexto histórico, a fotografia se põe como um artefato de registro visual capaz de captar recortes da experiência, produzindo memória (PEREIRA DA SILVA, 2016).



Foto 5 e 6. Fotos de cenas do cotidiano registradas pelos jovens.

4 | OFICINA DE FOTOGRAFIA COMO DISPOSITIVO DE AÇÃO E ACESSO Á MEMÓRIA

Com o apoio da Casa de Juventudes desenvolvemos uma ação intitulada “Memória social, juventude e identidade: a fotografia como forma de (re) conhecimento comunitário”, sob a forma de uma pesquisa-ação vinculada ao projeto maior de pesquisa citado acima. Executada na forma de uma Oficina de Fotografia oferecida aos jovens que frequentam a CJ a ação foi elaborada como uma via de acesso aos mesmos, dadas as dificuldades iniciais sentidas pelos pesquisadores em se aproximar efetivamente dos jovens, bem como um meio para co-construir com os jovens um olhar crítico sobre seu cotidiano.

A pesquisa-ação se configura como um apropriado método de condução de pesquisa aplicada, orientada para a elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Lindegren et al (2004) caracterizam-na como um método que permite testar hipóteses sobre o fenômeno de interesse, implementando

e acessando possibilidades de mudanças no cenário real. Segundo os autores nesse tipo de investigação o pesquisador assume a responsabilidade não apenas de assistir aos atores envolvidos através da geração de conhecimento, mas também de aplicação deste em prol dos próprios sujeitos investigados, em uma relação de co-produção de conhecimentos e possíveis mudanças. Além disso, a pesquisa- ação, da mesma forma que as ações de extensão, fornece um meio de aproximação e contribuição da academia para com a sociedade, usando a pesquisa como forma de relação comunitária, desenvolvendo uma ação que gera conhecimento e utiliza a democracia participativa como método. (BERNARDES, 2013).

A equipe era constituída pela pesquisadora e duas bolsistas de Iniciação Científica, além de contar com a participação de um fotógrafo voluntário e o apoio da equipe da CJ em termos de suporte técnico e acesso aos espaços da casa. A oficina ocorreu de outubro a dezembro de 2015, com periodicidade semanal e duração de 1h30 cada encontro. A adesão dos jovens era voluntária e flutuante, pois nem todos participavam de todos os encontros, tendo em vista que em algumas semanas ocorreram atividades concomitantes, parte da programação rotineira da CJ. Inicialmente 10 jovens se inscreveram para participar da ação, os quais tinham idades entre 12 e 24 anos e utilizavam seus telefones celulares para fotografar. Em alguns momentos - como em uma atividade na qual o grupo saiu da CJ para fotografar o bairro - jovens que não estavam inscritos se integravam ao grupo. Compreendemos que a presença 'flutuante' nas atividades se devia à dinâmica local, a qual tinha por princípio a participação livre nas atividades.

Para estimular a participação e divulgar as fotos registradas pelos jovens foram utilizadas redes sociais (WhatsApp, Facebook), inclusive com a criação de uma página onde podiam compartilhar e 'curtir' as fotos. Na tabela abaixo estão expostas as atividades e datas de cada encontro.

Data	Atividade
19/10/2015	Início da Oficina de Fotografias: divulgação e montagem de lista de participantes
26/10/2015	Oficina de Fotografias: Presença do fotógrafo voluntário e trabalho com o Livro Zoom.
17/11/2015	Oficina de Fotografias: Troca e discussão sobre as fotos tiradas durante a semana.
24/11/2015	Oficina de Fotografias: Caminhada pelo bairro para fotografar.
01/12/2015	Reflexão sobre o fotografar com projeção de vídeo e fotos.
08/12/2015	Oficina de Fotografias – ação desenvolvida: fotografar algum lugar da CJ.
15/12/2015	Oficina de Fotografias: Escolha de fotos para exposição no Sarau da CJ.
18/12/2015	Sarau Casa das Juventudes: exposição das fotos selecionadas e encerramento.

Tabela I. Cronograma de atividades presenciais do projeto.

Durante os encontros estimulávamos o exercício do estar em grupo, trocando experiências e olhares sobre o bairro. Nos deparamos com uma timidez inesperada quando os jovens eram chamados a expor seus relatos, a qual contrastava com suas formas grupais de interação, levando a equipe a se reinventar no processo no esforço de compreender e se adaptar as suas formas de socialização, o que foi parte fundamental da produção de conhecimento obtida com o grupo.

Os momentos em que foram passadas novas informações, tais como quando esteve presente um fotógrafo fornecendo noções básicas de fotografia e o contato com o *livro Zoom* (BANYAI, 1995) foram particularmente ricos. Na interação com o fotógrafo percebia-se o interesse dos jovens em ampliar as possibilidades de uso da fotografia, bem como sua empolgação frente à possibilidade de interagir como uma câmera profissional. Por meio do trabalho com o *livro Zoom* foram propostas reflexões sobre os efeitos do deslocamento do olhar proposto pelas imagens do livro a partir de uma pergunta inicial: O que você vê? A ação sobre o livro abordou as possibilidades de uso das imagens para registro e ampliação das vivências. Também foram ricos os momentos de saída para fotografar, provocando novas formas de percepção do cotidiano, ao mesmo tempo em que a equipe podia estar presente em momentos de livre descontração dos jovens, conhecendo melhor suas formas de sociabilidade.

Diferentemente do que supomos ao começar a oficina, questões sobre a história do bairro, a presença da violência ou acerca das repercussões do projeto Território da Paz não apareciam espontaneamente na fala dos jovens. Quando indagados, na maioria das vezes desviavam do assunto, preferindo não abordar a temática ou alegando que o bairro era um lugar tranquilo para circular, como nas falas a seguir: “*Não tem nenhum lugar que não indico de frequentar no bairro*”. “*(...) lugares para não ir não tem, pode ir a todos, tem alguns lugares que tu não pode ir de noite é meio ariscado, mas durante o dia é tranquilo*”.

Por outro lado, alguns lugares ligados a subocupações (ocupações de terrenos que se deram após a ocupação do conjunto habitacional que fundou o bairro) eram apontados como mais perigosos, onde se deve evitar a circulação: “*Lugar que é ruim de ir é a Contel, pois ali tem muito tiroteio muita morte, pois tem muitas casas de drogas já passei por varias ali e eu não gosto, não dá*”. Ainda, segundo uma jovem: “*Lugar que não é legal de frequentar é a gruta por que é um lugar mais violentado porque muitos jovens já morreram lá, a gruta fica atrás da praça da brigada, os motivos que eles já foram mortos é drogas e violência*”.

Cabe destacar que os jovens ressaltavam comumente em suas falas a importância de frequentar a CJ e outro locais como a Praça de Juventudes - implantados com recursos do Território de Paz -, embora para alguns o bairro ainda carecesse de locais que facilitem um convívio protegido: “*Gosto aqui da Casa, da praça atrás do Caic, pois é tranquilo não tem tiroteio essas coisas, ali é paz e aqui na Casa, pois ali já tem todas as regras, não pode namorar, não pode jogar as coisas, dai é isso que eu gosto na Casa, pois a Casa tem regras*”. Quando indagada sobre onde gostava de tirar fotos, um

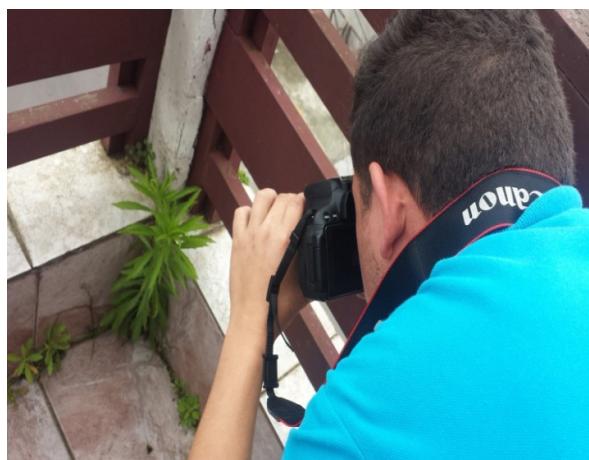
jovem aponta novamente a CJ: “*O primeiro lugar que a gente pode ir para tirar fotos é na Casa das Juventudes, lá é calmo tem bastante paredes pichada, coisa assim. para tirar fotos e a paisagem é bonita também e eles fizeram não faz muito tempo aquela praça e tão metendo uns grafite lá legal*”. “*Lugares legais é a Praça das juventudes, Casa das Juventudes e Mulheres da Paz, e lugares não tão bom é a Contel*”. Ainda segundo outro jovem, apesar de dizer gostar de frequentar a Praça das Juventudes e a chamada “Praça da Brigada”, deveriam existir mais atividades voltadas aos jovens no Guajuviras.

Compreendemos que estas falas sobre lugares que gostam de frequentar ressaltam a importância dos equipamentos sociais implantados pelo Território de Paz, possibilitando o encontro protegido entre jovens, bem com a experimentação de atividades esportivas, cultuais e de formação de cidadania, tal qual o foi o contato proporcionado pela oficina com a fotografia como forma de registro do cotidiano e de suas formas de sociabilidade. Conforme abordado em texto do Instituto Sou da Paz (2010), os lugares onde há maior índice de mortes violentas de jovens são permeados por condições sociais que permitem manifestações de violência com mais frequência. Nestes locais, segundo os autores, se destaca a insuficiência da presença do poder público como propiciador de formas positivas de interação e de lazer comunitários por meio da instalação e manutenção continuada de espaços públicos de lazer, esportes e cultura. A esta ausência soma-se a oferta abundante de substâncias psicoativas, a falta de manutenção de iluminação e áreas públicas, favorecendo o afastamento da população de determinados locais, facilitando assim a proliferação do crime e o consequente aumento do sentimento de insegurança. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2010).

Além destes fatores, destacamos o papel nefasto das representações sociais sobre o bairro Guajuviras como local perigoso e marginalizado, o que faz com que muito jovens sintam-se envergonhados e desvalorizados por terem projetadas sobre suas identidades as representações negativas que associam o bairro à criminalidade. Neste caminho projetam-se sobre os moradores memórias ligadas à história de abandono social a que o bairro foi relegado por anos - história esta que, nas falas dos próprios jovens, poderia ser revertida com a continuidade dos investimentos feitos no local a partir da implantação do Território de Paz.



Fotos 7 e 8. Caminhada pelo bairro para fotografar



Fotos 9 e 10. Jovens fotografando.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade complexa e multifacetada da atualidade a temática da juventude tende a ganhar destaque a partir da emergência de situações-problema, quando jovens se envolvem em episódios violentos, compreendidos assim como uma categoria de risco ou, por outro lado, como consumidores passivos expostos ao um bombardeio de imagens fugazes. Buscando outros olhares sobre a juventude, compreendemos a importância de uma aproximação para além da mercantilização das culturas juvenis, enfocando na riqueza e diversidade de formas de socialização e de produção de cultura. (MARTINS, 2011).

Nas observações efetuadas na Casa de Juventudes encontramos grupos geradores de cultura que tinham no local um ponto de organização e de incitação à criação, formando uma comunidade afetiva ligada pelo pertencimento comum a um mesmo território, colaborando para o fortalecimento de uma convivência pacífica e criativa. A temática da violência surgia como uma presença constante e naturalizada, mesmo que muitas vezes silenciada ou banalizada, reflexo da memória e do cotidiano do bairro, mas as oportunidades de socialização criadas nesse espaço atuavam como formas possíveis de resistência ao que muitas vezes se impõe como um ‘destino’ aos

jovens.

Nesse contexto a Oficina de Fotografias procurou atuar como mais um dispositivo para a circulação de palavras, histórias e memórias. Apostamos na ideia de que por meio de uma tarefa comum o trabalho em grupo pode potencializar lembranças, caracterizando pontos de identificação e de memória coletiva. (MARTINS, 2011). Durante o percurso da Oficina, o qual não se deu isento de dificuldades e dúvidas, podemos gradualmente experimentar a construção de uma relação de proximidade com os jovens e com seu universo de representações comunitárias e sociabilidades. Além disso, desfrutamos juntos do percurso efetuado, finalizado com a realização de um Sarau no qual fotos selecionadas pelos jovens foram impressas e expostas, deixando nas paredes da Casa de Juventudes um pouco das memórias (re) construídas nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, n.8, p.84-135, 2002.
- ANGELI, Douglas Souza. Existir e morar na cidade: vinte anos do projeto Canoas – Para lembrar quem somos. *Mouseion*, n. 25, pp. 109-122, 2015.
- BANYAI, Istrain. **Zoom**. São Paulo: Editora Brinque Book, 1995.
- BERNARDES, Jacira Gil. **Democratização do acesso à leitura e à informação: a construção de um equipamento coletivo**. Dissertação. Canoas: Centro Universitário Unilasalle, 2013.
- BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (orgs.). **Dicionário de expressões da Memória Social, Bens Culturais e Cibercultura**. Canoas: Editora Unilasalle, 2014.
- BYDLOWSKI, Cynthia Rachid (Eds). **Violência e Juventude**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- IBGE. **Dados do Censo 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31. Acesso em 12 março 2016.
- DAL SANTO, Rafael; KERBER, Aline de Oliveira. **Estudo dos homicídios em Canoas (2009). Relatório de pesquisa, 2010**. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//estudo_de_homicidios_em_canoas.pdf. Acesso em: 16 de junho 2016.
- KERBER, Aline de Oliveira; DAL SANTO, Rafael. **Relatório de Pesquisa: estudo dos homicídios em Canoas (2009)**.
- KERBER, Aline de Oliveira; DAL SANTO, Rafael. Muitas cabeças, muitas sentenças: uma mirada acerca das representações sociais das juventudes do bairro Guajuviras (Território de Paz) na cidade de Canoas/RS. *Revista Diálogos Possíveis*, v. 13, n.1, 2014.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. **Grêmio em forma: o fomento à participação dos jovens na escola como estratégia de prevenção à violência**. In. WESTPHAL, Márcia Faria; RACHYD, Cintia. *Violência & Juventude*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

FACHINELLO, Aleksandra. **O patrimônio ambiental em Canoas, Rio Grande do Sul: avaliação da conservação e recomendações de uso de áreas naturais remanescentes.** Dissertação de mestrado. Canoas: Centro Universitário Lasalle – Unilasalle, 2012.

GAMALHO, Patrícia Nola; HEIDRICH, Álvaro Luiz. “A gente é da vila, mas não é bandido!” **O lugar e a juventude nas representações sociais dos jovens do bairro Guajuviras - Canoas/RS.** Para Onde!?, v.6, n.1, p 57-63, 2012.

LINDGREN, Richard; HENFRIDSSON, Ola; SCHULTZE, Ulrike. **Design principles for competence management systems: a synthesis of an action research study.** MIS Quarterly, Minnesota, v. 28, n.3, p. 435-472, 2004.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. **Juventude e memória: lembranças de tempos recentes.** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v.47, n.3, pp. 218-227, 2011.

PALAZZO, Lílian dos Santos et al . **Violência física e fatores associados: estudo de base populacional no sul do Brasil.** Revista de Saúde Pública, v.42, n.4, p. 622-629, 2008.

PENNA, Rejane. **Canoas – para lembrar quem somos:** Guajuviras. Canoas: Editora do Unilasalle, 1998.

PEREIRA DA SILVA, Sérgio Luiz. **Desafios metodológicos em memória e fotografia.** IN DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R.; GONDAR, Jo. Por que memória social? Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

POLLACK, Michel. **Memória e Identidade Social. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, 5(10), pp. 200-212, 1992.

RAUPP; Luciane; RODRIGUES,Celso. **Observatório de Juventudes em Situação de Prisão: primeiros registros de novos olhares.** In: ALEXIUS, Átila et al (Org.). V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: Dados e Participação. 1ed. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2016.

SILVÉRIO, Leila Joyce M.; MEDEIROS, Moíza Siberia S. **A interface da violência no processo de escolha do Território da Paz do Grande Bom Jardim pelo PRONASCI: a Mediação Comunitária como alternativa pacífica na resolução de conflitos.** III Seminário internacional violência e conflitos sociais: ilegalismos e lugares morais, Fortaleza-CE, 2011.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto.** In: VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros.** São Paulo: Ideal Gráfica e editora, 2011.

QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO

Tauã Lima Verdan Rangel

Mestre (2013-2015) e Doutor (2015-2018) em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense.

Professor dos Cursos de Direito e de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos – unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

RESUMO: O escopo do presente assenta-se em analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. É fato que a rede de equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos integram uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a redução dos índices de insegurança alimentar da população, além de promover o acesso à alimentação adequada e saudável. Trata-se de importante equipamento que substancializa o ideal maior de direito à alimentação adequada, na qual quantidade e qualidade dialogam em prol de estabelecer acesso mínimo a nutrientes imprescindíveis ao desenvolvimento humano. Além disso, é importante recordar que tal direito encontra-se expressamente contido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu

artigo 6º, dentre os direitos sociais, reclamando, assim, uma série de programas e equipamentos que lhe conferiam concreção. A metodologia empregada na construção do presente foi o método indutivo, bem como pesquisas bibliográfica quanto aos meios e a pesquisa qualitativa quanto aos fins. Como conclusão alcançada, o Programa Banco de Alimentos (PBA) se materializa como equipamento multifuncional e que influencia diretamente na concreção do direito à alimentação adequada, porquanto atua como mecanismo destinado ao combate do desperdício de gêneros alimentícios, por meio de arrecadação de alimentos normalmente perdidos no decurso da cadeia produtiva, além de apoiar o abastecimento alimentar local por meio da integração com outros programas de SAN.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Alimentação Adequada; Banco de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT: The scope of this study is based on analyzing the food bank, typical Brazilian public food equipment, in promoting the human right to adequate food and promoting accessibility and availability to this right. It is a fact that the network of public equipment to support the production, supply and consumption of food are part of a strategic action of the National Policy on Food and Nutrition Security, contributing

to the reduction of the food insecurity indexes of the population, besides promoting access to food adequate and healthy. This is important equipment that substantializes the greater ideal of the right to adequate food, in which quantity and quality dialogue in order to establish minimum access to nutrients essential to human development. In addition, it is important to remember that this right is expressly contained in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, in its article 6, among social rights, claiming, therefore, a series of programs and equipment that gave concreteness to it. The methodology used in the construction of the present was the inductive method, as well as bibliographical research on the means and the qualitative research on the ends. As a conclusion, the Food Bank Program (PBA) materializes as a multifunctional equipment and directly influences the realization of the right to adequate food, as it acts as a mechanism to combat the waste of food, by collecting food normally lost in the course of the production chain, in addition to supporting the local food supply through integration with other FNS programs.

KEYWORDS: Right to Adequate Food; Food Bank; Food and nutrition security.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, a abordagem da fome, em especial aquela voltada para a região nordeste do país, coloca em destaque que ela não age apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também atua sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Mais que isso, há que se destacar que nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão maciçamente e num sentido tão nocivo quanto à fome, quando alcança os verdadeiros limites da inanição. Sobre a influência da imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconfortantes.

A questão da fome fundamenta-se em conceitos de incidência específicos, desdobrados na *fome aguda* e na *fome crônica*. A primeira equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite, e não é relevante para a discussão proposta no presente. A fome crônica, permanente, a que subsidiará a pesquisa apresentada, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. A fome crônica e permanente é capaz de provocar um sofrimento agudo e lancinante no corpo, produzindo letargia e debilitando, gradualmente, as capacidades mentais e motoras. Trata-se da marginalização social, perda da autonomia econômica e, evidentemente, desemprego crônico pela incapacidade de executar um trabalho regular. Inevitavelmente, conduz à morte.

A complexidade do tema, fomenta maior discussão quando se estabelece como pilar inicial o fato de que a alimentação humana se dá em uma interface dinâmica

entre o alimento (natureza) e o corpo (natureza humana), realizando-se integralmente apenas quando os alimentos são transformados em gente, em cidadãos e cidadãs saudáveis. A situação é agravada, sobretudo no território nacional, em decorrência do antagonismo existente, pois o Brasil, na proporção em que, sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda convive com uma condição social em que milhões de pessoas se encontram, já que não tem plenamente assegurado o direito humano à alimentação adequada.

Diante do agravamento da problemática da fome e a estruturação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), intensificada no ano de 2006, com a aprovação da Lei nº 11.346 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN), o presente busca analisar o papel desempenhado pelo equipamento público de alimentação “Banco de Alimentos” no combate ao desperdício e na efetivação do acesso à alimentação como garantia imprescindível ao desenvolvimento humano. A metodologia empregada na construção do presente foi o método indutivo, bem como pesquisa bibliográfica quanto aos meios e a pesquisa qualitativa quanto aos fins.

2 | HISTÓRICO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS (PBA) COMO EQUIPAMENTO PÚBLICO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DO COMBATE AO DESPERDÍCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Em um primeiro momento, há que se reconhecer que um aspecto importante para o agravamento da disponibilidade de alimentos decorre do maciço padrão de perdas, em especial nas etapas da distribuição alimentar que subtrai do esforço produtivo parcela considerável da produção alimentar. “Estudos técnicos indicam que é expressivo o desperdício em todas as fases da produção até o consumo, podendo atingir a cifra de 25% da produção global de alimentos até 2050” (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012, p. 109). É necessário observar que é na distribuição que ocorrem os maiores índices de perdas alimentares, anulando, de maneira parcial, os esforços produtivos fundamentados nos ganhos de produtividade agrícola. Ainda que o índice de perdas alimentares seja significativo, em uma dimensão global, os esforços voltados para o dimensionamento deste fenômeno são ainda pouco difundidos, materializando-se em indicadores pontuais e assistemáticos em escala nacional.

Assim, é carecido fazer uma abordagem dos bancos de alimentos como instrumentos aptos ao combate ao desperdício de gêneros alimentícios. Em uma perspectiva histórica, segundo Belik, Cunha e Costa (2012, p. 116), há que se registrar que a iniciativa pioneira de banco de alimentos, com os princípios de eficiência e de equidade, surge não na privação da oferta, mas sim em uma sociedade de abundância e desigualdade. A iniciativa original surgiu em 1967, na cidade de Phoenix, Arizona (Estados Unidos), quando um grupo de voluntários passou a solicitar doações de gêneros alimentícios que seriam descartados pelos supermercados e pela indústria. O

objetivo das experiências pioneiras era o de preparar refeições para os necessitados. As doações superaram a capacidade de preparo de refeições da cozinha comunitária, passando a serem estocados e distribuídos a entidades filantrópicas. Ao lado disso, no território nacional, as primeiras experiências registradas sobre o movimento social dos bancos de alimentos surgem como iniciativa não governamental na década de 1990, conforme Novaes (2008, p. 31) aponta, sendo, a partir de 2003, incorporado como objeto de políticas públicas de SAN.

Belik, Cunha e Costa (2012, p. 120) explicitam, em mesmo sentido, que, no Brasil, o primeiro BA surgiu em 2000, tendo origem em iniciativas de natureza não governamental ou paraestatal, como ONG, Banco de Alimentos de São Paulo e a rede do Serviço Social do Comércio (SESC). No ano de 1997, o SESC inicia seu programa de colheita urbana e, em 2000, inaugura seu primeiro banco de alimentos (BA) no município do Rio de Janeiro, implantando, em seguida, unidades em Fortaleza (2001) e Recife (2003). No ano de 2003, os projetos assumem dimensão nacional com a constituição do projeto Mesa Brasil SESC, estando presente em todos os estados brasileiros de bancos de alimentos ou projetos de colheita urbana. A “Colheita urbana” visa arrecadação e distribuição de alimentos que seriam desperdiçados, mas estão próprios para o consumo, para instituições sociais. È a ligação entre aqueles que dispõem de alimentos excedentes e as instituições sociais que trabalham com segmentos carentes da população.

O lema é buscar onde sobra para entregar onde falta, ou seja, nós arrecadamos excedentes de comercialização e/ou produção em sacolões, hortifrutis, supermercados, indústrias alimentícias, de panificação, doadores rurais do cinturão verde de São Paulo, entre outros locais, onde existe o desperdício (BANCO DE ALIMENTOS, 2015, s.p.). E direcionamos estes alimentos, que ainda estão próprios para o consumo, às pessoas de diferentes faixas etárias, institucionalizadas nas entidades atendidas na grande São Paulo. No caso de bancos de alimentos de gestão governamental, o BA de Santo André, fundado em 2000, pode ser considerado como marco referencial. A partir de 2003, os BA, inseridos na PNSAN, passam a ser apoiados pelo governo federal no âmbito do Programa Fome Zero, tanto em termos de recursos para sua implantação como pela constituição de um aparato legal.

Nesta perspectiva, é fato que o programa banco de alimentos tem como um dos principais objetivos o combate ao desperdício de alimentos, destinando-se ao recolhimento, por meio de doações, bem como selecionais e encaminhar alimentos para o consumo humano, comunitário ou individual, por intermédio de aparato logístico ágil. Neste aspecto, o Processo nº 011/2009, que trata do termo de referência: pesquisa para avaliação do Programa Banco de Alimentos, vai destacar que o programa materializa uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar do MDS em parceria com municípios com mais de 100.000 habitantes (BRASIL, 2009, p. 03). Seu objetivo é arrecadar alimentos, provenientes de doações, por meio da articulação com o setor alimentício (indústrias, supermercados, varejões, feiras, centrais de abastecimento

e outros). “O que distingue essas iniciativas dos projetos filantrópicos é o combate ao desperdício via estrutura logística baseada na agilidade, calcada em uma rede de cooperação societária que articula diversos segmentos da sociedade” (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012, p. 111), com vistas à doação de bens e serviços orientados à distribuição dos alimentos para organizações ou famílias necessitadas.

Sobre a temática, é interessante salientar que uma das características da situação brasileira está adstrita à coexistência de dois formatos organizacionais de banco de alimentos, um dotado de natureza pública não governamental e outro com apoio e gerenciamento estatal, articulado a outras políticas de SAN. Belik, Cunha e Costa (2012, p. 20) ponderam que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) passa a apoiar, por meio de editais para financiamento de infraestrutura, a implantação de BA's geridos por prefeituras municipais, tal como projetos sediados em centrais de abastecimento de gestão pública. Expande-se, ainda, o programa Mesa Brasil, com gestão realizada pela organização paraestatal, sem a presença de apoio governamental. Igualmente, são implantados diversos projetos com abrangência local, e de gestão não governamental, cuja estrutura se assemelha ao modelo norte-americano e, também, sem apoio de programas públicos.

Burlandy *et al* (2010, p. 30), em pesquisa direta, levantaram a existência de 118 (cento e dezoito) banco de alimentos em funcionamento no território nacional, no ano de 2006. Para o ano de 2011, a pesquisa levada a cabo apresentou estimativa de 200 (unidades) em implantação ou em pleno funcionamento, considerando-se, para tanto, os 67 (sessenta e sete) BA's apoiados pelo MDS e as 78 (setenta e oito) unidades vinculadas ao SESC (BURLANDY *et al*, 2010, p. 30). Recentemente, é possível afirmar que uma tendência foi verificada, conforme apontam Belik, Cunha e Costa (2012, p. 122), consistente na instalação de unidades de BA's e de programas de colheita urbana em centrais de abastecimento atacadistas públicas, sendo que algumas das maiores centrais nacionais possuem unidades bastante estruturadas em seus principais entrepostos.

3 | PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS: DETALHAR PARA COMPREENDER

Aguiar, em relatório de 2005, especificamente sobre os BA's apoiados pelo MDS, acentua que “o Programa Banco de Alimentos que visa combater a fome por meio da recuperação de alimentos desperdiçados ao longo da cadeia produtiva, mas ainda adequados ao consumo humano” (2005, p. 09). Trata-se, com destaque, de uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar e nutricional (SAN), que arrecada alimentos oriundos de doações, por meio de articulação do maior número possível de unidades de produção, comercialização, armazenagem e processamento de alimentos. “Após análise, seleção, classificação e embalagem, estes alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais, de acordo com suas reais necessidades

de consumo" (BURLANDY *et all*, 2010, p. 36).

Os bancos de alimentos são espaços físicos nos quais são recebidos alimentos próprios para o consumo, mas que seriam desperdiçados em feiras, hortas, supermercados ou centrais de abastecimento de alimentos (CEASAs). Trata-se, portanto de espaços destinados a captar, selecionar, processar, armazenar e distribuir os gêneros alimentícios arrecadados junto às CEASAs, rede varejista e/ou adquiridos da agricultura familiar por meio de programas governamentais. "No banco de alimentos, os gêneros alimentícios são recebidos, selecionados, processados ou não, embalados e distribuídos gratuitamente a entidades da assistência social" (BRASIL, 2015, s.p.), bem como a restaurantes populares e a cozinhas comunitárias. Verifica-se que o escopo do programa banco de alimentos reside na promoção do combate ao desperdício de gêneros alimentícios. Importa, ainda, salientar que cada banco de alimentos possui critérios próprios para o cadastro das entidades para as quais os alimentos serão doados.

É necessário, também, destacar as técnicas que orientam melhor aproveitamento e diminuição do desperdício de alimentos, com o objetivo de promover a aplicação de boas práticas ambientais e consumo consciente integram o trabalho desenvolvido pelos Bancos de Alimentos. Ao lado disso, a "sua função é interferir positivamente no abastecimento, processamento, armazenamento e distribuição dos alimentos" (BRASIL, 2010, p. 143), eis que promove a interlocução tanto com parceiros do mercado como também outros programas públicos voltados para a produção e o abastecimento". Denota-se a concretização de tal função especialmente quando atuam como entreposto para captação, armazenagem e distribuição de gêneros advindos da agricultura familiar para atendimento alimentar e nutricional de entidades sócias assistidas pelo Estado, facilitando, ainda, o abastecimento dos restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

Em consonância com as diretrizes nacionais, nos bancos em questão os gêneros alimentícios são recepcionados, selecionados, processados ou não, embalados e distribuídos gratuitamente a entidades assistenciais. Conforme Costa *et all* (2014, p. 32-33), as entidades são encarregadas de promover a distribuição dos gêneros alimentícios arrecadados à população, seja por meio do fornecimento de refeições processadas, seja por meio do simples repasse direto às famílias vulneráveis. Convém, ainda, explicitar que na definição do aspecto conceitual de bancos de alimentos, o aspecto da estrutura logística desempenha papel fundamental para diferenciá-los das iniciativas de colheita urbana, "que visam ao mesmo objetivo (distribuição alimentar e combate ao desperdício), mas atuam apenas por meio de coleta e distribuição imediata, não requerendo infraestrutura específica de beneficiamento nem área para estocagem" (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012, p. 116).

Os objetivos específicos dos BA's são: minimizar o desperdício de alimentos em sistemas de produção, transporte e comercialização por meio do redirecionamento das sobras limpas e promover ações de educação alimentar voltas à segurança nutricional,

combate ao desperdício e promoção da saúde. As principais linhas de atuação do programa fazem referência à instalação de BA; à capacitação para operacionalização e gestão de BA e colheita urbana e ao fomento do desenvolvimento de tecnologia para a redução do desperdício de alimentos no mercado atacadista, varejista e de consumo. Em uma perspectiva macro, os BA's se inserem como mecanismo de aproveitamento integral dos alimentos e reintrodução no âmbito do consumo o que, a princípio, seria descartado, em decorrência da concepção prevalente, na contemporaneidade, de que os alimentos são mercadorias, já que a produção agroalimentar se direciona, de maneira prioritária, ao mercado.

É interessante, ainda, destacar que o Programa Banco de Alimentos (PBA), mais do que os outros programas que visam promover a SAN, traz à tona outras redes de relações que não aquelas que são apenas mercantis. Tal fato decorre da premissa que, essencialmente, o PBA trata de um sistema de trocas mercantis que foram descartadas; é a sobra, aquilo que seria desperdiçado, além do aproveitamento integral dos alimentos, que os BA's buscam recuperar, trazendo para o âmbito do consumo alimentar o que é utilizado de maneira insuficiente ou o que não mais vai ser utilizado nas diversas fases da cadeia alimentar, a saber: produção, transporte, armazenamento e processamento de alimentos.

O PBA introduz desafios associados à qualidade dos alimentos, com a equidade nos processos de distribuição e com a adequação cultural dos alimentos doados em relação ao público atendido. “Os bancos também atuam como articuladores locais da rede SAN por meio da integração com outros programas” (BRASIL, 2011, p. 02). Logo, a contribuição proporcionada pelos BA's para a segurança alimentar e nutricional em que estão instalados é diversificada, porquanto atuam em várias ações junto à população local, compreendendo, desde o combate ao desperdício e a captação de alimentos até a distribuição de alimentos às entidades que atuam junto às populações em situação de vulnerabilidade social dos municípios.

Outras redes de relações, movidas pela solidariedade, têm que se constituir para que o aproveitamento integral, o combate ao desperdício e a promoção da SAN nesse nível se verifiquem de fato. A instituição do banco de alimentos, como programa público, favorece a sua visibilidade, promove e potencializa um conjunto de relações desconsideradas até então. Burlandy *et al* (2010, p. 38) explicitam que o fortalecimento desses vínculos e a intenção de fazer com que esses vínculos passem pelo poder público, propiciando o aumento de eficiência e eficácia do tratamento que aludidos programas dão ao problema do acesso aos alimentos, impondo considerações com questões como: a equidade social; a sustentabilidade das ações; seu caráter intersetorial; a qualidade de alimentos ofertados e a participação social. Estes são os princípios orientadores na formulação de políticas públicas de acordo com o enfoque da SAN acerca do Programa Banco de Alimentos, os quais serão esmiuçados a seguir.

4 | PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ENFOQUE DA SAN EM RELAÇÃO AOS BA'S

A *interseitorialidade* da SAN consiste, enquanto princípio norteador, na capacidade dos vários setores de governo e sociedade manterem um diálogo entre si para atuar sobre um contexto socioespacial ou território. Dessa maneira, ao se discorrer sobre a interseitorialidade, é possível afirmar que ela é expressa na forma de ações convergentes ou programas integrados, no caso, em ações ou programas de âmbito local. A noção de SAN remete a um desenho institucional de política pública que é, por ideário, suprassetorial, logo, norteia a implementação das ações setoriais a partir de uma compreensão integrada da questão alimentar e nutricional. Dessa forma, cada setor deve atuar em função dos objetivos mais amplos perquiridos pela SAN. O PBA, a partir de tal ideário, deve caminhar no sentido de os bancos um dos elementos principais de uma rede de relação no interior de um sistema, com objetivos e ações específicas, sobretudo no que se refere ao combate ao desperdício e ao aproveitamento integral dos alimentos.

Ainda no que atina à interseitorialidade, o aproveitamento integral dos alimentos reclama difusão de informações nutricionais, estando, portanto, atrelado ao fomento de processo de educação em SAN. Burlandy *et all* (2010, p. 41) preconizam, ainda, concomitantemente, o BA deve cumprir o papel de receptor de excedentes alimentares, ponto de passagem no qual serão coletados, separados, higienizados, embalados, conservados e distribuídos, ele também deve material um espaço potencial para o fomento de práticas educativas junto às entidades doadoras e junto às instituições beneficiárias, além de exercer o controle sanitário como forma de garantia de qualidade. Igualmente, com o fito de promover a interseitorialidade, os bancos devem atuar em conjunto com outros programas públicos, mantendo uma interdependência entre as ações daqueles e os programas, inserindo-se na articulação entre o setor público, a sociedade organizada e o setor privado.

A *equidade*, encarada como princípio norteador, assinala que, no caso dos bancos de alimentos, estabelece que os critérios estabelecidos e o processo de seleção dos recursos existentes devem primar por serem equitativos, potencializando, dessa maneira, ações conjuntas, de maneira a diminuir o desperdício, promover o acesso aos alimentos e à qualidade da alimentação por parte das famílias de baixa renda. Ao se valer das lições de Burlandy *et all* (2010, P. 41-42), é necessário que o PBA, na condição de política pública, atue diminuindo os fossos de desigualdade existente, atuando de maneira inclusiva, assegurando, sobretudo para a população em situação de vulnerabilidade social, condições de terem acesso à alimentação, considerado como direito humano fundamental. Trata-se de princípio expressamente positivado na LOSAN e que explicita o ideário maior perseguido pela promoção da SAN.

Como claras materializações da *participação social*, as ações locais (municipais) vêm ganhando importância no Brasil, no que se refere ao campo da SAN, conquanto seja recente e limitada a experiência de criação dos conselhos municipais de SAN

(COMSEANs) e estes venham acompanhados de alguns desafios específicos em relação aos que se manifestam os âmbitos nacional e estadual. Burlandy *et all* (2010, p. 43) explicitam, que “na esfera municipal fica mais evidente a atuação das entidades da sociedade civil, assim como se verifica uma relação mais próxima entre as instâncias propositoras de políticas” e sua relação com a execução das ações correspondentes, a exemplo do que se denota na esfera federal.

Há que se reconhecer que é no nível municipal que as urgências alimentares se manifestam sob a feição de demanda direta e imediata, desencadeando ações governamentais e não governamentais, comumente de caráter compensatório. Costa e Maluf (2001) destacam, neste ponto, que os municípios são capazes de tomar iniciativas relevantes nas quatro dimensões da SAN, quais sejam: apoio à produção agroalimentar equitativa e sustentável; abastecimento alimentar; consumo e educação alimentar; programas dirigidos a grupos populacionais específicos. Burlandy *et all* (2010, p. 43) ponderam que é possível a criação, nos municípios, de espaços institucionais ou organismos articuladores de ações intersetoriais e em parceria entre os governos e a sociedade, coordenados por uma política municipal de SAN. Os BA's, nesse contexto, devem assegurar a participação social na formulação e implementação de suas estruturas, de maneira a franquear a sociedade sua manifestação quanto à formulação dos objetivos daqueles, como também seu monitoramento e controle social por parte de conselhos e fóruns municipais de SAN.

Sobre o tema, ainda, Burlandy *et all* (2010, p. 43) colocam em evidência que a atuação no nível local possibilita a proximidade física e melhor visibilidade, tanto dos problemas quanto das oportunidades de desenvolvimento, permitindo a criação de espaços para a promoção da interação entre atores e mecanismos de pactuação e canalização de recursos. O PBA se coloca, no contexto, como estimulador da constituição de bancos nos municípios, competindo averiguar a natureza do estímulo recebido por parte das prefeituras contempladas com o Programa, assim como a percepção dos atores envolvidos das relações entre os âmbitos municipais, estaduais e nacionais de decisões, sobretudo no que se refere à concepção, implementação e avaliação do Programa.

5 | SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E BANCO DE ALIMENTOS: UMA CONVERGÊNCIA EM PROL DA MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

O emprego do conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) dá margem a diferentes interpretações, pois “países ricos, grandes produtores agrícolas, costumam alegar motivos de segurança alimentar para impor barreiras às importações e elevar artificialmente os preços dos alimentos” (BELIK, 2003, p. 13). Em outra perspectiva, países pobres, governados por líderes populistas, valem-se desse conceito para

tabelas preços e estabelecer pesadas perdas aos produtores agrícolas com o fim de contentar os seus eleitores. Igualmente, a SA é invocada por interesses particulares para a promoção da destruição do meio ambiente ou, ainda, a eliminação de hábitos culturais de um povo. Não há como ignorar a proeminência das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) como mobilizadoras das forças produtivas. No Brasil, desde o período colonial, existia uma preocupação, por parte dos governantes, com a alimentação da população. A preocupação culmina na conversão em políticas públicas a partir do século XX, com a emergência dos movimentos sociais contra a carestia.

Dessa maneira, a concepção de segurança alimentar se assenta em três aspectos distintos, a saber: quantidade, qualidade e regularidade. Perceba-se que está se valendo da premissa de acesso de alimentos, o que é diferente de disponibilidade de alimentos, já que esses podem estar disponíveis, mas as populações mais pobres podem não ter acesso a eles, em decorrência da renda ou outros fatores. Belik (2003, p. 14), seguindo os três pilares da segurança alimentar, assinala que outro importante fator faz menção à qualidade dos alimentos consumidos, porquanto a alimentação disponível para o consumo da população não pode estar à mercê de qualquer risco de contaminação, problemas de apodrecimento ou outros derivados de prazos de validade vencidos. Com destaque, a qualidade dos alimentos está atrelada a possibilidade de consumi-los de forma digna. Em tal perspectiva, o vocábulo *dignidade* assume uma acepção alicerçada na possibilidade de que as pessoas possam se alimentar em um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas costumeiras de higiene. O último elemento concernente à regularidade assenta suas bases na premissa que as pessoas têm que ter acesso constante à alimentação, sendo esse compreendido como a possibilidade de se alimentar ao menos três vezes ao dia.

As políticas públicas implementadas desde o início do século compreendiam diversos segmentos como a política agrícola, os sistemas de abastecimento, controle de preços, distribuição de alimentos etc. No ano de 1996, porém, essas intervenções pontuais do lado da produção e consumo assumem outra dimensão e têm outros objetivos. Naquele ano, o governo brasileiro, em conjunto com outros países, passa a examinar o conjunto de políticas dentro de um esforço geral para a diminuição da situação de fome em seus territórios. Assim, reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, diversos dirigentes dos países firmam um compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas famintas até o ano de 2015.

Em conformidade com a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), é possível definir SAN como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que isso implique no comprometimento do acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e quem social, econômica e ambientalmente sustentáveis. É fato que há certo grau de vaguedade no conceito estrutural de SA, sendo possível qualificar de diversas

formas os alimentos que devem estar disponíveis para as pessoas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015), os BA's são equipamentos públicos de alimentação e nutrição destinados à arrecadação, à seleção, ao processamento, à armazenagem e à distribuição de gêneros alimentícios arrecadados por meio de doações, junto à rede varejista e/ou adquiridos da agricultura familiar por meio de programas governamentais. Ao lado disso, são destinados ao combate do desperdício de gêneros alimentícios, por meio de arrecadação de alimentos normalmente perdidos no decurso da cadeia produtiva, além de apoiar o abastecimento alimentar local por meio da integração com outros programas de SAN, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Atualmente, segundo os dados disponibilizados na plataforma do governo federal, 67 (sessenta e sete) unidades de BA's estão em funcionamento, apoiado pelo MDS que juntas distribuem, anualmente, 39 mil toneladas nos 66 municípios em que atuam (BRASIL, 2015, s.p.). Convém, ainda, explicitar que os BA's integram a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e, em observância à meta de erradicação da pobreza extrema, atuam como equipamentos públicos multifuncionais, objetivando potencializar a articulação com outras relevantes políticas sociais para o alcance da população mais vulneráveis, por meio do desenvolvimento de ações de geração de trabalho e renda, formação profissional e educação alimentar e nutricional (EAN). É necessário reconhecer que os bancos de alimentos passam a desempenhar importante papel de sensibilização e de organização civil, no que toca à questão da concreção do direito à alimentação adequada, porquanto resgata o conceito de solidariedade imbricado no direito ora mencionado.

Para fins didáticos, em que pesem os debates acadêmicos acerca do direito à alimentação adequada, parte da teoria tem se posicionado no sentido de reconhecê-lo como direito humano de terceira dimensão, logo, diretamente permeado pelos valores de solidariedade. Bonavides (2007, p. 151) afirmará que os direitos de terceira dimensão são diretos dotados de altíssimo teor humanístico e colocam em evidência o ideário de solidariedade, sobretudo quando se tem em mente a materialização do conceito intrageracional e intergeracional. O primeiro resgata uma expansão do reconhecimento dos direitos humanos à presente geração, compreendo os indivíduos que estão diretamente afetados por sua inobservância. Já a segunda concepção inaugura uma visão de preocupação com as futuras gerações, sobretudo no que toca ao respeito e conjunção de esforços para que os direitos humanos sejam assegurados.

É importante acrescentar que os direitos de terceira dimensão possuem caráter transindividual, o que os faz abranger a toda a coletividade, sem quaisquer restrições a grupos específicos. “Os direitos de terceira geração possuem natureza essencialmente transindividual, porquanto não possuem destinatários especificados” (MOTTA; BARCHET, 2007, p. 152). São direitos de titularidade difusa ou coletiva, alcançando

destinatários indeterminados ou, ainda, de difícil determinação. Esses direitos estão vinculados a valores de fraternidade ou solidariedade, sendo traduzidos de um ideal intrageracional e intergeracional, que liga as gerações presentes às futuras, a partir da percepção de que a qualidade de vida destas depende sobremaneira do modo de vida daquelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de alimentação requer a presença de alimentos em qualidade, em quantidade e de maneira regular. A reunião dos três pilares materializa o ideário de segurança alimentar e nutricional (SAN) e o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Denota-se, assim, que a premissa de acesso de alimentos, o que é diferente de disponibilidade de alimentos, já que esses podem estar disponíveis, mas as populações mais pobres podem não ter acesso a eles, em decorrência da renda ou outros fatores.

A qualidade dos alimentos consumidos preconiza que a população não esteja à mercê de qualquer risco de contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos. Trata-se da possibilidade de consumir um conjunto de alimentos de maneira digna, sendo que a extensão de *dignidade* assume a feição de um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas costumeiras de higiene e as particularidades caracterizadoras de cada etnia ou região. A quantidade dos alimentos ingeridos deve ser suficiente para assegurar a manutenção do organismo e o desenvolvimento das atividades diárias. A regularidade da alimentação assenta suas bases na premissa que as pessoas têm que ter acesso constante à alimentação, sendo esse compreendido como a possibilidade de se alimentar ao menos três vezes ao dia.

Neste aspecto, o Programa Banco de Alimentos (PBA) se materializa como equipamento multifuncional e que influencia diretamente na concreção do direito à alimentação adequada, porquanto atua como mecanismo destinado ao combate do desperdício de gêneros alimentícios, por meio de arrecadação de alimentos normalmente perdidos no decurso da cadeia produtiva, além de apoiar o abastecimento alimentar local por meio da integração com outros programas de SAN. Trata-se de instrumento que permite uma valoração da participação da sociedade por meio do comprometimento ao combate com a cultura do desperdício e a construção de uma solidariedade alimentar com aquela parcela que tem sua alimentação comprometida por diversos fatores. Assim sendo, alcança-se que o papel desempenhado pelos Bancos de Alimentos, em especial nas regiões em que se encontram inseridos, é diversificado, proporcionando conscientização e combate à cultura do desperdício. Igualmente, os BA's permitem o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, garantindo a população acesso a alimentos de qualidade, construção de uma rede de solidariedade e maior desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ubiratan (org.). **Relatório de Avaliação de Programa Banco de Alimentos**. Brasília: TCU, 2005.

BANCO DE ALIMENTOS (ONG). **Colheita Urbana**. Disponível em: <<http://www.bancodealimentos.org.br>>. Acesso em 10 mar. 2016.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; COSTA, Luciana Assis. Crise dos Alimentos para a redução do desperdício no contexto de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Campinas, n. 38, 107-132, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 10 mar. 2016.

_____. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 mar. 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 21 ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros Ltda., 2007.

BRASIL. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília: MDS, 2010.

_____. **Banco de Alimentos**. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em 10 mar. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.com.br>>. Acesso em 15 nov. 2016.

_____. **Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos**. Brasília: MSD, 2011

_____. **Processo 011/2009 – Termo de Referência: Pesquisa para Avaliação do Programa Banco de Alimentos**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br>>. Acesso em 10 mar. 2016.

BURLANDY, Luciene *et all.* Avaliação do programa Banco de Alimentos. In: **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**. n. 14. Brasília, MDS, 2010.

COSTA, Christiane; MALUF, Renato. **Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo: Pólis, 2001.

COSTA, Luciana Assis *et all.* Capacidade de Resposta de Banco de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdícios de alimentos. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 30-48, jan.-mar. 2014. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br>>. Acesso em 10 mar. 2016.

NOVAES, Cláudia dos Reis Lisboa. **Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema**. 112. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada) – USP, São Paulo, 2008.

MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Juliana Souza *et all.* Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, a. 12, n. 3, p. 413-423, 2009. Disponível em: <<http://www.scielosp.org>>. Acesso em 10 mar. 2016.

RECIFE (MUNICÍPO). **Programa Banco Municipal de Alimentos do Recife**. Recife: SDE, 2004.

SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICais DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Viviane Vidal Pereira dos Santos
UFPR

Maria Tarcisa Silva Bega
UFPR

RESUMO: Este trabalho avalia o processo de socialização possível em um condomínio vertical do Programa “Minha Casa, Minha Vida” implantado em 2011 em Curitiba, inicialmente composto por famílias cadastradas na COHAB e famílias de áreas de risco ambiental. A pesquisa usa informações socioeconômicas iniciais do cadastro da COHAB; base de dados atualizada através de pesquisa de campo; análise de trajetórias de famílias, obedecendo o perfil socioeconômica do condomínio. Os principais resultados apontam que a política cumpre parcialmente seu papel de garantia da casa própria, sem considerar as despesas de um condomínio vertical; muitos vendem seus imóveis e voltam para as áreas de risco. Além da homogeneidade relativa de renda, associam-se experiências e expectativas diversas da vida em um ambiente coletivo. A partir do estranhamento e da dificuldade na adaptação a esta forma de moradia, as famílias recorrem a novas redes de sociabilidade e de controle social, com grande mediação das práticas religiosas;

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Habitação; PMCMV; Condomínio; Cotidiano;

1 I INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da pesquisa de mestrado em Sociologia, que teve como objetivo principal avaliar o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) na pós-ocupação de um conjunto habitacional vertical. Além de investigar os alcances, limites da política habitacional e as mudanças promovidas na vida das famílias atendidas, estudou-se as trajetórias familiares para compreender a vida em condomínio experimentada por elas.

A análise proposta colocou o desafio de compreender as relações cotidianas estabelecidas no espaço do condomínio, que não puderam ser tomadas isoladamente, demandando, assim, compreender as estruturas pelas quais se processam ações, decisões, discursos, ideologias que constituem a política habitacional. Deste modo, tomou-se como referência a sociologia da vida cotidiana, campo delimitado por José de Machado Pais (2003, p.12) como:

A sociologia da vida cotidiana deve acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, isto é, o plano dos comportamentos dos indivíduos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrossociológicas, como poder, ideologia, autoridade,

desigualdade social.

Pais (2003) advoga que a partir da análise do cotidiano – entendido como o aqui e o agora, mas que também é histórico e estrutural – é possível tecer o universo social entre as microestruturas e macroestruturas, assim como faz uma “lançadeira de tear” (PAIS, 2003, p.114) Diz respeito a uma proposta de artesanato sociológico que vai de encontro com a sociologia da vida cotidiana de José de Souza Martins (2014), superando a polarização do que este autor chama de sociologia das coerções, sobre o que é histórico e estrutural, e a sociologia da subjetividade, sobre o agora, as relações microssociais. Esta síntese entre o agora e o histórico seria possível a partir da imaginação sociológica e do artesanato intelectual, baseando-se em Wright Mills, “um modo sociológico de ver, descrever e interpretar desde as mais simples ocorrências de rua até os fatos e fenômenos sociais relevantes e decisivos.” (MARTINS, 2014, p.11)

Tendo como base fundamental as análises macroestruturais a respeito da urbanização brasileira e das políticas habitacionais, a pesquisa se inspirou nas análises qualitativas de Magnani (2002) sobre a cidade. De acordo com ele as abordagens sobre a cidade no contexto do capitalismo, com base em variáveis, indicadores sociais, econômicos e demográficos, construíram visões sobre a urbanização e o caos urbano resultante deste processo como desemprego, ausência ou ineficiência dos serviços, equipamentos públicos, segregação e violência. Nestas abordagens, o autor aponta a ausência dos atores sociais, ou quando aparecem em geral são os representantes do capital e das forças do mercado financeiro:

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. (MAGNANI, 2002, p.15)

Neste sentido, propôs-se uma leitura do PMCMV a partir das trajetórias dos atores sociais (famílias atendidas pelo programa), suas experiências e práticas vivenciadas no conjunto habitacional. O estudo das trajetórias permitiu traçar uma relação entre as ações do Estado e as estratégias e dinâmicas destas famílias no espaço da moradia não documentadas pelas pesquisas macroestruturais.

O objeto de estudo foi o Residencial Vila Mariana, localizado no bairro Tatuquara, na periferia de Curitiba-PR. Diferentemente da imagem associada à capital paranaense em seus planos de urbanização e no discurso político e midiático enquanto “cidade modelo” e “capital ecológica”, este bairro se consolidou a partir de ocupações irregulares iniciadas na década de 1980 e foi alvo da ação do Estado a partir de 1990 com loteamentos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) visando reassentar famílias não só de áreas de ocupação desta região, como também de toda cidade. Em síntese, este processo conferiu ao bairro um estigma de um “bairro de favelados”, que associado aos índices de violência, criminalidade e pobreza, entre outros indicadores socioeconômicos, caracterizam-no como periférico. Atualmente o

bairro tem experimentado um processo de expansão e urbanização mais intensivo impulsionado em grande parte pelas ações do PMCMV. Trata-se de um conjunto vertical implantado em 2011, que atendeu 224 famílias, sendo estas “da fila” (188) e também famílias “de ocupação” (36).

“Fila” e “ocupação” dizem respeito a dois grupos atendidos pelo PMCMV em condições de precariedade no que diz respeito à moradia e renda. Em síntese, os primeiros são famílias com baixa renda que se submetem ao pagamento do aluguel oneroso da residência ou em “morar de favor” na casa de parentes. Estas famílias comprometem grande parte da renda com o aluguel ou “moram de favor”, em um local que não é de sua propriedade, que não lhe dá total liberdade para planejar, mobiliar, reformar e/ou investir, o que acaba motivando a busca pela casa própria. Neste caso, a política atua realizando o cadastro das famílias e as encaminhando para os empreendimentos por ordem de inscrição e sorteio. Os segundos vêm de uma situação de risco, seja ambiental ou de irregularidade da propriedade, em que a política atua na remoção das famílias destas áreas e as colocam em conjuntos habitacionais. Algumas das características associadas a estes espaços são a baixa oferta de estrutura urbana, serviços e equipamentos de uso coletivo, as estratégias traçadas para viver na cidade, como as ligações clandestinas e trabalhos informais, além dos altos índices de pobreza.

Ao habitarem um mesmo espaço, ambos os grupos carregam consigo distintas trajetórias de vida que, do ponto de vista de uma análise sociológica da política habitacional, ao serem analisadas permitiram compreender em que medida origens e situações de precariedades distintas produzem experiências diversas nestes novos espaços de moradia subsidiados pelo Estado, e que impactam nas percepções dos moradores a respeito de si, dos outros e do conjunto.

Teve-se como base inicial a pesquisa quantitativa amparando-se de duas técnicas de coleta de dados: pesquisa no acervo da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) de 2011 com informações sobre as 224 famílias selecionadas; formulário socioeconômico aplicado em cem domicílios em 2016 para compreensão das mudanças no perfil socioeconômico ao longo do processo – ambas tratadas no programa estatístico SPSS. A partir disto, utilizou-se da pesquisa qualitativa por meio da história oral (QUEIROZ, 1987, p.275) e do caderno de campo para analisar as trajetórias de vida de dez famílias, respeitando as características socioeconômicas encontradas. Nesta parte utilizou-se de entrevistas em profundidade com duração média de uma hora e meia, com o uso autorizado de gravador. As entrevistas foram transcritas e a análise foi realizada sobre a trajetória temporal e espacial de cada família, e foram elencados os temas recorrentes para uma análise em profundidade.

A ideia de trajetória trabalhada se constitui a partir do percurso destas famílias desde a antiga moradia até o conjunto habitacional. Buscando uma relação entre tempo e espaço, investiga-se o “antes”: de onde estas famílias vieram, a experiência anterior de moradia delas e o que as motivou a deixarem suas origens e se mudarem

para o conjunto habitacional. O “durante”: para compreender a partir das experiências relatadas no “antes” como se deu o processo de mudança, socialização e constituição da sociabilidade no novo local de moradia (SIMMEL, 2006). Por fim, o “depois”: passados quase cinco anos, como as famílias avaliam a situação atual e percebem este processo.

A pesquisa de mestrado visou compreender o presente a partir da reconstrução que as famílias fazem sobre o passado. Assim, compreendeu-se a memória como resultado de um processo de interações sociais, experiências vividas que se acumulam ao longo do tempo em determinados espaços e constituem a trajetória. (SANTOS, 2003) Tomou-se o conjunto habitacional como ponto zero onde estas distintas trajetórias se cruzaram e passaram a reconstruir suas vidas. Assim, a memória de cada família é também a memória coletiva sobre um mesmo processo. (HALBWACHS, 2004)

As delimitações espaço-tempo das trajetórias familiares (antes, durante e depois) não isentaram as categorias sociais, raciais, econômicas e religiosas que as perpassam e marcam a experiência de cada família. As narrativas foram complexas, refletiram falas e posturas que ora condiziam ora se contradiziam, assim como é a vida cotidiana. Entre uma narrativa linear alternaram-se confissões, desabafos, fofocas, expectativas. E a partir destas narrativas é que se buscou compreender a vida em um condomínio.

2 I ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO E A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

De acordo com Maricato (1996), o problema da moradia no Brasil teve emergência com a passagem da sociedade escravocrata para a sociedade do trabalho livre. Se antes provisão da moradia era estava atrelada ao patrão, na emergência do trabalho livre, coube ao trabalhador adquirir sua moradia no mercado. E a terra que antes era destituída de valor econômico, adquirida através da ocupação, na medida em que o escravo foi desapropriado a terra passou a ser regulada e restrita àqueles que tivessem recurso para acessá-la. Com isso buscava-se “adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República queria e sepultar a simbologia do passado escravista.” (MARICATO, 1996, p.29)

Com a industrialização o Brasil experimentou um acelerado processo de urbanização a partir da metade do século XX, que tornou as cidades o local da reprodução da força de trabalho e da acumulação do capital industrial. A paisagem social e demográfica no Brasil passou por uma inversão residencial entre anos 1950 até 1980, tornando-se mais urbana do que rural. (SANTOS, 1996, p.29) O crescimento das cidades, consequente da concentração de atividades industriais e comerciais e dos processos migratórios, pressionou a oferta por serviços e bens, como saneamento, transporte, saúde, educação e habitação. (KOWARICK, 2000)

A população trabalhadora sem condições de adquirir uma habitação no mercado teve que habitar cômodos de cortiços nas áreas centrais das grandes cidades ou buscar áreas mais baratas, em geral desprovidas de serviços urbanos coletivos, configurando um *padrão periférico de ocupação*, expandindo o solo urbano de maneira descontínua. Nas periferias, os trabalhadores sem acesso ao financiamento de casas ou de materiais de construção, construíram suas casas através da autoconstrução de moradias, com o uso da sua própria força de trabalho e da ajuda de parentes e vizinhos, em horários de folga do trabalho, sem remuneração, com recursos próprios. Um processo comum até o final dos anos 1970 que configurou a *espoliação urbana*, pois somava a este processo a exploração da sua força de trabalho, a falta de acesso aos serviços públicos e às longas viagens que o trabalhador fazia do seu local de moradia até o seu local de trabalho. (KOWARICK, 1979)

Somente na década de 1960 é que o Estado brasileiro tomou a habitação como problema ao colocá-la na agenda das políticas públicas com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH). Tal política teria sido formulada a partir das necessidades de estratégias de poder e de ideologias do Regime Militar para difundir ideais a respeito da propriedade privada no contexto de temor ao comunismo. Sendo então um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural, sem equacionar efetivamente a questão das moradias. (BOLAFFI, 1976) A política do BNH usava o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar moradias para aqueles que comprovassem capacidade de comprometimento da renda. Assim, grande parte dos trabalhadores tinha dificuldades para acessar a moradia de qualidade por conta dos baixos salários, alto custo de vida, impedindo o compromisso com o financiamento.

A partir dos anos 1980, o modelo econômico implantado no Regime Militar começou a apresentar sinais de crise, com recessão e inflação, diminuindo a capacidade de pagamento dos financiamentos habitacionais. Assim, o sistema financeiro entrou em crise e o BNH foi extinto em 1986. Com a redemocratização, as pautas dos movimentos sociais foram incluídas na Constituição de 1988 destacando-se a emenda de iniciativa popular apresentada que possibilitou a inclusão da função social da propriedade (Artigo 5, inciso XXIII) e a função social da cidade (Artigo 182) e a criação do Capítulo II Da Reforma Urbana. Entretanto, a política habitacional ficou desarticulada, sem uma estrutura de âmbito federal que pudesse planejar e guiar as ações. O país enfrentou um período crítico no setor econômico até 2000, sendo o uso do FGTS e o endividamento público sendo evitados. (BONDUKI, 2008; ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado o Estatuto das Cidades como instrumento legal para apontar as diretrizes e princípios da política habitacional e garantir a participação popular para a construção de uma política mais democrática. Em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades integrando a política habitacional com as demais pautas urbanas de saneamento, transporte e mobilidade e reforma urbana. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

Algumas das ações do governo no período foram: a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltados para a população de baixa renda, para distribuir as atribuições da política urbana em níveis federal, estadual e municipal.

Em 2007, em um contexto de crescimento econômico no país, o governo federal cria o Plano Nacional de Saneamento Básico e o Programa de Aceleração do Crescimento (o PAC), realizando grandes investimentos em obras de infraestrutura: energia, rodovias, saneamento básico e habitação. (ARAGÃO; ARAÚJO; CARDOSO; 2011)

Em 2009, como enfrentamento à crise econômica emergente em 2008, foi lançado o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), visando por um lado aquecer a economia através do setor da construção civil, por outro equacionar o déficit habitacional do país que, segundo a Fundação João Pinheiro (2013), era de 5,792 milhões de moradias até 2012, subsidiando moradias para famílias com renda até três salários mínimos, e facilitando o financiando imobiliário para a classe média. Seus recursos são provenientes do Ministério das Cidades tendo e a Caixa Econômica Federal é seu agente operacional, que após o fim do BNH gerencia os recursos para financiamentos habitacionais.

O PMCMV atende a quatro faixas de renda familiar e se apresenta em cinco modalidades e é considerado o maior programa habitacional desde o BNH. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013). Desde sua criação, o programa vem sendo objeto de análise em diversos campos de estudo e recebendo diversas críticas no que diz respeito principalmente: à localização dos empreendimentos, em geral são construídos em áreas desprovidas de equipamentos e serviços coletivos, onde o preço da terra é mais barato comparado às áreas já estruturadas; à centralidade das empresas da construção civil na elaboração dos projetos e da Caixa Econômica Federal como agente operacional e avaliador destes projetos, fazendo com que estados e municípios se responsabilizem apenas pela seleção da demanda por moradia, além da baixa participação da sociedade civil no processo; à superprodução de moradias em um único empreendimento, concentrando um número de excessivo de moradores que pressionam a oferta por equipamentos e serviços;

O PMCMV para famílias com renda até três salários mínimos apresenta critérios nacionais de seleção de famílias, e a partir destes os municípios estabelecem critérios discutidos nos conselhos municipais que, por exemplo, no caso de Curitiba ficou definido como prioridade os seguintes critérios locais: famílias em situação de vulnerabilidade social atrelada à precariedade habitacional; famílias residentes em Curitiba que pagam aluguel; famílias com três ou mais dependentes menores de 18 anos de idade. Após a implantação do empreendimento e a ocupação, o Estado se compromete com a entrega da moradia e o acompanhamento das famílias durante 180 dias. (COHAB-CT, 2012)

3 | O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO RESIDENCIAL VILA MARIANA

Visando uma atualização das informações fornecidas pelas COHAB-CT a respeito das famílias selecionadas no momento da implantação do residencial, em 2011, foi aplicado um formulário socioeconômico em cem domicílios para a identificação do perfil familiar, em 2016. Assim, os principais resultados encontrados foram:

- a. Após quase cinco anos as famílias “da fila” se fixaram no conjunto. Porém, a maioria das famílias “da ocupação” vendeu seus apartamentos e voltaram para suas áreas de origem;
- b. Houve uma mudança significativa no perfil das famílias, que antes eram amplamente compostas por “titular e filhos” (47,3%), enquanto as famílias nucleares (titular, cônjuge e filhos), correspondiam a 41,6%. Em 2016 as famílias nucleares passaram a representar 60%, enquanto as famílias compostas por titulares e filhos caíram para 25,3%. Mudança proporcionada pela segurança da casa própria que permite rearranjos familiares. É interessante observar que na medida em acessam a casa própria as famílias entram no padrão nuclear;
- c. A renda familiar média permanece 2,1 salários mínimos, havendo, de um lado, uma ligeira melhora na renda familiar, com famílias que ultrapassaram a faixa de três salários mínimos, critério de seleção em 2011. De outro há um aumento no número de famílias sem renda, justificados, sobretudo, pelo desemprego no contexto da crise econômica;
- d. O valor médio pago pela moradia é de R\$ 60,23, equivalente a pouco menos de 5% da renda média familiar. Já o condomínio custa R\$ 218,55 em média, o que equivale a 3,6 vezes o valor da parcela; Lembrando que o valor da prestação é regressivo, ao contrário da taxa de condomínio sobre variações sobre a manutenção e possíveis melhorias no espaço;
- e. Atualmente homens e mulheres contribuem para a renda familiar na mesma proporção. Apesar disto, e das mulheres serem em 86% dos casos titulares dos apartamentos, elas são consideradas chefes de família em apenas 27,4% dos domicílios. Enquanto os homens são considerados chefes em 44,2% dos domicílios. Ou seja, a interpretação da chefia familiar é mais cultural do que econômica. (SARTI, 2005);
- f. O perfil geral encontrado em 2016, acrescentadas as variáveis cor e religião do titular, e a chefia familiar, é de famílias nucleares com renda média entre dois e três salários mínimos. Elas são oriundas de bairros das regiões Sul, Leste e Oeste de Curitiba, bairros que apresentam indicadores socioeconômicos mais baixos da cidade. Em geral o casal trabalha e contribui para a renda familiar, mas o homem é considerado chefe da família. Ampla maioria dos titulares são mulheres brancas e pardas, evangélicas com pouca

escolaridade, que, quando não são donas de casa, trabalham no setor de serviços na área da limpeza, como diaristas, empregadas domésticas ou zeladoras. Com base neste perfil buscou-se selecionar as famílias para a pesquisa de trajetória de vida.

4 | A VIDA EM CONDOMÍNIO: DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE POSSÍVEL

Das dez famílias selecionadas, nove estavam cadastradas “na fila”, apenas uma era “da ocupação”, mas pagava aluguel nesta área. Todas as famílias entrevistadas tinham em comum o “sonho da casa própria”¹¹ como principal motivador para deixarem seus locais de moradia e acessarem o conjunto habitacional. Ampla maioria morava de aluguel anteriormente, mas não isto não se constituiu em um fator homogeneizador destas trajetórias. Há uma variação nas condições da moradia alugada, na localização e nos preços pagos de aluguel. Apenas duas famílias moravam de favor, uma com familiares e outra prestava serviços em troca da moradia. Oito destas famílias tiveram no residencial Vila Mariana sua primeira experiência de vida em um condomínio vertical.

Assim, com experiências e origens distintas, as famílias tiveram que lidar não só com sua adaptação pessoal e de sua família – corporal e espacial – mas também enfrentaram a adaptação em relação ao outro. E notou-se que os sacrifícios e estratégias pessoais são suportáveis em nome da casa própria. Mas aquilo que foge do controle privado – o modo de vida do outro – é o mais difícil. A partir da condição estrutural ali colocada, ou seja, uma vizinhança que não foi escolhida previamente pelas famílias – muitas vezes até indesejada – e das suas diferenças, tiveram que estabelecer cotidianamente um contrato para conviver naquele espaço social.

As narrativas familiares mostraram a memória coletiva sobre os primeiros anos de vida no condomínio. Relatam o processo de socialização, a dificuldade de adaptação e, principalmente, o desafio de recomeçar em um espaço desconhecido povoado por famílias distintas:

Eu acho que quando veio todo mundo pra cá, 224 famílias você pense, tudo de áreas diferentes. Porque eu morava no Boqueirão, tem gente que morava lá no CIC (Cidade Industrial de Curitiba). Então é bastante gente diferente. Não se conhecia. Foi terrível. Quem passou o primeiro ano sem sair daqui ficou até hoje. Mas no primeiro na foi muito difícil. E outra coisa, vieram de casa. Em casa você tem espaço, você sai e você não dá de cara com seu vizinho, você pode fazer uma festa. Aqui já não. E outra coisa, eles não era acostumados a viver com regras e aqui tem que ter regras, né. E aí que foi “trash”. Foi complicado. (Entrevistado 1, mulher, branca, evangélica, 37 anos, dona de casa)

A dinâmica imposta pelo condomínio produziu um disciplinamento moral e corporal. No caso dos condomínios populares, além da proximidade das unidades habitacionais, as “paredes finas” – estrutura do empreendimento – expõem o modo de vida de cada um. A vida coletiva em tal espaço implicou um tipo de comportamento

entendido por elas como “civilizado”, de forma que haja o controle dos impulsos e emoções, ou seja, a tomada de consciência sobre o outro. Apropriamo-nos livremente da noção elisiana (2000) na qual a civilização seria o resultado de um equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses coletivos. Os indivíduos educados sistematicamente, a partir de instituições de regulação e controle, sujeitam-se às regras sociais e ao autocontrole das emoções, dos impulsos e dos comportamentos considerados indesejáveis. Tais mudanças estariam ligadas, em longo prazo, às mudanças na estrutura da sociedade na formação dos Estados Nacionais, com maior interdependência e controle estatal.

Ao longo deste processo alguns *marcadores distintivos* (ELIAS, 2000) foram elaborados por estas famílias para que se diferenciassem dentro do espaço social. Os marcadores identificados nas narrativas foram: a origem (“fila” ou “ocupação”), a posição espacial do apartamento dentro do condomínio e a condição de inadimplência.

A começar pela origem, de acordo com os entrevistados – predominantemente famílias “da fila” – determinadas famílias selecionadas não teriam conduta/educação/estrutura para morar em condomínio, para “viver em sociedade”. Tais famílias seriam as “da ocupação”, que carregavam consigo práticas sociais em que não há uma delimitação clara do privado e do coletivo, de maneira que a resolução dos conflitos pessoais extrapola “as quatro paredes” e adentra o espaço do vizinho ou se espalha pelo espaço coletivo.

Como aponta Lúcio Kowarick, as concepções que a sociedade tem sobre a vida em áreas de ocupação, bem como nos cortiços, são de que se trata de espaços em que a moralidade de seus habitantes é questionada, onde a pobreza e a ilegalidade são expostas: “locais que favorecem hábitos duvidosos, brigas e desorganização familiar, espaço de promiscuidade...” (KOWARICK, 2000, p.91) onde se associa criminalidade, violência, drogas e a perdição da juventude.

Tem pessoa que os apartamentos foram destinado a eles, então é um hábito de vida bem diferente, um modo de viver que não consegue viver em sociedade. Gente que tinha aquele modo de vida bem liberal que morava lá na beira da valeta, sabe?! (...). Daí vem pra cá e tem uma conduta que não condizia com o condomínio. Um pouco saíram, a maioria saiu porque não consegue viver. Não têm a educação que a gente tem. Dai teve bastante problema [no começo], porque roubavam mangueira, roubavam lâmpada, tinha usuário de droga né?! Dai sumiam as coisas, tentaram arrombar, teve uns apartamento que eles entraram. Tinha gente de bem e gente que não queria nada da vida, só bagunçar. (Entrevistado 9, mulher negra, 40 anos, católica, educadora)

Como colado na fala, e nos dados da pesquisa quantitativa, a maioria das famílias da ocupação deixaram o condomínio. Por conta das dinâmicas, normas de convivência e as despesas com a prestação do apartamento e com a taxa de condomínio, estas famílias teriam vendido ou alugado seus imóveis e voltado para as áreas de origem.

Com isto e com as experiências vividas pelas famílias entrevistadas no primeiro ano de mudança, fizeram-nas compreender que teria havido uma espécie de “contaminação” no condomínio. Mesmo que a maioria das famílias da ocupação tenha

deixado o condomínio, os problemas com drogas, furtos e violência permaneceram. Nota-se uma identificação das práticas sociais, carregadas de significação negativa – drogas, furtos, depredação, inadimplência – associadas a estas famílias.

Como Elias (2000) mostra em sua experiência em Winston Parva, as famílias “da ocupação” pareceram representar uma *minoria dos piores*. Uma vez que, mesmo tendo sido atendida em menor proporção neste conjunto habitacional (15%), se comparadas às famílias “da fila” (85%), suas práticas, - ou mais que isso - a representação que se têm sobre vida nas áreas de ocupação, deixaram marcas que refletem na explicação dada pelas famílias entrevistadas sobre os problemas permanecem recorrentes no condomínio. Associam ao “outro”, as famílias *outsiders* neste espaço, uma série de impasses para o bem viver em um ambiente

Embora a pós-ocupação tenha sido representada por “dias tenebrosos”, há uma unidade nas falas ao relatarem o presente rememorando o passado, para construir sua avaliação de que hoje em dia a vida está melhor, sem isentar as experiências negativas que viveram ali. As famílias percebem que viver em apartamentos não é um problema, pois as questões como falta de espaço, privacidade e barulho (na opinião deles), são questões cotidianas e suportáveis. Até mesmo a respeito dos problemas como drogas e violência, há um entendimento isso “tem em todo lugar”. Apesar do estranhamento inicial, cada um a sua maneira traça estratégias e vai, pouco a pouco, ajustando-se ao modo de vida do outro.

Outro marcador apontado pelas famílias é a posição do apartamento, sobretudo dos blocos, dentro do condomínio. O projeto do empreendimento concentrou uma grande parte de blocos próxima às áreas de lazer. Morar longe de tais áreas, onde tem “fervo”, onde a sociabilidade acontece e, consequentemente, os problemas são mais constantes, foi tomado como um marcador distintivo por estar em uma área privilegiada, mais tranquila e reservada. Foi observada também uma questão topográfica, que por conta de um declive no terreno os blocos mais reservados ficaram posicionados na porção superior do terreno. Assim formou-se uma divisão entre os moradores “de cima” e os moradores “debaixo”. Tal divisão teria sido reforçada pela ação do primeiro síndico que morava na parte “de cima” e lançava fofocas depreciativas a respeito da inadimplência dos moradores “debaixo” como justificativa para investir na área onde morava em detrimento da parte “debaixo”, onde se concentram os parques, a quadra de esportes e demais áreas comuns.

A inadimplência se configurou como outro marcador distintivo. Foi colocada como um grande problema que impacta na convivência em condomínio. A manutenção dos espaços e equipamentos coletivos traz custos para o condomínio que, no final das contas, são socializados para todos os moradores. A vida em condomínio impõe também uma obrigação financeira mensal, que compõe um fundo social para a manutenção do local e as possíveis obras e investimentos para a melhoria do espaço.

Muito mais complexa do que a simples oposição entre “quem paga” e “quem não paga”, as famílias muitas vezes retomam a origem para justificar a inadimplência. As

famílias que levantaram a inadimplência como um problema, atribuíram-na às famílias da ocupação, pois estas não estariam acostumadas a pagar conta:

Existem aqueles assim, eles saíram da área de risco e vieram morar pra cá, mas nunca pagaram uma luz, uma água, uma conta! E estão com o condomínio atrasado, a prestação atrasada... Eles não pagam conta! E isso dificulta pra os outros moradores na questão do custo do condomínio. Porque recaí esse custo pros outros, entendeu? Então tem pessoas que saíram de lá, vieram pra cá e continuam sem pagar nada. E isso causa prejuízo pros outros moradores. Agora o que fazer com eles não sei também. Tem que ir deixando a Caixa Econômica... Ou alguém tomar uma atitude em relação a eles né?! [Eles] Destruíram apartamento, quebraram, estouraram...não pode! Eles correm o risco por fazer isso de perder o apartamento. E não tá intacto o apartamento, tá destruído! Não sei como é que eles vivem. Sobrevivem na verdade. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

De certa forma, as famílias “da ocupação” não tinham necessariamente a obrigação do aluguel nas áreas de origem e poderiam, inclusive, sobreviver sem o pagamento de tarifas públicas a partir de estratégias como as ligações clandestinas, o “gato”. Ao passarem a habitar a “cidade legal”¹⁴ foram acrescidas não só as tarifas públicas, como também o pagamento do imóvel e da taxa de condomínio. Mas é importante colocar que quase metade das famílias entrevistadas declarou estar ou que já estiveram em situação de inadimplência, provocada momentaneamente pelo desemprego estrutural ou por casos de doença. Ou seja, na realidade a condição de inadimplência ultrapassa o marcador da origem.

Os casos contados sobre a inadimplência foram na maioria das vezes relatados quase que em segredo. Para as famílias de baixa renda a honestidade sobre ter o “nome limpo” é tudo o que se pode carregar, uma vez que não há garantias e recursos econômicos que possam lhe assegurar. Sendo assim, há um compromisso muito forte em “pagar as contas certinho, tudo em dia”, uma associação do que é “dever”, mas pouca identificação do que vem a ser “direito”. Deste modo, a inadimplência coloca em risco o pouco do que quem é pobre pode garantir, ou seja, sua honestidade.

A política habitacional é altamente subsidiada pelo Estado, restando à família um pequeno percentual a ser pago pela casa, comparando ao valor a ser desembolsado no mercado imobiliário. No caso da produção habitacional de condomínios verticais, além do compromisso estabelecido entre o titular e a Caixa Econômica, há também o estabelecimento de um contrato coletivo com o condomínio, que se torna também uma forma de controle social entre os condôminos. O não cumprimento deste contrato implica em uma condição *estigmatizante*¹⁵. A inadimplência momentânea relatada, que ocorre em segredo, passa ao largo dos olhos da vizinhança. Mas quando identificada se torna um fator de *segregação social*:

Já fui julgada logo no começo, acho que depois de um ano que eu tava aqui. Um dia tinha gente no salão de festas aqui atrás e eu falei que (...) as crianças tavam tudo dormindo, eles tinham que levantar no outro dia pra ir pra escola. Dai eu peguei, abri a janela com toda a educação aí eu falei assim “o pessoal, não dá pra vocês falarem mais baixo que as crianças tão dormindo...” Aí um homem pegou e falou assim: “você não tem que abrir a boca pra nada, você não tem que falar nada

“porque você não paga então você não tem direito de apitar nada aqui dentro.” (...) E uma vez também a minha vizinha chegou e falou pra mim que (...) a vizinha do bloco 1 falou assim “ na hora que vim a ordem de despejo aquela dali vai ser a primeira a ser despejada”. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

A inadimplência é colocada como um divisor entre os pobres, que constroem imagens e representações, de maneira que, de um lado está o trabalhador, a pessoa de bem que paga as contas, do outro está o inadimplente, que vive “à toa”, o devedor. E ambos convivem injustamente, de acordo com as falas, no mesmo espaço, “porta com porta”. A inadimplência coloca um impasse nas relações de vizinhança. Pois se, por um lado, há a demarcação das diferenças no espaço social, em que alguns dizem ser mais merecedores de estarem ali do que outros, por outro a noção de igualdade colocada é sobre a relação contratual em que todos devem dar sua contraprestação para o bem-viver no condomínio.

Dos problemas colocados até aqui, todos pareceram terem tido maior ocorrência nos primeiros anos da pós-ocupação no conjunto habitacional, com exceção da inadimplência. Com o passar do tempo, ajustes na ordem privada e coletiva foram sendo feitos para que as “abóboras se acomodassem à carroça”¹⁶. Alguns temas mereceriam maior atenção e aprofundamento. Mas para o propósito deste artigo, alguns recortes foram necessários. No entanto, algo que não poderia deixar de ser tratado é a questão da religião, que parece mediar relações e momentos de sociabilidade.

Foi possível notar que muitas vezes a melhora de vida relatada está muito associada à adoção mais rigorosa de práticas religiosas após a mudança para o condomínio. Sobretudo para aqueles que enfrentaram ou enfrentam momentos de crise financeira e doença na família, a inserção na igreja e o maior contato com Deus é um marcador apontado como responsável pela melhora de vida ou pelo fortalecimento para enfrentar os momentos difíceis.

O perfil religioso do condomínio é de evangélicos (pentecostais e neopentecostais) e católicos, respectivamente. Entre as famílias pesquisadas, sete são evangélicas e as demais são católicas. O tema da religião apareceu espontaneamente apenas nas famílias evangélicas, muita das vezes para falar sobre uma rede estabelecida através de orações e convites para ajudar aqueles que estão passando por necessidades.

A religião é açãoada não só como uma saída para a juventude colocada como ameaçada, mas também para os problemas gerais resultantes do desemprego e da doença. De acordo com as entrevistas, o temor dos pais em relação aos filhos adolescentes tem um marcador de gênero: para meninos são o envolvimento em assaltos e o uso e tráfico de drogas. Para meninas é a gravidez na adolescência ou a prostituição. É criada uma rede de inserção e colaboração no condomínio:

As vezes eu levo [para a igreja] duas, eu levo três [adolescentes]. Falta de convidar não é. Nós tamo semeando! A gente convida, a gente faz a parte da gente. (...) E aqui tem muitas pessoas que necessitam... de alimento... Então às vezes eu pego do meu... Você tá vendo a pessoa assim tá sofrendo, não pode nem trabalhar aí reparte. Ai eu fui na Igreja falei com o pastor, o pastor [disse] “Não! Nós vamos

levar umas coisas também, vamos ajudar!" Sempre tá dando uma cesta pra uma pessoa que tá precisando. (...) Mas com jeitinho Deus vai abençoar esse lugar aqui, esse condomínio né?! A gente ora muito por esse condomínio. Eu gostaria muito que tivesse assim uma-duas servas aqui pra... sabe...ganhar os adolescente pra gente. Meu sonho é esse, trabalhar com as criança, tanto as criança tanto com os adolescente como os adulto também. (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

Em um contexto social e geográfico em que há um maior número de igrejas do que equipamentos e serviços públicos, ou seja, pouca ação do Estado, a resolução dos problemas cotidianos, dos problemas de vida, é buscada em outras instâncias mais acolhedoras que conferem sentimentos de pertencimento e de identidade. É importante colocar, ainda que não caiba no propósito deste artigo o aprofundamento necessário, que a religião também se apresentou como um fator de segregação em alguns casos, pois não é toda manifestação e forma de sociabilidade religiosa que é permitida no espaço do condomínio. Diz respeito, sobretudo, às manifestações evangélicas.

5 | UMA BREVE AVALIAÇÃO DO PMCMV

Assim como avaliam Paz et al. (2015), em uma pesquisa realizada em um condomínio popular do PMCMV em Osasco-SP, não só a estrutura de condomínios verticais, mas também o modelo de gestão condominial, inspirados nos condomínios do mercado de classe média, não se configuram como a melhor alternativa para as famílias de baixa renda. Apesar de resolver em grande número o problema imediato de moradias, tal forma têm motivado situações de irregularidade das famílias e reforçado em alguns casos a vulnerabilidade social.

Um dilema colocado por Paz et al. (2015) e que se refletiu também nesta pesquisa é que a verticalização da moradia reforça o condomínio como um espaço fechado, cercado por aparatos de segurança. Além da constituição do espaço privado, de maneira que a manutenção dos espaços do condomínio, ruas, iluminação, entre outros, são de responsabilidade do condomínio. O que poderia ser resolvido pelo Estado, nos condomínios verticais, tornam-se problemas privados. A manutenção da vida em condomínio acaba gerando um alto custo de vida para as famílias de baixa renda.

Sobre os limites da política apontados nas entrevistas cabe colocar a produção de “novas ilegalidades” a partir da vida em condomínio. Primeiro pelo fato da baixa fixação das famílias “de ocupação” ao condomínio. Ao venderem seus imóveis e voltarem para as áreas de origem, elas são excluídas da política habitacional, pois o programa não permite transações imobiliárias. Segundo, para as famílias de baixa renda que permaneceram, independentemente da origem, o modelo de produção habitacional por apartamentos impõe o pagamento da taxa de condomínio, o que gerou para muitos o endividamento.

Por um lado, o programa possibilitou uma melhora significativa na vida daqueles que vieram do aluguel mais oneroso. As famílias que apresentam maior escolaridade e/ou renda, que anteriormente moravam em bairros ligados à rede de urbana, cuja condição da moradia anterior era similar ou superior à moradia atual, de fato apresentam diminuição significativa das despesas com moradia e consequente aumento do poder de consumo.

A seguir, a percepção do programa sob a perspectiva de quem morava de aluguel em um apartamento em um bairro considerado de classe média, e não só teve uma experiência positiva com a política habitacional, podendo ascender ao mundo do consumo de bens e serviços, como observa a melhora na vida de alguns de seus pares:

Mas eu acredito que as pessoas cresceram muito aqui. Porque, olha só... É até engracado de olhar. Porque tem poucas vagas de carro. Com as pessoas pagando menos, com R\$500 que eu pagava de aluguel, hoje o condomínio da em média R\$200 e a casa que dá uns R\$60... Olha o quanto me sobra se eu fosse pagar aluguel. Com certeza [as pessoas] começaram a pensar em mobiliar a casa, em pensar num curso pra um filho... comprar um carro. E então encheu. Hoje é aquela coisa sabe?...Hoje eu acho que as pessoas evoluíram, melhoraram, já tem mais perspectiva de vida. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Agora, para aqueles que também vieram do aluguel mais barato, em bairros periféricos, com estrutura similar ao bairro da atual moradia, que moravam em casas até mais simples, muitas vezes alugada a partir de “contrato de boca”, enfrentam o endividamento familiar. Como a nova vida implica o estabelecimento de contratos formais, de maneira que não são possíveis acertos e atrasos, em tempos de crise, seja em casos de desemprego estrutural ou de doença na família, passam por períodos de endividamento, inadimplência e o constrangimento do “nome sujo”, impedindo o acesso aos bens de consumo, além do controle social dentro do condomínio.

A seguir, a experiência de uma família que morava de aluguel em pequena casa em um bairro próximo, também na periferia de Curitiba, e que o único provedor perdeu o emprego em uma fábrica no contexto da crise econômica:

Olha, o meu condomínio do mês passado e desse mês tá atrasado. A administradora mandou uma cartinha pra mim ir lá resolver isso aí, né?! Aí no caso eu fui lá e conversei com eles, né?! Assim que eu voltar a trabalhar eu vou lá acertar. Mas condomínio é uma coisa que mais que você teje explicando eles não querem saber, eles querem receber! Prestação eu tô com as três ultima atrasada só. No caso agora eu tô esperando setembro e eu vou lá e regularizo. Isso tem que regularizar. O condomínio eu vou levando com a barriga, pagando de luxo. (Cônjugue do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Mesmo tendo contratos que não podem ser ajustados, que resultam em juros por conta dos atrasos, inadimplência, estas famílias avaliam que por dizer respeito à casa própria os sacrifícios feitos são válidos, em nome de um bem que ficará para a família.

E por fim, cabe colocar a experiência extrema das famílias que vivem a angústia de permanecer no condomínio, uma vez que as dívidas vêm se acumulando de maneira

que não há perspectiva de quitação e ainda precisam conviver com o *estigma* dentro do condomínio. É a experiência da única família “da ocupação” entrevistada:

Eu tô perdendo isso aqui pra falar bem a verdade. Não sei como que não foi pra leilão ainda né?! (...) Só que eu penso assim, que se eu sair daqui eu vou pra rua com as crianças. Eu vou pra onde sem renda sem nada? Não tem pra onde ir. Eu acho que pessoas que nem eu e muito aqui dentro que tem, eles não deveriam ter colocado pra morar em condomínio (...) Eu acho assim, a pessoa [agente da COHAB] não pensou assim “Nossa, será que um dia ele não pode ficar desempregado?” Né?! E tipo assim, eles não pensaram nisso. Que nem eu com a quantia de filhos que eu tenho eles deviam pensar assim “Não, vamo colocar ela numa casinha dessas que paga R\$60 por mês.” Não! Coloca num apartamento que toda vida ela vai ter dívida, não é verdade?! Só que...eu não sei...foi conversado, a COHAB falou ali pro CRAS né?! Porque eu sou atendida pelo conselho, pelo CRAS, posto de saúde... Eles tão tudo em cima de mim porque meus filhos são atendidos pela Rede de Proteção. Então eu acho assim que independente a COHAB devia reverter isso daí. Olhar pra isso e falar assim “Vamo tirar ela daqui, bota num outro lugar!” E passar pra uma pessoa que tivesse condições de pagar aqui e [eu] começava do zero, não é verdade?! (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Esta fala aponta não somente que os critérios de seleção da política habitacional precisam ser refinados, mas também a necessidade de uma avaliação posterior sobre as experiências das famílias no condomínio vertical e a possibilidade de mudança para locais que atendam as características da família. Ou a integração com as demais políticas sociais visando à transferência de renda ou à promoção de alternativas para a geração de renda familiar.

As famílias apontam também a necessidade de um acompanhamento mais efetivo e contínuo não só da COHAB, como também das instituições financeiras governamentais a respeito da fiscalização dos casos de venda e aluguel clandestino, e da inadimplência.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou sintetizar os principais pontos da pesquisa de mestrado que teve como objetivo principal a avaliação do PMCMV sob a ótica das famílias beneficiárias a respeito da pós-ocupação. À luz do que propõe a sociologia da vida cotidiana – um artesanato intelectual que costura estruturas e processos sociais às relações cotidianas – esta pesquisa trabalhou com trajetórias de vida de famílias de um condomínio vertical. As narrativas contemplaram o processo de quase cinco anos desde a saída de seus locais, a mudança e a vida em condomínio e como avaliam a vida atualmente. A pesquisa mostrou que o PMCMV resolve parcialmente o problema da moradia, pois não isenta as famílias da condição de vulnerabilidade social e também não garante a permanência das famílias no modelo de produção de habitação por condomínios verticais. A pós-ocupação gerou impactos inserindo famílias em novas condições de ilegalidade. Além da adaptação corporal, moral e espacial que imputam novas práticas sociais, a vida em condomínio de apartamentos impõe obrigações financeiras que correspondem a novas formas de controle social entre as famílias,

sobre, por exemplo, “quem paga” e “quem deixa de pagar”. Ao inadimplente são associadas outras práticas como a bagunça, a sujeira, o uso ou tráfico de drogas, o furto. Busca-se na sociabilidade, mediada na maioria das vezes pelas práticas religiosas, perspectiva de solução para estes problemas da vida em condomínio.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, T. A., ARAÚJO, F. de S., CARDOSO, A. L. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.
- BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979, p.37-70
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Editora Vozes, v.2, ed.12, 2013.
- ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.1, 1994.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). **Déficit Habitacional Municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>
- GOFFMAN, E. Estigma e Identidade Social. In: **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.2-50.
- HALBWACHS, M. Memória coletiva e memória individual. In: **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Editora Vértice Revista dos Tribunais, 1990, p.25-52
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. A autoconstrução de moradias e a espoliação urbana. In: **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.55-74
- MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17, nº49, 2002, p.11-29
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARIZ, C. L. A religião e o enfrentamento da pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, outubro de 1991, nº33.
- MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.
- PAIS, J. M. **Vida Cotidiana**. Enigmas e revelações. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

PAZ, R. D. O. et al. Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: **Minha Casa... E a cidade?** Org. AMORE, C.S et al. Rio de Janeiro: Letra Capital, Ed.1, 2016.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Ciência e Cultura**. v.39, p.272-286, 1986.
SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, ed. 3, 1994

_____, M. S. História e memória: o caso do Ferrugem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº46, 2003, p.271-255

_____, O. A. **O estigma no Tatuquara e a luta pela conquista da cidadania**. Estratégias discursivas e práticas sociais de reversão. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VASCONCELOS, E. M. A. Habitação de Interesse Social: novos desafios a os atores sociais urbanos. **XXIX Congresso Latino americano de Sociologia**. Santiago do Chile. 2013.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/Paraíba

Dayane Gomes da Silva Rodrigues

Professora de Sociologia do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia da Paraíba - João Pessoa/Paraíba

a reforma previdenciária na contramão do keynesianismo desenvolvimentista, tornando difícil a definição unívoca da postura econômica e social do seu governo no tangente à política de pessoal. A elaboração deste conteúdo se pautou pela organização e análise de algumas fontes primárias e secundárias vinculadas ao tema, envolvendo documentos, discursos, pronunciamentos, estatísticas, relatórios, diagnósticos oficiais e a produção acadêmica referente ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Pessoal, Servidores, Reforma Previdenciária

ABSTRACT: This work proposes a discussion on the personnel policy during President Luiz Inácio Lula da Silva's administration (2003-2010), with highlight to the ambiguous relationship between the evidenced improvements for public servants in contrast to the social welfare reform proposed in Lula's administration. In this period, there was an increase of 46,582 working servants of the direct administration and another 38,816 of the indirect administration. Oppositely, there was a reduction of 40,070 in the number of inactive servants of the direct administration and a discrete increase of about 12,342 employees regarding the indirect administration. In light of this contrast, this work concludes that there was been a lack of a specific personnel policy definition in Lula's administration, oppositely

RESUMO: Este trabalho propõe uma discussão acerca da política de pessoal do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), destacando a relação ambígua existente entre a valorização dos servidores e a reforma da previdência ocorrida durante a gestão Lula. Neste período, houve um aumento de 46.582 servidores ativos da administração direta e mais 38.816 da indireta. Não obstante, houve redução de 40.070 do número de servidores inativos na administração direta e um pequeno aumento na indireta, da ordem de 12.342 servidores. Sob esse contraste, este trabalho considera como resultado final a falta de definição de uma política de pessoal específica na gestão Lula, diferentemente do que ocorreu no governo FHC, em que se preconizava claramente a redução dos gastos através do enxugamento da máquina pública. De um lado, Lula ampliou e valorizou os funcionários, com aumento do número de concursos públicos e reajustes salariais, mas de outro, promoveu

from what occurred during the former FHC's government, which explicitly claimed for a significant cost reduction in the public sector. If on the one hand, Lula has improved public servant's conditions, through opening new public tenders and increasing salaries. On the other hand, he has promoted a social welfare reform which went in the opposite direction of the Keynesianism Economics theory, making difficult the definition of a coherent social and economic position regarding personnel policy. The elaboration of this content stands on the organization and analysis of some primary and secondary sources related to the subject, such as documents, speeches, pronouncements, statistics, reports, diagnostics and the scientific production on the subject.

KEYWORDS: Personnel Policies, Public Servants, Brazilian Social Welfare Reform

1 | INTRODUÇÃO

Os cortes de benefícios ocorridos dentro das reformas previdenciárias sempre foram marcados por medidas impopulares dos governos. Essa discussão encontra resistência na aprovação de medidas por parte dos movimentos sociais, de uma ala mais radical dos partidos de esquerda e da população de um modo geral. Na nossa história, os governos alegam a necessidade de equilibrar as contas públicas, acusando a previdência como sendo protagonista do desequilíbrio destas contas.

No ano de 2003, Lula foi eleito com alto índice de popularidade e aproveitou-se da situação para tratar de uma pauta, que, segundo sua equipe, já se fazia necessária: a reforma da Previdência. O então presidente conseguiu aprovar suas mudanças ainda em seu primeiro mandato, no entanto, sua maior oposição veio do seu próprio partido. A chamada ala radical do partido causou problemas ao governo e parlamentares que votaram contra a reforma foram desmembrados do partido. Mesmo com forte resistência e votação apertada no senado, a Emenda Constitucional 41 foi promulgada em dezembro de 2003.

Não há como discutir a reforma da previdência ocorrida no governo Lula, sem que haja uma breve apresentação da reforma que antecedeu a de sua gestão, e em qual situação o sistema previdenciário se encontrava naquele período. O fato é que a Previdência já havia sofrido um golpe ainda maior na gestão de Fernando Henrique Cardoso. A redução dos gastos públicos pela via do enxugamento do funcionalismo foi propalada como um mecanismo “necessário” para obtenção do equilíbrio fiscal e da retomada do crescimento econômico. Simultaneamente, as condições e relações de trabalho apresentaram-se mais precarizadas, situação evidenciada pela ausência de reajustes salariais, pela ampliação do quadro de temporários e terceirizados, pela perda da força de representação sindical e pela reforma da previdência.

2 | A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO CONTEXTO FHC

Em março de 1995, FHC apresentou a proposta de Emenda Constitucional 33 – PEC 33. A mesma alterava a previdência social tanto dos trabalhadores do setor privado da economia como do público, além de impedir que novas vantagens concedidas aos servidores públicos fossem estendidas aos inativos. Mas, em razão da forte resistência das forças de esquerda e, principalmente, da Central Única dos Trabalhadores – (CUT) - em 1997, o sexto congresso da entidade sindical aprovou a resolução contra a Reforma Previdenciária de FHC- a proposta acabou sendo retirada e reformulada. No entanto, em 1998, com a disseminação do discurso de que a Previdência Social era um dos principais fatores que contribuía para o déficit público, FHC conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional 20 – EC 20, alterando a aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e daquele próprio dos servidores públicos.

As principais mudanças foram, segundo Nakahodo & Savoia (2008), um maior rigor para se alcançar a aposentadoria, o estabelecimento de um período mínimo de contribuição e mudanças ocasionadas devido à introdução da utilização de uma fórmula de ajuste atuarial para que os contribuintes analfabetos obtivessem a aposentadoria, que ficou definida a partir do novo fator previdenciário. O fator previdenciário representava uma nova estrutura de incentivos que induziria o fim da aposentadoria por tempo de serviço. O fator representou um confisco parcial do valor da aposentadoria, impondo perdas aos segurados no caso do setor privado. É uma fórmula que possui variáveis para promover o ajuste atuarial entre as contribuições e o benefício de aposentadoria. Entretanto, esse fator recai somente sobre as aposentadorias por tempo de contribuição. Já o princípio atuarial contido no art. 201 da Constituição Federal é vigente para todo o sistema previdenciário, englobando todos seus benefícios.

De acordo com a CUT (2002), o fator previdenciário prejudicaria, principalmente, os mais pobres e as mulheres, além de estabelecer em relação ao cálculo anterior um redutor de 30% nas aposentadorias, obrigando todos a trabalharem mais para garantir o mesmo nível de aposentadoria da lei anterior. De acordo com PENNA (1999), o fator previdenciário é um redutor que obriga as pessoas a trabalharem mais. O fator impõe o adiamento da aposentadoria. A lógica dessa imposição é que, quanto mais velho o trabalhador, mais ele acaba ganhando por menos tempo. E quanto mais novo se aposenta, menos ganha, por mais tempo. Então, a longevidade é uma punição. Em outros termos, significa mais anos de vida com menos dinheiro no bolso. Assim, a aposentadoria por tempo de serviço e de contribuição, foi severamente desvalorizada.

No entanto, na perspectiva de Marques & Mendes (2004), FHC não obteve sucesso naquilo que ele mais considerava essencial: a supressão do direito à integralidade da aposentadoria com valor igual ao do provento da ativa e do direito à paridade nos reajustes (garantia, para o valor da aposentadoria, da aplicação do mesmo indexador e percentual utilizado no reajuste dos proventos dos servidores ativos); e

a exigência de contribuição dos aposentados. Para isso foi fundamental não só a mobilização ativa dos servidores, como a votação dos deputados de esquerda, com destaque para a atuação do Partido dos Trabalhadores, principal força de oposição.

De acordo com o governo, essas mudanças de regras, bem como várias outras medidas implementadas que acompanharam a reforma, tinham como principal objetivo a diminuição do volume da despesa com benefícios previdenciários, contribuindo para o ajuste fiscal. Por outro lado, a crítica a esta postura defendia a ideia de que a estratégia do governo teria sido marcada pelo gradualismo, incrementalismo, optando-se *por efetuar reformas paramétricas, que contribuíram para reduzir o problema fiscal no curto prazo, mas que não foram capazes de impedir o déficit no longo prazo* (NAKAHODO & SAVOIA, 2008, p. 46). Se de fato, a reforma da previdência se fazia necessária, os funcionários públicos não deveriam ser responsabilizados e penalizados pela crise fiscal, promovida por décadas de irresponsabilidade fiscal decorrente da deterioração das contas públicas.

Segundo a proposta original, a reformulação na previdência deveria enfatizar a geração de poupança interna através das retenções exercidas por meio do sistema previdenciário, além de atender aos critérios básicos que determinavam a constituição de 1988, onde se levava em conta a equidade e o equilíbrio financeiro-atuarial. A reforma da Previdência do governo FHC evidenciou a substituição, na prática, de um sistema redistributivo, por um sistema misto, no qual estavam abertas as comportas para o predomínio da tônica financeira, de acordo com o novo rentismo internacional.

O fato é que, com o objetivo de enxugar a máquina, FHC durante os seus oito anos de governo, praticou a política de arrocho salarial para os servidores. Após sete anos de congelamento, os funcionários receberam um único aumento às vésperas da eleição de 2002. Para desencadear o desmonte do setor público, houve a desarticulação dos sindicatos do setor, não tendo ocorrido qualquer negociação promissora nesse período.

3 | REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO CONTEXTO LULA

Na expectativa de ser colocada em prática uma política de governo diferenciada da gestão FHC, marcado pelo aumento do desemprego, da exclusão, da concentração de renda e da própria reforma previdenciária, elegeu-se o petista Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002. O partido tinha em sua base política a maior parte dos dirigentes dos sindicatos de servidores públicos. Havia uma forte expectativa de uma gestão mais social e menos “financeirizada”, que tirasse de foco dos preceitos neoliberais e do ajuste fiscal e colocasse nas políticas de geração de emprego e renda.

Na gestão de Lula, algumas ações dirigidas ao funcionalismo público pareciam indicar um novo paradigma. Seu programa de governo postulava um novo tipo de relacionamento entre governo e servidores públicos. As expectativas das estratégias de gestão do governo em relação à política de pessoal eram bastante positivas devido

à história de formação do Partido dos Trabalhadores, radicada nos sindicatos e movimento sociais.

De acordo com o documento Gestão Pública para um Brasil de Todos (MP/SEGES, 2003), a gestão do governo Lula teria como finalidade reestruturar o serviço público a partir das demandas sociais para que o Estado se tornasse mais “eficiente, inclusivo e equitativo”. Dentro de tal perspectiva, incluiu o funcionalismo público como operador da reorganização desejada. A estruturação da administração se daria através da recomposição da força de trabalho no setor público, o redesenho dos sistemas de cargos, carreiras, benefícios e concursos, o realinhamento de salários, a definição de políticas permanentes de capacitação técnica e gerencial no sentido da qualificação dos servidores, a promoção de ações visando a saúde ocupacional e o redesenho de estruturas e processos de trabalho.

No entanto, a reforma da previdência aprovada no início da gestão de Lula, que avançou em pontos que a Emenda Constitucional n.º 20 não havia conseguido, impôs a aposentadoria por tempo de contribuição, dando fim à aposentadoria por tempo de serviço, dando indícios que o período seria marcado por aparente ambiguidade em relação aos interesses dos trabalhadores.

Segundo Véras (2004) a própria composição heterogênea que levou Lula a se eleger e formou sua base social e política de sustentação gerou diferentes e contraditórias expectativas. O governo Lula articulou uma coalizão incluindo importantes setores do empresariado nacional, o que gerou insatisfação da parte do *campo democrático e popular*.

A retomada das câmaras setoriais foi um indício da “nova contratualidade” proposta. A Câmara Setorial teria como finalidade a interação entre o Estado e as próprias organizações representativas, de tal forma que influenciaria o ambiente organizacional e Institucional, no sentido de aumentar a eficiência das relações econômicas e a eficácia das políticas públicas. VÉRAS (2004) discorre que a proposta de pacto social entre o governo, empresários, trabalhadores e outros diversos segmentos, daria ensejo, segundo a proposta, a forma mais adequada de se enfrentar os problemas ocasionados pela dívida social do país naquele momento. O autor ainda atenta para o fato de que,

Para o *governo*, tal estratégia foi colocada como a única maneira viável de enfrentar a enorme dívida social do país. Seria o recheio (base social indispensável) do projeto de um governo de *coalizão nacional*. Da parte dos *empresários*, notam-se motivações e expectativas diversas. Há quem proponha uma nova atitude pública dos empresários em favor da “cidadania”. Para outros segmentos, o convite ao *pacto social*, sob a liderança de um governo que se propõe a priorizar a *produção*, pode ter significado uma (mesmo que vaga) oportunidade de reação às consequências maléficas do modo como o país estaria se inserindo na *globalização* (um contraponto *nacional-produtivista* à imposição de uma dinâmica *financeiro-globalizante*). Mas, para vários deles, pode ter significado, tão somente, uma oportunidade de influir o mais decisivamente possível nas “reformas” que o governo pautou. Quanto aos *trabalhadores*, sob grandes expectativas diante do Governo Lula, a ideia do *pacto social* constitui-se numa oportunidade histórica de influir sobre os rumos do país,

de modo a reverter os processos histórico e recente, ambos, de exclusão social. (VÉRAS, 2004, p. 51)

Em suma, as câmaras setoriais teriam o objetivo de tornar menos contraditórios e mais eficazes os interesses de ambos os setores: de um lado o público, com objetivo de tornar suas políticas legítimas, e do outro, o privado, que buscava constantemente um ambiente institucional favorável às suas atividades.

No âmbito da relação entre o Estado e os seus servidores, em meio a esse processo de tentativa de “concertação social”, destaca-se a instituição, logo no início do primeiro mandato de Lula, da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Em texto publicado em fevereiro de 2003 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, anuncia-se que estava sendo criada a Mesa Nacional de Negociação Permanente entre os servidores Federais e o governo afirmava-se tratar de *uma reunião histórica para o funcionalismo público, colocou lado a lado na mesa de negociação seis ministros de Estado e 13 representantes de sindicatos que congregam os servidores públicos federais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário*. É importante ressaltar que A instituição da Mesa não é obra inovadora do governo Lula. Experiências frustradas em gestões anteriores parecem ter fertilizado o modelo que vingou nessa gestão. Ao que tudo indica, a MNNP foi inspirada na Mesa Nacional de Negociação do SUS, instituída em maio de 1993, através da resolução nº 52 do conselho Nacional de Saúde.

A MNNP teria o “intuito” de constituir um espaço de entendimento, negociação e formulação de propostas entre o governo, servidores públicos, movimentos sindicais e associativos do funcionalismo, para tratar de temas vinculados a carreiras, salários, melhoria de condições de trabalho, direitos e metas. Ou seja, seria um canal onde se buscara soluções não apenas sobre conflitos de trabalho, mas também sobre questões econômicas, como a política salarial dos servidores, a segurança social, a correção das distorções dos planos de carreiras, entre outras questões.

A ideia era de que a modernização da gestão pública e do Estado passava pela valorização dos seus servidores, salários e condições de trabalho, mas também pela busca da eficiência do serviço prestado à população, procurando adequar princípios burocráticos a preceitos de execução gerenciais.

Logo no primeiro ano do governo Lula, a Secretaria de Gestão do MPOG divulgou a falta de pessoal na administração pública federal através de estudos direcionados. As indicações seriam para uma necessidade de novas contratações durante toda a gestão, na expectativa de colocar o Estado voltado à promoção do crescimento. Nesse sentido, formaram-se cinco grupos de trabalho, autorizados por meio da Portaria nº 704 de 25.09.2003, no âmbito do Comitê de Política de Recursos Humanos, que executariam levantamentos e estudos sobre a reestruturação de cargos e carreiras, a definição de diretrizes para as terceirizações no serviço público, para a ocupação de cargos em comissão, o novo modelo de avaliação de desempenho de servidores e a criação de sistema de acompanhamento de nomeações. Isso contribuiria para concretizar a ação de aumento de servidores. De acordo com essa lógica, foram

instituídas quatro comissões temáticas no intuito de se discutir as propostas que seriam levadas à deliberação da MNNP. Seriam elas: Política Salarial, Seguridade Social, Direitos Sindicais e Negociação Coletiva e, por fim, a Reestruturação do Serviço Público.

O governo Federal anunciou por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que o avanço expressivo existente no novo padrão de relação de trabalho no serviço público brasileiro seria proveniente, em grande parte, da Mesa Nacional de Negociação Permanente:

Merce destaque especial a instalação das Mesas Setoriais de Negociação Permanente, a partir da criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente no Serviço Público Federal, grande avanço na construção de um modelo democrático, participativo e incluente de relações do trabalho no setor público brasileiro. (Brasil, 2005)

É verdade que a MNNP representou um enorme avanço no que concerne ao diálogo entre o trabalhador da administração pública e o governo para que seus representantes pensassem o Estado e seu aparelho. A proposta da mesa seria a de assumir a postura de repensar a administração pública não contra seus funcionários, mas com eles. Entretanto, os conflitos apresentados no começo deste capítulo no que se refere ao tratamento dado às questões relacionadas à aposentadoria, foram facilmente evidenciados na própria Mesa. Além da reforma previdenciária, a defesa da contribuição dos aposentados ao regime previdenciário foi outra importante medida que se contrapôs aos interesses dos servidores públicos.

Segundo VÉRAS (2004), a partir do segundo semestre de 2003, a Mesa Nacional de Negociação Permanente foi cenário dos conflitos existentes entre os servidores e o governo, por reflexo das opções adotadas por esse último no que concerne à reforma previdenciária. Os funcionários públicos alegavam ter sido diretamente atingidos pela reforma, enquanto o governo se negava a tratar do problema na MNNP.

Um indício que o governo Lula manteria alguns pontos da política econômica do governo anterior – pautada pelo ajuste fiscal, com a promoção de superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante-, traduziu-se justamente nessa falta de diálogo entre os servidores públicos e o Estado durante o processo de reforma da Previdência. No lugar de valorizá-los, para resgatar a imagem do Estado na prestação de serviços essenciais à população, o governo restringiu direitos previdenciários como intentado na administração anterior.

A implementação da MNNP parecia ser uma mudança desse cenário. As relações da Administração com o funcionalismo, sob as expectativas dos funcionários, seriam capazes de assegurar direitos e prover serviços essenciais aos cidadãos brasileiros no sentido da reafirmação do caráter democrático do Estado. A Mesa deveria estimular a negociação com os servidores, antes das propostas de reformas serem encaminhadas ao Poder Legislativo. No entanto, em muitos aspectos esse compromisso não foi acatado.

O Informe da Previdência Social, publicado pelo Ministério da Previdência em 2003, tratou de expressar a posição que seria tomada pelo governo Lula, sugerindo as seguintes considerações:

O Regime Geral de Previdência Social — RGPS, que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, está consolidado como um dos principais mecanismos de proteção social do Estado brasileiro. Se nos últimos anos o sistema passou a apresentar resultados financeiros negativos, com evidentes consequências no cenário fiscal, por outro lado não há dúvidas de que o papel social que desempenha em termos de redução da pobreza, melhoria na distribuição de renda e fomento ao desenvolvimento econômico, especialmente na zona rural e nas pequenas localidades urbanas, é fundamental para a estabilidade do país. Ademais, as projeções para os próximos anos indicam que a trajetória da necessidade de financiamento do RGPS em relação ao Produto Interno Bruto estará controlada, resultado das modificações legais efetuadas até o momento. (PACHECO & WINCKLER, 2005)

Dessa maneira, ficou clara a intenção do governo Lula de aproximar o RPPS do RGPS, aplicando aos servidores públicos critérios próximos aos dos trabalhadores do setor privado, encontrando forte resistência de setores da própria burocracia pública. A Emenda Constitucional nº 41/03 propôs, para o sistema da previdência dos servidores públicos, a implementação de um teto de contribuição e benefício equivalente ao do RGPS. Pacheco & Winckler ainda acrescentam que:

O objetivo central da Reforma da Previdência proposta no início da década de 90 foi a unificação do RPPS e do RGPS, com a extinção gradual da previdência do setor público. A EC nº 41 avançou nessa direção, ao instituir, para os novos servidores, um teto de contribuição e benefício equivalente ao do RGPS, na medida em que o Poder Executivo dos entes federados encaminhe, através de lei ordinária, a criação da previdência complementar, com entidades fechadas, de natureza pública, sem fins lucrativos, planos de contribuição definida e facultativa, sendo que não há expressa obrigatoriedade nem para os atuais nem para os futuros servidores. Porém é necessário frisar que o servidor — admitido após a promulgação da EC nº 41/03 — que ganhar acima do teto do RGPS será compelido a aderir à previdência complementar para não perder renda na aposentadoria. (PACHECO & WINCKLER, 2005, p. 240)

A primeira Reforma da Previdência, promulgada em 1998 no governo FHC pela emenda Constitucional nº 20, não alcançou todos seus objetivos propostos. Já a segunda Reforma, ocorrida sob a gestão Lula, consubstanciada na Emenda Constitucional nº 41/2003, praticamente abrangeu todo o conjunto de alterações propostas para os regimes próprios de previdência social. A Emenda nº 20/98 efetivou a criação do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) voltado para os servidores públicos. Porém a Reforma da Previdência só ganharia contornos mais definidos com a Emenda Constitucional nº 41/03.

A tabela apresentada por Winckler & Pacheco descreve e compara a aplicação e consolidação de regras da emenda constitucional nº 20, da transição para emenda constitucional nº 41 e sua consolidação.

REGRA ANTERIOR (EC nº 20)	REGRA DE TRANSIÇÃO (EC nº 41)	REGRA ATUAL (EC nº 41)
Base de cálculo das aposentadorias		
Última remuneração do servidor.	Para os atuais servidores sem direito adquirido, vale a última remuneração como referência, desde que cumpridos os requisitos de idade (60 e 55 anos para homens e mulheres), tempo de contribuição (35 e 30 anos para homens e mulheres) e tempos de carência no serviço público (20 anos), na carreira (10 anos) e no cargo (5anos).	Média de salários de contribuição no RPPS e no RGPS.
Aposentadoria por tempo de contribuição para os ingressantes antes de 16.12.98		
Regra de transição - aposentadoria, com o valor da última remuneração, aos 53 e 48 anos de idade para homens e mulheres mais 20% de acréscimo (pedágio) sobre o tempo de contribuição que falta para completar a aposentadoria.		Na nova regra de transição da EC nº 41, o que muda é o valor da aposentadoria, que passa a ser calculado pela média dos salários de contribuição, com 3,5% de abatimento por ano de antecipação em relação às idades de 60 e 55 anos para homens e mulheres. Continuam valendo: a idade mínima de 53 e 48 anos para homens e mulheres e o pedágio de 20%.
Paridade entre ativos e inativos		
A regra de reajuste das aposentadorias e pensões seguia os mesmos critérios dos servidores ativos.	Para os atuais servidores sem direito adquirido, é mantida a paridade, na forma da lei, desde que cumpram com requisitos de idade (60 e 55 anos para homens e mulheres), tempo de contribuição (35 e 30 anos para homens e mulheres) e tempo de carência no serviço público (20 anos), na carreira (10 anos) e no cargo (cinco anos).	É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
Carência		
Estabelecimento de um período mínimo de exercício de serviço público de 10 anos, sendo que cinco anos no cargo que se dará a aposentadoria.		Vale a regra anterior, com exceção dos atuais servidores sem direito adquirido, incluídos na regra de transição da paridade (item anterior).
Cálculo do valor das pensões		

Igual à remuneração ou ao provento do servidor falecido.		Igual à remuneração ou ao provento do servidor falecido até o limite do teto do RGPS, acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite.
Contribuição sobre aposentadorias e pensões		
Não incidia contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões.		Atuais aposentados, pensionistas e pessoas com direito adquirido: - da União - faixa de isenção até 60% do teto do RGPS; - dos estados, Distrito Federal e municípios - faixa de isenção até 50% do teto do RGPS; - futuros aposentados e pensionistas faixa de isenção igual ao teto do RGPS.
Previdência complementar		
Instituição de previdência complementar para os novos servidores e criação de teto igual ao do RGPS, regulamentação por lei complementar.	Adesão ao teto do RGPS, e a previdência complementar é facultativa.	Após implantação por lei ordinária, os futuros servidores com salário superior ao teto do RGPS terão regime de previdência complementar. Para os atuais servidores, é facultativa.
Teto remuneratório		
Teto geral - subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não foi aplicado.		Teto geral - subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Subjetos - nos estados, nos municípios, no Legislativo e no Judiciário.

Quadro 1 - Reforma da Previdência (EC nº 41/03)

Fonte: (PACHECO & WINCKLER, 2005, p. 241-242)

A Reforma de 2003 implementou no sistema previdenciário dos servidores públicos modificações que vão desde mudanças paramétricas, introduzindo alterações no plano de benefícios previdenciários sem mudar a sua forma de financiamento, até mudanças estruturantes, na maneira em que alteraram a forma de financiamento dos benefícios. Pacheco & Winckler (2004) revelam que ao contrário do governo FHC (que teve a intenção de reformar tanto RPPS quanto o RGPS), as mudanças propostas no programa de Governo Lula, tinham como alvo a previdência dos servidores públicos. Essa posição pode estar relacionada ao fato de que a reforma anterior realizou um “ajuste” significativo na previdência do setor privado, não necessitando de muitas mudanças.

4 | CONSIDERAÇÕES

A reforma da previdência colocada em prática na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva teve como alvo o funcionalismo público, por se tratar de pontos que ficaram descobertos na proposta de FHC: o acesso dos servidores à aposentadoria foi dificultado, foi instituída a cobrança da contribuição dos inativos e pensionistas, além da criação de um teto para os servidores federais.

No discurso do governo, os gastos com servidores inativos seria um dos principais responsáveis pelo desequilíbrio do sistema previdenciário. Dessa forma, considerava os aposentados vilões no tocante ao equilíbrio das contas públicas. A verdade é que dentre os inúmeros fatores condicionantes do aumento da dívida pública, a previdência é um dos menores intervindo apenas de forma indireta. A atitude de Lula, principalmente no tocante aos servidores públicos, representou um retrocesso em relação aos direitos previdenciários adquiridos.

Com base no respeito aos direitos dos servidores públicos, em seu fortalecimento e na retomada de desenvolvimento econômico e social (discurso propalado pelo governo Lula), deveria ser construído um novo relacionamento entre os servidores e a Administração pública, voltado para o atendimento das necessidades básicas da população. Lula empreendeu uma forma ambígua no tratamento dos servidores, ora avançando rumo a uma agenda mais progressista, afinada com os interesses e expectativas de seus funcionários, ora insistente nos marcos fundamentais da agenda consolidada nos anos 1990, condicionando a totalidade da gestão aos limites fiscais.

Sob esse contraste, percebe-se a falta de definição de uma política de pessoal específica nessa gestão, diferente do que ocorreu no governo FHC, em que se preconizava claramente a redução dos gastos através do enxugamento da máquina pública. De um lado Lula ampliou e valorizou os funcionários, com aumento do número de concursos públicos e reajustes salariais, mas de outro, promoveu a reforma previdenciária na contramão do keynesianismo desenvolvimentista, tornando difícil a definição unívoca da postura econômica e social do seu governo no tangente à política de pessoal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração federal e Reforma do Estado, 1995.

MARQUES, R. M. ; MENDES, A. **O governo Lula e a contra-reforma previdenciária.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva., v. 18, n. 3, pp. 3-15, 2004.

MP/SEGES. **Gestão Pública para um Brasil de Todos: um plano de gestão para o Governo Lula.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria de Gestão, 2003.

NAKAHODO, S. N ; SAVOIA, J. R. F . **A Reforma da Previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos FHC e Lula.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 45-58, 2008.

PACHECO, C. F. F; WINCKLER, C. R. **Reforma da Previdência: o ajuste no regime geral de previdência social.** Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v. 32, n. 3, 2004.

PACHECO, C; WINKLER, C. R. **Reforma da Previdência: o ajuste no serviço público.** Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v. 32, n. 4, pp. 221-248, 2005.

PENNA, A. F. **O fator previdenciário: o destino de todos.** Campinas: Caderno Especial Adunicamp, 1999.

VÉRAS, R. O. **Governo Lula, Pacto Social e Ação Sindical.** In: Elísio Estanque; Leonardo Melo e Silva; Roberto Véras de Oliveira; António Casimiro Ferreira; Hermes Augusto Costa. (ed.). *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudanças: portugal, Brasil e Contexto Transnacional.* Coimbra: Quarteto, 2004, v 01, p. 45-73.

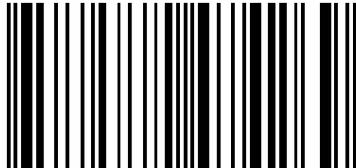
_____. **O Diálogo Social e a Reforma Trabalhista e Sindical no Brasil: Debate Atual.** In: Elísio Estanque; Leonardo Melo e Silva; António Casimiro Ferreira; Hermes Augusto Costa; Roberto Véras de Oliveira. (ed.). *Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Brasil e Portugal no Contexto da Transnacionalização.* 1^a ed. São Paulo: Cortez, 2005, v., p. 45-70.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e Líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-426-9



9 788572 474269